

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

VIDAS EM ABRIGO:

A metáfora do “lixo social” e as implicações acerca do Acolhimento Institucional como medida protetiva para a Infância, Adolescência e Juventude em situação de direitos violados em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Amanda Chaves Pinheiro

Juiz de Fora
2014

Amanda Chaves Pinheiro

VIDAS EM ABRIGO:

A metáfora do “lixo social” e as implicações acerca do Acolhimento Institucional como medida protetiva para a Infância, Adolescência e Juventude em situação de direitos violados em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Poder e Instituições da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães

Juiz de Fora
2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pinheiro, Amanda Chaves.

Vidas em abrigo : A metáfora do "lixo social" e as implicações acerca do Acolhimento Institucional como medida protetiva para a Infância, Adolescência e Juventude em situação de direitos violados em Juiz de Fora, Minas Gerais / Amanda Chaves Pinheiro. -- 2014.

236 f. : il.

Orientador: Raul Francisco Magalhães

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014.

1. Acolhimento Institucional. 2. Crianças e Adolescentes. 3. "Lixo social". I. Magalhães, Raul Francisco, orient. II. Título.

Amanda Chaves Pinheiro

VIDAS EM ABRIGO:

A metáfora do “lixo social” e as implicações acerca do Acolhimento Institucional como medida protetiva para a Infância, Adolescência e Juventude em situação de direitos violados em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Poder e Instituições da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Aprovada em 28 de abril de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Euclides Mauricio Siqueira de Souza
Fundação Casa Rui Barbosa

Prof. Dr. Emílio Maciel Eigenheer
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Rogéria Campos de Almeida Dutra
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Paulo Cesar Pontes Fraga
Universidade Federal de Juiz de Fora

Para aqueles que são os trilhos da minha caminhada:
Célia, minha mãe, Janir, meu pai, Alessandra, Andreza
e Ronaldo, meus irmãos, pelo amor sem fim que recebo e
o apoio incondicional.
Luiz Heitor, que me orienta pelos desígnios
do meu desejo.
Marcelo, por nosso carinho, companheirismo e amor.

AGRADECIMENTOS

Ao completar esta pesquisa, o meu maior desejo é, desde logo, demonstrar a mais profunda gratidão a todas às crianças, adolescentes e jovens que permitiram partilhar comigo seus cotidianos e suas histórias, dando-me assim a oportunidade de lhes conhecer, observar e aqui brevemente lhes representar.

Agradeço ao meu querido orientador Raul Magalhães, o primeiro professor de graduação a ler meu texto e agora aquele que me orienta na realização de um sonho. Pelo apoio, confiança, cumplicidade e liberdade que sempre se fizeram presentes em nossas conversas, construindo comigo esta pesquisa com uma autonomia que se reflete em meu amadurecimento intelectual.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela oportunidade de realizar esta pesquisa.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Campus de Juiz de Fora, pelo estímulo em ser uma professora realizada em sua tarefa de lecionar e, mais que isso, incentivar minha qualificação, inclusive fornecendo-me minha licença durante um ano para a redação final da pesquisa.

À Vara da Infância e Juventude de Juiz de Fora, especialmente à Maria Cecília Gollner Stephan, Juíza de Direito da Vara, por autorizar sob a forma de um Alvará Judicial a realização de nossa pesquisa.

Quero agradecer aos meus pais Célia e Janir pelos ensinamentos e pelo incentivo aos estudos. Aos meus irmãos Alessandra, Andreza e Ronaldo e ao meu cunhado Antônio, pelo apoio, incentivo e compreensão. Vocês estão sempre comigo fazendo-me compreender o verdadeiro sentido da palavra “lar”.

Às minhas eternas amigas, não só de graduação, mas da minha vida, pela motivação em estudar Ciências Sociais. À Renata, Fernanda, Roberta, Carini e Tamara, acompanhando-me desde sempre, amizades transformadoras, minhas cúmplices nos anseios, dificuldades e alegrias que permeiam o fato de termos escolhido as Ciências Sociais. Estão comigo na companhia, nas lembranças e em quem me tornei.

A todos os meus amigos do IF Sudeste MG Campus Juiz de Fora, professores dedicados ao ofício de lecionar. Aos meus amigos do núcleo de Sociologia e Filosofia, Marcos Vinícius Leite, Karine Fernandes e Rodrigo Alvim por dividirem o núcleo comigo e me incentivarem ao ofício e à qualificação. À Patrícia Botelho, Miguel Fabiano, João Paulo, Silvio Anderson, Graziane, Teresa, Carmem Lúcia, Silvia e todos os demais professores pelo incentivo e a torcida pelo sucesso desta pesquisa.

Gostaria também de agradecer aos meus alunos e alunas do IF Sudeste MG, pois tenho convicção, de que lecionar para vocês tem transformado minha forma de pensar a Sociologia, além de tornar-me uma pessoa melhor. Em especial, quero agradecer as minhas bolsistas de iniciação científica Susana Azevedo Reis e Maria Clara Moreira Fort.

À minha grande amiga Gheysa Gama por nossa amizade e por sua presença afetuosa em minha vida sempre trazendo uma saída para os meus grandes conflitos, minha salva-vidas. E ao Digo (Rodrigo Freire) meu amigão de todas as horas.

À minha amiga Clarice Cassab pelas discussões que envolvem a juventude na contemporaneidade, por seu trabalho e dedicação.

À minha querida amiga Mariana Vilhena de Faria pelos infinitos debates acerca dos nossos objetos de estudo, transformadores em nossas vidas, e por nossa verdadeira afeição e amizade.

À Helena, minha amiga e companheira nos enfrentamentos da vida e das Ciências Sociais.

Aos grandes amigos Graça Julião e Rafael Lotério por nossas conversas regadas a boas risadas, debates sobre a sala de aula, o ofício de lecionar e as falas dos nossos autores preferidos, grandes companheiros.

Ao Marcelo, pelos debates e madrugadas de estudo, pelo apoio, carinho e companheirismo, por acreditar e me acalmar, e principalmente por sua disponibilidade em contribuir com a pesquisa.

Aos meus companheiros de diretoria da APESJF-SSIND, gestão 2012-2014, por nossa luta pela garantia dos direitos e de condições de trabalho para a categoria docente, muito obrigada, Paulo Ignácio, Agostinho, Aparecida, Zuleyce e Joacir. Gostaria também de agradecer aos funcionários da Apes, Daniel, Denise, Beth, Rildo e Ronaldo, ensinaram-me muito, lhes agradeço pela dedicação e o carinho.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF, especialmente aos professores André Moyses Gaio, Eduardo Antônio Salomão Condé e Jessé José Freire de Souza, sempre disponíveis aos debates teóricos e apoiadores desta pesquisa.

Aos professores convidados, muito mais que participarem desta banca, definiram meus caminhos e leituras:

Ao Prof. Dr. Euclides Mauricio Siqueira de Souza pela oportunidade de trabalhar ao seu lado e herdar dele a inquietação pelas Ciências Ambientais que me levaram ao estudo do lixo social.

Ao Prof. Dr. Emílio Maciel Eigenheer por sua orientação no mestrado, apresentando-me à Pedagogia da Degenerescência, fazendo desta tese uma homenagem aos seus estudos, os quais aqui tentamos produzir uma continuidade.

A Profa. Dra. Rogéria Campos de Almeida Dutra por me apresentar a antropologia, ao Malinowski e a observação participante.

Ao Prof. Dr. Paulo Cesar Pontes Fraga por me apresentar a Michel Foucault, grande inspiração desta pesquisa e por me requisitar a resistência em meus estudos, refletida aqui na busca pela resistência como expressão de um modo de vida.

Ao Chico, secretário do PPGCSO, sempre disposto a me ajudar.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que contribuíram comigo, por ser este estudo a expressão da minha alegria em poder estudar e pesquisar aquilo que eu realmente desejo.

RESUMO

A pesquisa apresentada neste texto busca compreender a constituição da metáfora do “lixo social” e as implicações acerca do Acolhimento Institucional como medida protetiva para a Infância, Adolescência e Juventude em situação de direitos violados. Na elaboração deste trabalho buscou-se delinear um retrato da política institucional vigente, e também investigar quais impactos este tipo de acolhimento pode gerar na vida daqueles que se encontram sob o amparo das instituições aqui estudadas. Na pesquisa de campo, o *locus* investigado equivaleu a quatro instituições de acolhimento do município de Juiz de Fora, Minas Gerais. Por meio de uma abordagem qualitativa, o método de estudo consistiu em uma *techné*, isto é, uma forma muito singular de escutar as histórias, neste caso, especificamente as histórias das crianças, adolescentes e jovens das instituições aqui retratadas. O trabalho de observação participante seguiu o procedimento de uma observação geral das condições de cada instituição e, aos poucos, de aproximação com as histórias mais representativas de cada contexto. A entrevista-conversa e o registro etnográfico garantiram o relato da experiência de como é viver em instituições de acolhimento, e qual subjetividade é construída ali dentro. Na análise dos dados, adverte-se que as instituições tornam-se uma caixa preta em que se depositam uma geração de crianças e adolescentes entregues à tutela do Estado. Formadores de uma juventude descrente e que pressagia seu desajuste social, lutam contra o tempo, apressados, pois ao completarem dezessete anos e onze meses de idade não têm a quem recorrer, para onde ir, e não foram preparados para a competição via mercado de trabalho no mundo contemporâneo. Neste sentido, esta pesquisa propõe-se ao serviço de alertar sobre a constituição de uma variedade de “lixo social” e, ao mesmo tempo, reivindicar a garantia que crianças, adolescentes e jovens possam se constituir verdadeiramente enquanto sujeitos de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento Institucional. Crianças e adolescentes. “Lixo social”.

ABSTRACT

The research presented in this thesis seek to understand the constitution of the metaphor of "social garbage", and the implications surrounding the Institutional Shelter as protective measure for Childhood, Adolescence and Youth in situations of violated rights. In preparing this study, was sought to draw a picture of the institutional policy, and also investigate what impact this type of host can generate in those who are under the protection of the institutions studied here. In the field research, the locus investigated involved four host institutions of the city of Juiz de Fora, Minas Gerais. Through a qualitative approach, the method of study was a *techné*, a very unique way of listening to the stories, in this case, specifically the stories of children, adolescents and youth of the institutions portrayed here. The work of participant observation followed the procedure of a general observation of conditions of each institution and, gradually, approach with the most significant stories of each context. The interview-conversation and ethnographic record, ensured the account of the experience of how it is to live in institutions, and which subjectivity is constructed inside. In analyzing the data it warns that institutions become a black box in which deposit a generation of children and teens delivered to State control. Forming an unbelieving group, and presaging your social misfit, youth fighting against time, hasty, because when they complete seventeen and eleven months of age, does not have to turn, where to go, and were not prepared for the competition at the labor market in the contemporary world. In this sense, this research proposes to warn about the formation of a variety of "social garbage" and, at the same time, claim to guarantee that children, adolescents and young people can truly be themselves as subjects of rights

KEYWORDS: Institutional host. Children and adolescents. "Social garbage".

Lista de Ilustrações, Gráficos e Mapa

Imagem 1 – Vista de uma das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em Juiz de Fora, Minas Gerais, p.88.

Imagem 2 – Instalações dos dormitórios, p.89.

Imagem 3 – Os armários dos dormitórios, p.90.

Imagem 4 – Instalações: banheiros, p.91.

Imagem 5 – Sala de estudos, p.91.

Imagem 6 – Instalações da cozinha e refeitório, p.92.

Gráfico 01: Distribuição do Acolhimento Institucional por regiões do Brasil, p.74.

Gráfico 02: *Brasil*: oferta de Acolhimento em Abrigo por sexo, p.75.

Gráfico 03: Oferta de acolhimento em abrigos por sexo nas regiões do Brasil, ano 2013, p.75.

Gráfico 04: Crianças e adolescentes atendidos em abrigos, por faixa etária e região, 2013, p.78.

Gráfico 05: Acolhidos, com especificidades, em abrigos, 2012-2013, p.79.

Gráfico 06: Principais motivos do acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos, 2012, p.80.

Gráfico 07: abrigos com crianças e adolescentes visitados por seus pais ou responsáveis nos últimos 2 meses, Brasil, 2012-2013, p.81.

Gráfico 08: Tempo médio de permanência em abrigos, p.81.

Mapa 01: Localização do município de Juiz de Fora, p.83.

Lista de Tabelas

Tabela 01: Distribuição dos serviços de acolhimento institucional quanto à natureza governamental e não governamental nas regiões do Brasil, ano 2010, p.76.

Tabela 02: Capacidade total e ocupação nos serviços de acolhimento institucional por Estado e Região, 2013, p.77.

Tabela 03: Capacidade total e ocupação atual nos serviços de acolhimento familiar por Estado e Região do Brasil, p.77.

Tabela 04: Características Geográficas de Juiz de Fora, p.83.

Sumário

I. INTRODUÇÃO: <i>ILLUSIO</i> - A INCLUSÃO APARENTE COMO FORMA EXTREMADA DE EXCLUIR	16
II. TECHNÉ: PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	29
PRIMEIRO CAPÍTULO – A METÁFORA DO “LIXO SOCIAL”	40
1.1 SENTIMENTO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E SUA INVENÇÃO SOCIAL ...	41
1.2 A LEI: A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COMO SUJEITO DE DIREITOS.....	48
1.3 A JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIAL	53
1.4 LIXO E MORTE: A PRODUÇÃO DO “LIXO SOCIAL”	59
SEGUNDO CAPÍTULO – VIDAS EM ABRIGO EM JUIZ DE FORA	69
2.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO: LEGISLAÇÃO E AS FORMAS DE ABRIGAMENTO EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS.....	70
2.2 LEVANTAMENTO NACIONAL DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	73
2.3 O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA.....	82
2.4 CULPAR A VÍTIMA: PEDRO E O PROCESSO DE DEVOLUÇÃO DA FAMÍLIA SUBSTITUTA.....	94
TERCEIRO CAPÍTULO – SUBJETIVAÇÃO: O HABITUS DA CRIANÇA DE ABRIGO	99
3.1 <i>CONTINUUM</i> INSTITUCIONAL: ENTRE A MEDIDA DE PROTEÇÃO INTEGRAL PROVISÓRIA E A PERMANÊNCIA NO ABRIGO.....	100
3.2 <i>HABITUS</i> PRECÁRIO: A CONSTITUIÇÃO DO <i>HABITUS</i> DA CRIANÇA DE ABRIGO	107
3.3 <i>HABITUS ADEQUADO</i> : NO ABRIGO A DESIGUALDADE SOCIAL TEM COR DE PELE?.....	114
3.4 VIDA MARIA: DIAS FORA DO ABRIGO.....	116

QUARTO CAPÍTULO - A <i>ILLUSIO</i> FAMILIAR E OS FOCOS DE RESISTÊNCIA: A REPRODUÇÃO DO MODELO FAMILIAR EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO	126
4.1 <i>ILLUSIO</i> E RESISTÊNCIA: O MODELO DA FAMÍLIA SUBSTITUTA INSTITUCIONAL	127
4.2 A MÃE SOCIAL E A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO.....	135
4.3 VIVENDO A ALDEIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	138
4.4 BIANCA E SUA OBSTINAÇÃO EM RESISTIR: RESISTÊNCIA E SEGREGAÇÃO EM UM CAMPO DE LUTAS SIMBÓLICAS	150
QUINTO CAPÍTULO – SEXUALIDADE, REPRODUÇÃO SOCIAL E ADOLESCÊNCIA: MENINAS MÃE EM ABRIGOS	156
5.1 GRAVIDEZ E SEXUALIDADE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	157
5.2 A MATERNIDADE E O MITO DO AMOR MATERNO.....	163
5.3 SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA.....	169
5.4 A GRAVIDEZ E O EXERCÍCIO DO “PODER FEMININO”	174
5.5 FLÁVIA E A REPRODUÇÃO – JOVENS GRÁVIDAS, SEM PERSPECTIVAS.....	182
SEXTO CAPÍTULO – VIOLÊNCIA, DROGAS E DESESPERANÇA: MENINOS DE ABRIGOS	186
6.1 DROGAS E VIOLÊNCIA ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO	187
6.2 LEGISLAÇÃO, INFRAÇÃO E DELINQUÊNCIA ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	190
6.3 VIOLÊNCIA, CRIME, DESVIO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	193
6.4 ALTERNÂNCIA: A INSTABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO	206
6.5 ENTRE VIOLÊNCIAS E DESAMPARO INSTITUCIONAL.....	209
6.6 JOAQUIM, MARCOS E PAULO: AMIZADE E VIOLÊNCIA NOS ABRIGOS	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O USO METAFÓRICO DO LIXO SOCIAL E A CULTURA DA INUTILIDADE	220
BIBLIOGRAFIA	229

I. INTRODUÇÃO: *Illusio* - A inclusão aparente como forma extremada de excluir

A pesquisa apresentada neste texto busca compreender a constituição da metáfora do “lixo social” e as implicações acerca do Acolhimento Institucional como medida protetiva para a Infância, Adolescência e Juventude em situação de direitos violados. Na elaboração desta análise buscamos delinear um retrato da política institucional vigente, e também investigar quais impactos este tipo de acolhimento pode gerar na vida daqueles que se encontram sob o amparo das instituições aqui estudadas.

Há que se ressaltar que houve nesta investigação uma busca por uma compreensão da constituição daquilo que designamos por “lixo social”. Procurou-se uma metáfora que desembaraçasse o caminho que revela tal perversidade, uma metáfora que captasse precisamente a inquietação e a imprevisibilidade do que se concebe como “lixo social”. O uso metafórico deste conceito parte da diligência de interpretação da realidade de crianças, adolescentes e jovens em situação de direitos violados abrigadas em instituições de acolhimento. Ressalta-se que as crianças, adolescentes e jovens que se encontram em instituições de acolhimento, aguardando a adoção ou o retorno para suas famílias de origem são provenientes de várias situações de vulnerabilidade, entre elas, podemos citar: agressão, violência física e psíquica, privações variadas, abuso sexual, tudo isso somado à necessidade de terem sido retiradas do contato com suas famílias de origens. Deste modo, busca-se compreender a produção de uma variedade de lixo dentro das instituições de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens.

Primeiramente, importa esclarecer que, ao iniciarmos a pesquisa, optamos pela criança como objeto de estudo, todavia, restritos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) como marco legal, também incluímos a adolescência em nossa pesquisa. O adolescente está aqui representado, tanto no debate teórico quanto no campo através da observação participante, como protagonista. E a nossa aproximação com as instituições e o cotidiano dos acolhidos, bem como os nossos estudos, nos trouxeram a necessidade de representar também a juventude. Ao longo da própria pesquisa, a Juventude se apresentou com uma categoria imprescindível para a compreensão e o debate acerca da realidade do acolhimento institucional, dada a sua ausência como categoria no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas que aqui ansiamos articular. Desta forma, busca-se a compreensão da infância, da adolescência e da juventude nas instituições de acolhimento em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Nossa aproximação entre os conceitos criança-infância e lixo deram-se no contexto de entrevistas para a dissertação de mestrado da autora, mais especificamente a partir da aproximação desta pesquisadora com um grupo de crianças oriundas de escolas municipais e filhas de catadores de materiais recicláveis. Na fala de uma das crianças foi expresso que não só os materiais poderiam ser considerados lixo, mas que elas próprias também. Reproduz-se aqui sua fala: “sou lixo também!”. Esta expressão não pôde ser ignorada e, constituiu-se, portanto, na motivação inicial e principal para a construção desta tese de doutorado. Afinal, trata-se de compreender o que são indivíduos dispostos como refugio, ou seja, que tipo de características e localização espacial essa singularidade de resíduos apresenta.

Cabe ressaltar que, durante uma pesquisa realizada por Pierre Bourdieu (1997, 1998), semelhante registro também fora encontrado. Em “Os excluídos do interior”, o autor pesquisava o sistema de ensino e observava que apesar de se definir como um contexto de democratização e um processo de abertura do ensino a todos na França a partir da década de 1950, tal sistema, contudo, permanecia estritamente reservado a alguns somente. Para Bourdieu, tudo estava envolto na façanha aparente de “democratização” quando, na realidade, a reprodução se realizava em um grau superior de dissimulação com um efeito acentuado de legitimação social. Dessa forma, ao entrevistar um grupo de adolescentes, ele as interroga: “Então, como é que é considerada por eles? Lata de lixo!” (BOURDIEU, 1998, p. 225). A partir destes estudos, Bourdieu compreende que desde sempre a escola exclui, mas, a partir da pretensa democratização, a escola exclui de maneira contínua e mantém em seu seio aqueles que ela exclui, contentando-se em relegá-los para os ramos mais ou menos desvalorizados; por isso, o autor se utiliza do argumento de excluídos do interior. Obrigados pelas sanções negativas da escola a renunciar às aspirações escolares e sociais que a própria escola lhes havia inspirado, e, em suma, forçados a diminuir suas pretensões, levam adiante, sem convicção, uma escolaridade que sabem não ter futuro (BOURDIEU, 1998, p. 224). Processo semelhante ao que ocorre nas instituições de acolhimento às crianças e adolescentes com direitos violados: estão incluídas dentro de instituições do Estado, mas sem a certeza tanto dos laços afetivos que por ventura poderiam ser ali formados quanto do lugar a ocupar a partir dos seus dezoito anos de idade. É interessante observar que há nas duas entrevistas, tanto na de Bourdieu quanto na pesquisa aqui apresentada, uma aproximação com o lixo, isto é, aquele que está presente, mas não é desejado, ou seja, não é bem-vindo.

Em Giorgio Agamben (2004, p.26), observamos o que por ele é nomeado por relação de exceção, isto é, uma forma extremada de incluir algo unicamente através de sua exclusão:

“diante de um excesso, o sistema interioriza através de uma interdição aquilo que o excede e, deste modo, designa-se como exterior a si mesmo”. Assim, enuncia-se, pois, o paradoxo do estado de exceção, captura-se e exclui-se ao mesmo tempo, politiza a vida através do abandono a este poder incondicionado a morte:

Em sua origem, *in bando*, *a-bando* significa em italiano tanto “à mercê quanto ‘a seu talante’, livremente”, como na expressão *correre a bando*, e *bandito* quer dizer tanto “excluído, posto de lado” quanto “aberto a todos, livre”, como em imensa *bandita* e a *redina bandita*. É neste sentido que o paradoxo da soberania pode assumir a forma: “não existe um fora da lei”. A relação originária da lei com a vida não é a aplicação, mas o Abandono (AGAMBEN, 2004, p.36).

O estado de exceção, mesmo suspendendo o ordenamento jurídico, não desdenha desse ordenamento, ao contrário, compõe com ele a própria lógica da exceção. Sua origem remonta ao estado soberano, já que é o soberano quem pode decidir sobre o estado de exceção. Entretanto, ele o faz ancorado em uma ordem jurídica que contém essa possibilidade. A norma pressupõe, então, a possibilidade de sua própria suspensão. Nesse sentido é que o “o estado de exceção representa a inclusão e a captura de um espaço que não está fora nem dentro” (AGAMBEN, 2004, p. 56), numa relação de dentro/fora, de inclusão/exclusão, de anomia/nomos.

A lei configura o ordenamento jurídico-político a partir de uma estruturação que promove uma inclusão daquilo que é, simultaneamente, expulso; logo, não apenas relegado ao internamento ou através de uma interdição, mas suspendendo a validade deste ordenamento, quando se retira a exceção e é deixado ao abandono:

Abandonar é remeter, confiar ou entregar a um poder soberano, e remeter, confiar ou entregar ao seu bando, isto é, à sua proclamação, à sua convocação e à sua sentença. [...] ser banido não significa estar submetido a uma certa disposição de lei, mas estar submetido à lei como um todo. Entregue ao absoluto da lei, o banido é também abandonado fora de qualquer jurisdição... O abandono respeita a lei, não pode fazer de outro modo (AGAMBEN, 2004, p.66).

Observa-se, portanto, o argumento da inclusão para posterior exclusão. Os modos da aparente inclusão que representam uma forma extremada de excluir, de tal modo, semelhante ao que ocorre nas instituições de acolhimento. Uma *illusio*, ou seja, o reconhecimento do jogo e da utilidade do jogo, crença no valor do jogo e de sua aposta que fundam todas as atribuições de sentido e de valor particulares. “O que é vivido como evidência na *illusio* parece ilusório para quem não participa dessa evidência” (BOURDIEU, 1996, p.142). A *illusio* é uma espécie de relação de “encantamento” com um jogo; fruto da cumplicidade

ontológica entre as estruturas subjetivas e as objetivas. Percebida como tal, essa propriedade torna-se simbolicamente eficiente, como uma força mágica: uma propriedade que, ao responder às expectativas coletivas, socialmente constituídas, em relação às crenças, exerce uma espécie de ação à distância, sem contato físico. Bourdieu (1996) designa como poder simbólico aquele capaz de transformar a visão do mundo e, conseqüentemente, a ação sobre o mundo. “Poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica). Damos uma ordem e ela é obedecida; é um ato quase mágico” (BOURDIEU, 1996, p. 14).

O mundo social está repleto dessas ordens, que só funcionam como tais porque reanimam disposições corporais profundamente enraizadas. São estruturas cognitivas que devem parte de sua consistência e de sua resistência ao fato de serem, pelo menos na aparência, coerentes e sistemáticas e estarem objetivamente em consonância com as estruturas objetivas do mundo social. Dito de outro modo, quando as estruturas incorporadas e as estruturas objetivas estão de acordo, o que é percebido parece evidente, isto é, “natural”.

Ressalta-se ainda, um modo de uma alquimia simbólica que transforma relações de dominação – violência simbólica – e de submissão em relações afetivas. Segundo Bourdieu (1996), há um trabalho anterior, opaco e recalcado, produzindo, naqueles submetidos ao ato de imposição, de injunção, as disposições necessárias para que eles tenham a sensação de ter de obedecer sem se colocar a questão da obediência. “O dominado percebe o dominante através de categorias que a relação de dominação produziu e que, assim, estão de acordo com os interesses do dominante” (BOURDIEU, 1996, p. 194), sendo assim:

Dado que a economia dos bens simbólicos apoia-se na crença, a reprodução ou a crise dessa economia baseiam-se na reprodução ou na crise da crença, isto é, na perpetuação ou na ruptura do acordo entre as estruturas mentais (categorias de percepção e de avaliação, sistemas de preferência) e as estruturas objetivas. Mas a ruptura não pode resultar apenas de uma simples tomada de consciência; a transformação das disposições não pode ocorrer sem uma transformação anterior ou concomitante das estruturas objetivas das quais elas são o produto e às quais podem sobreviver (BOURDIEU, 1996, p.194).

No que tange ao abrigo, percebe-se que são instituições que funcionam nas capilaridades do Estado e a extensão do seu poder abrange suas capilaridades institucionais, alcançando, ao mesmo tempo, as práticas políticas e os discursos científicos extraídos dos sujeitos apropriados pelo Estado. Trata-se de uma demarcação do poder aplicado à própria vida, compreendendo e perpassando o domínio familiar – a casa – à sua extensão – a cidade –, ou seja, trata-se do exercício de um poder que se aplica sobre o indivíduo e, simultaneamente,

sobre a população. A exclusão ou a inclusão e a interiorização daquilo que está fora estruturam o poder do Estado, questiona-se, portanto, como o exercício desse poder aplica-se sobre a sociedade quando se refere à inclusão através da institucionalização do abandono da infância e adolescência, em “instituições de sequestro”.

Michel Foucault (1996) define as “instituições de sequestro” como uma série de estabelecimentos, os quais não se limitam somente à fábrica, mas inclui também os estabelecimentos penais, pedagógicos e médicos, nos quais a existência se encontra aprisionada. No correr do século XIX, esses estabelecimentos se multiplicam e têm como objetivos o sequestro e o controle de três funções: do tempo, do corpo e do saber dos sujeitos a eles submetidos, “fazendo com que o tempo dos homens, o tempo de sua vida, se transforme em tempo de trabalho” e “fazendo com que o corpo dos homens se torne força de trabalho” (FOUCAULT, 1996, p. 119). Tem-se ainda a produção de verdades ou o sequestro do saber dos sujeitos. Denominado por Foucault de “poder epistemológico”, tem-se a função de extrair os saberes produzidos por certas práticas. Há um saber/poder que nasce da observação dos sujeitos, da sua classificação, do registro e da análise dos seus comportamentos, da sua comparação. São extraídos dos próprios sujeitos seus saberes, produzidos por eles em suas práticas, e este conhecimento será retranscrito e acumulado segundo novas normas. O filósofo apresenta a construção do panóptico¹ como uma metáfora do moderno poder disciplinador baseado no isolamento e na supervisão, de tal forma opressor que faz com que os indivíduos se sintam forçados a policiar a si próprios, agindo sempre de maneira a prevenir punição por parte de seu controlador. Todos, em alguma circunstância, exercem poder de vigilância e controle sobre os outros e sobre si próprios.

Ao olhar para as instituições na modernidade, Erving Goffman (2005) as designa por “instituições totais”. Para Goffman (2005, p.11), “uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo leva uma vida fechada e formalmente administrativa”.

O autor, ao analisar as práticas não discursivas, examina aquilo que se configura como o não-dito institucionalmente, mas que é claramente visível e, portanto, dizível, ele observa os

¹ O panóptico, idealizado por Jeremy Bentham no século XIX, caracteriza-se como uma figura arquitetural. Segundo Foucault, é uma máquina de vigilância que possibilita que alguns indivíduos consigam vigiar eficiente e permanentemente o comportamento de muitos. Tal dispositivo seria eficiente como uma espécie de laboratório de poder, isto é, uma maquinaria óptica graças à qual é possível fazer experiências e obter o controle e a manipulação do comportamento dos indivíduos (FOUCAULT, 1999).

detalhes aparentemente insignificantes do cotidiano institucional. O plano microfísico das relações intra-institucionais superando a pura e simples dimensão organogramática e mergulhando nas diferentes estratégias nas quais o poder se ramifica, circula, domina e produz saberes, práticas, subjetividade. Há, para este autor, mais coisas em comum entre uma prisão e um convento, um asilo de loucos, um campo de concentração e um internato escolar do que parece à primeira vista. Afinal, são estabelecimentos que utilizam mecanismos de segregação, estratificação social e modelagem da subjetividade, alternando punições, recompensas e a estratégia de dividir para reinar, que não são necessariamente diferentes das relações de dominação e subjetivação dos processos de poder em vigor em toda e qualquer sociedade. Mas, nestes estabelecimentos, os mecanismos produtores de subjetividade são exacerbados, uma vez que se trata de situações extremas. De certa forma, são estabelecimentos específicos e como que purificados, revelando as engrenagens do poder de modo mais explícito e evidente.

Trata-se, nestas instituições, da possibilidade de reduzir a identidade social de um sujeito a um atributo estigmatizante ou a um único e exclusivo papel, que representa a categoria social mais baixa dentro de um grupo fechado. Esta é uma estratégia fundamental descoberta por Goffman (2005) nas comunidades fechadas, que ele denomina de instituições totalitárias. Suas análises apresentam os procedimentos estruturados para a modelagem subjetiva e formas de repressão específicas que são efetuadas dentro dos muros das instituições totalitárias.

São as organizações que isolam grupos de indivíduos do resto da sociedade e atuam a partir de três perspectivas. Primeiramente, há uma distinção clara entre o pessoal que trabalha na organização, cuja função é de despojar os internos de sua própria personalidade. Controlando todas as dimensões de vida dos internos e privando o seu direito à intimidade. Secundariamente, nas organizações totais se busca uniformidade em tudo o que concerne à vida dos internos: as roupas, os quartos, a alimentação. Em uma terceira perspectiva, todas as atividades da vida diária (a comida, o tempo de trabalho, etc.) estão minuciosamente regulamentadas, de tal modo que os internos carecem de qualquer iniciativa pessoal para conduzir suas vidas. No aspecto físico, os muros, janelas gradeadas, alambrados elétricos, torres de vigilância são marcas comuns. E assume papel primordial o isolamento do mundo exterior requerido pelas organizações totais:

É característico dos internos que cheguem à instituição com uma “cultura aparente” (para modificar uma frase psiquiátrica) derivada de um “mundo da família” – uma forma de vida e um conjunto de atividades aceitas sem discussão até o momento de admissão na instituição [...] Se a estada do internamento é muito longa, pode ocorrer, caso ele volte para o mundo exterior, o que já foi denominado de “desculturamento” – isto é, “destreinamento” – o que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspectos de sua vida diária (GOFFMAN, 2005, p.23).

No processo de “ressocialização” ocorre o que Goffman (2005) denominou de “mortificação do eu”, que consiste em humilhar, degradar, enfraquecer e profanar a identidade do interno. Este processo inicia-se por meio de procedimentos como recolher na entrada os pertences pessoais e roupas, para lhe cortar o cabelo de forma semelhante, vestir uniformes iguais e utilizar do mesmo material de higiene pessoal que os outros. As inspeções diárias, os exames médicos, a determinação de um número, são medidas da “mortificação do eu”. Na segunda etapa, procura-se que o interno assuma uma nova identidade, uma nova concepção de si próprio. O controle de atividades e a manipulação de comportamentos por meio de punições. Os internos que oferecem algum tipo de resistência, mesmo passiva, recebem punições e novas humilhações, e muitas vezes o controle do tempo de permanência na organização é determinado por avaliações do pessoal organizador, o que força ainda mais os internos a seguirem as normativas. A mortificação do eu, segundo Goffman (2005, p.24):

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado.

Segundo o autor, nas instituições totais os territórios do eu são violados, isto é, a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas (GOFFMAN, 2005, p.31). A subjetividade (modos de ser, sentir e agir constitutivos do sujeito em determinado momento histórico) é tecida, no contexto institucional, pela rede de micropoderes institucional, operando efeitos de reconhecimento/desconhecimento dessa ação concreta. Uma instituição é uma prática social que se repete e se legitima enquanto se repete. As instituições implantadas em organizações e estabelecimentos não apenas realizam os objetivos oficiais para os quais foram criadas, mas produzem determinada subjetividade. Tal perspectiva demonstra que os sujeitos são fundados no interior das práticas, sujeitos constituídos no e constituintes do cotidiano institucional. A

produção de subjetividade remete fundamentalmente ao plano microfísico das relações instituídas da formação no contexto institucional. Nesta perspectiva, as relações pedagógicas, terapêuticas, educativas e de saúde entre a equipe dirigente e os internos não se configuram como relações estáticas, mas em permanente constituição e ordenação em constante transformação dos lugares e posições no interior das relações.

Os atores institucionais podem enfrentar de modo variável uma definição de si mesmos que a instituição produz. Ou seja, podem, por um lado, resistir abertamente "e desafiar com desfaçatez os olhares de redefinição que as pessoas lhes dirigem" (GOFFMAN, 1987, p. 149); por outro lado, podem recusar veladamente esse assujeitamento; podem, finalmente, reconhecer-se nessa definição institucional do seu ser, "sendo, diante de si mesmo, aquilo que os outros participantes acham que devem ser" (GOFFMAN, 1987, p.149):

Uma "organização formal instrumental" pode ser definida como um sistema de atividades intencionalmente coordenadas e destinadas a provocar alguns objetivos explícitos e globais. O produto esperado pode ser: artefatos materiais, serviços, decisões ou informações; pode ser distribuído entre os participantes de maneiras muito diversas. Aqui interessar-me-ei principalmente pelas organizações formais localizadas nos limites de um único edifício ou complexos de edifícios adjacentes, e, por comodidade, a essa unidade fechada darei o nome de estabelecimento social, instituição ou organização.

Os estudos goffmanianos acerca das instituições totais demonstram que a característica principal está no fato de que parte das obrigações do indivíduo é participar visivelmente, nos momentos adequados, da atividade da organização, o que exige uma mobilização da atenção e de esforço muscular, certa submissão do eu à atividade considerada (GOFFMAN, 1987, p.150). O poder que age sobre o corpo, obrigando à docilidade participativa e visível, controlável pela observação, incide na criação de uma "natureza", de certo indivíduo tomado como objeto, diríamos. Isso quer dizer que as instituições produzem indivíduos (objetos) e saberes, definem seus participantes num processo de objetificação. As instituições não se limitam a um discurso sobre a suposta natureza do seu objeto, mas sua ação também se produz especificamente a partir do conceito que têm do participante. O discurso e a prática exprimem uma concepção do objeto sobre o qual atuam. Por outro lado, com relação ao indivíduo, participar de determinada atividade com o espírito esperado é aceitar que se é um determinado tipo de pessoa que vive num tipo determinado de mundo. Em outras palavras, implica um determinado tipo de posicionamento subjetivo, no caso, uma posição de objeto de uma ação institucional.

Da mesma maneira que toda instituição inclui uma disciplina de atividade, também abrange uma "disciplina de ser", uma obrigação de ser um determinado habitante de certo mundo. Produz subjetividade, que pode até ser entendida como certa noção de identidade psicológica internalizada, mas também como transsubjetividade, englobando outros elementos da realidade, remetendo ao coletivo social. Mas o indivíduo, a despeito da imagem que apresenta, pode resistir e produzir uma vida no sentido contrário e até mesmo diverso das forças institucionais hegemônicas. A partir da influência reorganizadora, o internado inicia a sua adaptação. Esta, por sua vez, ocorre tanto por “ajustamentos primários”, quando contribui cooperativamente com as atividades exigidas pela instituição, quanto por “ajustamentos secundários”, quando empregam meios ilícitos ou não autorizados para obterem satisfações proibidas, escapando do que a organização admite. As “táticas de adaptação”, que significam as respostas que o internado dá às regras da casa, ocorrem a partir de ajustamentos primários, secundários ou da combinação destes em diferentes fases da sua vida de paciente e são classificadas por Goffman (1987) como “afastamento da situação”, de tal modo o mundo da instituição passa a ser um mundo habitual.

Os mecanismos de mortificação do eu e de reorganização pessoal geram um ambiente cultural que causa no internado a sensação de fracasso, um sentimento de tempo perdido na internação. O internado se vê diante de uma nova posição social que é diversa da anterior, afinal, não será a mesma quando sair da instituição. Neste sentido, para o interno ocorre um processo de “desculturação” em que ele está diante da impossibilidade de adquirir os hábitos que a sociedade exigirá. Ressaltam-se os três momentos descritos por Goffman (2005) acerca do internado. Primeiramente, desenvolve um sentimento de abandono, um desejo de anonimato e se evitam os contatos. Em um segundo momento, há a “aceitação” e o aprendizado acerca da instituição. Em um terceiro momento, seu eu recria “histórias tristes” que explicam o seu fracasso do passado. Por conseguinte, as instituições totais, no sentido goffmaniano, objetivam o estabelecimento de um tipo de situação em que se anule todo o conflito que ocorre em seu interior. Desaparece toda a resistência à dominação, ao mesmo tempo em que se impõe aos agentes sociais uma perspectiva unificadora, embora haja também campos de resistência, ainda que pouco visíveis.

Neste sentido, partindo de uma diversidade de análises constitutivas de um quadro teórico associado a nossa pesquisa de campo, nas instituições, busca-se aqui compreender a institucionalização de crianças, adolescentes e jovens em Juiz de Fora, Minas Gerais a partir de uma abordagem que integre a metodologia da pesquisa qualitativa fundamentada nos dados

recolhidos. Dito de outro modo significa partir do princípio de que não há rota definida e de que, certamente, não há modo de se saber o que se irá encontrar.

Partimos de um processo, de uma *techné*, fundamentada nos dados, nas instituições de acolhimento. Naquilo que podemos observar ao longo de quatro anos de pesquisa e que representa o cotidiano de crianças, adolescentes e jovens que vivenciam o acolhimento institucional. Um acolhimento institucional como sua própria biografia, inserido nas trajetórias de vida.

É importante esclarecer que houve durante o processo de pesquisa alterações na política de acolhimento do município, principalmente no que concerne ao nome das instituições públicas e municipais, bem como no número de unidades. Houve um aumento do número de instituições e a redistribuição das crianças e adolescentes nas unidades. Acompanhamos o início do processo das alterações institucionais no município, todavia, esta coincidiu com o encerramento da nossa investigação no campo.

Desta forma, mais que relevante nossa investigação é a expressão da política de acolhimento em um período iniciado em 2010 e finalizado no ano de 2013. Baseamo-nos neste período e temos aqui um retrato da política de acolhimento institucional neste período. Neste sentido, o *locus* da pesquisa equivaleu a quatro instituições de acolhimento distribuídos no município de Juiz de Fora, Minas Gerais. Neste período, o município possuía três instituições públicas e municipais que atendiam a crianças e adolescentes em situação de risco e uma organização não governamental de acolhimento denominada de “Aldeia SOS”. As instituições públicas denominavam-se: “Casa do Aconchego”, “Casa Aberta” e a “Casa de Acolhida Lumiar”.

Há que se elucidar ainda que houve uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), em seu artigo 90 no inciso IV – acerca do acolhimento institucional na forma da redação dada pela lei nº 12.010, de 2009 e o termo “abrigo” foi modificado para o uso da expressão “acolhimento institucional” e o acolhimento para Crianças e Adolescentes, por seu turno, foi dividido em “Acolhimento familiar” e “Acolhimento Institucional”. O Acolhimento familiar consiste na inclusão de crianças/adolescentes, por meio de medida protetiva, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, selecionadas, capacitadas e acompanhadas pela equipe profissional do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, de forma temporária até a reintegração da criança à família ou seu encaminhamento para família substituta.

E, por sua vez, o acolhimento institucional é o acolhimento para crianças e adolescentes, por meio de medida protetiva, oferecidos em diferentes equipamentos como Abrigo Institucional para pequenos grupos e Casa-Lar, de forma temporária até a reintegração da criança à sua própria família ou seu encaminhamento para família substituta. Desta forma, a expressão “abrigo”, apesar de não ser a inscrita na forma da lei, será utilizada no presente trabalho, ao longo de todo o seu texto e inclusive em seu título, uma vez que é demasiada comum e usual no cotidiano das próprias instituições de acolhimento. Consideramos que seu significado é altamente significativo para nós, já que avaliamos que as vidas das crianças e dos adolescentes estão sob o abrigo e a tutela do Estado.

Portanto, também é importante observar que não trataremos nesta pesquisa do Acolhimento Familiar que se estabelece na inclusão de crianças e adolescentes em lares de famílias acolhedoras como medida protetiva de acolhimento. Importa para nós observarmos o cotidiano das crianças e adolescentes tuteladas nas instituições do Estado e constituindo o que aqui metaforicamente designamos por “lixo social”.

Desta forma, a presente pesquisa estrutura-se em seis capítulos. O item um desta pesquisa compreende sua introdução e a perspectiva de uma *illusio* da aparente inclusão como forma extremada de excluir. Apresentamos no item dois, nossa metodologia de trabalho, baseada em uma *techné*, isto é, um modo de ver as coisas que estão em determinadas práticas e em suas relações com outras práticas.

No primeiro capítulo traçamos as aproximações que desembaraçam o sentido da metáfora do “lixo social”. Refletimos sobre os conceitos de infância, adolescência, juventude e abrigo. Para que partíssemos destas perspectivas e pudéssemos constituir aquilo que aqui designamos pela metáfora do “lixo social”.

No segundo capítulo, em um primeiro momento observamos um breve estado da arte das instituições de acolhimento do município de Juiz de Fora. Em um segundo momento, conhecemos Pedro, muito introspectivo e inseguro. Nossa aproximação estabeleceu-se principalmente por relatos da Coordenação do abrigo e por breves entrevistas-conversas com ele e um grupo de meninas, consideradas suas amigas. Ouvimos os relatos acerca das pequenas humilhações de habitar uma residência que não é sua, não é da sua família, ou seja, discorreu-se sobre a adoção.

No terceiro capítulo descrevemos nossos encontros com Maria e nossa intenção de observá-la fora dos limites do abrigo. Encontramo-nos durante aproximadamente três meses e, durante esse período, nossas conversas pautavam-se nos seguintes temas e questionamentos:

“Como é sua vida dentro da instituição”, “Como é o seu dia a dia no abrigo”, “O que você faz durante o dia”, “Você gosta de estudar”, “Como é a escola”, “Os seus colegas de escola são legais”, “Quando você faz as tarefas escolares”, “As outras crianças do abrigo são legais”, “Como é a convivência entre vocês”, “E as suas roupas”, “Como é seu armário”, “Vocês brigam lá no abrigo”, “Gosta de morar lá”, “Como vocês arrumam o quarto”, “Você gosta das tias do abrigo”, “Você gosta de morar no abrigo”, e quando íamos passear “Aonde você quer ir passear”, “O que achou do *Shopping Center*, do *McDonald's*”, “Como está sentindo-se no passeio”. As perguntas eram guiadas conforme a permissão de Maria para que adentrássemos a sua realidade, sua história de vida e sua existência no abrigo. De tal modo, Maria contou-nos muito de suas experiências, expectativas, desejos e frustrações. Nesse ínterim, nossa preocupação foi a de não constrangê-la, principalmente acerca de sua própria história e trajetória. Afinal, trata-se de uma criança de onze anos de idade vítima de abandono, violência simbólica e carências tanto materiais quanto psicossociais.

No quarto capítulo, primeiramente, realizamos entrevistas com as mães sociais de uma das instituições que reproduz o modelo familiar no acolhimento institucional. Considerávamos importante compreendermos as dificuldades, bem como as disposições que muitas vezes levam um grupo de mulheres a abdicar das suas próprias histórias de vida para poderem exercer a maternidade. Em um segundo momento, conhecemos Bianca, uma líder, que se tornou fundamental para nós por nos apresentar uma qualidade que não foi vista em nenhuma das outras instituições pesquisadas. Bianca é obstinada, e dentre muitas histórias de vida marcadas pela ausência, ela luta diariamente por sua existência, consciente das adversidades.

No quinto capítulo observamos as histórias de meninas mães, adolescentes que se tornam mães dentro das instituições de acolhimento. Pela observação de suas dificuldades, podemos afirmar que há uma continuidade nesta trajetória, isto é, são filhas de mães que não puderam cuidar de seus filhos ou encontraram dificuldades na tarefa e, por continuidade não podem cuidar dos filhos que estão por vir. Ao mesmo tempo, interpretamos como um “poder feminino”, ou seja, considerando a realidade das instituições que abrigam crianças e adolescentes há, neste contexto, a emergência de um efeito de um dito “poder feminino” através da gravidez nas adolescentes internas das instituições. A maternidade na adolescência pode ser desejada, sendo um projeto para inserção na vida adulta viável e valorizado em um contexto socioeconômico desfavorecido, no qual outros projetos educacionais e profissionais não se encontram assegurados.

No sexto capítulo, os meninos foram os protagonistas da história acerca da violência e do uso de drogas nas instituições de acolhimento de Juiz de Fora. Joaquim nos apresenta seu mundo de violência, dor e abandono, forjado dentro das instituições de acolhimento; uma realidade incômoda sobre a qual sabemos, mas negligenciamos.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais que evidenciam o uso metafórico da expressão “lixo social”, ao mesmo tempo, em que tratamos da cultura da inutilidade. Elaboramos nas considerações finais um relato do processo de produção desta pesquisa, dos enfrentamentos que ela representou e as percepções acumuladas ao longo da pesquisa. Consideramos que as instituições tonam-se uma caixa preta em que se depositam uma geração de crianças, adolescentes e jovens que pressagiam seu desajuste social.

Neste sentido, este trabalho se propõe ao relato da observação participante das instituições de acolhimento. Em um processo de pesquisa que através do registro etnográfico expõe trajetórias, histórias de vida, resistências, dor, abandono, mas, sobretudo, analisamos a legislação e as políticas públicas voltadas ao acolhimento institucional de crianças, adolescentes e jovens em situação de direitos violados.

II. TECHNÉ: Pressupostos Metodológicos

Para compreendermos a constituição da metáfora do “lixo social” elegemos por meio de uma abordagem qualitativa um método de estudos que consistiu em uma *techné*, isto é, uma forma muito singular de escutar as histórias, neste caso, especificamente as histórias das crianças, adolescentes e jovens das instituições retratadas nesta pesquisa. Através de um processo, fundamentado nos dados do nosso campo de estudos, por conseguinte as instituições de acolhimento. Realizamos uma análise estratificada – dupla, isto é, composta por uma comparação através da observação participante e um levantamento documental – para enunciar os discursos e promover a visibilidade de práticas excludentes na institucionalização da infância e adolescência:

[...] a linguagem real não é um conjunto de signos independentes, uniforme e liso, em que as coisas viriam refletir-se como num espelho, para aí enunciar, uma a uma, sua verdade singular. É antes coisa opaca, misteriosa, cerrada sobre si mesma, massa fragmentada e ponto por ponto enigmática, que se mistura aqui e ali com as figuras do mundo e se imbrica com elas: tanto e tão bem que, todas juntas, elas formam uma rede de marcas, em que cada uma pode desempenhar, e desempenha de fato, em relação a todas as outras, o papel de conteúdo ou de signo, de segredo ou de indefinição (FOUCAULT, 1999a, p.47).

Promover uma análise comparada entre as instituições possibilita compreender as práticas (tecnologias de poder) que permitem abrir um campo de visibilidade nestas “paisagens indesejáveis” povoadas por uma espécie de “refugo humano”. Assim, uma análise documental contribui para desvelar algumas formações discursivas que não serão de modo algum consideradas aqui como um conjunto de signos, mas como práticas que formam os objetos de que falamos. A característica fundamental desta análise discursiva é a de entrelaçar o visível (comparativamente) e o enunciável (formação de objeto e constituição do sujeito abandono), promovendo, então, uma reciprocidade entre “o que se vê” e “o que se diz”.

Compreende-se, deste modo, um diagrama que articula a visibilidade institucional e a enunciação deste “lixo social” como um mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não-localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos, ou melhor, em toda a relação de um ponto a outro. Ao mesmo tempo, locais, instáveis e difusas, as relações de poder não emanam de um ponto central (Estado), mas passam de um ponto a outro no interior de um campo de forças (*continuum* institucional). Busca-se apreender através da “fala” impressões e concepções que acarretam na produção de

dados de cunho essencialmente qualitativo, especificamente, as vivências e os modos de vida destes indivíduos sujeitos da institucionalização.

Busca-se aqui não a pretensa caminhada por um método de estudos, mas por “uma atividade”, uma “maneira de entender”, um “modo de ver as coisas” (VEIGA-NETO, 2007, p. 64). De acordo com Veiga-Neto (2007), Foucault utiliza-se de uma “perspectiva de trabalho”. Falar nesses termos (“uma atividade”, uma “maneira de entender”, um “modo de ver as coisas”) nos remete à noção aqui adotada de uma *techné*, isto é, um modo de ver as coisas que estão em determinadas práticas e suas relações com outras práticas – sejam elas discursivas ou não discursivas.

Para o autor, em suas investigações, há a existência de uma rede de micropoderes articulados ao Estado e que atravessam toda a estrutura social. Portanto, trata-se de buscar analisar o poder partindo não do seu centro (Estado) e ver como ele se exerce em níveis mais baixos da sociedade (análise descendente), mas, sim, o inverso, isto é, partir desses micropoderes que atravessam a estrutura social e ver como eles se relacionam com a estrutura mais geral do poder que seria o Estado. Trata-se de captar o poder em suas extremidades. Isto significa “captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos” (FOUCAULT, 1999, p.182).

Tal fato implica na afirmação de que o poder não existe efetivamente, mas, sim, práticas ou relações de poder. Logo, este elemento é algo que se exerce, se efetua, funciona em rede e que, portanto, deve ser entendido, acima de tudo, como uma tática, manobra ou estratégia. Assim, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas e funcionamentos. Esse poder se exerce mais do que se possui, que não é “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e, às vezes, reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 1975, p.29).

O poder funciona como uma maquinaria que não está localizado em um lugar específico, mas que se dissemina por toda a estrutura social e a perpassa. Trata-se de relações de poder que constituem um sistema de poder, a partir de instituições que mantêm uma ligação social e política entre si. Ao mesmo tempo em que um indivíduo é vigiado e

modelado por tecnologias disciplinares, produz-se um campo documentário que ele captura e fixa, comparando-o com os demais, também o classificando e objetivando-o:

A criança, o doente, o louco, o condenado se tornaram, cada vez mais facilmente a partir do século XVIII e segundo uma via que é a da disciplina, objeto de descrições individuais e de relatos biográficos. Esta transcrição por escrito das existências reais [...] funciona como processo de objetivação e de sujeição (FOUCAULT, 1999, p.159).

O discurso compõe o sistema de poder, isto é, a importância o entendimento sobre os modos de objetivação de tais formas de sujeição. Neste sentido, Foucault (2000) define como condição prioritária de materialização o falar, que emerge e se configura através das práticas discursivas:

[...] falar é fazer alguma coisa – algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também, de colocar em ação as estruturas de uma língua; mostrar que somar um enunciado a uma série preexistente de enunciados é fazer um gesto complicado e custoso que implica condições [...] e comporta regras [...] (FOUCAULT, 2000, p. 237).

Assim, as práticas discursivas atravessam e são atravessadas por um saber que perpassa os diversos níveis e estruturas institucionais, criando possibilidades de readequação ao/do contexto, através da atualização do discurso, partindo das condições abertas no campo.

Há, ainda, o ato de observar, que é um dos meios mais frequentemente utilizados pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e situações. Observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade. É mediante o ato intelectual de observar o fenômeno estudado que se concebe uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados. Observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto para, então, a partir dele, adquirir um conhecimento claro e preciso. A observação torna-se uma técnica científica a partir do momento em que passa por sistematização, planejamento e controle da objetividade. O pesquisador não está simplesmente olhando o que está acontecendo, mas observando com um olho treinado em busca de certos acontecimentos específicos. A observação ajuda muito o pesquisador e sua maior vantagem está relacionada com a possibilidade de se obter a informação na ocorrência espontânea do fato (RICHARDSON, 1999).

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa, principalmente com enfoque qualitativo, porque está presente desde a formulação do problema, passando pela

construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, ou seja, ela desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. Não se pode observar, no entanto, tudo ao mesmo tempo, nem mesmo podem ser observadas muitas coisas simultaneamente. Por isso, uma das condições fundamentais de se observar adequadamente é limitar e definir com precisão os objetivos que se deseja alcançar. Ressalta-se que, na pesquisa qualitativa, há diversos tipos de observação, entre as quais a observação assistemática ou não estruturada, a sistemática ou planejada, a individual ou em equipe, a em campo ou laboratório e a observação participante.

De acordo com Antonio Chizzotti (1995), a observação participante foi introduzida pela Escola de Chicago, nos anos 1920, tendo sido duramente contestada pelos pesquisadores experimentais, e abandonada por décadas. Seu resgate atual, no entanto, auxilia nas descrições e interpretações de situações cada vez mais globais. Bronislaw Malinowski (1976) revolucionou a Antropologia nas três primeiras décadas do século XX, quando fez propostas referentes aos métodos de trabalho de campo, principalmente em relação à observação participante. Malinowski fundamenta sua descrição na necessidade de bagagem científica do estudioso, dos valores da observação participante, das técnicas de coleta, ordenação e apresentação do que denomina de evidências. Segundo ele, toda a estrutura de uma sociedade encontra-se incorporada no mais evasivo de todos os materiais, ou seja, o ser humano.

Pesquisador deve séria e sobriamente acompanhar o pleno alcance dos fenômenos de cada aspecto da cultura tribal estudada, sem estabelecer diferenças entre o que é comum ou corriqueiro, ou ordinário, e o que surpreende como insólito ou fora do lugar. Ao mesmo tempo, toda a extensão da cultura tribal *em todos os seus aspectos*, deve ser examinada na pesquisa. A consistência, a organização e sistematização internas a cada um dos aspectos auxiliam igualmente a uni-los, em um todo coerente (MALINOWSKI, 1975, p. 47).

Na observação participante, tem-se a oportunidade de unir o objeto ao seu contexto, contrapondo-se ao princípio de isolamento no qual fomos formados. Para Edgar Morin (1997), o conhecimento é pertinente quando se é capaz de dar significado ao seu contexto global, complexo. Assim, a pesquisa participante que valoriza a interação social deve ser compreendida como o exercício de conhecimento de uma parte com o todo e vice-versa que produz linguagem, cultura, regras e assim o efeito é ao mesmo tempo a causa.

A observação participante realiza-se através do contato direto e prolongado do investigador com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Vai de uma fase mais descritiva, em que se procura obter uma

perspectiva geral dos aspectos sociais, das interações e do que acontece em campo a momentos focalizados, após a análise dos dados anteriormente recolhidos.

Georges Lapassade (2001) considera três tipos de Observação Participante. O primeiro, que designou por Observação Participante periférica, é aquele em que o observador tem certo grau de implicação no grupo, mas que não pode bloquear a sua capacidade de análise. Já o segundo caso, denominado observação com participação ativa, é adotado por grande número de investigadores, pois faculta que obtenha um estatuto que lhe permite participar em todas as atividades, mantendo certa distanciamento. No terceiro tipo, a observação participante total ou completa, controverso na sua aplicação, é aquela, segundo o autor, indicada para uso em estudos etnometodológicos ou em alguns estudos em contexto de investigação-ação.

Selecionou-se como método de pesquisa, a observação participante, principalmente devido à possibilidade de se captar uma variedade de situações as quais não se teria acesso apenas através de métodos quantitativos. Com base em Ricardo Gonçalves (1994) a observação direta do processo de trabalho em operação viabiliza o esclarecimento de sua lógica interna, pois permite acompanhar e registrar os movimentos, os discursos e as ações das crianças e daqueles que atuam como seus responsáveis, suas relações recíprocas, as relações mantidas com o objeto de trabalho e como se processa a produção de discursos e práticas dentro das instituições de acolhimento as crianças vítimas de direitos violados.

Mediante a nossa trajetória, a observação não só foi o método por nós escolhido, mas o método que nos escolheu para a melhor compreensão do nosso objeto de estudo. Neste sentido, atuamos a partir das técnicas de pesquisa como observadora participante nas quatro instituições aqui selecionadas. Iniciou-se com uma aproximação a Associação Municipal de Apoio Comunitário² e o pedido de ingresso nas instituições.

Em um primeiro momento, permitiu-se o acesso desta pesquisadora. Contudo, a partir do momento em que a presente pesquisadora foi vista como uma ameaça às crianças por uma das instituições e, por conseguinte, fomos convidados a nos retirarmos desta instituição, passou a ser necessário recorrermos à justiça.

² A Associação Municipal de Apoio Comunitário – AMAC – foi constituída em oito de janeiro de 1985 com a proposta de prestar serviços na área de Assistência Social dentro do município de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Envolta a um processo em que se pode considerar como a judicialização da vida³, a autora desta pesquisa abriu um processo judicial juntamente com seu orientador o Prof. Dr. Raul Magalhães. A Vara da Infância e Juventude concedeu-nos um Alvará Judicial e tivemos, portanto, o acesso garantido às instituições de amparo a infância em situação de direitos violados em Juiz de Fora, bem como a garantia de vistas de todos os processos, documentos e registros que se referem aos abrigados no município. Embora, é importante destacar, durante a pesquisa de campo existiu uma dificuldade concreta de acesso a qualquer tipo de documentação que persistiu até o encerramento da pesquisa. Apesar de a pesquisadora sempre apresentar o Alvará Judicial e comunicar aos coordenadores da instituição da nossa autorização, dificilmente os documentos referentes às histórias das crianças e adolescentes nos foram apresentados. Estivemos sempre envoltos de “falas” institucionais que preferiam nos contar as histórias a nos mostrar qualquer tipo de documentação oficial.

Cada instituição foi visitada e acompanhada ininterruptamente, por aproximadamente seis meses. Em cada instituição, as técnicas de pesquisa mesclaram-se entre conversas com as crianças e adolescentes lá residentes, bem como a coordenação e respectivamente seu corpo de funcionários que notadamente incluem psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, educadores, ajudantes de serviços gerais e os profissionais que são responsáveis pela alimentação dos abrigados.

Nossa observação seguiu o procedimento de uma observação geral das condições de cada instituição e aos poucos a aproximação com as histórias mais representativas de cada contexto. Cada história aqui de cada instituição de acolhimento respeitou as características próprias das instituições e aquilo que expressivamente ressaltava-se como simbólica e representativa daquele lugar. Compreendendo que a realidade social constrói-se num campo de possibilidades e que o real é, de certo modo, negociável, no sentido de “negociar” a aceitação de um *habitus* que se instituiu num determinado lugar social ou “campo do poder”, mas que se encontra em tensão quando entra em contato com o universo simbólico e prático do estrangeiro – neste caso, a pesquisadora (BOURDIEU, 1996).

Marc Augé (2003) entende lugar como uma invenção, fruto da ação dos sujeitos que nele se estabeleceram, fundando um sentimento de posse e, portanto, um senso de fronteira do

³ A instauração desse sistema de disciplina, vigilância e punição foi tão forte em nossa sociedade que seus sujeitos passam a desempenhar tais papéis consigo e com os outros, ao não tomar atitudes inadequadas com medo do julgamento alheio e ao observar o comportamento do outro para que ele também não o faça. O próprio Estado, na atualidade neoliberal, passa a desempenhar uma função policial, se limitando ao controle e segurança.

que é “próprio”. Na busca de encontrar aquele ou aquilo que acredita e sustém o lugar, o sujeito da história dispõe-se a crer.

Considera-se que a realidade social é construída na prática do dia-a-dia pelos atores sociais em interação. O mundo social é constituído de ações interacionais entre os agentes, desenvolvidas pelo uso da linguagem. As intenções, ações, pedidos, ordenamentos, ensinamentos, trocas de auxílio são comunicadas através da linguagem estabelecida entre os atores, uma linguagem que não é ordenada e radicalmente fixa, mas flexível e adaptável, conforme o grupo de agentes que a desenvolve.

Compreender o mundo social, antes de tudo, é compreender a linguagem que este mundo se utiliza para se fazer inteligível e transmissível. As ações sociais somente adquirem sentido neste contexto, ou seja, somente possuem significação quando são compreendidas pelos atores que interagem no mundo social. Portanto, para se capturar o mundo social nas análises sociológicas, é necessário estar atento e levar em conta as redes de significações que são estabelecidas pelo uso da linguagem.

Compreende-se que o membro do grupo não é apenas um ente que pertence a um determinado grupo, mas ao contrário, é um ente que compartilha a construção social deste grupo. Em outras palavras, é membro o indivíduo que domina a linguagem comum do grupo, que interage com os demais a partir de redes de significação estabelecidas nos processos interacionais, que compreende o mundo social em que está inserido sem grandes esforços racionais, apenas pela pertença natural de sua socialização.

Para Bernard Lahire (2004) toda disposição tem uma gênese, isto é, formas geradoras de sua constituição. Sendo assim, ao trabalhar com uma sociologia à escala individual, é indispensável apreender as matrizes e os modos de socialização que proporcionaram à formação de uma determinada disposição social, neste caso, a disposição do indivíduo abrigado. Os indivíduos interiorizam certo número de disposições proveniente de diversas situações de socialização, diante de condições marcantes ou de modalidades circunstanciais. Os agentes sociais são portadores de um amplo leque de disposições, formas de agir e sentir, sendo que cada uma delas está relacionada ao processo de socialização em que foram adquiridas. A pluralidade interna de um indivíduo é resultado do *patrimônio de disposições*, por vezes heterogêneas e contraditórias, que foram incorporadas em determinada circunstância de sua biografia.

Neste sentido, para Bourdieu (2004), há uma cumplicidade ontológica entre os indivíduos (ou “agentes”) e o mundo social. A filosofia disposicional leva em consideração,

na análise das práticas ou comportamentos sociais, o passado incorporado dos agentes e pressupõe na sua prática, a aplicação dos princípios da não-consciência. De acordo com Bourdieu (2004), os agentes são guiados por um conjunto de disposições (*habitus*) adquiridas da estrutura objetiva e incorporadas desde a primeira infância, que funciona como princípios de visão e de divisão do mundo social. Os agentes constroem o mundo social através de estruturas cognitivas constituídas historicamente, das quais se pode traçar a gênese social.

Assim, a partir do nosso problema de pesquisa, o método de estudos foi estruturando-se a fim de permitir a explicitação e a melhor compreensão daquilo que se estabelece como nosso objeto de estudo, isto é, quais as implicações da infância e adolescência institucionalizada em abrigos como *locus* do que estamos designando de lixo social.

Ponderamos estar diante de uma dificuldade real: como compreender a cultura de crianças e adolescentes abrigadas, vítimas de direitos violados, considerando-as como sujeitos de sua própria cultura. Bourdieu (1997, p.9) assinala a necessidade de proteção daqueles que nos confiaram seu tempo, uma parte das suas existências, e acrescenta que é preciso “não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender”. É preciso entender como as pessoas são e evitar os diagnósticos classificatórios, pois os lugares ditos difíceis são, em primeiro lugar, difíceis de descrever e pensar. Também é preciso substituir as explicações simplistas por um exame complexo e múltiplo, abandonar o ponto de vista único, central, dominante. Isso representa, especificamente, na observação das culturas infantis, fugir das obviedades na apreensão da forma de pesquisar e definir as infâncias, as crianças e os adolescentes em suas culturas.

Ressalta-se que o discurso moderno caracteriza-se pela universalidade e generalização, ou seja, nossos referenciais de análise contemplam uma voz racional, branca, masculina, ocidental, heterossexual, civilizada, “normal e adulta” nas análises “sobre” e não “com” as crianças (GIMÉNEZ; TRAVERSO, 1999), ao contrário, reivindica-se a alteridade, que significa ouvir e respeitar as outras vozes, entre elas, as vozes das crianças. De acordo com Deleuze e Guattari (1995, p.52), minoria e maioria não se opõem apenas de uma maneira quantitativa. Maioria implica uma constante ideal, como um metro-padrão com relação àquele que se avalia e se contabiliza. Suponhamos que a constante ou o padrão seja homem branco, ocidental, macho, adulto, racional, heterossexual, habitante de cidades, falando uma língua standard (como Stephen Dedalus, em *Ulisses*, de James Joyce ou nos poemas de Ezra Pound). É evidente que o “homem” tem a maioria, mesmo se ele é menos numeroso que os mosquitos, as crianças, as mulheres, os negros, os camponeses, os homossexuais. Essa maioria aparece

duas vezes; uma vez na constante, e uma vez na variável da qual se extrai a constante. A maioria, na medida em que ela é analiticamente compreendida no padrão, é sempre padrão, enquanto a minoria é o devir de todo mundo, seu devir potencial, isto é, o minoritário como um devir potencial e criado, criativo.

A identidade das crianças é também a identidade cultural, ou capacidade de constituírem culturas não totalmente redutíveis às culturas dos adultos. Todavia, as crianças não produzem culturas num vazio social, assim como não têm completa autonomia no processo de socialização. Isso significa considerar que elas têm uma autonomia que é relativa, ou seja, as respostas e reações, os jogos sociodramáticos, as brincadeiras e as interpretações da realidade são também produtos das interações com adultos e crianças.

Diante às dúvidas, questiona-se, como adultos, podemos realmente apreender as culturas infantis e os modos de ser e estar no mundo das crianças? Como construir formas metodológicas de aproximação com as crianças, que permitam obter certa aceitabilidade e credibilidade nos grupos infantis? Quais estratégias e instrumentos metodológicos permitem descentralizar os olhares “adultocêntricos”?

Seguiram-se algumas das orientações de Bernard Lahire (2004), que ressalta a análise das disposições através de um trabalho interpretativo que dê conta de comportamentos, práticas, opiniões, isto é, trata-se, segundo ele, de fazer aparecer os princípios geradores das práticas. De tal modo, a noção de disposição supõe que seja possível observar a recorrência, a repetição de comportamentos, atitudes e práticas. Ela proíbe deduzir uma disposição a partir do registro ou da observação de apenas um acontecimento. Como uma disposição é o produto incorporado de uma socialização (explícita ou implícita) passada, ela só se constitui através da duração, isto é, mediante a repetição sistemática e cotidiana de experiências relativamente semelhantes. Uma disposição não é uma resposta simples e mecânica a um estímulo, mas uma maneira de ver, sentir ou agir que se ajusta com flexibilidade às diferentes situações encontradas.

Lahire (2004) propõe um dispositivo que seria uma série de longas entrevistas realizadas com a mesma pessoa sobre suas práticas, comportamentos, maneiras de ver, sentir, agir em diferentes domínios de prática (ou esferas de atividades). Segundo Lahire (2004), para captarmos as disposições e as variações intra-individual dos comportamentos, gostos, temos de ter acesso à pluralidade de contextos nos quais os “atores” estão inseridos e os momentos de “ruptura biográfica” nas suas trajetórias.

A entrevista-conversa e o registro etnográfico no diário de campo foram as opções que melhor se adequaram ao contexto de nossas observações participantes. William Corsaro (1997, p.29) destacou “na minha investigação etnográfica o meu objetivo é sempre descobrir as perspectivas das crianças. Em termos simples, eu entrava em zonas de brincadeiras, sentava-me e esperava que as crianças reagissem a mim. Após algum tempo as crianças começam a pôr-me questões, põem-me a par das suas atividades e definem-me gradualmente como um adulto atípico”.

A entrevista-conversa não é um sinônimo de uma técnica de entrevista menos baseada nos princípios do rigor científico da investigação empírica sociológica. Ao contrário, uma técnica que implica um conjunto de preocupações adicionais na sua preparação, desenvolvimento e aplicação. A entrevista-conversa é um momento de interação por excelência. O bloco temático inicial e, sobretudo, a questão de abertura da entrevista, podem delinear o modo como irá decorrer todo o processo. Assim, mesmo nos casos onde se pretenda abordar assuntos de foro pessoal, é desejável que o primeiro bloco temático tenha um caráter mais informal, de forma a estabelecer uma sólida plataforma inicial de conversa. As crianças são geralmente bons interlocutores se o entrevistador souber propor temas interessantes a elas, entretanto, quando os assuntos não despertam suas atenções, são considerados maçantes, após determinado tempo, a criança se mostra impaciente, irrequieta e procura terminar a conversa rapidamente.

Julga-se aqui, portanto, que cada abrigo tem suas especificidades e as crianças e adolescentes destas instituições também, por isso, em cada instituição, os temas das entrevistas-conversas variaram, na tentativa de captarmos da melhor maneira a realidade e a especificidade das questões observadas. Ao mesmo tempo em que buscamos compreender sobre as trajetórias das histórias de vida inseridas nas instituições de acolhimento institucional. Isto é, por meio da história de vida contada da maneira que é própria do sujeito, tentamos compreender o universo do qual ele faz parte.

Os relatos adquiridos foram uma expressão de uma “produção de si” que o sujeito elabora e não uma “apresentação de si”. A maneira como o indivíduo conta oferece o acesso a outras dimensões, como ao sociológico, a ponte entre o sujeito e o coletivo. Ao contar sua vida, o sujeito fala de seu contexto – fala do processo por ele experimentado, intimamente ligado à conjuntura social onde ele se encontra inserido. Ao se trabalhar o vivido subjetivo dos sujeitos, através das histórias de vida, tivemos acesso à cultura institucional, mas também ao meio social. Assim, por meio do individual tivemos acesso ao coletivo. E o nosso

compromisso é com a realidade, com nosso campo e aquilo que as crianças, adolescentes e jovens acolhidos institucionalmente nos manifestaram.

Buscamos não sermos capazes de presumir a relevância das informações, mas, ao contrário, apenas observar e contar nesta pesquisa aquilo que as instituições nos apresentavam. Desde o comentário mais breve à entrevista mais detalhada, passando por observações, intuições da pesquisadora ou de outros, falas dos funcionários, tudo foi considerado como informação relevante para a constituição de uma perspectiva fundamentada nos dados e que nos auxiliasse na compreensão da “metáfora do lixo social”.

Durante a pesquisa, organizamos roteiros de entrevistas, pensado em estratégias. No entanto, escutar foi o mais eficaz. Ouvimos as falas dos internos e espontaneamente eles confiaram em nossa pesquisa.

Desta forma, o papel desta investigação é o de observar e relatar aos leitores desta pesquisa como é a vida dentro de instituições de sequestro e qual a subjetividade construída ali dentro. Nossa perspectiva é a da compreensão através da escuta atenta e do relato fidedigno daquilo que acontece nas instituições. Produzindo um alerta sobre a constituição de uma variedade de “lixo social” e, ao mesmo tempo, em que se busca reivindicar a garantia que crianças, adolescentes e jovens possam constituir-se verdadeiramente enquanto sujeitos de direitos.

PRIMEIRO CAPÍTULO – A metáfora do “lixo social”

O BICHO

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira

1.1 Sentimento de infância e adolescência e sua invenção social

As instituições de acolhimento à infância e adolescência vítima de direitos violados recebem principalmente aqueles que são vítimas do abandono familiar. A partir da sentença do abandono retira-se a criança e ou o adolescente da responsabilidade dos pais, da comunidade e da sociedade, transferindo-a para o Estado, justificando assim a sua internação até os dezoito anos. Cabe destacar, que se define como criança o indivíduo de até 12 anos de idade e como adolescente o indivíduo de 13 a 18 anos, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

A institucionalização propriamente dita configurou a categoria de crianças e adolescentes denominadas *filhos do Governo* (SILVA, 1998). Quando abrigadas, as crianças e adolescentes ficam sob a guarda do Estado e suas famílias respondem a processos judiciais nos quais serão decididos se o *pátrio poder* será restituído ou destituído da família de origem, pois essas medidas envolvem a família como um todo e não entendem a criança ou o adolescente como um indivíduo isolado. Baseado no direito romano, o *pátrio poder* é o complexo de direitos que a lei confere ao pai sobre a pessoa e bens do filho. No Brasil, o *pátrio poder* alterou-se para a perspectiva do *Poder Familiar*. A Constituição Federal e o novo Código Civil de 2002 estabelecem que os pais, sem distinção, são titulares do Poder Familiar. Neste sentido, o poder familiar é instituído no interesse dos filhos e da família, não em proveito dos pais, em especial, em atenção ao princípio constitucional da paternidade responsável, estabelecido no artigo 226 da Constituição Federal. O antigo Código Civil de 1916 utilizava a expressão do *pátrio poder*, já que o poder era exercido exclusivamente pelo pai. Diferentemente atualmente o *poder familiar* é dever conjunto dos pais. De tal modo, os filhos enquanto menores de dezoito anos estão sob o poder dos pais e não podem praticar atos da vida civil sem a autorização deles.

Enquanto as crianças e adolescentes estão abrigadas, as famílias sofrem intervenção do Estado, e esta intervenção é denominada de “promoção familiar”, onde são exigidas adequações dos membros e da dinâmica familiar conforme modelo estabelecido pelo Estado. A execução e verificação da promoção familiar são realizadas pela Vara da Infância e Juventude, instância pública responsável por estas questões. Se a família corresponder às exigências, a criança e ou adolescente são recolocados na família, fato sempre realizado conforme avaliação de técnicos da Vara da Infância e da Juventude, seguidos de decisão judicial. Vale ressaltar que no ato do registro civil de uma criança o pátrio poder está

imediatamente designado a seus pais declarados, porém, um processo de verificação da condição da família ao exercício do poder familiar será sempre intermediado pelo Estado, através da Vara da Infância e da Juventude. Assim, se entendidas como em situação de risco extremo, são retiradas do convívio familiar, passando à condição de abrigadas.

A criança e o adolescente, além dos direitos fundamentais inerentes a qualquer ser humano, têm alguns direitos que lhe são especiais pela sua própria condição de pessoa em desenvolvimento. O Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990), portanto, rompe com a doutrina da situação irregular do Código de Menores que tratava a criança e o adolescente como objetos, passando a tratá-los como sujeitos de direitos. Assim, determina-se que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. O Estatuto, visando garantir a efetivação desses direitos, dispõe que qualquer atentado, por omissão ou ação, aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes são punidos conforme determinado pela própria lei. O abandono e a orfandade incluem-se na situação de risco, assim, contatos com familiares serão iniciados depois do abrigo com o intuito de sua restituição à família de origem.

Acerca, especificamente do abandono, observa-se que é frequentemente praticado no Brasil, com uma taxa que varia de acordo com o tempo e com a região. No século XVIII, cerca de 5% das crianças livres no Brasil eram abandonadas ao nascer, no entanto, na cidade de São Paulo, entre 1750 e 1850, a taxa chegou a 15%. Em Minas Gerais, no século XVIII, por exemplo, o aumento da taxa de abandono entre os filhos ilegítimos revelou a fragilidade das famílias mais carentes (MARCÍLIO, 1997). Neste mesmo século, foram criadas no país as primeiras instituições de amparo à criança abandonada instaladas em orfanatos ou instituições religiosas: as *Rodas dos Expostos*⁴. As Rodas funcionavam por meio de um cilindro de madeira (*a roda dos expostos*), onde eram depositadas as crianças rejeitadas, posteriormente recolhidas pelos funcionários da instituição ou orfanato – procedimento que garantia o anonimato da mãe⁵.

⁴ Idealizadas na Europa medieval, as rodas eram compostas como um mecanismo de depósito das crianças, contando com o auxílio de uma engrenagem, elas eram conduzidas para o interior das Santas Casas (MARCÍLIO, 1997).

⁵ Assim, em vez de abandonar o bebê indesejado pelos caminhos, bosques, praças, em latas de lixo, nas portas das igrejas ou casas de famílias, onde poderia morrer de frio, fome ou ser devorado pelos animais, colocavam-no de forma anônima na *roda*, onde ficava protegido (MARCÍLIO, 1997).

Anterior à expansão da “Roda” ou “Casa dos Expostos” como procedimento de abandono, as crianças abandonadas eram atiradas em lugares públicos ou em amontoados de lixo (MESGRAVIS, 1976).

Roda ocupa o lugar de uma janela dando face para a rua e gira num eixo perpendicular. É dividido em quatro setores, um dos quais se abre para o lado de fora, convidando assim a que dela se aproxime toda mãe que tem tão pouco coração que é capaz de separar-se de seu filho recém-nascido. Para tanto tem apenas de depositar a criança na caixa e, por uma volta da Roda, fazê-lo passar para dentro, depois seguindo seu caminho, sem ser vista (MARCÍLIO, 1998, p.145).

A demanda acentuada de crianças pelas ruas ou abandonadas em praças ou portas de casas ou igrejas, e as altas taxas de mortalidade infantil, fizeram, portanto, florescer a filantropia, resultando no surgimento de instituições para abrigo desses menores por todo o território nacional. A institucionalização da infância abandonada realizou-se, desde a colonização do Brasil, sob a influência pedagógica da ordem jesuítica e da inserção da *Roda* como procedimento de abandono. O processo de seleção dos indivíduos a serem institucionalizados, no regime jesuíta, excluía a criança negra, entretanto houve um processo de exclusão que herdamos da Coroa Portuguesa, onde as meninas órfãs embarcavam para o Brasil como propriedade do rei:

[...] enquanto os meninos pobres menores de 16 anos eram embarcados como grumetes e pajens nas naus portuguesas do século XVI, e alguns dos filhos dos oficiais, mesmo não sendo pajens, embarcavam simplesmente como acompanhantes de seus pais a fim de aprender seu ofício, as meninas órfãs de pai e pobres eram arrancadas à força de suas famílias e embarcadas sob a categoria de “órfãs do Rei” (RAMOS, 1999, p.32).

Trata-se de práticas paradoxais de abandono, pois a criança podia ser tanto abandonada pela família e entregue à *Roda* quanto podia ser destacada da família “à força” pelo poder da Coroa Portuguesa, especificamente se a criança fosse uma menina para embarque em terras brasileiras. Estas práticas permitem visualizar como se constituiu o abandono infantil, contudo é necessário observar o significado da família e da criança na representação social brasileira para proporcionar uma visibilidade de legitimação do abandono. A significação da relação entre a criança e a família oscilou entre os cuidados e proteção familiar, até o século XVII, à tutela dos especialistas, no século XIX-XX. No século XIX, a infância começa a ganhar visibilidade, como objeto de ação e intervenção públicas no Ocidente, em face de questões socioeconômicas provenientes da preservação e da reserva de mão-de-obra (SILVA SANTOS, 2004).

No período dos séculos XII ao XVII a infância tomou diferentes conotações dentro do imaginário do homem em todos os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, de acordo com cada período histórico. A criança seria vista como substituível, como ser produtivo que tinha uma função utilitária para a sociedade, pois a partir dos sete anos de idade era inserida na vida adulta e tornava-se útil na economia familiar, realizando tarefas, imitando seus pais e suas mães, acompanhado em seus ofícios, cumprindo, assim, seu papel perante a coletividade.

Com relação às idades da vida humana Ariès (1981) aponta que a forma de representar a cronologia humana passou por várias mudanças, indicando diferentes formas de representar esses períodos. Tais representações utilizariam principalmente os elementos da natureza, estudo dos astros, aspectos das crenças populares, fenômenos naturais e sobrenaturais, os quais faziam parte de um contexto governado pelas leis da teologia, enfatizando uma visão mística. Dessa forma, as representações da idade do homem pareciam abstratas, além disso, muitos morriam antes de percorrer todos os ciclos da vida. Para a análise da infância, o autor, através de relatos e textos dos séculos XII ao XVIII, demonstra que as pessoas definiam a idade da criança como “a primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade inicia-se quando nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras” (ARIÈS, 1981, p. 36). A fase da infância seria caracterizada pela ausência da fala e de comportamentos esperados, considerados como manifestações irracionais. Contrapondo-se à vida adulta, os comportamentos considerados racionais ou providos da *razão* seriam encontrados apenas no indivíduo adulto, identificando, assim, o adulto como o homem que pensa, raciocina e age, com capacidade para alterar o mundo que o cerca, capacidade que não seria possível às crianças.

Assim, passar para a vida adulta seria uma condição a ser superada, “a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade” (ARIÈS, 1981, p. 10). A infância nesse contexto seria comparada à velhice, pois se, de um lado, temos a infância constituída pela falta de razão, por outro, teríamos a velhice marcada pela senilidade “o velho está sempre tossindo, escarrando e sujando” (ARIÈS, 1981, p. 37). As demais idades, no caso, a juventude e a vida adulta, caracterizavam-se pela sua força, virilidade e principalmente pelas funções produtivas dentro da vida social e coletiva. Entende-se que foi uma época voltada ao poder da

juventude. Há ainda hoje, tal perspectiva, à medida que há uma ênfase na valorização do indivíduo produtivo, excluindo-se crianças e idosos de diversos setores e espaços sociais.

Ariès (1981) demonstra que o tratamento dado às crianças era o de adultos em miniatura: na sua maneira de vestir-se, na participação ativa em reuniões, festas e danças. Os adultos se relacionavam com as crianças sem discriminações, falavam vulgaridades, realizavam brincadeiras grosseiras, todos os tipos de assuntos eram discutidos na sua frente, inclusive a participação em jogos sexuais, “no mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido” (ARIÈS, 1981, p. 51). As crianças eram submetidas e preparadas para suas funções dentro da organização social, isto é, suas capacidades eram desenvolvidas a partir das relações que mantêm com os mais velhos. Dessa forma, havia uma distância da idade adulta e da infância em perspectiva cronológica e de desenvolvimento biológico, pois a infância é retratada pelas afinidades que o adulto estabelece com a criança, ou seja, tudo era permitido, realizado e ainda discutido na sua presença.

Nesse contexto, as mudanças com relação ao cuidado com a criança, só vêm ocorrer mais tarde, no século XVII, com a interferência dos poderes públicos e com a preocupação da Igreja em não aceitar passivamente o infanticídio, antes secretamente tolerado. Preservar e, cuidar das crianças deveria ser um trabalho realizado exclusivamente pelas mulheres, no caso, as amas e parteiras, que agiriam como protetoras dos bebês, criando uma nova concepção sobre a manutenção da vida infantil, “como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. É certo que essa importância dada à personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes” (ARIÈS, 1981, p. 61). Por um lado, surgiram medidas para salvar as crianças, por outro lado, as condições de higiene foram melhoradas e a preocupação com a saúde das crianças fez com que os pais não aceitassem perdê-las com naturalidade. A educação infantil volta-se para a própria família, o que fez com que se despertasse um novo sentimento por ela.

Esse novo momento é caracterizado por Ariès (1981) como o surgimento do sentimento de infância, que será constituído por dois aspectos, chamados de *paparicação* e *apego*. A *paparicação* seria um sentimento despertado pela beleza, ingenuidade e graciosidade da criança, conseqüentemente fez com que os adultos se aproximassem cada vez mais dos filhos. Os gracejos das crianças eram mostrados a outros adultos, fazendo da criança uma espécie de distração, tornando-se bichinhos de estimação:

Ao descrever sua netinha, "sua amiguinha", Mme de Sévigné pinta cenas de gênero próximas das de Le Nain ou Bosse, acrescentando, porém, a delicadeza dos gravadores do fim do século XVII e dos artistas do século XVIII. "Nossa menina é uma belezinha. É morena e muito bonita. Lá vem ela. Dá-me um beijo lambuzado, mas nunca grita. Ela me abraça, me reconhece, ri para mim e me chama só de Maman (em vez de Bonne Maman)". "Eu a amo muito. Mandei cortar seus cabelos, e ela agora usa um penteado solto. Esse penteado é feito para ela. Sua tez, seu pescoço e seu corpinho são admiráveis. Ela faz cem pequenas coisinhas: faz carinhos, bate, faz o sinal da cruz, pede desculpas, faz reverência, beija a mão, sacode os ombros, dança agrada, segura o queixo: enfim, ela é bonita em tudo o que faz. Distraio-me com ela horas a fio," Muitas mães e amas já se haviam sentido assim. Mas nenhuma admitira que esses sentimentos fossem dignos de ser expressos de uma forma tão ambiciosa. Essas cenas de infância literárias correspondem às cenas da pintura e da gravura de gênero da mesma época: são descobertas da primeira infância, do corpo, dos hábitos e da fala da criança pequena (ARIÈS, 1981, p 30-31).

O sentimento de *apego* surge a partir do século XVII, como uma manifestação da sociedade contra a *papiricação* da criança, e propõe separá-la do adulto para educá-la nos costumes e na disciplina, dentro de uma visão mais racional. Conseqüentemente, houve a necessidade da imposição de regras e normas na nova educação e a formação de uma criança melhor doutrinada atendendo à nova sociedade que emergia. Tal concepção de indivíduo que aparece faz com que a criança seja alvo do controle familiar ou do grupo social em que ela está inserida. Com o surgimento desse novo homem moderno, aparecem também as primeiras instituições educacionais, permitindo assim uma concepção particular da infância e a sua importância tanto moral como social e metódica das crianças em instituições especiais, adaptadas a essas finalidades.

Com a evolução nas relações sociais estabelecidas a partir da Idade Moderna, a criança passa a ter um papel central nas preocupações da família e da sociedade. A nova percepção e organização social fizeram com que os laços entre adultos e crianças, pais e filhos, fossem fortalecidos. A partir deste momento, a criança começa a ser vista como indivíduo social, dentro da coletividade, e a família tem grande preocupação com sua saúde e sua educação. Tais elementos são fatores imprescindíveis para a mudança de toda a relação social.

Por sua vez, a adolescência historicamente só surge como uma categoria social a partir do período da Revolução Industrial. Até o século XVIII, esse período da vida era confundido com a infância e *enfants* era única palavra que os designava.

Mesmo quando os hábitos de cronologia pessoal eram aceitos pelos costumes, eles não chegavam a se impor como um conhecimento positivo, e não dissipavam de imediato a antiga obscuridade da idade, que subsistiu ainda algum tempo nos hábitos de civilidade. As "idades da vida" ocupam um lugar importante nos tratados pseudocientíficos da Idade Média. Seus autores empregam uma terminologia que nos parece puramente verbal: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade cada uma dessas palavras designando um período diferente da vida. Desde então, adotamos algumas dessas palavras para designar noções abstratas como puerilidade ou senilidade, mas estes sentidos não estavam contidos nas primeiras acepções. De fato, tratava-se originalmente de uma terminologia erudita, que com o tempo se tornou familiar. As "idades", "idades da vida", ou "idades do homem" correspondiam no espírito de nossos ancestrais a noções positivas, tão conhecidas, tão repetidas e tão usuais, que passaram do domínio da ciência ao da experiência comum. Hoje em dia não temos mais ideia da importância da noção (ARIÈS, 1981, p. 23).

Será no século XVIII e XIX que aparecerão as primeiras tentativas de definir a adolescência, quando esta faixa etária se destaca como mão de obra adequada ao trabalho; com a sofisticação do sistema escolar, que passa a dividir os alunos por idade e com a difusão do ensino superior na Europa. Para Ariès (1981), embora um vocabulário da primeira infância tivesse surgido e se ampliado, subsistia a ambiguidade entre a infância e a adolescência de um lado, e aquela categoria a que se dava o nome de juventude, do outro. Não se possuía a ideia do que hoje chamamos de adolescência, e essa ideia demoraria a se formar. A ambiguidade entre infância e adolescência começara a se formar. Na concepção de Ariès (1981), no século XVIII, a ideia de adolescência iniciava-se com duas personagens, uma literária, Querubim, e a outra social, conscrito. Em Querubim, era ressaltado que, como se entrava muito cedo na vida social, os traços redondos e cheinhos dos meninos da primeira adolescência, davam-lhes uma aparência feminina, e isso explica o provável disfarce dos homens em mulheres no romance barroco do início do século XVII. Homens sem barbas e que já tinham traços suaves, já não eram mais considerados adolescentes, porque já atuavam como homens feitos, comandando e combatendo. No século XVIII, o adolescente seria imaginado pelo conscrito. Siegfried de Wagner, foi o primeiro adolescente moderno típico, manifestou a mistura de pureza, de força física, de naturismo, de espontaneidade e de alegria de viver, e isso criava o adolescente como herói do século XX. Na Alemanha wagneriana, surgiram os fenômenos da adolescência, e mais tarde chegaria à França, mais ou menos em 1900. A juventude estaria em alta, e com isso, viraria alvo de preocupação de políticos e moralistas. Ela começou a ser pensada como uma forma de reaviver uma sociedade velha, mostrando novos valores.

De acordo com Ariès (1981), após a I Guerra Mundial, em 1914, a juventude virou um imenso fenômeno, aonde os combatentes das frentes de batalha se colocaram contra as velhas gerações de retaguarda. A partir daí, a adolescência cresceria, fazendo com que a

infância fosse para trás e maturidade fosse levada para frente. Já tinha os adolescentes casados, que mostrariam seus valores, apetites e costumes. Iniciava-se então uma época em que a adolescência era tida como a idade favorita.

Para o autor, cada época correspondia uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana. A idade privilegiada do século XVII era a juventude, do século XIX, a infância, e do século XX, a adolescência.

Para Ariès (1981), a família e a escola retiraram juntas as crianças da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. A solicitude da família, da Igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade de que ela gozava entre os adultos. Infringiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas.

A família moderna retirou da vida comum não apenas as crianças, mas uma grande parte do tempo e da preocupação dos adultos. Ela correspondeu a uma necessidade de intimidade e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida.

Isto porque a partir do século XVIII, as famílias burguesas não aceitaram mais essa mistura, e retiraram suas crianças daquilo que se tornaria um sistema de ensino primário popular, para colocá-las nas pensões ou nas classes elementares dos colégios, cujos monopólios conquistaram. Os jogos e as escolas, inicialmente comuns ao conjunto da sociedade, ingressaram então num sistema de classes. Foi como se um corpo social polimorfo e rígido se desfizesse e fossem substituídas por uma infinidade de pequenas sociedades - as famílias, e por alguns grupos maciços - as classes.

1.2 A lei: A criança e o adolescente como sujeito de direitos

No final do século passado, principalmente a partir da década de 1990, observa-se que a família adquiriu um lugar mais compatível com a sua relevância no desenvolvimento do ser humano e da sociedade. No Brasil, a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei Orgânica de Assistência Social, Loas (1993) refletem esse contexto, visto que contemplam em seus artigos a proteção à família, infância e juventude, representando um respaldo jurídico importante para o redirecionamento de políticas públicas

mais comprometidas com a família brasileira. Paralelamente, no panorama internacional do século passado, que sabemos interferir na nossa Nação, constata-se uma mudança no que se refere ao papel do Estado. Se antes predominava o Welfare State (Estado do Bem Estar Social), acreditando-se que o desenvolvimento do indivíduo e a sua promoção social poderiam ser ancorados estritamente na estrutura estatal, passa-se após a década de 1990 a reconsiderar esse paradigma, compreendendo que o Estado não supre todas as necessidades do indivíduo, e assim deve-se compartilhar a missão com a sociedade civil e privada.

No período que compreende o final do século XIX e início do século XX, as transformações sociais levaram a mudanças nas políticas públicas sociais voltadas para a infância desvalida. O crescimento demográfico era extremamente acentuado em 1872, o primeiro censo apontou cerca de 10 milhões de habitantes no Brasil e, em 1990, esse número cresceu quinze vezes. Em 1927, implanta-se o Primeiro Código de Menores que, além de extinguir o sistema de Roda, definiu outras leis, como: estabelecimento da obrigatoriedade de ensino, regulamentação do ensino profissionalizante, intervenção sobre o pátrio poder e a legislação penal. Constata-se, nessa legislação, que os principais aspectos contemplados não mencionam a família, definem que a solução para os menores é a internação e elevam a responsabilidade penal de nove para 14 anos.

Nesta perspectiva surgem instituições de regime educativo, nas zonas urbanas e rurais, cujo objetivo era a instrução básica e a preparação para o mercado de trabalho; e a escola de Reforma, que abrigava crianças e adolescentes, objetivando melhorar o caráter dos menores viciados ou pervertidos, delinquentes ou não, pela educação e pelo trabalho (RIZZINI, 1997, p. 228).

Observamos que grande parte das crianças colocadas em internatos, no início do século XX, não era órfã; era oriunda das famílias pobres, que enfrentavam dificuldades para reconquistar o direito à guarda dos filhos diante da disputa com outras instituições Juizado de Menores, Delegacia de Menores e as instituições de atendimento, frequentemente as famílias acabavam abandonando os filhos nos internatos, confirmando a sua imoralidade e liberando os internatos a cuidar da educação sem interferências. Em 1960, instala-se, no Brasil, a fase do Estado do Bem estar do Menor, extinguindo o SAM e criando, em 1964, pelos militares, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) através do decreto de 14/07/1965. Em 1979, implantou-se um segundo Código de Menores, que regulamentou a adoção, determinou que o Estado devesse criar entidades de assistência e proteção à infância e à juventude e oficializou a FUNABEM, que deveria ser responsável pela formulação de

políticas para o menor, em nível nacional, executada pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), em nível estadual (ARANTES, 1995). Nesse momento, o Estado brasileiro assume o papel de interventor e responsável pela assistência e proteção das crianças pobres e infratoras, porém sempre de uma maneira repressora tônica da ditadura militar. Em nível internacional, tem-se que o século XX foi marcado por movimentos globais⁶, em prol dos direitos das crianças, os quais desencadearam movimentos nacionais, em função do aumento da violência, principalmente nas grandes cidades, e da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes cometida pela Polícia e nas FEBEMs (AZÔR, 2005).

O Brasil foi um dos 194 países signatários do texto da Convenção dos Direitos da Criança e, entre eles, o primeiro a instituir um Estatuto que define uma lei específica de proteção integral à infância e juventude. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), implantado em 1990, pela lei 8069, representou um avanço jurídico ímpar na história nacional e internacional; uma mudança na concepção de infância não fazendo distinção entre crianças ricas e pobres e a garantia de direitos à infância e juventude. O Estatuto é uma lei que coloca a criança e o adolescente como sujeitos de direitos com prioridade absoluta. Entretanto, para que a doutrina da proteção integral, inserida no ECA, efetive-se, são necessários mecanismos, estruturas de apoio, defesa e redes que assegurem o cumprimento de seus direitos fundamentais.

⁶ Esses movimentos, sem dúvida, representaram um respaldo relevante na luta a favor da infância e juventude. Em especial, cita-se:

1) Declaração Universal dos Direitos da Criança adotada pela ONU, em 20 de novembro de 1959; é um documento fundamental de nossa civilização. E esse documento estabelece onze princípios: 1º proteção especial para o desenvolvimento físico, mental, moral e espiritual; 2º direito à nacionalidade; 3º benefícios à Previdência Social, criando-se com saúde, alimentação, recreação e assistência médica; 4º cuidados especiais à criança incapacitada física, mental e socialmente; 5º responsabilidade dos pais em um ambiente de afeto e segurança moral e material, não sendo apartada da mãe, salvo circunstâncias excepcionais; 6º educação gratuita e compulsória; 7º direito de brincar e distrair-se; 8º direito de ser a primeira a receber proteção e socorro; 9º proteção contra qualquer forma de negligência, crueldade e exploração; 10º proibição de empregá-la antes da idade mínima conveniente; 11º proteção contra atos que possam suscitar discriminação social, religiosa ou de qualquer outra natureza. 2) Ano Internacional da Criança, em 1979. 3) Texto da Convenção dos Direitos da Criança, proposto pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e oficializado em 1990, como lei internacional. É considerado o instrumento de direitos humanos mais aceito na história da Humanidade, sendo assinado por 194 países, que necessariamente se comprometeram a adaptar suas normas à legislação da Convenção, fundamentada em três princípios básicos: 1) proteção especial como ser em desenvolvimento; 2) o lugar ideal para seu desenvolvimento é a família; 3º - as Nações obrigam-se a constituí-la com prioridades. 4) Regras de Beijing conjunto de regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e Juventude, que definem uma legislação e uma institucionalização educativa para o jovem infrator do sexo masculino e feminino. 5) Diretrizes de Riad definidas na Reunião Internacional de Especialistas, em Riad (1988), com o objetivo de estabelecer o projeto de normas das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil. Atualmente, observa-se mundialmente, uma exacerbação de movimentos em prol da infância e juventude (AZÔR, 2005, p.32-34).

Quando se trata da política de acolhimento de crianças e adolescentes considera-se a importância da família no desenvolvimento bio-psico-social da criança. Donald W. Winnicott (1999) e John Bowlby (1981) defendem que as crianças necessitam de um ambiente impregnado de afeto que lhes favoreça segurança para viabilizar e garantir um desenvolvimento saudável. Segundo Bowlby (1981), é essencial à saúde mental e ao desenvolvimento da personalidade do bebê e da criança pequena, a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe biológica ou substituta permanente. A possibilidade de uma criança sofrer maus-tratos, nos anos iniciais, é alvo de preocupações dos estudiosos. Winnicott (1999) alerta que os maus-tratos na infância, principalmente enquanto bebê são muito prejudiciais, contribuindo com um sentimento de insegurança e um atraso no desenvolvimento, constatado em crianças mais velhas e adultas. Os avanços científicos, em especial os estudos da psicologia, relacionados à importância da família para o desenvolvimento humano, têm contribuído para aflorar discussões e iniciativas a fim de se ter metas efetivas para o atendimento das crianças e de suas famílias. Além disso, a constatação da necessidade de prevenção de situações de risco tem mobilizado a sociedade como um todo, em prol de uma infância saudável (AZÔR, 2005).

Sabe-se que há efeitos nocivos na institucionalização precoce e prolongada. Na verdade, há que se destacar à ameaça real de ruptura dos vínculos com a família de origem e às dificuldades existentes para a formação de novos laços afetivos, inclusive no próprio espaço do abrigo. Em razão da existência atual de mecanismos mais eficazes de controle da sociedade sobre os ambientes coletivos de cuidado destinados à primeira infância, quando a criança permanece sob a guarda do abrigo, costuma receber cuidados físicos relativamente adequados (preocupação com a alimentação, a higiene e o trato de doenças comuns), mas emocionalmente indiferentes (atendimento impessoal, massificado, burocratizado e o contato entre adultos e crianças tende a ser pouco afetivo). Ou seja, um longo período de institucionalização resulta, muitas vezes, por passividade nas interações com o ambiente e dificuldade na verbalização das emoções, ou seja, o sequestro da subjetividade.

Todavia, para os espaços de abrigamento ainda vão atualmente todas aquelas crianças e adolescentes que de alguma forma perderam ou viram enfraquecer as relações com suas famílias ou comunidades, ou ainda aquelas que transitam entre a casa, as ruas e os próprios abrigos, construindo sua própria identidade e história de vida nestes diferentes e adversos espaços.

Cabe ressaltar, contudo, de acordo com Irene Rizzini e Irmã Rizzini (2004, p.13) especificamente no Brasil, a partir da análise de documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: “o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas”. E apesar de o atendimento institucional ter sofrido mudanças significativas na história recente, particularmente no período que sucedeu a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), no entanto, muitos de seus desdobramentos são ainda marcados por práticas do passado.

De acordo com o senso, 36,7% do 60 milhões de brasileiros, que se encontravam na faixa de 0 a 19 anos em 2000, viviam em famílias com renda média *per capita* de até meio salário mínimo (IBGE: 2001). Muitos deles acabam nas rotas entre a casa, a rua e uma variedade de instituições, em geral porque suas famílias não dispõem de recursos para mantê-los (2004, p.17).

O Estatuto da Criança e do Adolescente veio regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 que diz que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Ao mesmo tempo em que veio regulamentar cria um direito novo da criança e do adolescente.

O Brasil, ao adotar a Doutrina da Proteção Integral, estabeleceu não apenas os direitos fundamentais da criança e do adolescente, mas também o princípio da absoluta prioridade na atenção a estes direitos e à observância da condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. O Estatuto atendeu ainda à normativa internacional, isto é, à Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 20 de novembro de 1989 e outros documentos, como as Regras de Beijing de 1985 e as Diretrizes de Riad, em 1990. Quando o Brasil “rompeu” com a Doutrina da Situação Irregular e incorporou a Doutrina da Proteção Integral, promovendo o então “menor”, mero objeto do processo, para uma nova categoria jurídica, passando-o à condição de “sujeito” do processo, estabeleceu uma relação de direito e dever. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus 267 artigos, assegura os direitos e deveres de cidadania a crianças e adolescentes, determinando ainda a responsabilidade dessa garantia aos setores que compõem a sociedade, sejam estes a família, o Estado e a sociedade. No percurso de seus capítulos e artigos, o

Estatuto discorre sobre as políticas referentes à saúde, educação, adoção, tutela e questões relacionadas a crianças e adolescentes autores de atos infracionais.

Para Rizzini (2002), o Estatuto da Criança e do Adolescente, como qualquer outro documento normativo, é um produto de seu tempo. Está inserido no pensar e no agir de sua época e de sua cultura; atrelado à história, à política e aos múltiplos interesses em jogo, em âmbito mundial. Sendo assim, como qualquer outra lei, apresenta contradições, avanços e retrocessos.

E em 2014, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) completa vinte e quatro anos, consideramos que houve avanços, tais como tratar a criança e o adolescente como sujeito de direitos, fornecendo a eles as condições adequadas para seu desenvolvimento. Há, no entanto, a garantia de uma série de direitos como saúde, alimentação, esporte, lazer, cultura, convivência familiar e comunitária, dentre outros pontos que ainda não estão assegurados a todas as crianças, adolescentes e jovens.

1.3 A Juventude como categoria social

É importante esclarecer que existe no Brasil, um uso concomitante de dois termos, adolescência e juventude, que ora se superpõem, ora constituem campos distintos, mas complementares. As diferenças e as conexões entre os dois termos, não são, muitas vezes, claras. Definir juventude não constitui uma tarefa simplória, pode ser como faixa etária, por um período de vida, por um contingente populacional ou como categoria social.

Para Clarice Cassab (2009) é possível delinear três grandes acepções que norteiam o conceito de juventude. Uma primeira, que procurará definir juventude a partir de um recorte etário – entre 15 e 24 anos, no caso da Organização Mundial de Saúde (OMS). A segunda relaciona a juventude a uma fase de transição – a passagem da infância à vida adulta. Por fim, uma última acepção, que associa a juventude a um eterno devir, a um projeto de futuro, sendo, portanto, negado o presente. “A juventude é, portanto uma representação simbólica fabricada pelos grupos sociais” (CASSAB, 2009, p.57).

Bourdieu (2003) pondera que o reflexo profissional do sociólogo é lembrar que as divisões entre as idades são arbitrárias, a fronteira entre juventude e velhice é em todas as sociedades uma parada em jogo de luta. O autor nos diz que “quando digo jovens/velhos, tomo a relação na sua forma mais vazia. É-se sempre velho ou jovem para alguém. É por isso que os cortes em classes de idade ou em gerações são tão variáveis e são uma parada em jogo

de manipulações” (2003, p.152). E ainda afirma que as classificações por idade, mas também por sexo ou por classe, equivalem sempre a impor limites e a produzir uma ordem a qual cada um deve se ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar. Para Bourdieu (2003, p. 153):

Seria necessário pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou para falarmos depressa, entre as duas juventudes. Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de existência, o mercado de trabalho, o orçamento, tempo, etc., dos “jovens” que se encontram já a trabalhar, e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as imposições que só a solidariedade familiar pode atenuar um pouco, do universo econômico real, do outro, as facilidades de uma economia quase lúdica de assistidos, assente no subsídio, com refeições e alojamentos baratos, títulos de acesso a preços reduzidos ao teatro e ao cinema, etc. Encontraríamos diferenças análogas em todos os domínios da existência: por exemplo, os rapazes mal vestidos, com o cabelo comprido demais, que, nos sábados à noite, passeiam com a namorada numa motorizada de má qualidade, é a esses rapazes que os chuis dão caça.

Deste modo, Bourdieu (2003) considera que é por meio de um formidável abuso de linguagens que nos subsumem os mesmos conceitos universos sociais que nada tem em comum. Para Juarez Dayrell (2002) não podemos definir um único conceito de juventude, mas, sim, juventudes. O autor afirma que aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais fazem com que tenhamos, em cada localidade, um tipo de juventude. Ou seja, ser jovem hoje tem relação com vários fatores, multicausais e fragmentados como o tempo em que vivemos. Segundo Cassab (2009), a juventude não seria um bloco homogêneo; daí a impossibilidade de se falar em juventude no singular. “São tantas as juventudes quanto são as classes sociais, as etnias, as religiões, os gêneros, os mundos urbanos ou rurais” (2009, p.43).

Historicamente, o período que se compreende como juventude, tal como genericamente definido, na sociedade moderna ocidental, começa com as mudanças físicas da puberdade, ligadas à capacidade de reprodução, com as concomitantes transformações intelectuais e emocionais e termina, em tese, quando se conclui a “inserção no mundo adulto”. No entanto, se esse período se alonga na sociedade moderna, ele pode comportar durações e ritmos bastante diferentes de acordo com os contextos sociais e também com as trajetórias de cada indivíduo. Mais ainda, estas condições que assinalam o término da juventude podem ser relativizadas e, isoladamente, não bastam para caracterizar um ou outro estágio da vida. A perda de linearidade deste processo é um elemento que caracteriza hoje a condição juvenil.

No Brasil, comumente, quando psicólogos vão descrever ou fazer referências aos processos que marcam esta fase da vida (a puberdade, as oscilações emocionais, as características comportamentais que são desencadeadas pelas mudanças de *status* etc.) usam o

termo *adolescência*. Quando sociólogos, demógrafos e historiadores se referem à categoria social, como segmento da população, como geração no contexto histórico, ou como atores no espaço público, o termo mais usado é *juventude*.

Para Maria Virgínia de Freitas (2005), no entanto, no Brasil, dos anos 80 até recentemente, o termo adolescência foi predominante no debate público, na mídia e no campo das ações sociais e estatais. Fruto de um importante movimento social, em defesa dos direitos da infância e adolescência, que ganhou corpo na sociedade brasileira e fez emergir uma nova noção social, centrada na ideia da adolescência como fase especial do ciclo de vida, de desenvolvimento, que exige cuidados e proteção especiais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) avança profundamente a compreensão sobre as crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos, e estabelece os direitos singulares da adolescência, compreendida como a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos de idade, quando então se atinge a maioridade legal. A partir deste marco, uma boa parte das ações públicas e privadas, como, por exemplo, programas desenvolvidos tanto pelo Estado como por ONGs, no campo da saúde, do lazer, da defesa de direitos, da prevenção de violência, de educação complementar e alternativa, passaram a definir seu público alvo desta maneira. Muitos movimentos sociais também passaram a incorporar em suas pautas bandeiras de defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Atualmente, uma das tendências, no interior do debate sobre políticas públicas, é distinguir como dois momentos do período de vida amplamente denominado juventude, sendo que a adolescência corresponde à primeira fase (tomando como referência a faixa etária que vai dos 12 aos 17 anos, como estabelecido pelo ECA), caracterizada principalmente pelas mudanças que marcam esta fase como um período específico de desenvolvimento, de preparação para uma inserção futura; e juventude (ao que alguns agregam o qualificativo propriamente dito, ou então denominam como jovens adultos, ou ainda pós adolescência) para se referir à fase posterior, de construção de trajetórias de entrada na vida social.

Mas, em grande medida, a imprecisão e a superposição entre os dois termos permanece, o que pode levar a ambiguidades que podem resultar em invisibilidades e desconsiderações de situações específicas que geram, em decorrência, a exclusão de múltiplos sujeitos do debate e do processo político atual.

A criação, no final da década de 90, das primeiras políticas públicas voltadas para os jovens, colocou a necessidade de se entender as especificidades deste público, o acesso a direitos, o papel das políticas públicas, entre outros aspectos. Diante desse cenário, o

Congresso Nacional vem debatendo, nos últimos anos, o Estatuto da Juventude, na tentativa de criar pontos de convergências e estabelecer um marco regulatório sobre a juventude no Brasil.

Em 2005, foi aprovada, no Congresso Nacional, a Lei 11.129/2005 que criou a Política Nacional da Juventude, tendo como desdobramentos a criação da Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude, órgãos com a função de propor, implementar e fiscalizar as políticas públicas e zelar pelos direitos da juventude. Esse processo fez com que o governo federal, a partir de um decreto presidencial, desencadeasse um processo que atingiu os municípios, os Estados e a união para a realização, em 2008, em Brasília, da histórica 1ª Conferência Nacional da Juventude. Nessa conferência, foram realizadas várias pesquisas na tentativa de captar o perfil e a percepção dos participantes sobre a juventude, com aproximadamente 1.854 jovens (CASTRO E ABRAMOVAY, 2009). Quando questionados sobre o que é ser jovem hoje, de acordo com Castro e Abramovay (2009, p. 217), os jovens reponderam:

Tendem a ressaltar as alternativas que representam os valores da juventude. Nesse sentido, os itens relativos à linguagem e à música (37,7%), seguido do jeito de vestir e aparência (34,7%) e de ser questionador/transgressor/ousado (30,5%) (...) ser criativo e empreendedor (27,1%), à consciência e responsabilidade (25,4%), a buscar adrenalina e correr riscos (23,7%), à insegurança pessoal e social (22,3%), à falta de perspectiva (20,4%) [...] ser instável emocionalmente (8,3%) e ser egoísta (6,0%).

Quando analisamos esses dados, constatamos que ser jovem, de acordo com a visão dos jovens, tem relação com a linguagem, aparência, modo de questionar, criatividade, consciência, correr risco e não ter perspectivas. Um dos limites colocados é a dificuldade de tratar este público com uma ótica diferenciada em relação às crianças – por exemplo, a maior parte das ações está baseada nos princípios de proteção e tutela (que marcavam, como paradigma, a ação dirigida à defesa das crianças e adolescentes), sem conseguir lidar com a demanda de autonomia e participação, e com os elementos de conflito, mais acentuadas na condição juvenil. Para Marília Pontes Sposito (2003), há uma herança sociopolítica acumulada na luta pela defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que influencia positivamente o debate atual, pois alguns setores afirmam, diante da juventude, uma concepção ampliada de direitos. No entanto, parte das atenções, tanto da sociedade civil como do poder público, voltou-se, nos últimos anos, para os adolescentes e para aqueles que estão em processo de exclusão ou privados de direitos – a faixa etária compreendida pelo Estatuto

da Criança e do Adolescente. Este duplo recorte, etário – adolescentes – e socioeconômico, pode operar com seleções que impõem modos próprios de conceber as ações públicas.

Se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites da maioridade legal, parte das políticas exclui um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo possível das ações, pois ainda, efetivamente, vivem a condição juvenil. De outra parte, no conjunto das imagens, não se considera que, além dos segmentos em processo de exclusão, há uma inequívoca faixa de jovens pobres, filhos de trabalhadores rurais e urbanos, os denominados setores populares e segmentos oriundos das classes médias urbanas empobrecidas, que fazem parte da ampla maioria juvenil brasileira e que podem, ou não, estar no horizonte das ações públicas, em decorrência de um modo peculiar de concebê-los como sujeitos de direitos (SPOSITO, 2003, p.28).

Neste sentido, ressalta-se que a noção de adolescência está mais consolidada e ao mesmo tempo, difundida na sociedade brasileira, contando com maior institucionalidade (com o Estatuto da Criança e Adolescente como marco legal e a existência de conselhos tutelares e de defesa em todos os níveis da federação são sua maior expressão), e maior número de ações e atores comprometidos a sustentarem sua postulação. Com relação à juventude, o debate é mais recente e menos estabelecido.

Ressalta-se ainda, que por se tratar de um marco regulatório adotaremos a expressão adolescente de forma mais usual nesta pesquisa, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente. Todavia, compreendemos que a concomitância das expressões adolescente/jovem representa não apenas uma sobreposição de sentidos, mas sim, muitas vezes uma ausência de políticas públicas que demarquem a juventude como público alvo para ações específicas, pensadas a partir de suas demandas.

Sob a perspectiva de contribuir socialmente e compreender a realidade de crianças, adolescentes e jovens que vivenciam a medida protetiva de acolhimento, este estudo busca investigar se, metaforicamente, aproximam-se as classes mais baixas da sociedade e o lixo, produzindo uma variedade de “lixo social” que habita áreas urbanas, consideradas indesejadas, compondo assim, paisagens indesejáveis.

Não se trata apenas de uma compreensão do lixo conceitualmente, mas de uma articulação que o relacione a determinados grupos sociais. Especificamente compreender o processo de inclusão/exclusão em instituições do Estado. Compreende-se que a instituição atua como um campo, produzindo um *habitus* de lixo social nos internos. Retomando o conceito de “excluídos do interior” (BOURDIEU, 1997, 1998), busca-se tornar visíveis práticas e discursos que construirão os excluídos da sociedade através do processo de inclusão em instituições de acolhimento a infância e adolescência vítimas de direitos violados.

Constituem-se indivíduos a margem ou, como nos diz Agamben (2004), o *homo sacer* é aquele que cometeu um crime além de qualquer punição, aquele que se tornou “matável”, mas que, ao mesmo tempo, tornou-se insacrificável. De algum modo estas crianças e adolescentes não tem suas famílias como instância de socialização, por isso estão internas, isto é, por um lado, incluídas em instituições de sequestro e, por outro lado, excluídas do que a sociedade moderna considera primordial, o cuidado familiar.

Em Bourdieu (1996), se observa a identidade familiar como um dos princípios de percepção mais poderosos do mundo social e uma das unidades sociais mais reais. Para ele há a necessidade de apreendê-la como uma categoria; um princípio coletivo de construção dessa realidade, sendo ele próprio socialmente construído, devido ao seu reconhecimento por todos os agentes socializados. Seu estudo coloca a família como um princípio comum de visão e de divisão, constitutivo do *habitus*. Neste sentido, família para Bourdieu é uma ilusão bem fundamentada, pois transmite o *habitus*, adquirido no próprio seio de uma família como ficção social. Enquanto produto de um trabalho ao mesmo tempo prático e simbólico, a família transforma a obrigação de amar em “disposição amorosa”, dotando cada um dos seus membros de um “espírito de família”, garantindo, assim, o requisito essencial para sua existência (BOURDIEU, 1996, p.129).

Para o autor o *habitus* funciona como uma espécie de lei tácita da percepção e da prática que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social. Bourdieu diz que os agentes podem ter condutas razoáveis, mas não no sentido de racionais. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação; é o “sentido do jogo”. Os agentes sociais estão envolvidos em seus afazeres (ou no a fazer), que não são postos como objetos do pensar, mas inscritos no jogo (BOURDIEU, 1996, p. 146).

Neste sentido, questiona-se para que possamos qualificar os internos dos abrigos como “refugio humano” ou “lixo social” é necessário atrelar a formação social destes indivíduos a partir da ausência? Como, por exemplo, a ausência de vínculos familiares e comunitários? Ou a ausência de referencial afetivo e de respeito às características individuais? Ou, ainda, a ausência de participação/interação na formulação de regras de convivência? Pode-se, a partir destas problematizações, construir uma metáfora do sujeito abandonado com a concepção de “refugio humano”?

1.4 Lixo e morte: a produção do “lixo social”

O lixo, por suas características, representa a degenerescência, a finitude e a morte. Pode-se observar que o significado da expressão lixo passa por imundície, que remete à ideia de impureza e pecado. De acordo com Eigenheer (2003, p.90) fica claro que o que se entende por lixo perpassa por aquilo que deve ser afastado, “aquilo que se varre de casa, do jardim, da rua, e se joga fora; entulho. Tudo o que não presta e se joga fora. Coisa ou coisas inúteis, velhas, sem valor. Sujicidade. Excremento. Escória. Ralé”.

De outro modo, para Maria Luiza Otero D’Almeida e André Vilhena (2000), o lixo⁷ pode ser classificado de diferentes formas, isto é, pode ser classificado quanto a sua natureza: seco e molhado ou quanto a sua composição química: matéria orgânica e inorgânica. Para Zygmunt Bauman (1998) o conceito de lixo está associado à pureza e demarca-se pelo seu posicionamento na ordem estabelecida pela própria pureza. Sobre a modernidade Bauman (1998) nos diz que ela se estrutura a partir de padrões como beleza, pureza e ordem:

Nada predispõe “naturalmente” os seres humanos a procurar ou preservar a beleza, conservar-se limpo e observar a rotina da chamada ordem. (Se eles parecem, aqui e ali, apresentar tal “instinto”, deve ser uma inclinação criada e adquirida, ensinada, o sinal mais certo de uma civilização em atividade) Os seres humanos precisam ser obrigados a respeitar e apreciar a harmonia, a limpeza e a ordem (BAUMAN, 1998, p.8).

Trata-se de se perceber a visão da pureza como um dos pressupostos ordenadores da modernidade. A intervenção humana decididamente não suja a natureza, e a torna imunda: ela insere na natureza a própria distinção entre pureza e imundície, cria a própria possibilidade de

⁷ a) Domiciliar: aquele originado na vida diária das residências, constituído por restos de alimentos (cascas de frutas, verduras, sobras etc.), produtos deteriorados, jornais e revistas, garrafas, embalagens em geral, papel higiênico, fraldas descartáveis e uma grande diversidade de outros itens. b) Comercial: Aquele originado dos diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, tais como supermercados, estabelecimentos bancários, lojas, bares etc. c) Público: aquele originado dos serviços de: limpeza pública urbana, limpeza de praias, limpeza de galerias, córregos e terrenos, restos de podas de árvore; limpeza de áreas de feiras livres etc. d) Serviços de Saúde e Hospitalar: São divididos em resíduos assépticos e sépticos. Os resíduos assépticos são papéis, restos da preparação de alimentos, resíduos de limpeza gerais (pós, cinzas etc.). E outros materiais que não entram em contato com pacientes e resíduos sépticos. Estes contêm ou potencialmente podem conter germes patogênicos. São oriundas de sala de cirurgia, áreas de internação e isolamento (agulhas, seringas, gases, algodões, órgãos e tecidos removidos, meios de culturas e animais usados em testes, sangue coagulado, luvas descartáveis, instrumentos de resina sintética, filmes fotográficos de raios-X, etc.); e) Portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferrovias - São divididos em resíduo asséptico e séptico. Os resíduos assépticos são considerados como domiciliares. Já os resíduos sépticos são materiais de higiene, asseio pessoal e restos de alimentação que podem veicular doenças provenientes de outras cidades, estados ou países; f) Agrícola - Embalagens de adubos, defensivos agrícolas, restos de colheitas etc.; g) Entulho - Demolição e restos de obras, sobras de escavações etc. Geralmente são materiais inertes, passíveis de reaproveitamento (D’ALMEIDA; VILHENA, 2000, p. 29-30).

uma determinada parte do mundo natural ser “limpa” ou “suja” (BAUMAN, 1998, p.14). A pureza representa um ideal da visão das coisas colocadas em lugares *diferentes* do que elas ocupariam, no entanto existem coisas para as quais “o lugar certo” não foi reservado, assim ficam “fora do lugar” (BAUMAN, 1998, p.14). É uma visão da ordem, isto é, de uma situação em que cada coisa se acha em seu justo lugar e em nenhum outro. Não são, portanto, as características intrínsecas das coisas que as transformam em “sujas”, mas tão somente a sua localização e precisamente sua localização na ordem das coisas idealizadas pela pureza, isto é:

Baratas, moscas, aranhas ou camundongos, que em nenhum momento podem resolver partilhar um lar com os seus moradores legais (e humanos) sem pedir permissão aos donos, são por esse motivo, sempre e potencialmente, hóspedes não convidados, que não podem, desse modo, ser incorporados a qualquer imaginável esquema de pureza (BAUMAN, 1998, p.15).

Pode-se, portanto, deduzir que o interesse pela pureza, e o associado interesse pela “higiene”, no sentido de manter a sujeira longe, tem uma relação mais que acidental, com a fragilidade da ordem. Não podemos, de acordo com Bauman (1998), confiar na ordem cuidando dela própria, isto é, não se pode esperar que ela sobrevivesse à nossa complacência. Afinal, ordem significa um meio regular e estável para os nossos atos, um mundo em que a probabilidade dos acontecimentos não esteja distribuída ao acaso está atrelada a nossa memória e os benefícios daquilo que se considera uma “boa organização” (BAUMAN, 1998, p.15-16). “O estabelecimento da ordem, acima de tudo, relaciona-se a tarefa de generalizar, classificar, definir e separar categorias” (1998, p.53). Todas as invenções para estabelecer a ordem cuidam da coerência e coesão das condições resultantes na uniformidade, segundo o modelo de fábrica de ordem (1998, p.163).

Sob uma perspectiva diferenciada, observam-se as considerações de Douglas (1966) que ressalta o interesse pela pureza e a obsessão com a luta contra a sujeira emergem como características universais dos seres humanos: os modelos de pureza, os padrões a serem conservados mudam de uma época para a outra, contudo, cada época e cada cultura têm certo modelo de pureza e certo padrão ideal a serem mantidos intactos. Para a autora os rituais de pureza e de impureza dão certa unidade à nossa experiência, assim, “longe de serem aberrações que afastam os fiéis do fim da religião, são atos essencialmente religiosos. Por meio deles, as estruturas simbólicas são elaboradas e exibidas à luz do dia” (DOUGLAS, 1966, p.15). Desta forma, os elementos díspares são relacionados e as experiências díspares adquirem sentido.

Mary Douglas (1966) ainda ressalta dois aspectos, por um lado, as ideias de impureza também são a expressão de sistemas simbólicos e que a diferença entre o comportamento face à poluição numa e noutra parte do mundo é apenas uma questão de pormenor. Por outro lado, a autora compreende que a impureza não é um fenómeno isolado, ao contrário, onde houver impureza, há sistema. A impureza é o subproduto de uma organização e de uma classificação da matéria, na medida em que ordenar pressupõe repelir os elementos não apropriados. Esta interpretação da impureza conduz-nos diretamente ao domínio do simbólico. Pressentimos assim a existência de uma relação mais evidente com os sistemas simbólicos de pureza. Para Douglas (1966), o nosso comportamento face à poluição consiste em condenar qualquer objeto ou qualquer ideia susceptível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações.

Culturalmente, o lixo tende a permanecer em zona de sombra, proporcionando a geração de um campo de medo e receios, como consequência de suas ambiguidades (EIGENHEER, 2003, p. 13). Considera-se o lixo ao mesmo tempo divino e satânico, tornando-se a parceria de toda criação – o lixo é sublime, por representar uma mistura singular de atração e repulsa que produz um composto singular, de terror e medo (BAUMAN, 2005). “Não, não se trata apenas de um problema técnico. Pois o espírito das coisas mortas se ergue sobre a terra e sobre as águas, e seu hálito é o presságio do mal” (KLIMA apud BAUMAN, 2005, p.11). Evidencia-se a tese de que a modernidade ocidental tenha escondido o drama da morte em seu cotidiano, seja com a profissionalização das estruturas médico-hospitalares e cemiteriais ou pelo esforço do “sempre novo” da era do consumo (EIGENHEER, 2003, p.15). Como contraponto, ao remeter-se à degenerescência, o lixo representa ameaça aos esforços de esquecimento da morte, por isso a necessidade de afastá-lo. O esforço para a posse de bens eternamente novos e o culto ao progresso representam, de certa forma, a busca da eternidade (ou a crença nela). A busca da eternidade pode ser considerada um dos traços definidores da humanidade, apesar de não existir forma de extrair a “eternidade” do “interior” da experiência humana a solução desse paradoxo encontra-se na linguagem. Os seres humanos, ao constituir a linguagem, não podem evitar a consciência da mortalidade.

Nesse contexto, o contato com os resíduos estabelece no homem uma aproximação com sua “mortalidade”. Produz-se lixo diariamente, porém a presença do lixo gera o desejo da ausência através de um conjunto de regras de afastamento. Segundo Eigenheer (2003), os estigmas e tabus relativos ao lixo relacionam-se com a necessidade de afastamento da morte.

Para o autor, convive-se, ao menos na civilização cristã, com textos, ritos e histórias das sucessivas tentativas, heroicas e gloriosas de perpetuação através de feitos arquitetônicos, bélicos e artísticos, como mostras do desejo da imortalidade, de se ultrapassar seu próprio tempo. Tais subterfúgios, entretanto não podem conviver facilmente com os sinais da veleidade como restos orgânicos que se decompõem e transformam-se em uma ameaça aos pressupostos de idealização do mundo. O homem evita, pois o contato com o lixo, por remetê-lo a sua própria morte, ou seja, a finitude humana.

Assim, se o lixo em nossa tradição nos faz lembrar e nos remete à morte, e se, por outro lado, no esforçamos por “esquecer” a fugacidade da vida, é de se entender que se escamoteie não só ele como outros aspectos da vida que possam ter a mesma função. Logo, não só o lixo, mas doentes, velhos, miseráveis, inválidos, áreas decadentes, merecem igualmente serem encarados como indesejáveis. Assim como o não enfrentamento da questão da morte não elimina de nossas vidas, o não querer tomar o lixo como presença decorrente do viver, não nos ajuda a tornar mais adequada nossa convivência com ele (EIGENHEER, 2003, p.17).

O lixo seria portador de um simbolismo, devido à decomposição, que justificaria não apenas a repugnância das pessoas, mas também a associação do mesmo com a morte, a doença, o caos e a desordem. Esse sentimento de repugnância é intensificado pelas suas características negativas, ou seja, ausência de forma, odor desagradável. Todavia, de acordo com Lewis Mumford (1998, p. 21):

O homem primitivo, assim como a criancinha, olha com interesse, com respeito até, todas as excreções do corpo [...]. Tem ele esses produtos espontâneos na conta de provas de uma espécie de criatividade espontânea, comum tanto ao homem como a seus parceiros animais. Na aldeia, o simples número tornava abundante o excremento, pois chegavam a misturá-lo com a lama para rebocar as paredes feitas de junco trançado das tendas da Mesopotâmia.

A repugnância a certos objetos seria o resultado da cultura, segundo Sigmund Freud (1976), da própria civilização mediada pela educação e os hábitos que se adquirem na infância.

Neste sentido, apesar de a produção de lixo ser uma prática “natural” do homem, é concebida por um desejo de ausência. Todo um conjunto de regras sociais de afastamento dos resíduos é, por isso, estabelecido pelo seu caráter simbólico de perigo.

Tanto as pessoas que trabalham com o lixo como os locais em que ele é disposto recebem tratamento negativo similar ao de pessoas e espaços ligados a outras “produções” da sociedade igualmente antigas e indesejadas, como cemitérios, manicômios, hospitais terminais, prisões, áreas de prostituição e albergues para mendigos. São lugares malditos, relegados de preferência aos “cantos” e à “periferia” da cidade. Aqueles que trabalham nesses lugares são discriminados, e em muitos casos considerados cidadãos de terceira categoria (EIGENHEER, 2003, p.21).

Com isso, a tensão lixo lembrando a morte tende-se a aguçar-se, reforçando, por um lado, os estigmas de afastamento relativos a ele, e por outro lado, gerando mecanismos de controle (EIGENHEER, 2003, p.27). Nesse contexto é possível entender também a ideia como uma mera questão técnica e operacional. Contudo, cria-se um paradoxo: é preciso consumir cada vez mais para viver e manter a vida moderna, ao mesmo tempo em que se torna necessário evitar que o produto final desse consumo – o lixo – nos ameace (2003, p.28). O descartável, o que já não é “útil”, o que não é novo, deve ser afastado – possivelmente para não nos deixar lembrar que também morreremos. É notória a relação conflitante do homem com o lixo. Para Eigenheer (2003, p.100), o estigma da degenerescência nos acompanha historicamente no correr dos séculos e “é sintomático o fato de até os dias atuais, apesar da ampla disseminação da reciclagem, muitas indústrias escondem o fato de trabalharem com embalagens de papel reciclado, temendo ter depreciada sua marca, em particular quando se trata de alimentos”. Não apenas se afasta a morte como se procura evitar o que dela nos possa fazer lembrar: o lixo, sim, mas também os velhos, os deserdados, os doentes e ainda a pobreza. Na contemporaneidade, a estreita relação lixo e morte passa despercebida, em função da medicamentação da morte e da coleta sistemática e acondicionada do lixo doméstico nos centros urbanos. Esse aparente afastamento esconde cada vez mais a percepção do processo de decomposição por que passam os resíduos e os próprios cadáveres (2003, p.120). É como se o que nos cerca devesse ser perecível, problema contornado pela constante substituição por algo novo. O lixo, ao contrário, rompe essa barreira desses escamoteamentos.

O que, na sociedade contemporânea, chamamos de “lixo” nada mais é do que o conjunto dos dejetos gerados pela produção e pelo consumo de mercadorias. A aparente banalidade dessa consideração se esvai quando, à maneira de Marx, nas primeiras páginas de *O capital*, estranhamos e problematizamos a noção de “mercadoria”. Em nossa vida cotidiana, utilizamos indistintamente termos como “mercadorias”, “bens”, “produtos”, etc. O processo de produção de mercadorias resulta tanto de movimentos cegos de acumulação de capital quanto da ação deliberada de alianças regionais de classe. Assim, a espacialização da acumulação indefinida de capital impõe a concentração espacial de um volume cada vez

maior de processos de produção/consumo de mercadorias e, portanto, a concentração espacial de um volume crescente de dejetos derivados desse processo (HARVEY, 2005). Se nos reportamos novamente a Marx, observamos que a mesma lei de ferro que conduz ao aumento contínuo do volume de mercadorias produzido e consumido leva também a produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva.

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo de outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva, numa escala correspondente ao progresso da acumulação de capital (MARX, 2003, p.741).

Essa crescente superpopulação relativa e pauperizada é concentrada espacialmente nos territórios em que se constituem as coerências estruturadas, tão essenciais à acumulação de capital, cujos nós principais são as grandes cidades capitalistas. Nessas cidades, a população desempregada e não empregável, o *lumpen-proletariado* vê-se na contingência de sobreviver à custa dos mais variados expedientes, tais como os pequenos delitos criminais individuais, o engajamento no crime organizado ou a execução do trabalho braçal informal de baixa remuneração, a exemplo da “catação” daquele crescente volume de dejetos do processo espacialmente concentrado de produção/consumo de mercadorias. Essa catação pode, evidentemente, voltar-se para a obtenção de produtos para o próprio consumo de subsistência e ou dedicar-se à seleção de dejetos cuja reincorporação ao processo de acumulação de capital se mostre rentável.

A putrefação da matéria orgânica no entorno, a sujeira das roupas e o mau aspecto das pessoas que trabalham com o lixo é que parecem ser insuportáveis e os torna uma variedade também de refugio, isto é, aquilo que aqui se denomina “lixo social”. Eigenheer (2003, p.159) aponta também a denominação “resíduos sociais” para aqueles encontrados em prisões, hospícios, áreas de prostituição, hospitais de doentes terminais e asilos. Para Bauman (2005, p.53) a população excedente é uma variedade de refugio humano, no curso do progresso econômico as formas existentes de “ganhar a vida” são sucessivamente desmanteladas e partidas em componentes destinados a serem remontados (“reciclados”) em novas formas. “Alguns componentes são danificados a tal ponto que não podem ser consertados”, assim:

[...] é que na área do planeta comumente compreendida pela ideia de “sociedade” não há um compartimento reservado ao “refugio humano” (mais exatamente, pessoas refugadas). Mesmo que a ameaça à sobrevivência biológica fosse identificada e enfrentada de modo efetivo, esse fato não chegaria nem perto de assegurar a sobrevivência social. Não será suficiente para a readmissão dos “redundantes” à sociedade que foram excluídos – da mesma forma que armazenar o lixo industrial em contêineres refrigerados dificilmente seria suficiente para transformá-los em mercadoria (BAUMAN, 2003, p.21).

[...] As pessoas supérfluas estão numa situação em que é impossível ganhar. [...] os supérfluos não são apenas um corpo estranho, mas um tumor canceroso que corrói os tecidos sociais saudáveis e inimigos jurados do “nosso modo de vida” e “daquilo que respeitamos” (BAUMAN, 2003, p.55).

Destacam-se, sobretudo, como um símbolo da exclusão, as estratégias adotadas pelos catadores de lixo no Brasil, muitas vezes estigmatizados duplamente, tanto em relação a sua pobreza quanto ao seu contato com produtos oriundos do lixo. Observa-se isto na localização preferencial de aterros distribuídos em áreas urbanas ocupadas por populações pobres. Assim, no Brasil, os lugares nos centros urbanos ocupados pelos catadores de lixo ou por populações pobres são tratados como lugares “malditos”, relegados aos “cantos” e à “periferia” das cidades, portanto, aqueles que ali trabalham são discriminados, sugerindo-se a necessidade de um afastamento social:

De palavras como sujeira, podridão, jogado, *imundice*, apodrecer, não prestar, etc., próprias do mundo do lixo, são criadas expressões complementares: “apodrecer na prisão”, “mulher que não presta”, “velho que não presta para nada”, “boca do lixo”, “trapo humano”, morto-vivo”, “jogado na prisão (ou manicômio)” e “só presta para se jogar fora”. Nesses diferentes contextos há a sugestão daquilo que precisa ter um fim, que deve ou tende a “desaparecer”, que precisa ser isolado para longe da vista, que vai morrer! O que já foi nobre, viçoso, útil, bom e não é mais, deixa de prestar ao se tornar velho, inútil, doente, degenerado ou estragado. Deve ou vai morrer de preferência bem longe de nós (EIGENHEER, 2003, p.22).

Trata-se de uma dupla estigmatização que envolve tanto os indivíduos que sobrevivem da segregação do lixo quanto os produtos derivados da industrialização do lixo. Por um lado, é relevante enfatizar a carga de restrições e preconceitos vinculados aos produtos oriundos da reciclagem. A sociedade estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria. Estabelece também as categorias a que as pessoas devem pertencer, bem como os seus atributos, o que significa que a sociedade determina um padrão externo ao indivíduo que permite prever a categoria e os atributos, a identidade social e as relações com o meio. “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados

como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas” (GOFFMAN, 1988, p.5).

Para Bauman (2005), não há um compartimento reservado ao “refugio humano”, ou, mais exatamente, para pessoas refugadas. Com a ausência de lugares vazios para a deportação dos redundantes, os “depósitos de lixo social” devem ser estabelecidos dentro da localidade, são guetos urbanos que, por suas características, designam-se por “hiperguetos”⁸, portanto, a proximidade imediata de amplas e crescentes aglomerações de “pessoas refugadas” (que tendem a ser duradouras e permanentes) acaba por transformá-las em vítimas de políticas segregacionistas mais estritas e medidas de segurança extraordinárias para a manutenção da “saúde da sociedade” e do seu “funcionamento normal”. Com efeito, a solução final encontrada no sistema prisional que fornece os contêineres para o depósito definitivo, não atendendo a intenção de “reabilitar”, “reeducar” e devolver à sociedade, mas ser um depósito final de lixo.

As prisões, como tantas outras instituições sociais, passaram da tarefa de reciclagem para a de depósito de lixo. Foram realocadas para a linha de frente a fim de resolver a crise que atingiu a indústria da remoção de lixo [...] Todo lixo é potencialmente venenoso – ou, pelo menos, definido como lixo, está destinado a ser contagioso e perturbador da ordem adequada das coisas. Se reciclar não é mais lucrativo e suas chances (ao menos no ambiente atual) não são mais realistas, a maneira certa de lidar é acelerar a “biodegradação” e decomposição, ao mesmo tempo isolando-o, do modo mais seguro possível, do hábitat humano comum (BAUMAN, 2005, p.108).

Ao se observar uma ordem social que “marca” os indivíduos e os lugares, através da organização moderna estabelecida pela “pureza”, define-se a necessidade de afastamento do lixo, principalmente porque o lixo remete a uma representação da morte. Busca-se, contudo, compreender o lixo não somente através de sua conceituação, mas também através de uma representação do lixo que o articule aos grupos sociais considerados como dejetos e ainda com a concepção filosófica de morte. Se não há um compartimento reservado ao refugio humano, isto é, um depósito em que se possa destinar o lixo indefinidamente ou realizar a

⁸ Os guetos são instituições antigas e constituídas com o propósito da “estratificação compósita”, ao mesmo tempo da “privação múltipla”, superpondo a separação territorial à diferenciação por castas ou classe, marcando seus moradores com o estigma da inferioridade e da rejeição social. Os guetos ortodoxos constituíram-se cercados por barreiras (físicas e sociais) insuperáveis, representando um instrumento da segregação. Os guetos não eram, todavia, depósitos de lixo para a população excedente. À diferença de seu predecessor clássico, o novo gueto denominado de “hiperguetos”, representa um mero depósito de lixo. Portanto, enquanto o gueto, em sua forma clássica, funcionava como um escudo protetor contra a brutal exclusão racial, o “hipergueto” perdeu o papel de amortecedor coletivo, tornando-se um mecanismo de simples exclusão social (WACQUANT *apud* BAUMAN, 2005).

promoção de readmissão deste conjunto de indivíduos, investiga-se aqui qual a função de instituições do Estado que recolhem crianças pobres e redundantes para a sociedade.

Desta forma, este estudo pretende investigar se, metaforicamente, aproximam-se as classes mais baixas da sociedade e o lixo, produzindo uma variedade de “lixo social” que habita áreas urbanas, consideradas indesejadas, compondo assim, paisagens indesejáveis. Principalmente, compreender os processos de assimilação dos indivíduos dentro de instituições do Estado. Questiona-se se existe uma assimilação na sociedade destes indivíduos ou apenas uma maior segregação que os marginaliza internamente a instituição, similar ao que Bourdieu (1997, 1998) conceituou como “Os excluídos do interior”, e, conseqüentemente transforma-os em lixo, ou em um tipo de “lixo social” localizado em lugares “indesejados” nos centros urbanos.

Cabe aqui ressaltar as considerações de Richard Sennet (1999) para quem o capitalismo provocou um processo de corrosão do caráter, sobretudo naquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, as pessoas passaram a agir da maneira como o sistema se impõe, isto é, não permite que as pessoas desenvolvam experiências ou construam uma imagem positiva de suas vidas. O caráter se concentra, sobretudo, no aspecto em longo prazo da nossa experiência emocional. De acordo com o autor (1999, p. 10) o caráter é o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros, ou se preferirmos são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem. Isso depende de virtudes estáveis como a lealdade, a confiança e a ajuda mútua, contudo, de acordo com Sennet (1999), essas características estão desaparecendo do mundo moderno. O novo capitalismo pretende afetar o caráter pessoal dos indivíduos, principalmente porque não oferece condições para construção de uma narrativa linear de vida, sustentada na experiência. As pessoas que não se enquadram nesse novo processo capitalista são colocadas para fora do sistema e sentem-se inferiorizadas e humilhadas diante do fracasso. Se pensarmos sob a perspectiva institucional a internação de crianças e adolescentes mascara o problema da exclusão social, favorecendo o estigma e responsabilizando o indivíduo por um fracasso que é fruto de toda uma organização política e econômica.

Ainda de acordo com Sennet (2006, p.84), “são três as forças que configuram a moderna ameaça do fantasma da Inutilidade: a oferta global de mão de obra, a automação e a gestão do envelhecimento”. Combinadas, essas condições conferem ao fantasma da inutilidade, hoje em dia, uma sólida substância nas vidas de muitos indivíduos. O puro e

simples mantra da "capacitação" não pode por si só equacioná-las. O fantasma material da inutilidade revela um pesado drama cultural, ou seja, como tornar-se importante e útil aos olhos dos outros? A maneira clássica é a perícia seria desenvolvendo algum talento especial, alguma capacidade específica. Contudo, a ética da perícia vem a ser desafiada, na cultura moderna, pela fórmula alternativa do valor. A nova sociedade produziu também uma tecnologia de busca do talento. Porém, as organizações que gerem essa tecnologia "usam os mesmos instrumentos para uma finalidade mais ampla: não só promover, mas também eliminar indivíduos" (SENNET, 2006, p.120). Deste modo, não importa o que cada um realizou ou acumulou, mas, sim, interessa saber se o indivíduo é capaz de abandonar a si mesmo e sincronizar com aquilo que dele esperam. De tal modo, na cultura do novo capitalismo a palavra de ordem é desistir.

Neste sentido, por percebermos a constituição de uma "inutilidade" que promoveria a desistência das expectativas sociais, um não-lugar na sociedade articulam-se nesta pesquisa duas variáveis, por um lado, a criança e o adolescente institucionalizado. Observar os procedimentos, as práticas e os discursos bem como, a vida real, atitudes, ideias, sentimentos e a conduta no contexto institucional. O período de internação em um ambiente especial como este constitui uma parte significativa do período vital total do indivíduo. Esse lapso de tempo no qual o indivíduo vive como abrigado pode deixar marcas profundas na sua subjetividade e se configura enquanto um tema de estudo apropriado em si mesmo. Por outro lado, a própria pobreza como geradora da desigualdade, neste sentido, pela ordem das políticas públicas.

Busca-se, portanto, a visibilidade de setores excluídos escondidos numa aparente "invisibilidade" institucional, que os torna, ao mesmo tempo, "dispensáveis", "indesejáveis" e "inúteis". Diante à complexidade dos processos de abrigamento e das inúmeras histórias de vida alteradas a partir de decisões judiciais, refletir sobre o abrigo de crianças e adolescentes implica, antes de tudo, poder escutar os internos. Afinal, a ausência de informações acerca desta população contribui sobremaneira para a acentuada cronificação de um processo histórico de abandono e, em consequência, de institucionalização.

SEGUNDO CAPÍTULO – Vidas em abrigo em Juiz de Fora

As Crianças Chatas

Não posso. Não posso pensar na cena que visualizei e que é real. O filho que está de noite com dor de fome e diz para a mãe: estou com fome, mamãe. Ela responde com doçura: durma. Ele diz: mas estou com fome. Ela insiste: durma. Ele diz: não posso, estou com fome. Ela repete exasperada: durma. Ele insiste. Ela grita com dor: durma seu chato! Os dois ficam em silêncio no escuro, imóveis. Será que ele está dormindo? - pensa ela toda acordada. E ele está amedrontado demais para se queixar. Na noite negra os dois estão despertos. Até que, de dor e cansaço, ambos cochilam, no ninho da resignação.

Clarice Lispector

2.1 Institucionalização: legislação e as formas de abrigamento em Juiz de Fora, Minas Gerais

Neste segundo capítulo trata-se de investigar a institucionalização da infância e adolescência vítima de direitos violados no município de Juiz de Fora, Minas Gerais. Primeiramente busca-se compreender qual o estado da arte acerca das instituições que acolhem crianças e adolescentes vítimas de direitos violados no Brasil, para tanto partimos do relatório “Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país” (BRASIL, 2013). Em um segundo momento analisa-se brevemente uma contextualização das instituições de acolhimento em Juiz de Fora.

Pretende-se, portanto, observar nossa temática contextualizado-a nas instituições do município onde estão inseridas, para tanto, optamos pela exibição, neste capítulo, de alguns registros fotográficos de uma das instituições a ser investigada. Os registros fotográficos serão utilizados para que o leitor realize uma breve imersão ao campo de estudos e tenha a dimensão sensorial visual de um dos ambientes em que se estabelece o acolhimento institucional no município de Juiz de Fora. Finalmente, apresenta-se a história de Pedro e o processo por ele sofrido de “devolução” por parte da família substituta que o adotou. Temos a história de Pedro como um dos fragmentos para a compreensão da constituição do lixo social.

A medida protetiva de acolhimento é, muitas vezes, a única opção de amparo encontrada pelos pais para minorar o sofrimento dos filhos em determinados momentos da vida da família. Em geral, uma das maiores dificuldades das instituições é a precária formação intelectual e o despreparo dos técnicos e funcionários que comprometem uma ação mais efetiva, pois estes raramente contam com algum incentivo, por parte da instituição, para a realização de um aprimoramento profissional que possa contribuir para a melhoria de seu trabalho com as crianças e adolescentes.

Sawaia (2001) considera o abrigamento da criança uma forma de abuso infantil. A exclusão, segundo a autora, é característica intrínseca dessa prática, que denuncia e ressalta a desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento.

Vale lembrar, no entanto, que o abrigamento é definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) como medida de proteção para crianças e adolescentes que precisam ser temporariamente afastados da família, até que possam retornar ao seio familiar, ou até mesmo obter inserção em famílias substitutas. Não resta dúvida que o abrigo acaba

privando a criança do convívio familiar por algum tempo, sabe-se, no entanto, que as políticas públicas voltadas para a família poderiam evitar esse afastamento (SILVA, 2004).

Enumeram-se quatro aspectos que podem estar associados ao processo de institucionalização, e que poderão ter implicações negativas (MACHADO; GONÇALVES, 2002): 1º) o sentimento de punição que traduz a percepção na criança, de que está ela própria a ser punida; 2º) a diminuição da responsabilização familiar, pois a função paterna é desqualificada, certos de sua incapacidade de criar seus filhos e desenvolvem na criança o sentimento de não ser importante e de estar sendo esquecida. 3º) a estigmatização e discriminação social, a partir das imagens sociais dos indivíduos institucionalizados, que leva a construção de estereótipos e ao desenvolvimento de preconceitos por parte da sociedade, em que os indivíduos institucionalizados tendem a “desenvolver processos de diferenciação negativa, pela auto-desvalorização e auto-discriminação; 4º) a função de controle social/reprodução das desigualdades sociais, pois a institucionalização poderá ter como função, não apenas proteger a criança, mas controlar socialmente certas famílias, de grupos sociais e culturais determinados. Admite-se a existência de maltrato em todos os estratos sociais, mas as populações institucionalizadas refletem apenas os estratos socioeconômicos mais desfavorecidos.

Em relação às consequências (danos causados nas crianças e jovens em situação de risco que acabam por ter seu tempo de abrigo prolongado, o que por Lei deveria ser uma medida temporária) podemos apontar danos de origem psicológica, físicas e emocionais. Pois as características organizacionais destas instituições fechadas são propensas ao surgimento de situações de violência, não só física, mas também uma violência psicológica, implícita nas relações de dominação. No Brasil, as instituições que abrigam crianças e jovens em risco, seja de ordem privada ou estatal, têm que prestar contas ao Estado de suas atividades, esclarecendo a quantidade de crianças abrigadas e informar por um processo individual - relatório de vida, saúde e etc. – os motivos do abrigo e em que condições chegaram cada criança institucionalizada.

Se os abrigos do Estado Brasileiro não se responsabilizam, entretanto, pelos danos causados por abrigados decorrentes da estadia por períodos extensos, então o abrigado pode ser esquecido na instituição, com efeito, não haverá prazos conclusivos para os estudos que objetivam à sua reintegração familiar ou à sua recolocação em família substituta, isto remonta aquilo que Agamben (2003) designou por estado de exceção.

Em geral, o abrigado perde a noção de pertencimento e a impessoalidade impregna nestas instituições, desencadeada por atendimentos coletivos em grandes grupos e por tempo demasiado longo, incluindo a frustrante espera por adoção.

A aplicação desse tipo de medida implica a suspensão do *poder familiar* sobre as crianças e os adolescentes em situação de risco e se dá apenas por decisão do Conselho Tutelar e por determinação judicial. Isso significa que, durante o período em que permanecem abrigados, esses meninos e meninas ficam legalmente sob a guarda do responsável pelo abrigo, devendo seu atendimento ser acompanhado pelas autoridades competentes, com atenção especial para a garantia de todos os direitos que lhes são assegurados na legislação brasileira, inclusive aquele referente à convivência familiar e comunitária.

Embora a atribuição de promover o direito à convivência familiar e comunitária não seja exclusiva das instituições de acolhimento, mas compartilhada por toda a rede de atendimento à criança e ao adolescente – que inclui ainda o Judiciário, o Ministério Público, os conselhos tutelares e de direitos e o próprio Poder Executivo nos níveis federal, estadual e municipal –, essas instituições têm um importante papel na área. É preciso ter claro que a medida de protetiva de acolhimento, além de excepcional, também tem caráter provisório, o que significa que se tem como objetivo último o retorno da criança e ou adolescente para sua família de origem no prazo mais breve possível.

Isso requer que, enquanto durar a aplicação da medida, os abrigos contribuam com os demais atores da rede de atendimento no sentido de buscar manter os vínculos familiares das crianças e adolescentes e de apoiar as famílias a receber seus filhos de volta e a exercer de forma adequada as suas funções. Além disso, essas instituições devem empreender ainda outros esforços no sentido de propiciar o direito à convivência familiar e comunitária na rotina do atendimento, tendo em vista especialmente aqueles casos em que o retorno à família se mostra inviável e as crianças e os adolescentes têm que permanecer nos abrigos por um tempo considerável até se integrarem à outra família.

Neste sentido, a pergunta que se coloca é: o que as instituições de acolhimento têm feito de fato para contribuir para a promoção do direito à convivência familiar e comunitária daqueles sob sua responsabilidade?

2.2 Levantamento nacional dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

Por conseguinte, buscando compreender a realidade das intuições de acolhimento como medida protetiva para crianças e adolescentes no país, apresentam-se alguns dos dados recolhidos e elaborados através do relatório *Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país* (BRASIL, 2013). Primeiramente, ressalta-se que em 2011 o Conselho Nacional do Ministério Público editou a Resolução nº71, com o desígnio de regulamentar e uniformizar, nas unidades do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, as fiscalizações realizadas nas entidades e nos programas de acolhimento institucional e familiar.

Este trabalho de monitoramento envolve a realização de inspeções anuais em todos os serviços de acolhimento no país, documentadas por meio de relatórios, com vistas à obtenção das mais diversas informações, desde a condição das instalações físicas, adequação dos programas de atendimento às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, até o perfil e *status* familiar das crianças e adolescentes acolhidos.

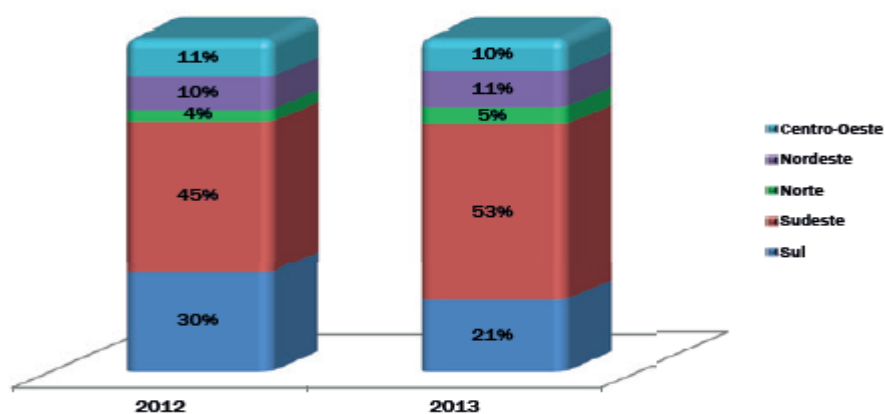
Para uma compressão mais clara do contexto vigente nas ações de acolhimento institucional do país, apresentam-se alguns dos dados obtidos no levantamento nacional destas organizações. De um total de 2.754 entidades que executam programas de atendimento institucional ou familiar, o Ministério Público brasileiro inspecionou até março de 2013, 86,1% de todas as entidades no país, o que corresponde a 2.370 entidades. Destas casas pesquisadas, cerca de 2.247 eram entidades de acolhimento institucional e 123 entidades voltadas ao acolhimento familiar.

De acordo com os dados do relatório, os números que expressam a realidade brasileira são inferiores aos encontrados em outros países. O número de crianças e adolescentes atendidos pelos serviços de acolhimento, em suas diversas modalidades, é de aproximadamente 51.6705, na Inglaterra e na Argentina, que possui uma população aproximada de 42 milhões de habitantes há cerca de 17.063 atendidos.

O levantamento nacional revelou que a grande concentração de entidades de acolhimento institucional do tipo de abrigo está na Região Sudeste do país, com aproximadamente 53% do total das instituições. Como demonstra o **gráfico 01**, esta concentração de abrigos acompanha o maior volume populacional desta região e a maior participação da região Sudeste no total das crianças e adolescentes abrigados reflete, na verdade, a própria realidade de urbanização do país. Outros números deste levantamento

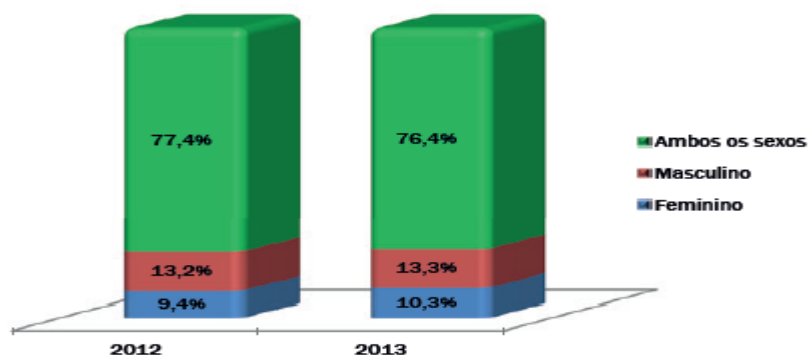
informam que o Sudeste é seguido pela região Sul, com 21% das instituições de acolhimento em 2013. Já no caso região da Norte, ao contrário do Sudeste, é possível observá-la como aquela que apresenta o menor número de instituições de acolhimento, ou seja, apenas 5% das instituições que amparam as crianças e adolescentes que são vítimas de direitos violados, no ano de 2013.

Gráfico 01: Distribuição do Acolhimento Institucional por regiões do Brasil.



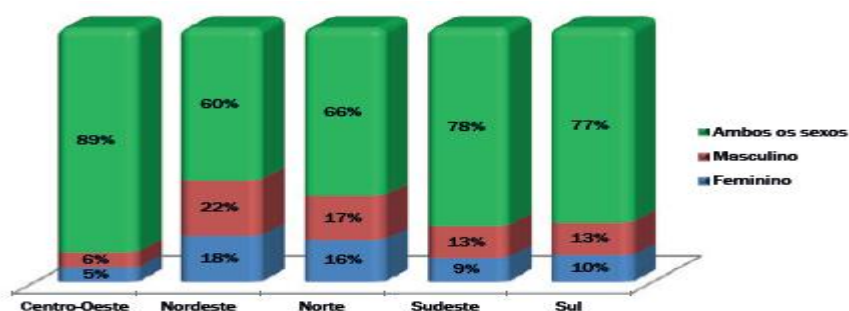
Fonte: BRASIL, 2013, p.19.

Um dos princípios que norteiam o acolhimento institucional no país pauta-se na garantia de acesso a proteção as crianças e adolescentes, como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), bem como a não-discriminação destes sujeitos. De tal modo, de acordo com a legislação considera-se que devem ser evitadas as especializações e ou atendimentos exclusivos, como por exemplo, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não atender crianças e adolescentes com deficiência. Neste aspecto, o **gráfico 02** demonstra que as entidades de acolhimento que atendem a crianças de ambos os sexos, superam com larga vantagem àquelas destinadas à população feminina ou masculina.

Gráfico 02: Brasil: oferta de Acolhimento em Abrigo por sexo.

Fonte: BRASIL, 2013, p.29

Na avaliação por regiões, observada no **gráfico 03**, nota-se que embora seja mantida a superioridade numérica das entidades de acolhimento indiferentes ao sexo dos atendidos, verifica-se na Região Nordeste uma maior tendência à segmentação de entidades voltadas aos usuários do sexo masculino, com 22%, e 18% focadas no sexo feminino. Na região Norte a tendência à segmentação também é expressiva, com 17% das instituições para o público masculino e 16% para o público feminino. O ideal é que as instituições de acolhimento reproduzam as mesmas características vivenciadas socialmente, neste sentido, a segregação e ou a segmentação dos grupos é muito contraproducente. Já que pode, muitas vezes, reafirmar estigmas e ou preconceitos estabelecidos socialmente.

Gráfico 03: Oferta de acolhimento em abrigos por sexo nas regiões do Brasil, ano 2013.

Fonte: BRASIL, 2013, p. 31

Com relação ao papel das entidades não governamentais, nota-se, muitas vezes, que elas são expressamente importantes. Em Juiz de Fora, por exemplo, o acompanhamento que se estabelece em uma das instituições de acolhimento do município diferencia-se positivamente das demais instituições público-municipais.

Observa-se, portanto, a presença expressiva de entidades não governamentais na oferta dos serviços de acolhimento institucional no país (**tabela 01**), com exceção da Região Norte, onde as instituições públicas correspondem a 57,7% dos serviços. Nas demais regiões do país, as instituições não governamentais superam o Estado na prestação do acolhimento institucional. Na região Nordeste, por exemplo, a atuação das entidades não governamentais é bastante expressiva e os serviços de acolhimento institucional por elas ofertados representam 84,8% do total, enquanto instituições públicas correspondem a apenas 15,2%.

Tabela 01: Distribuição dos serviços de acolhimento institucional quanto à natureza governamental e não governamental nas regiões do Brasil, ano 2010.

Região	Instituição privada %	Instituição pública %	%	Total Unidades
Centro-Oeste	55,6	44,4	100	180
Nordeste	84,8	15,2	100	264
Norte	42,3	57,7	100	97
Sudeste	69,6	30,4	100	1.074
Sul	56,8	43,2	100	664
Total	65,3	34,7	100	2.279

Fonte: BRASIL, 2013, p.32

Ainda de acordo com o relatório “Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país” (BRASIL, 2013), em um universo de 86,5% de entidades de acolhimento institucional inspecionadas, encontrou-se o expressivo quantitativo de 29.321 crianças e adolescentes em abrigos (**tabela 02**). Nas casas-lares, por sua vez, residem outras 1.019 crianças e adolescentes atendidos nos 123 programas específicos ao acolhimento familiar, de um total de 156 entidades no país (**tabela 03**). São, portanto, mais 30.000 crianças e adolescentes afastados do convívio com seus pais e ou responsáveis, vítimas da negligência, do abandono ou da impossibilidade, por distintas razões, de permanecerem em companhia de sua família biológica.

Tabela 02: Capacidade total e ocupação nos serviços de acolhimento institucional por Estado e Região, 2013.

Região / UF	Nº de Serviços de Acolhimento Institucional	Capacidade Total	Total de Atendidos
Centro-Oeste	226	4.477	2.707
Distrito Federal	21	499	361
Goiás	62	1.654	964
Mato Grosso	65	1.072	585
Mato Grosso do Sul	78	1.252	797
Nordeste	228	5.459	3.379
Alagoas	24	582	303
Bahia	51	1.415	637
Ceará	32	838	669
Maranhão	20	351	235
Paraíba	19	290	249
Pernambuco	39	960	678
Piauí	6	218	138
Rio Grande do Norte	17	398	203
Sergipe	20	407	267
Norte	103	2.424	1.220
Acre	8	174	119
Amapá	5	190	105
Amazonas	9	587	206
Pará	36	666	384
Rondônia	34	550	244
Roraima	4	97	65
Tocantins	7	160	97
Sudeste	1.087	22.109	14.989
Espírito Santo	89	1.454	965
Minas Gerais	192	3.407	2.311
Rio de Janeiro	190	3.785	2.225
São Paulo	616	13.463	9.488
Sul	603	11.100	7.026
Paraná	296	5.106	2.845
Rio Grande do Sul	186	3.829	2.968
Santa Catarina	121	2.165	1.213
Total	2.247	45.569	29.321

Fonte: BRASIL, 2013, p.33-34

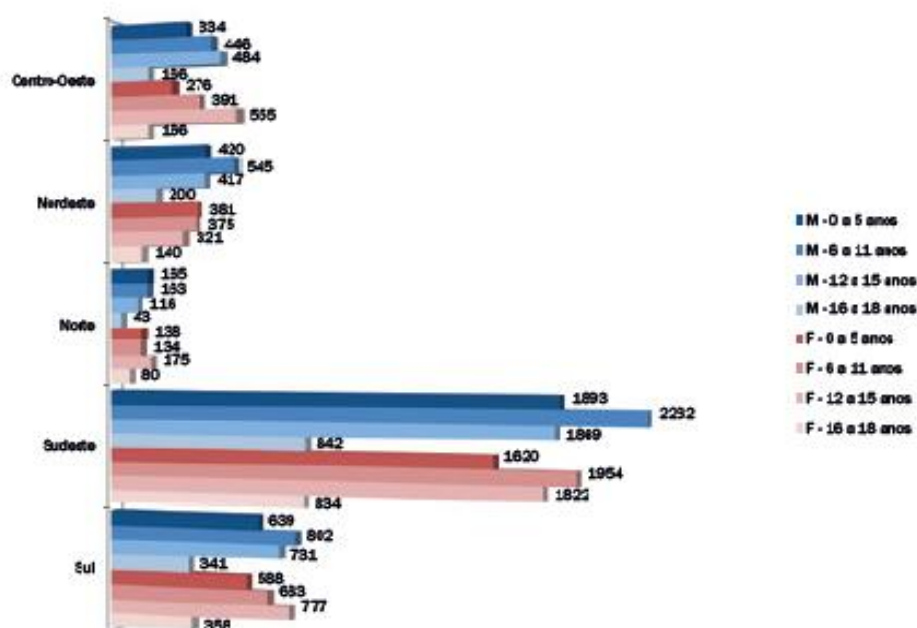
Tabela 03: Capacidade total e ocupação atual nos serviços de acolhimento familiar por Estado e Região do Brasil.

Ano e Região	Nº de Serviço de Acolhimento Familiar	Nº de crianças atendidas
2012	106	879
Centro-Oeste	11	66
Nordeste	1	12
Norte	1	3
Sudeste	27	382
Sul	66	416
2013	123	1.019
Centro-Oeste	8	49
Nordeste	3	8
Norte	1	7
Sudeste	31	375
Sul	80	580

Fonte: Brasil, 2013, p.34.

Quando se trata da idade das crianças e adolescentes em acolhimento institucional, os dados relativos demonstram que a faixa etária dos atendidos é bastante abrangente, conforme o **gráfico 04**. Sobretudo, representam em maior número meninos e meninas de 0 a 15 anos, com maior incidência de meninos entre 6 e 11 anos e meninas de 6 a 11 anos e 12 a 15.

Gráfico 04: Crianças e adolescentes atendidos em abrigos, por faixa etária e região, 2013.

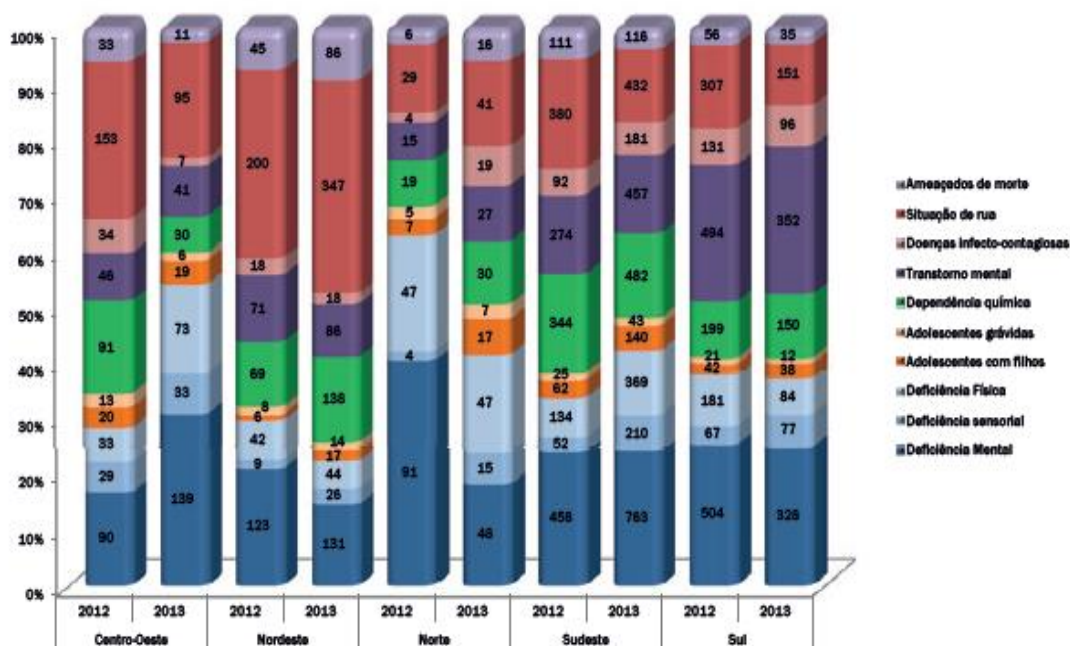


Fonte: BRASIL, 2013, p.36.

Podemos observar, a partir dos dados do **gráfico 05**, a existência de atendidos em condições especiais, tais como: acolhidos com deficiência física, sensorial, mental, com transtorno mental, dependentes químicos, portadores de doenças infecto-contagiosas, acolhidos em situação de rua, ameaçados de morte e adolescentes grávidas e/ou com filhos.

Nesse recorte de acolhidos com especificidades, em 2013, a maior prevalência na Região Centro-Oeste é de crianças e adolescentes com deficiência mental; no Nordeste, acolhidos com trajetória de rua; no Norte, com números bastante próximos, acolhidos com deficiência mental, deficiência física e em situação de rua; no Sudeste, indivíduos com deficiência mental, seguidos de acolhidos com transtorno mental, dependência química e em situação de rua. Por fim, no Sul, dentro do universo de acolhidos com especificidades, são mais numerosos os acolhidos com deficiências e transtornos mentais.

Gráfico 05: Acolhidos, com especificidades, em abrigos, 2012-2013.

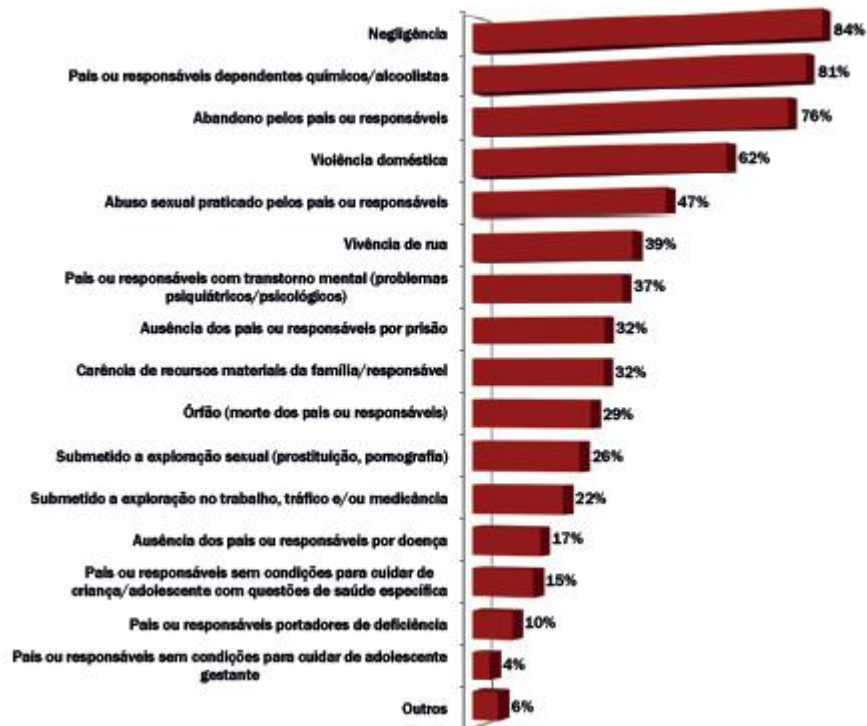


Fonte: BRASIL, 2013, p. 40.

Segundo os dados do relatório, há a presença significativa de acolhidos com deficiência mental, sensorial e física em todas as regiões do País. Para muitas dessas crianças e adolescentes o acolhimento se distorce. Se inicialmente ele deveria ter um caráter provisório, no cotidiano converte-se em moradia permanente. Sendo assim, o que se observa é que as crianças e adolescentes com deficiência entram nos abrigos porque necessitam de cuidados que a família não consegue fornecer. Desta forma, um grande número deles ao entrar tem referências familiares, que são perdidas com o tempo, muitas vezes completamente. Estas crianças e adolescentes ficam muitos anos institucionalizados ou jamais deixam as instituições de acolhimento. Desta forma, o que deveria representar um local de acolhimento transitório transforma-se em um espaço de confinamento.

No que concerne às causas do acolhimento, averiguou-se que entre os principais motivos para o acolhimento institucional estão, como se observa no **gráfico 06**, a negligência dos pais e/ou responsável (mais de 80%); dependência química/alcoolismo dos pais e/ou responsável (mais de 80%); abandono dos pais e/ou responsável (em torno de 77%); violência doméstica; (próximo a 60%); abuso sexual praticado pelos pais e/ou responsável (em torno de 45%),

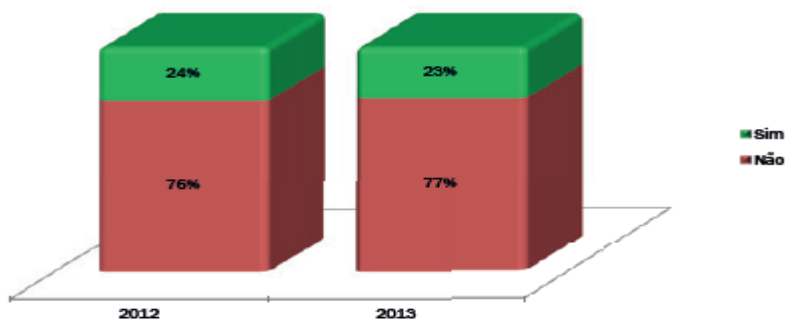
Gráfico 06: Principais motivos do acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos, 2012.



Fonte: BRASIL, 2013, p.43

E ainda sobre a visitação e a manutenção dos vínculos com os pais e ou responsáveis nas instituições, o relatório demonstra que 76%, em 2012, e 77%, em 2013, das entidades informaram que há atendidos que não recebem visitas dos pais por mais de dois meses (**gráfico 07**). Esse dado alarmante alude ao drama de que, quanto menor a incidência das visitas, mais frágeis se tornam, portanto, os vínculos que unem a família e a criança ou adolescente abrigado. Por conseguinte, as chances de reinserção serão sensivelmente reduzidas, derivando no aumento do tempo de permanência no serviço de acolhimento. Mais uma vez, confirma-se que as instituições que deveriam ser de caráter provisório, não o são.

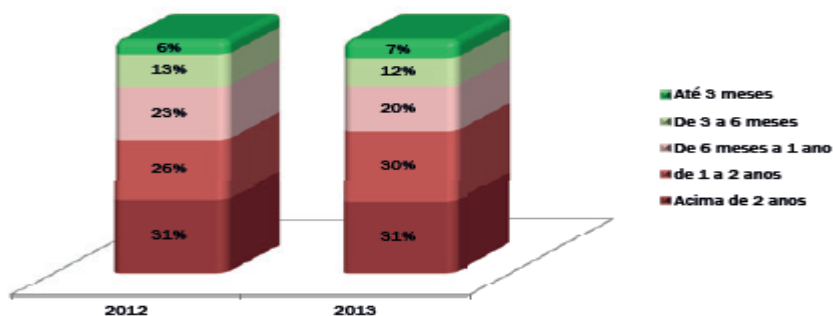
Gráfico 07: abrigos com crianças e adolescentes visitados por seus pais ou responsáveis nos últimos 2 meses, Brasil, 2012-2013.



Fonte: BRASIL, 2013, p.49.

Em relação ao tempo médio de permanência dos acolhidos nas instituições, a realidade encontra-se muito aquém do que propõe o Estatuto (**gráfico 08**). O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que até o prazo máximo de seis meses, a necessidade de permanência da criança ou adolescente no serviço de acolhimento seja reavaliada, a fim de que não se prolongue por mais de 2 (dois) anos, somente quando comprovada a necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. Contudo, o percentual de crianças e adolescentes que permaneceram no serviço até o período de seis meses não chega a 20%. Cerca de 50% dos atendidos permanecem no serviço entre 6 meses a 2 anos e um número bastante elevado, correspondente a aproximadamente 35% dos acolhidos, são mantidos nas entidades por mais de 2 anos, perfazendo um total de mais de 10 mil crianças e adolescentes abrigados.

Gráfico 08: Tempo médio de permanência em abrigos.



Fonte: BRASIL, 2013, p.52.

É importante observar, que a produção deste relatório pelo Ministério Público é de suma importância para que seja conhecida a realidade das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes no país, todavia, apesar da qualidade do material aqui divulgado, não

há uma regularidade na sua produção. Sabe-se que o relatório divulgado anteriormente data do ano de 2003 (SILVA, 2003), e só dez anos depois foram apresentadas informações atualizadas, através do relatório “Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país” (BRASIL, 2013).

Esta política de monitoramento pode de fato contribuir e tornar visível a realidade de mais de 30 mil crianças e adolescentes afastados do convívio com seus pais e ou responsáveis por razões diversas. Podem ser elucidadas as condições em que vivem os acolhidos institucionalmente e até mesmo reverter um quadro de esquecimento a que tantas crianças e adolescentes abrigados estão relegados.

Mas, sobretudo, há que se considerar que os enfrentamentos e as dificuldades relatadas no levantamento nacional expõem as dificuldades no cotidiano institucional de todos os municípios, inclusive as de Juiz de Fora. Existem semelhanças quando se observa, por exemplo, em Juiz de Fora, que as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes atendem, muitas vezes, além de sua capacidade máxima. Nas instituições há a presença de crianças e adolescentes grávidas, e ausência de políticas relacionadas a estas novas famílias que se constituem a partir da maternidade. Há crianças e adolescentes portadoras de necessidades especiais que passam por toda a sua menoridade, institucionalizadas.

As razões da institucionalização também se assemelham, seja pela negligência dos responsáveis, ou pela presença da dependência química entre os seus responsáveis, em Juiz de Fora, principalmente pelo uso de *crack*. Desta forma, a manutenção de um trabalho em rede que fiscalize, monitore e regule procedimentos, práticas e que garanta a qualidade do atendimento fornecido nestas instituições, pode contribuir sobremaneira com as instituições e seus abrigados em todo o país.

2.3 O Acolhimento Institucional no município de Juiz de Fora

O Município de Juiz de Fora se localiza em Minas Gerais na Região da Mantiqueira Setentrional com presença de relevo montanhoso, apresentando altitudes médias de 1000 m e 670 m nos fundos de vales. Juiz de Fora é o quarto maior município do estado, em população, superado apenas por Belo Horizonte, Uberlândia e Contagem, com uma população estimada em 2013 pelo IBGE de 545.942 habitantes.

Mapa 01 – Localização do município de Juiz de Fora**Tabela 04** – Características Geográficas de Juiz de Fora

Posição Geográfica	Latitude	Longitude	Altitude
Sudeste do Estado de Minas Gerais; Mesorregião Geográfica da Zona da Mata Mineira; Microrregião 065 (Juiz de Fora).	21° 41' 20" Sul (Estação Climatológica da UFJF).	43° 20' 40" Oeste (Estação Climatológica da UFJF).	1.104m (máxima) e 467m (mínima); 678m (Centro Comercial) 680m (Área Industrial) 850m (Cidade alta residencial).
Relevo	Principais rios	Minerais	Datas Históricas
Bastante dissecado, com colinas côncavo-convexas e vales, com altitudes compreendidas entre 700 e 900 metros, característico do Vale do Paraíba do Sul e dos contrafortes da Serra da Mantiqueira.	Paraibuna e seus afluentes, Peixe e Cágado, todos integrantes da Bacia do Paraíba do Sul.	Região de antigas rochas que armazenam minerais básicos com ocorrências de quartzo, feldspato e mica. Também pode ser encontrada argila com alto teor de ferro, caulim, ametista, talco e águas minerais.	31/05/1850: Desmembrado de Barbacena e elevado à categoria de município 07/04/1853: Instalado 31/05: Data de Comemoração 13/06: Padroeiro Santo Antônio

Fonte: www.pjf.gov.br

Atualmente um dos principais polos industriais, culturais e de serviços de Minas Gerais, chegou a ser chamada de "Manchester Mineira" à época em que seu pioneirismo na industrialização a fez o município mais importante do estado. Com a grande crise econômica de 1929, a economia dos municípios mineiros ligados à cafeicultura sofreu grande abalo e Juiz de Fora só conheceu novo período de desenvolvimento a partir da década de 1990.

Juiz de Fora é o município mais populoso da Zona da Mata. Possui alto grau de urbanização, pois cerca de 99% da sua população reside na área urbana. As mulheres representam 52,4% da população, e os homens 47,6%. Juiz de Fora tem como principais

setores econômicos a indústria e os serviços. O setor de serviços é responsável por 57,8% do PIB do município, enquanto a indústria gera 41,7% do PIB. As principais atividades industriais do município são a fabricação de alimentos e bebidas, produtos têxteis, artigos de vestuário, produtos de metal, metalurgia, mobiliário, montagem de veículos e outros. A agropecuária tem uma participação reduzida no PIB do município, apenas 0,5%. Os principais produtos agrícolas são o milho e a cana-de-açúcar, e as principais criações são os galináceos, bovinos e suínos. Juiz de Fora possui uma das mais altas expectativas de vida do Brasil, destacando-se no ranking de desenvolvimento humano da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Associação Municipal de Apoio Comunitário – AMAC – foi constituída em oito de janeiro de 1985 com a proposta de prestar serviços na área de Assistência Social dentro do município de Juiz de Fora. Atuando principalmente nas diversas proteções preconizadas pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social. E de acordo com a própria instituição a Associação presta atendimento diário a mais de 15 mil usuários e suas famílias. Mantém convênios com a iniciativa privada e com a Prefeitura de Juiz de Fora, por intermédio das secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde. A instituição oferece diversos serviços, incluindo capacitações, elaborações de projetos, captação de recursos para municípios interessados que buscam essas ferramentas de gestão em todo território nacional. Trata-se de uma associação civil de fins beneficentes e não lucrativos, com personalidade jurídica distinta e Estatuto próprio aprovado em Assembléia Geral.

Até fins do ano de 2013, ano em que a política pública do município sofreu alterações, Juiz de Fora possuía três abrigos municipais que atendiam a crianças e adolescentes em situação de risco. Em fins do ano de 2013 as instituições foram deslocadas para outros endereços, diferentes dos que elas estavam e renomeadas. Tal reforma coincidiu com o fim da nossa pesquisa de campo, por isso, este estudo é um registro das instituições entre os anos de 2010 a 2013. As instituições presentes no município durante este período denominavam-se: “Casa do Aconchego”, “Casa Aberta” e a “Casa de Acolhida Lumiar”. Há no município outra instituição que não é pública e que também se insere na nossa investigação e se denomina Aldeia SOS, cabe destacar, que esta instituição mesmo com as alterações na política pública municipal preserva suas características.

Com a intenção de nos aproximarmos um pouco mais do nosso campo destacam-se alguns pontos breves de cada instituição, afinal, as instituições serão relatadas tanto neste capítulo quanto nos demais. Nossa intenção nesta tese é mesclar em todos os capítulos uma

perspectiva teórica e a explanação das especificidades de cada instituição, isto é, relatos das histórias de vida de crianças e adolescentes sob medida protetiva de acolhimento.

Falando um pouco mais das instituições descreveremos brevemente aquilo que as assistentes sociais nos informaram durante nossas primeiras visitas em cada uma das instituições. Especificamente na Casa Aberta estavam os adolescentes de doze a dezessete anos e onze meses, vítimas de abandono ou violência doméstica. A rotina da Casa Aberta era organizada a partir de atividades educativas, e possuía área de lazer e de suporte com acomodações separadas para meninos e meninas. A Casa de Acolhida Lumiar, era dedicada ao atendimento de adolescentes vítimas de violência sexual, física e psicológica, doméstica e ou negligência. Atendia também aos recém-nascidos e ou bebês que aguardavam pela adoção para a sua recolocação em família substituta.

Na Casa do Aconchego estavam crianças de até doze anos, com uma rotina de uma casa comum com lazer e alimentação. Tinha capacidade para o atendimento de vinte crianças, mas atendia a aproximadamente vinte e uma crianças. A instituição contava com uma equipe de uma coordenadora, uma psicóloga, uma pedagoga, um funcionário administrativo e uma assistente social e oito educadores.

Neste caso, os educadores eram os cuidadores responsáveis pelas crianças e ao mesmo tempo, suas referências. A rotina da casa era acompanhada pelos educadores através de um caderno onde eram anotados os relatórios diários dos acontecimentos tanto os mais comuns quanto os mais excepcionais da instituição. Segundo a assistente social da casa “os educadores são pai e mãe das crianças”:

A casa é uma casa de passagem, procuramos criar a rotina de uma casa mesmo. Eles (crianças e adolescentes abrigados) vão para a escola e no contra-turno eles tem várias atividades. Todos os atendimentos são externos na rede pública ou por organizações não-governamentais. O papel do abrigo tem caráter de casa; para ser menos instituição possível. Infelizmente, as crianças enquanto são crianças de colo elas são alvo de pedir, depois dos dez anos as mães não aguentam. Mas aqui elas só podem ficar até os doze anos depois elas vão para a Casa Aberta ou para a Lumiar, depois é o “furo da rede”. Acabou, e depois dos dezoito anos não tem mais o que fazer (ASSISTENTE SOCIAL DA CASA DO ACONCHEGO).

Observa-se, a partir do diálogo com a assistente social que os principais problemas enfrentados dizem respeito à carência de recursos, afinal, todo material utilizado na casa é proveniente da AMAC, através da realização de licitações, contudo, muitas vezes ocorrem atrasos e escassez de recursos. Destaca-se ainda a permanência quase definitiva na casa, apesar das tentativas de reinserção familiar por parte da assistência social da própria

instituição há crianças que estão no abrigo desde muito pequenas. Um dos exemplos relatados é a de uma criança com nove anos de idade cuja mãe sofre de transtornos da saúde mental e, por conta das denúncias de maus-tratos a criança está na instituição desde os dois anos de idade.

Desta forma, as instituições de acolhimento que deveriam ser locais de alta rotatividade, não o são, apesar da legislação que rege a adoção promulgar que a criança ou o adolescente só possa permanecer abrigado por dois anos, na realidade não é o que acontece. Compreende-se que antes da criança chegar ao abrigo todas as opções deveriam ser tentadas, mas também não é o que acontece.

Para a Coordenadora Executiva de Alta Complexidade da AMAC na maioria das vezes o retorno familiar é uma contradição muito grande “uma criança tem no abrigo o que elas não tem em casa: elas têm comida na hora certa, educadores e acesso a muitas coisas que em casa elas não teriam”. A Coordenadora ressalta ainda que os educadores possuem magistério completo e passam por uma capacitação profissional frequente. Fato não constatado nas instituições visitadas, o que se observa, é, na verdade, a baixa qualificação profissional e a formação inadequada para a atividade empreendida. Nas instituições vê-se cuidadores despreparados, mal remunerados e com a atuação ineficiente dentro das instituições. Trabalham por turno e o que se assiste é o anseio, por parte daqueles que ali trabalham, de chegar a hora do seu retorno familiar. Quando o que as crianças e adolescentes, muitas vezes, necessitam é de um ambiente acolhedor para se abrigar.

Apesar da situação dos abrigos analisados em Juiz de Fora ser considerada satisfatória, em relação ao todo do país. Em um passado recente uma das instituições asilares do município – O Educandário Carlos Chagas – foi interditada por denúncias de irregularidades e maus-tratos. Tal interdição reconfigurou o panorama municipal com relação aos abrigos. Primeiramente, a Casa Aberta que era considerada uma “casa de passagem” foi transformada em abrigo e a Casa Lumiar foi inaugurada.

A Casa de Acolhida Lumiar inaugurada em maio de 2010, deveria ter a capacidade máxima para vinte atendimentos, contudo realizava o acolhimento de vinte e seis crianças. Semelhante condição estabelece-se na Casa Aberta, apesar de ter capacidade para vinte atendimentos possuía vinte e dois acolhidos. Para a Coordenadora da Casa Aberta “a situação de abrigamento no município está difícil, pois alguns abrigos foram fechados. Denúncias de diversos tipos foram comprovadas e a Casa Aberta começou a receber os adolescentes e aí passamos a receber muitos adolescentes”.

Na Casa Aberta os adolescentes seguem uma rotina diária que começa às oito horas da manhã com o café da manhã, de onze ao meio dia é servido o almoço, às quatorze horas o lanche da tarde, às dezessete o jantar e às vinte horas a ceia. A Casa conta com uma equipe composta por uma coordenadora e uma equipe interdisciplinar que compreende uma psicóloga e uma pedagoga, assistente administrativo, educadores sociais, auxiliar de serviços gerais e cozinheiras.

De acordo com a assistente social da casa está entre os seus objetivos oferecer: a) acolhimento provisório de adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva, em função do abandono ou da impossibilidade provisória da família em cumprir a responsabilidade com o cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. E ainda, b) assegurar ao adolescente acolhido um ambiente e cuidados facilitadores do desenvolvimento, de modo a favorecer seu desenvolvimento integral; a superação de vivências de separação e violência; apropriação e a ressignificação de sua história de vida e o fortalecimento da cidadania, autonomia e reinserção social.

Ainda segundo a Assistente Social dentre as ações do programa que compõem a Casa Aberta estão: o acolhimento de adolescentes; acompanhamento psicossocial dos adolescentes e suas famílias; encaminhamento e inserção na rede de serviços do município; diálogo permanente com a Vara da Infância e Juventude e Conselho Tutelar; viabilização do retorno para a família de origem, priorizando a preservação e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; preparação e acompanhamento do processo de desligamento junto ao adolescente e sua família; supervisão e capacitação da equipe de trabalho.

De uma forma geral, o que se observa é que há por parte dos abrigados uma visão do abrigo como lugar acolhedor para com as necessidades básicas dos mesmos (sem alusões aos cuidados afetivo-emocionais). Apesar das crianças e adolescentes observados parecerem muito afetuosos (com demonstrações de carinho através de abraços), não se detectou na fala deles uma percepção do abrigo como ambiente fornecedor de vínculos emocionais e afetivos duradouros.

O que se observou é que em Juiz de Fora, os internos gostam do abrigo por este proporcionar-lhes condições físicas de moradia e qualidade de vida que antes do abrigamento, muitos não tinham. Desse modo, citaram: estudo, roupas limpas, refeições e moradia. Neste sentido, com o intuito da imersão no campo exibem-se algumas imagens produzidas em uma das instituições pesquisadas pela autora, com autorização dos responsáveis pela casa. Para que

assim se possa ter uma visão mais geral do que são as instituições de acolhimento como medida protetiva para crianças e adolescentes em situação de direitos violados.

Imagem 1 – Vista de uma das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em Juiz de Fora, Minas Gerais.



Fonte: da autora (2010)

Na **imagem 1** é possível observar a entrada da instituição e o espaço é amplo. Há logo na entrada uma extensa área verde e também uma quadra, mal cuidada, mas que pode ser utilizada pelas crianças e adolescentes para realizarem uma atividade esportiva, como jogar futebol ou mesmo utilizando-a apenas para brincar. Esta instituição subdividia-se em duas partes, a primeira administrativa, em que os funcionários mais qualificados ficavam restritos nesta área, muitas vezes trancados e a outra parte era constituída pela casa e seus aposentos. Desta segunda parte, o cuidado é feito estritamente pelos cuidadores, quem efetivamente atende as crianças e adolescentes e que possuem uma qualificação profissional mais baixa. Muitos deles reclamavam o fato de não estarem preparados para atender as crianças e adolescentes.

Imagem 2 – Instalações dos dormitórios



Fonte: da autora (2010).

Na **imagem 2** podemos observar as acomodações, as camas e os dormitórios e são eles próprios, as crianças e adolescentes, os responsáveis pela organização e arrumação dos quartos. Não por coincidência destacava-se a desorganização nestes espaços. Os objetos no chão, com mau cheiro e ao mesmo tempo os quartos constituíam-se como o espaço das rivalidades, competições e roubos. Não era pouco comum ao adentrar as instituições e nos depararmos com conflitos. Alguns possuíam as chaves dos seus armários e aqueles que não possuíam viviam a mercê do empréstimo não autorizado, considerado roubo pelas crianças e adolescentes. Muitos adolescentes encaram o papel de bravos “matadores”, sendo capazes de ameaçar pela tentativa de assassinato caso algum objeto pessoal desaparecesse.

Alguns adolescentes impõem respeito neste ambiente deflagrando a seguinte situação “se algo meu some, alguém morre”. Em um dos relatos soubemos de um espancamento que foi responsável pela perda dos dentes de um dos adolescentes que não respeitava e mexia nos objetos dos outros.

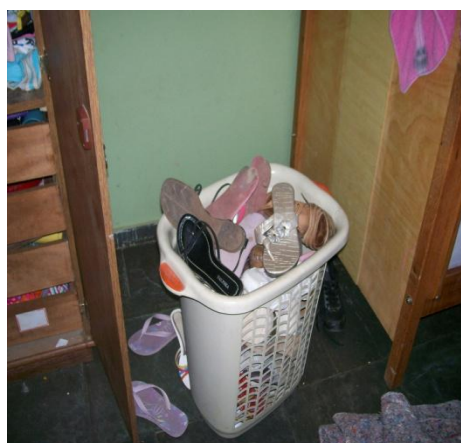
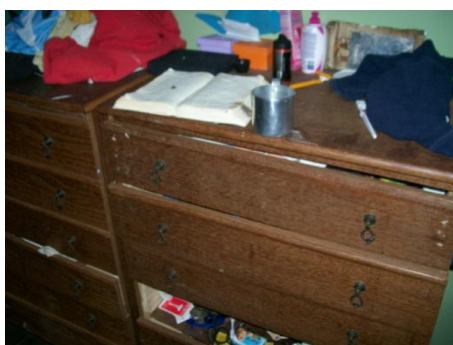
Dentro dos dormitórios distinguiram-se os quartos dos meninos e os quartos das meninas. Estivemos no quarto das meninas e vimos desde a solidariedade de algumas, pois elas fazem a “chapinha” e cuidam dos cabelos umas das outras até as rivalidades entre elas.

Ressalta-se que por duas situações distintas estivemos como reféns das crianças e adolescentes acolhidos. A primeira situação foi em uma briga entre meninas porque uma não arrumou o cabelo da outra e a segunda ocasião quando um dos meninos teve uma crise de abstinência por ausência do uso de entorpecentes. Neste caso, ficamos presos e estivemos a mercê de sua violência por aproximadamente quatro horas. Não só a pesquisadora como todos os que estavam na instituição, neste dia, uma das crianças, um menino de onze anos de idade

foi acometido por um surto devido a sua abstinência do uso de drogas e ameaçou a todos com pedras e xingamentos. Estivemos todos sob o risco de violência, e é importante esclarecer que este menino aqui designado por Marcos, é um caso “famoso” no município, todos sabem dos riscos de sua instabilidade e da violência que ele pode representar. Falaremos um pouco mais sobre ele no sexto capítulo.

A vida das crianças e adolescentes desta instituição pareceu-nos muito instável emocionalmente. Ao mesmo tempo em que estão todos conversando e se ajudando, eles podem ficar nervosos e a violência pode eclodir, podendo chegar à tentativa de assassinato. Sabemos que é próprio da adolescência uma instabilidade emocional maior, o agravante é que nas instituições de acolhimento as reações são muito mais intensas.

Imagem 3 – Os armários dos dormitórios



Fonte: da autora (2010).

Na **imagem 3** é possível observarmos os armários. Alguns arrumados e trancados por cadeados e outros desorganizados. A grande dificuldade das instituições está em garantir uma individualidade, alguns precisam da posse de seus objetos. Outros consideram que por estarem “presos” e longe da família o que tem na instituição é de todos. Esta é uma das maiores fontes geradoras de conflitos.

Imagem 4 – Instalações: banheiros.



Fonte: da autora (2010).

Na **imagem 4** podemos observar os banheiros, estes apresentavam um extremo mau cheiro e as portas não fecham. As fechaduras estavam sempre estragadas consentindo a quem quer que chegasse na instituição poderia correr o risco de ver uma criança ou adolescente tomando banho ou utilizando o sanitário.

Imagem 5 – Sala de estudos.



Fonte: da autora (2010).

Imagem 6 – Instalações da cozinha e refeitório.



Fonte: da autora (2010).

As **imagens 5 e 6** demonstram áreas coletivas em que se realizava a alimentação ou os estudos. Repetiam-se nas áreas coletivas os problemas expressos nos dormitórios. Neste ambiente o maior perigo é o da violência, tanto que as áreas mais próximas do fogão ou do manuseio dos talheres estavam sempre protegidas por grades e trancafiadas. Dentro das instituições, muitas questões ainda ficam em aberto, principalmente as que dizem respeito à construção da subjetividade e as perspectivas de futuro.

A subjetividade é tecida, no contexto institucional, pela rede de micropoderes que sustenta o fazer cotidiano institucional. Estabelece-se a partir dos efeitos de reconhecimento/desconhecimento dessa ação concreta. Isto posto, sabe-se que a instituição não é uma instalação material na qual se encarnam entidades poderosas. Ao contrário, é uma instituição e é uma prática social que se repete e se legitima enquanto se repete. As instituições produzem determinada subjetividade em seus vários atores, sujeitos são fundados no interior das práticas, sujeitos ao mesmo tempo constituídos no e constituintes do cotidiano institucional. Os sujeitos existem enquanto se produzem e são produzidos dentro de determinadas práticas institucionais.

A produção de subjetividade remete fundamentalmente ao plano microfísico das relações no contexto institucional. As relações pedagógicas, terapêuticas e de cuidado apresentam-se em permanente constituição e ordenação, numa pulverização dos lugares instituídos. Assim, se falamos de uma produção da subjetividade, estamos deixando de lado qualquer noção de subjetividade pré-social, pois a subjetividade é um constante processo social de geração (HARDT; NEGRI, 2001). Assim, falar em produção da subjetividade significa dizer que esta última não é entendida como origem, mas como um processo, de acordo com a configuração sócio-histórica em que se situa. Nesse sentido, podemos dizer que

a subjetividade não é um dado prévio nem um ponto de partida, mas um ponto de chegada de um processo complexo, tal como um *devoir*:

Um *devoir* não é uma correspondência de relações. Mas tampouco ele é uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação. [...]. O *devoir* não é uma evolução, ao menos uma evolução por dependência e filiação. O *devoir* nada produz por filiação; toda filiação seria imaginária. O *devoir* é sempre de uma ordem outra que a da filiação. Ele é da ordem da aliança (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 18-19).

Cada sujeito pode ser definido por uma lista de afetos e devires, quer dizer, ele é, por si só, uma multiplicidade de acontecimentos que nunca cessam de assediá-lo e de gerar efeitos diferenciados em sua vida. Todo o *devoir*, nessas circunstâncias, acontece no encontro entre dois, não sendo mais uma relação na qual é possível ocorrerem eventuais conversas ou mesmo olhares a partir de referências e modelos identificados e pré-determinados socialmente, em que se estabelecem encontros tendo como princípio opiniões e ideias supostamente fixas e inabaláveis, consideradas aprioristicamente como certezas insofismáveis.

A ideia de produção da subjetividade pode ser enriquecida pela noção de *subjetivação*. Há múltiplas maneiras diferentes de se subjetivar no decorrer da história, em que o sujeito pode fixar, manter ou transformar sua identidade. A partir do final do século XVIII as *sociedades disciplinares* começaram a distribuir os indivíduos no espaço por meio de técnicas de enclausuramento e/ou de organizações hierárquicas de lugares específicos. Todas as atividades eram controladas temporalmente, o que possibilitava, por exemplo, o isolamento do tempo de formação e do período da prática do indivíduo. Com isso, a aprendizagem poderia ser normatizada, e as forças produtivas seriam compostas a fim de obter um aparelho eficiente.

As disciplinas através de celas, organizando os “lugares” e as “fileiras”, criam espaços complexos que são hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. Para Foucault (1999), a primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas. Os quadros vivos eram ao mesmo tempo uma *técnica de poder* e um *processo de saber*, cuja intenção era a de dominar a diversidade, impondo-lhe uma ordem. As sociedades disciplinares veiculam uma forma de poder ligado à *ortopedia social*, que tenta assegurar a ordenação das multiplicidades humanas. Trata-se de

produzir corpos dóceis, tornando o exercício do poder economicamente menos custoso possível, estendendo os efeitos do poder social ao máximo de intensidade e tão longe quanto possível, e ainda ligando o crescimento econômico do poder ao rendimento dos aparelhos pelos quais se exerce, sejam pedagógicos, militares, industriais, médicos. A produção de corpos dóceis promove tanto a docilidade quanto a utilidade de todos elementos do sistema (FOUCAULT, 1999).

As regras, as normas e mudanças institucionais, e, principalmente a ausência de liberdade e da família deflagram a impossibilidade de se preservar nas instituições de acolhimento – no abrigo – um “eu-desejante”, um “eu-livre”, com pulsões. Assim, o singular dá lugar ao coletivo, através de uma transformação desencadeada por hierarquias e autoridades. O despojamento da identidade insere-se na caracterização de instituição total, elucidada por Goffman (1987). Resultando naquilo que Goffman (1987) designou pela mortificação do eu, pois os indivíduos, ao serem abrigados, passam por um processo de mutilação de sua identidade, inicia-se com a barreira que a instituição coloca entre abrigados e mundo externo, seguindo-se com o processo de admissão que implica, entre outros, guardar os objetos pessoais, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto às regras e com a imposição de uma rotina de vida, estranha à sua singularidade.

2.4 Culpar a vítima: Pedro e o processo de devolução da família substituta

Pedro é um dos internos de uma instituição de acolhimento de Juiz de Fora, Minas Gerais. Relataremos aqui a sua história, a primeira a ser descrita nesta tese. Além de Pedro teremos outras histórias de vida descritas nos próximos capítulos. Ele – Pedro – foi por nós escolhido por representar a “metáfora do lixo social” de forma muito precisa, assim como o lixo ele foi “jogado fora” e entregue a um “depósito”. Importa para nós compreendermos a dureza de um modelo de sociedade fundado na rejeição daquilo que não atende aos anseios e prerrogativas projetadas por aqueles que desejam, isto é, como lidar com o diferente, com o imperfeito, com aquilo que não representa exatamente o que desejamos. Como lidar com o lixo? Neste sentido, trataremos da devolução de um adolescente o que torna nossa busca pela compreensão ainda mais complexa.

Pedro é um nome fictício dado para preservar a identidade do adolescente. Pedro é pardo, tem quatorze anos e é um dos internos de um dos abrigos em Juiz de Fora. Pedro não é o único, existe mais um caso como o dele, em que um adolescente foi “devolvido” pelos pais

adotivos. O adolescente vive abrigado há, pelo menos, seis anos, em situação de vulnerabilidade social com os pais biológicos usuários de drogas e moradores de rua. Pedro vive em uma instituição acolhimento como uma medida de proteção judicial inserida na Doutrina de Proteção Integral. Em uma tentativa de inseri-lo em uma família substituta e transcorridos todos os procedimentos legais (entrevistas, entrega de documentos que comprovem a sanidade mental, idoneidade moral, entre outros) os pais foram considerados aptos para adoção.

Ressalta-se que a adoção de crianças e adolescentes é regida pela lei 8069/90, isto é, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) que regulamentou a prática da adoção no Brasil. Esta lei sofreu alterações a partir de novembro de 2009, com a lei 12.010/2009, também chamada de Nova Lei da Adoção. Desde o Estatuto se atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com seus pais e parentes biológicos, salvo os impedimentos matrimoniais. A adoção é medida irrevogável. No entanto, desistências posteriores à entrega da criança à família adotiva só se tornam juridicamente possíveis caso o processo ainda esteja em andamento, ou seja, em período anterior à sentença definitiva de adoção. Neste sentido, a adoção é uma maneira legítima existente para consolidar os vínculos familiares e assegurar à criança qualidade de vida, pois a partir do Estatuto a reinserção das crianças e adolescentes é fundamental para o desenvolvimento e que estes possuam uma base familiar.

Pedro foi adotado, contudo, devido ao seu comportamento “inapropriado”, por vezes agressivo e violento, outras vezes, “malcriado” e com desempenho escolar ruim. A família substituta, por não suportar, “devolveu” Pedro à instituição de acolhimento. Hoje ele é um abrigado, sem perspectivas ou anseio por adoção.

Na nossa convivência com Pedro, ele parece-nos sempre calmo e muito afeito a tecnologia. É ele quem coordena a televisão no abrigo, o *videogame* no celular e as músicas de *funk*. Um adolescente quieto e se as meninas do abrigo se aproximam e querem conversar, Pedro, por sua vez está sempre calado, mas sempre por perto. Disse-nos uma das meninas próximas a ele: “Não quero viver na casa dos outros, passa muita humilhação”. O assunto é evitado dentro da instituição. Há um silêncio em torno desta questão e entre os adolescentes não é incomum observar um repúdio a adoção. Nesta perspectiva aquele que é adotado sempre será um estranho dentro do novo lar e haverá dificuldades de convivência com a família substituta. Observa-se que esta perspectiva seja resultado das experiências negativas de adoção dentro desta instituição.

Acerca da Vara da Infância e Juventude, cabe ressaltar, que a família que “devolve” uma criança ou adolescente é banida da lista de adoção. E de acordo com a coordenadora do abrigo: “a juíza é muito séria e responsável com as crianças e adolescentes daqui. A juíza fica horrorizada e com raiva dessas famílias que devolvem as crianças”.

Ressalta-se aqui, se uma criança cresce em situação irregular, ou seja, afastada da vida familiar, pressupõe-se que sua base de segurança tende a desaparecer, o que pode prejudicar suas relações com os outros, havendo sim, prejuízos nas demais funções de seu desenvolvimento. Para Levy (2009) há uma imagem da criança ideal, aquela que o casal sonha para si antes de adotar de fato. Todavia, esta imagem deve ser desvinculada da criança real, senão os pais adotivos não poderão suportar os conflitos que esta criança irá trazer. É importante ter a dimensão que qualquer crise não será diferente das vividas em famílias com filhos biológicos. Nos casos de devolução, o fracasso atinge a todos os envolvidos no processo, principalmente as crianças e adolescentes, que são responsabilizados e ou culpabilizados pela decisão tomada pelos adultos.

Os requerentes que passaram pelo procedimento de habilitação expressaram, na ocasião, o desejo de exercer a parentalidade. Ocorre, porém, que não conseguiram desconectar a imagem do filho ideal daquela apresentada pela criança real. Uma requerente chegou a declarar que não admitia conviver com uma criança malcriada. As crianças foram descritas como demoníacas, sexualmente precoces, mentirosas, hiperativas, com problemas de comportamento, enfim, com características a elas inerentes. Os adultos as percebiam como seres marcados por uma peculiar estranheza. Não eram os filhos sonhados, portanto, não se disponibilizaram a acolhê-las (LEVY, 2009, p.62).

Levy (2009, p. 63) destaca ainda:

As crianças ou teriam que corresponder exatamente ao “produto encomendado” ou representariam um corpo estranho incapaz de ser assimilado no interior daquelas famílias. A dificuldade em lidar com o diferente e suportar frustrações, a falta de vínculo, a incapacidade de conter a agressividade da criança e dar-lhe um sentido, foram características que estiveram presentes em todas as situações apresentadas. Um novo abandono, uma nova decepção, uma descrença nos adultos e profundas sequelas impressas na vida destas crianças.

A filiação e a adoção funcionam como uma ficção legal estruturante, inaugurando para a criança a via da sua identidade. O desejo do adulto de exercer a parentalidade é fundamental para que se instale uma reciprocidade nas relações construídas. Um projeto de adoção revela paralelamente o desejo explicitado de ter um filho, necessidades específicas de cada requerente, reflexos de suas histórias psíquicas, que repercutirão na relação a ser estabelecida com a criança. Neste sentido, ao reeditar vivências anteriores ligadas ao

desamparo, a devolução provoca intenso sofrimento psíquico tanto nas crianças quanto nos adotantes.

Por um lado, na adoção a origem das crianças e adolescentes é uma fonte de enigmas e desperta fantasias específicas nos adotantes, uma vez que a criança foi procriada por outra dupla de pais, sobre quem muitas vezes nada se conhece. Há fantasias e o medo de que um dia a criança e ou o adolescente saia em busca da família original e, assim, os abandone. Por outro lado, para a criança o conhecimento de sua condição de adotada é um processo fundamental, construído ao longo da relação com seus pais e necessário para a construção de sua história como sujeito inserido no mundo.

Quando esta é a vivência subjetiva dos adotantes, os conflitos com a criança – dificuldades intrínsecas a qualquer relação humana – poderão ser experimentados como imensa frustração, gerando ódio e nova rejeição. Desse modo, fortaleceria uma convicção de que a criança não lhes pertence e de que nunca se constituiu como filho. Estas fantasias, que se dão fundamentalmente de forma inconsciente, podem ser consideradas substitutas do sentimento depreciativo dos adotantes, fruto da impossibilidade de conceber seus próprios filhos. Neste sentido, o filho adotivo permanecerá como um objeto ambíguo para os pais como aquele que representa uma tentativa de sutura da ferida narcísica, mas também a ruptura da transcendência como observa Levy (2009, p. 63):

A construção de uma filiação depende de sujeitos que desejem exercer a parentalidade. Na filiação adotiva, assim como na biológica, espera-se que um vínculo seja construído e que a criança seja introduzida numa história familiar, sentindo-se parte dela. Espera-se, ainda, que os pais adotivos ou biológicos possam redimensionar a criança por eles imaginada, a partir da história que construirão com o filho; alguém que deverá ser percebido não como objeto adquirido para tamponar uma falta, mas como outro ser do qual advirão gratificações e frustrações.

Muitas vezes, a partir da impossibilidade da geração dos filhos biológicos os adotantes querem ter a sensação de experimentar a criança, como um produto. Desta forma, diante um produto há a possibilidade de devolução. Todavia, estabelece-se a partir da adoção um compromisso ético e afetivo com os envolvidos, nem sempre percebido por todos.

Para Pedro o que houve foi uma rejeição dupla, primeiro pela família biológica, incapacitada do seu cuidado. Posteriormente, pela família substituta que se viu insatisfeita com o comportamento inadequado do adolescente. Como um produto, foi devolvido por não atender as demandas daqueles que deveriam cuidá-lo. Pedro vivencia esta experiência repudiando a adoção e em seu silêncio sente-se inapropriado.

Interessa ressaltar que neste caso a vítima tornou-se a maior culpada, sem ao menos compreender as razões pelas quais vivenciou a dupla rejeição. Similar em sentido metafórico, análogo ao da compra de um material da prateleira de um supermercado que ao perder suas características primárias torna-se lixo. Lixo será aquilo que não possui utilidade, neste momento haverá uma semelhança com Pedro que será devolvido por não ser como os pais adotivos gostariam que ele fosse. Pedro será assim, de algum modo, o reflexo da política pública como reverso através de um espelho invertido.

Observamos que ao culpar a vítima instaura-se uma violência, não a física, mas aquela descrita por Bourdieu (1996) como uma violência simbólica. A violência simbólica apoia-se em uma teoria da crença ou, melhor, em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação ou em um discurso e obedecê-las. A violência sofrida pelas crianças e adolescentes devolvidos, como no caso de Pedro, diz respeito aquilo que ele não tem, isto é, lhe falta, sendo assim, ele não pode pertencer a família substituta.

Naturaliza-se assim, a rejeição e o abandono, pelo simples fato de o produto – o adolescente – ser despossuído de qualidades fundamentais – que a própria família substituta é quem deveria fornecer. Assim, um tipo de violência simbólica impregna todo esse processo, uma vez abandonado, Pedro agora rejeitado por não apresentar as disposições que precisava oferecer. Questiona-se, portanto, se serão o abandono e agora a devolução institucional que criarão as condições perversas e impõem uma vida marginal à sociedade incluída? A ausência de pré-condições, em alguma medida significativa, implica na constituição de um *habitus* marcado pela precariedade, formado de todo um segmento de inadaptados, que passa a ser percebida, tanto pela sociedade incluída como também pelas próprias vítimas, como um “fracasso pessoal”.

Assim, Pedro ao atribuir a si mesmo a responsabilidade pelo fracasso da adoção impede de enxergar a própria ordem social como principal responsável por todo esse processo de perpetuação da desigualdade social que se estabelece na institucionalização da infância e adolescência. Aqui, o aparente fracasso individual impede a perspectiva de um fracasso histórico e institucional.

TERCEIRO CAPÍTULO – Subjetivação: o habitus da criança de abrigo**VERBO SER**

Que vai ser quando crescer?
Vivem perguntando em redor. Que é ser?
É ter um corpo, um jeito, um nome?
Tenho os três. E sou?
Tenho de mudar quando crescer? Usar outro nome, corpo e jeito?
Ou a gente só principia a ser quando cresce?
É terrível, ser? Dói? É bom? É triste?
Ser; pronunciado tão depressa, e cabe tantas coisas?
Repito: Ser, Ser, Ser. Er. R.
Que vou ser quando crescer?
Sou obrigado a? Posso escolher?
Não dá para entender. Não vou ser.
Vou crescer assim mesmo.
Sem ser Esquecer.

Carlos Drummond de Andrade

3.1 *Continuum* institucional: Entre a medida de proteção integral provisória e a permanência no abrigo

Importa aqui, neste terceiro capítulo, problematizar a questão entre o que é contínuo e o que é provisório. O abrigo assume características a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) de uma medida de proteção provisória, contudo, o que se observa no dia a dia destas instituições são vidas inteiras constituindo subjetividades de crianças e adolescentes abrigadas. Ouvimos de uma delas: “Agora eu to aqui, não gosto muito não, mas me ensinaram a viver. Antes era ainda pior, na Tia Mariazinha⁹ as coisas chegavam pra gente e ela levava para casa, a gente não podia comer e era desorganizado com muita bagunça, depende de onde tem vaga, a gente vai”.

São crianças e adolescentes que passam e perpassam suas vidas dentro das instituições de acolhimento. É neste sentido que neste capítulo buscamos compreender que *habitus* se forma dentro destas instituições. Afinal, as crianças e adolescentes estão internas e em sua grande maioria sem perspectivas de retorno familiar. Contraditório é que se ouve a todo o tempo dos especialistas a busca pela reinserção familiar, sem, contudo, refletir sobre suas próprias práticas cotidianas e sem situar que é ali que momentos definitivos e laços importantes serão formados.

Desta forma, busca-se compreender a experiência de crianças e adolescentes internas de um abrigo. Compreender a fala das crianças não é tarefa simplória, se elas te dizem tudo o que sentem, ao mesmo tempo, tem receio da exposição. São trajetórias dolorosas a partir de experiências complexas e a todo o momento a dor é explicitada na fala, mas também no olhar e nos gestos.

Maria será a protagonista deste capítulo, uma criança de onze anos de idade, negra, foi retirada de sua família por ter se tornado uma vítima do crack. Sua mãe é usuária de entorpecentes e não conseguiu cuidar de seus filhos, denunciada ao Conselho Tutelar perdeu a guarda de suas filhas e o *poder familiar*. Buscando compreender o drama vivido por Maria procuramos ainda investigar neste capítulo a formação de um *habitus* precário e averiguar se é o abrigo um *locus* de dominação em que o dominado percebe o dominante de acordo com os seus interesses, e não encontra meios de irromper esse processo.

⁹ A instituição de abrigo da Dona Mariazinha foi fechada, em 2009, a partir denúncias de maus tratos e outra instituição sob os cuidados da AMAC foi inaugurada para atender a demanda existente.

Neste sentido, investigamos ainda se a desigualdade social tem cor de pele. Buscamos compreender as interconexões entre o tema das desigualdades sociais e raciais e refletimos sobre a formação e ou ausência de um *habitus* que assegure e ou impeça a constituição daquilo que aqui designamos metaforicamente por “lixo social”.

Norbert Elias e John L. Scotson (2000) discutem a forma que o estigma social é criado a partir dos parâmetros de temporalidade e irá atuar no sentido de depreciar a qualidade humana dos que estão fora do círculo dos estabelecidos, ou seja, este estigma contribui para a formação de uma auto-imagem depreciada, onde o estigmatizado assume para si e internaliza estes parâmetros sociais depreciativos.

As instituições de acolhimento, atualmente, são uma medida de proteção judicial inserida na Doutrina de Proteção Integral. A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) há a compreensão que tanto as crianças quanto os adolescentes são sujeitos de direitos, e que deve ser respeitada a sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, competindo à família, à sociedade e ao Estado garantir, com prioridade absoluta, a efetividade de suas necessidades. Esta política propõe que sejam asseguradas todas as oportunidades e facilidades para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, isto é, todos os direitos das crianças e adolescente devem ser reconhecidos e se constituem em direitos especiais e específicos, pela condição que ostentam de pessoas em desenvolvimento.

O paradigma filosófico político da Doutrina da Proteção inclui uma nova política de atendimento que não limita a intervenção apenas a uma determinada parcela da população infanto-juvenil, mas propõe que sejam asseguradas todas as oportunidades e facilidades para o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da totalidade das crianças e adolescentes, através da articulação de políticas sociais universais, assistenciais – para os que dela necessitarem – e de proteção especial – quando os seus direitos forem ameaçados ou violados.

A Doutrina da Proteção Integral parte do pressuposto de que deve ser garantida a satisfação de todas as necessidades das pessoas até dezoito anos, não incluindo apenas o aspecto penal do ato praticado pela ou contra a criança, mas o seu direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, ao lazer, à profissionalização, à liberdade, entre outros. A compreensão do significado do termo proteção insere-se no sentido de resguardo às condições para a felicidade atual e futura, enquanto o termo integral relaciona-se à ideia de ser devida à totalidade dos seres humanos, nos seus mais variados aspectos, notadamente físico, mental, moral, espiritual e social (SARAIVA, 2002).

Há uma profunda ruptura na forma de intervenção da família, do Estado e da sociedade em relação à população infanto-juvenil, agora compreendida como titular dos mesmos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da necessária proteção especial, fazendo com que a política de atendimento, outrora focalizada em práticas assistencialistas baseadas na concepção da *compaixão-repressão*, se desloque para a efetivação das políticas públicas, tendo como centro as Políticas Sociais Básicas e, as Políticas de Assistência Social ou de Proteção Especial, como instrumentos de caráter supletivo, complementar e temporário e, ainda, apenas para quem delas necessitar.

Pela nova normativa, a política de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes está fixada sobre quatro linhas de ação, que devem ser implantadas, segundo reza o artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios (COSTA, 2003), assim definidas: 1) a) Políticas Sociais *Básicas* – trata-se de direito de todas as crianças e adolescentes e dever do Estado, como educação, saúde, cultura, recreação, esporte, lazer, profissionalização, etc.; 2) *Políticas de Assistência Social* - tendo como destinatárias às crianças e adolescentes que se encontram em estado de necessidade permanente ou temporária, em razão da situação de vulnerabilidade a que estão expostos; 3) c) *Política de Proteção Especial* - destinada àquelas crianças e adolescentes que se encontrem em situação de risco pessoal e social, pois violados ou ameaçados em seus direitos, como as vítimas de abandono, abusos, negligências, maus-tratos (ex. programas de abrigo, socioeducativos em meio aberto, etc.), assim como adolescentes em conflito com a lei, em decorrência da prática de ato infracional; 4) *Política de Garantia de Direitos* - para quem precisa pôr para funcionar, em seu favor, as conquistas do estado democrático de direito, conforme disciplina o art. 87, I a V, do ECA. A nova estrutura confere “organicidade ao conjunto de ações, governamentais ou não, em favor da infância e da juventude, através de uma reconfiguração das diversas modalidades de intervenção presentes na sociedade e, principalmente, no ramo social do Estado brasileiro” (COSTA, 2003, p.30).

O estabelecimento e a utilização de programas em regime de abrigo estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) em seu artigo 90, inciso IV, no artigo 101, inciso VII e no parágrafo único deste artigo que, para além de conceituar o programa, delimita sua operacionalização: “o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

A. Lancetti (2003) afirma que o abrigamento é uma forma anti-antropológica de convivência do ser humano, ainda mais para crianças de tenra idade e, mesmo para adolescentes, que estão em plena formação de suas personalidades e, por isso, são mais vulneráveis aos efeitos e traumas decorrentes de crescerem sem ter um vínculo afetivo estreito e verdadeiro com um adulto, o que é impossível de se dar em uma instituição, por mais dedicados que sejam seus cuidadores. Contudo, a sua pertinência, nos moldes do artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, somente se justifica se os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta.

Nesta mesma linha, a medida de proteção somente é utilizável depois de esgotadas todas as possibilidades de manutenção da criança e adolescente em sua família natural, com a articulação das medidas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares (art. 100) e se mostrem inviáveis a sua colocação em uma das formas de família substituta (biológica ampliada; não-consangüínea e estrangeira), o que reforça o seu caráter de extrema excepcionalidade.

O caráter temporário revela, por outro lado, que a medida de abrigo deverá ser utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, sem esquecer que esta também está em posição de excepcionalidade à família natural, nada impedindo que se restabeleçam os vínculos familiares com a família biológica, isto é, ressalvadas as hipóteses em que as dificuldades que deram origem sejam de tal gravidade que não justifique, mesmo com suporte de outras medidas, o seu retorno ao seio familiar.

Neste sentido, a institucionalização deve servir apenas como uma passagem rápida e transitória da criança e do adolescente que se encontram numa situação de abandono ou que foram vítimas de violência. Para não perder a natureza de medida de transição para o retorno à família natural ou sua colocação em família substituta - isso como corolário do direito fundamental à convivência familiar -, também se mostra necessária à reavaliação periódica de cada caso, diante da obrigação legal imposta às entidades de atendimento que executam programa de abrigo de, obrigatoriamente, proceder a estudo social e pessoal de cada caso, com periodicidade máxima a cada seis meses.

Cabe ao Conselho Tutelar mediar às providências necessárias para o acompanhamento da medida junto à entidade de abrigo em que foi abrigada a criança e adolescente, garantindo esforços para que a medida seja efetivamente temporária e transitória, viabilizando a aplicação de outras medidas de apoio à família natural – se for o caso – ou

comunicando o Ministério Público quanto tal situação não se torna possível (art. 136, XI, do Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), permitindo a regularização jurídica da situação em família substituta.

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que seus direitos legais forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, em razão sua conduta. As medidas específicas de proteção previstas por lei serão aplicadas cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo, sendo que as mesmas devem levar em conta as necessidades pedagógicas da criança. Serão sempre preferidas as medidas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, ou seja, o abrigo é a medida a ser evitada, utilizável quando esgotadas as alternativas.

Sobre as medidas a serem aplicadas, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) constatada a situação de risco, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: 1. Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; 2. Orientação, apoio e acompanhamento temporários; 3. Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimentos oficiais de ensino fundamental; 4. Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; 5. Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; 6. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos, 7. Abrigo em entidade; 8. Colocação em família substituta.

Quando abrigadas, as crianças ficam sob a guarda do Estado e suas famílias respondem a processos judiciais nos quais serão decididos se o *poder familiar* será restituído ou destituído da família de origem, pois essas medidas envolvem a família como um todo e não entendem a criança como um indivíduo isolado.

Discute-se aqui, portanto, as dificuldades e os prejuízos entre o que é contínuo e o que deveria ser provisório. Por um lado, se o abrigo poderia associar necessidades de pertencimento, vínculo e separação, conseqüentemente, estaria atrelado à maior duração do período de acolhimento das crianças e dos adolescentes no abrigo. Por outro lado, as evidências prejudiciais do regime disciplinador, controlador e autoritário que caracterizavam estas instituições num passado recente, mostraram os prejuízos da massificação e da ausência do convívio familiar e comunitário ao desenvolvimento dessas crianças e desses adolescentes.

Reconhece, assim, a família como o lugar privilegiado de desenvolvimento dessas crianças, o que tem trazido como correlato a desvalorização do acolhimento institucional. É comum o fato de os profissionais de abrigo representá-lo e se representarem de forma depreciativa. Quando a valorização da família e a desvalorização do abrigo confluem e se ligam ao princípio de provisoriedade, pressionam para ações de desabrigamento muitas vezes precipitadas, que nem sempre levam em conta o que de fato é o melhor para as crianças e adolescentes.

Há uma crença de que a família é o único lugar possível para o afeto e o desenvolvimento saudável. Nesse sentido, os profissionais das instituições de acolhimento compreendem que as manifestações negativas serão “anuladas” pelo afeto que as crianças e adolescentes receberão nas famílias adotivas. Com isso, não reconhecem os vínculos afetivos que poderiam ser estabelecidos na instituição de acolhimento levando-os, muitas vezes, a não valorizar suas relações no abrigo. Observa-se que os profissionais da Vara da Infância e Juventude agilizam os processos de adoção, pois sabem que as crianças de pouca idade têm mais chances de serem adotadas. As famílias candidatas, movidas pelo desejo de adotarem, e pelo desejo dos profissionais da Vara e do abrigo de colocarem a criança em uma família, acabam não considerando suas incertezas sobre uma possível adoção. A criança explicita seu desejo de ir para a família candidata, mas quando lá, por motivos que respondem à sua história de abandono e ruptura, “age” de modo a dificultar sua permanência, culminando em sua “devolução”.

Para Winnicott (1987), a estabilidade ambiental e a continuidade dos cuidados oferecidos nos primeiros anos de vida de uma criança são fundamentais para sua constituição psíquica. Ele nos diz que "de todas as tendências humanas, a agressividade em especial, é escondida, disfarçada, desviada, atribuída a agentes externos e quando se manifesta é sempre tarefa difícil identificar suas origens" (1987, p.89). Em geral, crianças e adolescentes que chegam aos abrigos nunca tiveram a experiência de um ambiente primário estável, ou seja, adaptado às suas necessidades especiais e, caberia ao abrigo fornecer a elas essas experiências, que por serem tardias, precisariam ter a duração de alguns anos. Assim, a estabilidade é central para a vida no abrigo. Destaca seu aspecto fundamental: adultos que juntos assumam a responsabilidade pela criança. Assim ela poderá expressar seu impulso para separá-los e sentir alívio por não conseguir fazê-lo. Poderá descobrir que suas ideias agressivas não conseguem realmente destruir e, por conseguinte, diferenciar fantasia e realidade. Marin (1999) observa que os abrigos poderiam propiciar boas condições para as

crianças se desenvolverem, para tanto, os profissionais deveriam relativizar o modelo de família como único possível, bem como precisariam lidar com o desamparo dessas crianças e com o deles próprios. Assim, poderiam valorizar o seu lugar de educador e oferecer à criança possibilidades de entrar em contato com a sua história, elaborar as suas experiências e se abrir para outras perspectivas de futuro.

Freud, em sua obra *Sobre a Transitoriedade* (1974), aponta que o psiquismo humano se rebela contra a ideia de fim, de luto por algo perdido, rebelião contra a morte, por sua vez, Boris Cyrulnik (2005) trabalha com a ideia de trauma e com as condições que favorecem a retomada do desenvolvimento após o mesmo. Para ele, após um acontecimento traumático, o sujeito não é mais o mesmo: “o traumatismo inscrito na memória passa a fazer parte da história do sujeito” (2005, p.7). Neste sentido, quando um ambiente familiar é deficiente, outros contextos podem oferecer maneiras de viver e propiciar condições para novos acontecimentos. Afinal, não se sabe *a priori* o que terá para cada criança esse efeito, mas a possibilidade de vínculo com o outro humano e de atribuir sentido ao vivido são condições para a retomada de desenvolvimento dessa criança.

O que se observa, portanto, é que a provisoriedade prevista no Estatuto foi assumindo sentidos além dos originalmente pensados, isto é, aparece como correlata à desvalorização da instituição em relação à família. Em si mesma ela torna-se um impedimento para o estabelecimento de vínculos, associada a uma defesa frente ao desamparo vivido pelas crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento. São sentidos que não se excluem, mas se entrelaçam configurando uma complexidade que precisa ser desvendada.

Assim, poderemos pensar o abrigo como um lugar de encontros capaz de possibilitar o *vir a ser* da criança no percurso de novos trajetos, tal como um *devir* (DELEUZE; GUATTARI, 1997). A forma-criança, assim como a forma-adulto, será apenas um estado de coisas, pontos de parada, imagens sucessivas, formas dispostas ao longo do regime temporal da gênese e da descendência. A referência a uma espessura temporal onde coexistem durações diversas, para Deleuze e Guattari (1997), uma criança coexiste conosco, numa zona de vizinhança ou num bloco de devir, numa linha de desterritorialização que nos arrasta a ambos - contrariamente à criança que fomos, da qual nos lembramos ou que fantasmamos, à criança molar da qual o adulto é o futuro. Nesta perspectiva falar em devir-criança é conceber sua operação politemporal, seu movimento entre diversos platôs ou camadas de tempo.

No texto *O que as crianças dizem?*, Deleuze (1997, p.73) afirma: “a criança não pára de dizer o que faz ou tenta fazer: explorar os meios, por trajetos dinâmicos, e traçar o mapa correspondente”. A criança acessa um meio que transborda o mundo dos objetos. Este é feito de qualidades, substâncias, potências e acontecimentos, que configuram uma multiplicidade movente, instável, sempre longe do equilíbrio, uma espécie de matéria fluida.

3.2 *Habitus* precário: a constituição do *habitus* da criança de abrigo

Por conseguinte, investiga-se aqui quais as implicações de se permanecer em instituições que deveriam ser provisórias. Essa permanência implicaria no sentimento de espera por algo que está por vir, quando, na verdade, é na instituição que a formação constituída entre o social e o individual deveria se desenvolver. Ou seja, forma-se um corpo incapaz de atender as demandas de um mercado competitivo. São indivíduos constituídos pela ausência de pressupostos indispensáveis à apropriação tanto de capital cultural quanto de capital econômico, que, ao final, não estará definida pela classe e ou pela renda, mas, sobretudo, pela visão de mundo e em suas práticas cotidianas.

Para Bourdieu (1996), há uma relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social, referindo a ligação entre sujeitos e campo de ação, isto é, uma *illusio*. Assim, o autor (1996) propõe que o espaço social se reconstrói, gerando instrumentos para a “naturalização” e a reflexão, ou seja, configuramos como estruturas estruturadas e estruturantes das relações sociais: seríamos, em parte, resultado das relações objetivas que vivemos, compartilhando socialmente práticas e interesses. Para o autor, “as classes sociais não existem [...]. O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como *algo que se trata de fazer*” (BORDIEU, 1996, p. 26-27). Bourdieu (1996, p. 29) ainda define o que é classe social:

Portanto, é preciso construir o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital. (Nessa lógica, as classes sociais são apenas classes lógicas, determinadas, em teoria e se se pode dizer assim, no papel, pela delimitação de um conjunto – relativamente – homogêneo de agentes que ocupam posição idêntica no espaço social; elas não podem se tornar classes mobilizadas e atuantes, no sentido da tradição marxista, a não ser por meio de um trabalho propriamente político de construção, de fabricação – no sentido de E.P. Thompson fala em *The making of the English working class* – cujo êxito pode ser favorecido, mas não determinado, pela pertinência à mesma classe sócio-lógica).

Neste sentido, o reconhecimento das trajetórias exige a contextualização histórica destas trajetórias, assumindo a provisoriedade das propostas de determinada sociedade.

Importa, portanto, compreender a constituição do *habitus* oferecido pela condição de abrigo a uma criança vítima de direitos violados. O *habitus* é uma forma de disposição à determinada prática de grupo ou classe, ou seja, é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que gera estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social. A noção de *habitus*, de acordo com Bourdieu (1996, p.144), “é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorpora as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo”. O *habitus* funciona como uma espécie de lei tácita (*nomos*) da percepção e da prática que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social.

Bourdieu (1996) destaca que a análise do espaço social permite superar o impasse da existência ou não de classes sociais, porque o que é essencial nessa discussão constitui-se na existência de “diferenças”. Segundo o autor, não se trata de negar a existência de classes, como também não se trata de aceitá-la ou afirmá-la. A noção de espaço social não descarta os antagonismos individuais e os enfrentamentos coletivos entre os agentes situados em posições diferentes no espaço social. Assim, compreender o espaço social e o espaço simbólico pressupõe compreender a complexa “relação” entre as estruturas objetivas – dos campos sociais – e as construções subjetivas – estruturas incorporadas – *habitus* – e apanhar o invariante, a estrutura, na variante observada.

O conceito de *habitus* tem uma longa história nas ciências humanas. Adotaremos, aqui, contudo, a teoria do *habitus* sistematizada por Bourdieu (1996) que atribui um sentido mais preciso ao conceito. A partir das suas pesquisas, o conceito de *habitus* surge da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais, ou seja, um sistema de disposições

duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas.

De acordo com Maria da Graça Jacintho Setton (2002), para Bourdieu, o mundo social é objeto de três modos de conhecimento teórico. Primeiramente, o fenomenológico, que considera a verdade da experiência primeira do mundo social, isto é, a relação de *familiaridade* com o meio familiar, apreensão do mundo social como mundo natural e evidente, sobre o qual, por definição, não se pensa, e que exclui a questão de suas próprias condições de possibilidade. Em segundo lugar, o conhecimento que podemos chamar de *objetivista* (de que a hermenêutica estruturalista é um caso particular) (que) constrói relações objetivas (isto é, econômicas e linguísticas), que estruturam as práticas e as representações práticas ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro e, portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social seu caráter de evidência e natural. E, finalmente, o conhecimento que podemos chamar de *praxiológico* (que) tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações *dialéticas* entre essas estruturas e as *disposições* estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade.

O *habitus* surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. E também capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O *habitus* é uma subjetividade socializada. Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam. Para Souza (2003, p.43-44):

O conceito de *habitus* permite sair da prisão do realismo da estrutura na medida em que se apresenta como a forma pela qual a “necessidade” exterior pode ser introjetada, mais que isso, “encarnada” e “incorporada” pelos agentes. O *habitus* seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância que pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas. Nesse sentido, as disposições do *habitus* são em certa medida “pré-adaptadas” às suas demandas.

Cabe aqui destacar alguns conceitos importantes utilizados por Souza (2003, 2009), tais como: *ralé*, subcidadania e *habitus* precário. Destaca-se a “*ralé*” como uma classe de subcidadãos detentora de um *habitus* precário (SOUZA, 2003).

Em “*A construção social da subcidadania*”, Souza (2003) observa que no contexto impessoal moderno são redes invisíveis de crenças compartilhadas pré-reflexivamente (acerca do valor relativo de indivíduos e grupos, ancorados institucionalmente e reproduzidos cotidianamente pela ideologia espontânea das práticas do dia a dia) que determinam o lugar das classes sociais. De tal modo é a naturalização da desigualdade que não chega à consciência dos que a sofrem por estarem construídas segundo a opacidade da ideologia espontânea do capitalismo.

A eficácia da regra da igualdade só se torna legítima quando está efetivamente internalizada na vida cotidiana. E é através da formação do *habitus* que opera a distinção, isto é, por um lado tem-se aquele considerado primário no qual o que está em jogo é a efetiva disseminação da noção de dignidade do agente racional que o torna agente produtivo e cidadão pleno. Por outro lado, um tipo de *habitus* precário implica na existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subcidadãos sob a forma de uma evidência social insofismável tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da precariedade, produzindo uma “*ralé* estrutural” nas sociedades periféricas.

Assim,

se o *habitus* representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômica-social deve implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças” (SOUZA, 2003, p.165).

Acerca do *habitus* precário Souza (2003, p.167) explicita:

Ao chamar a generalização, portanto, das precondições sociais, econômicas e políticas do sujeito útil, “digno” e cidadão, no sentido tayloriano de reconhecido intersubjetivamente como tal, de “habitus primário”, eu o faço para diferenciá-lo analiticamente de duas outras realidades também fundamentais: o “habitus precário” e o que gostaria de denominar “habitus secundário”. O “habitus precário” seria o limite do “habitus primário” para baixo, ou seja, seria aquele tipo de personalidade e de disposições que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas.

Acerca da *ralé*, em uma pesquisa empírica, Souza produziu o livro “*A ralé brasileira*” (2009) que explicita a “ralé” e sua reprodução como mero “corpo” incapaz de atender às demandas de um mercado competitivo, pois, afinal, se trata de uma classe de indivíduos que nasceram sem o “bilhete premiado” de pertencerem às classes média e alta. Assim, o privilégio positivo do “talento inato” das classes média e alta é transformado em privilégio negativo de toda uma classe social que reproduz e se reproduz como classe de indivíduos com um “estigma inato”. Essa classe é moderna e impossibilitada pela ausência de pressupostos indispensáveis à apropriação tanto de capital cultural quanto de capital econômico, ela não se inclui.

Para Souza (2009), portanto, o conflito central na nossa sociedade periféricamente moderna é a oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes sociais que são incluídas, apesar de o serem de forma diferenciada.

O autor, em contrapartida, apresenta os *batalhadores* que compreendem uma nova classe com disposições comportamentais articuladas em uma tríade moderna fundamental: a disciplina, o autocontrole e o pensamento prospectivo que fundamentam uma economia emocional adequada ao trabalho produtivo capitalista (SOUZA, 2010). Assim, os *batalhadores* se inserem em uma “inclusão subordinada” no processo de acumulação histórica do próprio capitalismo. Trata-se do advento do capitalismo financeiro no Brasil contemporâneo – basta lembrar que o capitalismo só se legitima por meio de um espírito que justifique o processo de acumulação de capital. Souza e seus colaboradores (2010) buscam perceber as ambiguidades desta nova fase do capitalismo mundial e especialmente do brasileiro, bem como compreender as possibilidades de mudança neste contexto.

As classes sociais pelos autores analisadas não são determinadas pela renda, nem pelo simples lugar na produção, mas, sim, por uma visão de mundo “prática” que se mostra em todos os comportamentos e atitudes na vida cotidiana. Portanto, a realidade cotidiana dos *batalhadores* diferencia-se daquilo que se entende por “classe média”. Mesmo que se

desconfie da condição vaga do conceito de classe média, há uma preocupação com a distinção – com um estilo de vida em todas as dimensões que permita afastá-la dos setores populares e aproximá-las das classes dominantes. Ao mesmo tempo, não se associa, nesta perspectiva, a classe com renda exclusivamente, já que efetivamente pode-se ter uma renda relativamente alta e uma condução de vida típica das classes populares. Parte-se de pressuposto de que essa associação obscurece todo o processo de transmissão afetiva e emocional de valores empreendido na socialização familiar.

Por conseguinte, quando se trata especificamente da institucionalização das crianças e adolescentes vítimas de direitos violados, se observa o abrigo como *lócus* da formação daquilo que Souza (2003) conceituou como *habitus* precário. Acreditamos que, através da violência simbólica exercida em consonância com as estruturas constitutivas do *habitus* dos dominados e a estrutura da relação à qual se aplicam, o dominado percebe o dominante através de categorias que a relação de dominação produziu e que, assim, estão de acordo com os interesses do dominante (1996, p.194), faltando os meios de ruptura deste processo de reprodução das desigualdades sociais.

Cabe ressaltar que a análise de Bourdieu acerca do Estado e de seu característico poder simbólico demonstra claramente como essa eficácia simbólica não se restringe às sociedades pré-capitalistas. Não cabe aqui uma reconstrução desta análise, porém alguns pontos devem ser destacados devido a sua relevância para a pesquisa em questão neste trabalho.

De acordo com Bourdieu (1996), a gênese do Estado está atrelada a um processo de unificação dos diferentes campos sociais, econômico, cultural (ou escolar), político, que acompanha a constituição progressiva do monopólio estatal da violência física e simbólica. O autor também diz que o Estado é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico. Tanto é assim que, além da reivindicação do monopólio do uso legítimo da violência física em um determinado território, como diz Weber, Bourdieu (1996, p. 97) acrescenta que o Estado reivindica, também com sucesso, o monopólio do uso legítimo da violência simbólica. Dessa unificação, o Estado saiu detentor de diferentes tipos de capital (econômico, cultural ou de informação, simbólico), formando uma espécie de “metacapital”, que exerce poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores. Esse ponto é importante, pois, por meio desse metacapital que concentra recursos materiais e simbólicos, o Estado tem a capacidade não só de regular o funcionamento dos diferentes campos como

também de moldar as “estruturas mentais”, através de princípios duráveis de visão e de divisão de acordo com suas próprias estruturas.

Através da sua estrutura organizacional e instância reguladora das práticas, criam-se as condições de uma espécie de “orquestração imediata de *habitus*” como fundamento do consenso sobre esse conjunto de evidências compartilhadas, comumente conhecido por “identidade nacional”. Para Pierre Bourdieu (1996), o Estado pode exercer a violência simbólica, exatamente porque ele se “encarna” tanto na objetividade quanto na mente das pessoas.

O Estado pode inculcar de modo universal, no âmbito de certo território, estruturas mentais que criam um acordo tácito, pré-reflexivo, sobre o sentido do mundo. O Estado contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social, que nada mais é do que uma ficção coletivamente reconhecida.

Nas sociedades modernas, ele é o principal responsável pela construção de categorias oficiais, de acordo com as quais são estruturadas tanto as populações quanto os espíritos. É também o fundamento da eficácia simbólica de todos os “ritos institucionais”, dos quais a família, como ressalta Bourdieu, é o principal exemplo. O Estado realiza atos que, segundo esse autor (1996), constituem a identidade familiar como um dos princípios de percepção mais poderosos do mundo social e uma das unidades sociais mais reais.

Todavia, nos discursos, a família aparece como uma realidade que transcende seus membros, uma personagem dotada de vida e de espírito coletivos e de uma visão específica do mundo. Pairando uma concepção de que ela existe como um universo social separado, emprenhado em um trabalho de perpetuação das fronteiras e orientado pela idealização do interior como algo sagrado, por oposição ao exterior. De modo distinto, para Bourdieu (1996), a unidade doméstica é concebida como um agente ativo, dotado de vontade, capaz de pensamento, de sentimento e de ação, apoiado em um conjunto de pressupostos cognitivos e de pressuposições normativas.

Neste caso, para as crianças e adolescentes abrigados justificam-se o discurso dos especialistas acerca da importância do retorno familiar, mesmo ciente das inúmeras dificuldades ou mesmo da impossibilidade desta ação.

3.3 *Habitus adequado*: no abrigo a desigualdade social tem cor de pele?

Para uma maior compreensão da formação de um *habitus* precário cabe investigar se o fato de uma ampla maioria das crianças e adolescentes sob medida protetiva de acolhimento serem negras evidenciaria uma relação entre o abrigo, a cor de pele e a desigualdade social. De acordo com Santos (2005, p.24), sobre a noção de raça e sua relação com classe social, sabe-se que não existem raças no sentido biológico do termo, visto que existe mais uma variação genotípica entre os indivíduos do que entre as “raças”. Raça é uma construção social, mutável através do tempo e entre os contextos sociais, e sustentados por uma ideologia racial. No sentido analítico, raça representa uma categoria usada para compreender o significado de classificações sociais e orientações de ação informadas pela ideia mesma de raça. As desigualdades de raça são não apenas distintas, mas também diferentes em seus modos de operação social das desigualdades de classe, porém tenderiam a assumir uma expressão maior como desigualdades de classe. Nesse sentido, elas operariam em grande parte, ainda que não apenas, por intermédio da colocação dos não-brancos em posições inferiores aos brancos na ordem da produção e da distribuição (SANTOS, 2005, p.25).

As desigualdades raciais consolidaram-se, forjando uma sociedade segmentada e estratificada em função da cor do indivíduo. Em meados do século passado, negros e brancos, convivendo sobre o manto da democracia racial, compunham uma nação desigual, mas cujo ideário se fundava pela valorização da suposta igualdade. De fato, o mito da democracia racial de algum modo vem legitimar e mesmo resgatar a igualdade como valor. Mas, ao mesmo tempo, desproblematiza e termina por rejeitar o reconhecimento da desigualdade racial como problema nacional, assim como o debate sobre suas causas e seus desdobramentos. É assim que a defesa da democracia racial, como ideário estruturante de nossa sociedade, ganha força e relevo no discurso contrário à adoção de políticas públicas ditas específicas para a população negra.

Para Mário Theodoro (2008), o Estado confirma a existência da desigualdade racial, ao mesmo tempo em que não prioriza programas e ações de políticas públicas que combatam a desigualdade nesse domínio. Para o autor a constituição de uma nova questão racial no Brasil – ou a retomada do debate nacional do papel e da situação do negro – parece ser um processo em andamento (THEODORO, 2008, p.169).

A ação governamental tem se estruturado em torno do problema da desigualdade racial ou do objetivo da promoção da igualdade racial. Contudo, a desigualdade racial, antes

de ser o problema em si, é o resultado de processos diversos, nos quais o racismo e seus desdobramentos, o preconceito e a discriminação, destacam-se como fontes primárias. De acordo com Theodoro (2008), a discriminação racial deveria ser combatida com a legislação ordinária. No Brasil, a Constituição Federal confere à prática do racismo, ou seja, à discriminação racial, o estatuto de crime imprescritível e inafiançável. Apesar de regulamentada por um conjunto de leis, raras são as ocasiões em que se pode assistir à aplicação de tal legislação pelo poder judiciário (THEODORO, 2008, p.171).

Para nossa pesquisa cabe aqui considerar, principalmente, a interconexão entre os temas das desigualdades raciais e das desigualdades sociais, ou, dito de outra forma, entre a problemática racial e a da pobreza. Essa condição é, ao mesmo tempo, causa e consequência, no bojo de um processo que se auto-alimenta contínua e progressivamente. Ainda de acordo com Theodoro (2008), a visão da pobreza associada ao negro que sempre opera pela visão racista que atribui a este parte expressiva da responsabilidade de sua situação de carência, seja por acomodação, seja por falta de qualidades que seriam inerentes ao processo de mobilidade ascendente, acaba por naturalizar a própria pobreza. Nesse contexto, o estigma atua reforçando uma ciranda perversa na qual a existência da pobreza surge como parte constitutiva e natural de nossa realidade, especialmente quando sua cor é negra.

Nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes a predominância é de negros oriundos de famílias de classe econômica baixa. Tal condição dentro das instituições, a partir de nossa observação, passa despercebida. Nas instituições de acolhimento de Juiz de Fora quase a sua totalidade é de crianças e adolescentes não-brancas e, caso uma delas seja considerada branca, terá maiores oportunidades de sair da instituição e ser adotada. No decorrer da pesquisa, convivemos com um processo de adoção de uma criança branca de olhos claros e todos estavam satisfeitos, afinal, como os técnicos de lá nos disseram “ela era a menina mais educada e doce daqui, merecia mesmo ser adotada por uma família bacana e sair daqui, não é lugar para criança”. Diferentemente, acompanhei o processo de adoção de um bebê, não-branco, portador do vírus HIV e filho de moradores de rua usuários de crack. Não se sabe ao certo se a sua presença prolongada na instituição deve-se ao fato de ele ser não-branco ou portador do HIV. Ressalta-se, contudo, no mesmo período a saída imediata para a adoção de dois outros bebês, meninas, brancas e “saudáveis”. Estas questões passam e perpassam o cotidiano de forma despercebida, pré-reflexivamente, sem nenhuma indagação acerca de questões raciais.

Destaca-se a ressalva que não há similaridades entre *habitus* e “cor de pele” feita por Souza (2003, p.159). Para este autor (SOUZA, 2003, p.156), “a família negra no contexto histórico brasileiro não chega a se constituir como uma unidade capaz de exercer as suas virtualidades principais de modelação de personalidade básica e controle de comportamentos”. Isto significa, para o autor, que a pauperização, acarretada pela inadaptação social e a anomia causadas pela organização familiar disfuncional, condicionam-se mutuamente. Para ele, a reprodução de um *habitus* precário, a causa última da inadaptação e marginalização desses grupos, não se trata “meramente da cor da pele”. Se há preconceito, não é um preconceito de cor, mas, sim, um preconceito que se refere a certo tipo de “personalidade”, julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo.

Segundo Souza (2003), e de acordo com seus estudos acerca de Florestan Fernandes, as condições de inadaptação da população negra pode ser comparável à dos trabalhadores rurais brancos, misturando esses dois elementos, compõe-se um conjunto que seria a “gentinha” ou a “ralé nacional”. Deste modo, “a cor da pele, age como uma ferida adicional à auto-estima do sujeito em questão, mas o núcleo do problema é a combinação de abandono e inadaptação, destinos que atingem ambos os grupos independentes da cor” (SOUZA, 2003, p.159). Afirma-se, portanto, nesta perspectiva, que a condição que importa está descrita através da formação de *habitus adequado* aos imperativos institucionais, independente de qualquer cor de pele.

3.4 Vida Maria: dias fora do abrigo

Influenciados por Bernard Lahire (2004), consideramos que, para analisar uma disposição, há que se realizar um trabalho interpretativo que dê conta de comportamentos, práticas e opiniões. Uma disposição é o produto incorporado de uma socialização, seja explícita ou implícita, e se constitui através da duração, isto é, mediante a repetição sistemática e cotidiana de experiências relativamente semelhantes.

Lahire (2004) propõe um dispositivo metodológico de uma série de longas entrevistas realizadas com a mesma pessoa sobre suas práticas, comportamentos, maneiras de ver, sentir, agir em diferentes domínios de prática. Para compreendermos as disposições e as variações intra-individual dos comportamentos e gostos, temos de ter acesso à pluralidade de contextos nos quais os “atores” estão inseridos e os momentos de “ruptura biográfica” nas

suas trajetórias. Nesse sentido, acompanhamos Maria durante três meses, tanto em encontros específicos entre a pesquisadora e ela, quanto nos momentos em que a pesquisadora frequentava a instituição como observadora. Essa convivência ocorreu dentro e fora da instituição de acolhimento, isto é, em ambientes externos a sua realidade cotidiana.

Considerou-se que não haveria outra maneira de capturar a experiência sensorial e de construção de narrativas que não fosse a partir de um convívio mais próximo com a criança, a partir de vínculos de confiança e, principalmente, fora da instituição. Refletiu-se sobre as atividades em que uma criança interna de abrigo produz e gerencia situações de afazeres cotidianos por ela vivenciado e o caráter observado do relato da criança deu sentido a esta pesquisa. Desta forma, considerou-se relatável aquilo que esteve disponível nas práticas situadas de olhar e dizer – o que diz e sente a criança em situações de exposição nas quais ela não está habituada a vivenciar.

Ressaltam-se duas propriedades essenciais a este estudo, por um lado, as expressões verbais e faciais emitidas pela criança; por outro, o tempo e o lugar em que foram explicitadas. Cada expressão constitui uma palavra e se refere a uma determinada pessoa, tempo ou lugar, nomeia algo e o seu uso depende da relação do usuário com o objeto do qual a palavra trata. O tempo e o lugar, por sua vez, são relevantes para aquilo que nomeia e atua na concepção de localização da elocução.

Maria é um nome fictício escolhido para ser adotado nesta pesquisa, protegendo assim a identidade da criança. Ela é negra, tem onze anos e vive desde o ano de 2008 em um abrigo no município de Juiz de Fora. Dos abrigos que existem no município o que Maria vive é destinado especificamente a crianças com até 12 anos de idade. Em termos gerais, um dos aspectos mais expressivos desta instituição é a desorganização – como se todos ali dentro, crianças e funcionários, ficassem como que institucionalmente “aglomerados”. Tratava-se de uma casa comum, como outra qualquer, sem nenhum tipo de identificação que a articulasse a um abrigo; era a única, dentre as quatro aqui pesquisadas, que se situava no centro da cidade.

Para os funcionários mais especializados, a saber, a pedagoga, a psicóloga e a assistente social, havia um espaço (uma espécie de porão da casa) reservado a elas. A cozinha era toda cercada por grades, impedindo o contato das crianças tanto com os alimentos em seus recipientes – panelas – quanto o acesso à geladeira, talheres e todo o restante dos objetos da cozinha. Toda a alimentação era regada em horários preestabelecidos, e as crianças eram organizadas a partir de uma rígida rotina alimentar.

Institucionalmente, o espaço da casa era amplo com uma área de lazer para as crianças. Todavia, esta área localizava-se proximamente ao local onde as especialistas trabalhavam e, dessa forma, o barulho, a bola, ou qualquer tipo de “confusão” sempre poderia atrapalhar o trabalho. Talvez por esse motivo não observamos as crianças fazendo uso deste espaço de recreação. Os quartos e banheiros, tanto femininos quanto masculinos, sempre desorganizados e os armários sem portas ou outras vezes com as portas emperradas.

Esta instituição recebia muitas doações de roupas e as roupas do dia-a-dia eram lavadas na lavanderia, mas em todas as partes da casa havia roupas amontoadas, sem destinação. Constituindo-se, institucionalmente, um aspecto de descuido e de desorganização.

Maria era uma das crianças acolhidas por se apresentar em uma “situação de risco”, é a caçula de uma família de cinco filhos e foi acolhida juntamente com sua irmã um ano mais velha. Sua mãe é usuária de crack e seu pai abandonou a família. A mãe, catadora de lixo, envolveu-se com um morador de rua usuário de crack, que a iniciou no uso de entorpecentes. Ao que se diz na instituição, essa mãe era muito atenciosa e cuidadosa com a família – fato que se alterou profundamente a partir de seu atual relacionamento afetivo, pois passou a abandonar seus filhos em casa por dias, sem alimentação ou qualquer tipo de cuidado. A vizinhança, ao observar a situação, denunciou ao conselho tutelar e a partir de um processo judicial foi retirada a guarda das meninas. Neste caso, os outros filhos, por serem maiores de dezoito anos de idade, se reorganizaram em trabalhos precários, sem, contudo, se responsabilizarem-se pela guarda das duas meninas menores de dezoito anos de idade, protegidas no acolhimento institucional.

Maria foi selecionada a participar desta pesquisa a partir de um pedido oficial feito pela pesquisadora à direção do abrigo. Foi enviada uma carta à instituição onde foram expostas as motivações e os interesses desta pesquisa. A própria direção do abrigo foi quem selecionou Maria para a pesquisa proposta. Na carta, foi exposto que o interesse principal do presente trabalho situava-se na observação de uma criança em lugares externos ao abrigo e diversos à realidade institucional durante três encontros em dias alternados. Denominou-se como “diversos” os locais onde as classes média e/ou alta da cidade frequentam, tais como um *shopping center*, a rede de alimentação *McDonalds*, um restaurante *self-service* e uma *pizzaria*. A criança também teve acesso a compras de pequenos brinquedos, cadernos e *DVD's* oferecidos pela pesquisadora.

Nossa intenção foi a de observar o comportamento, a linguagem e as sensações que Maria demonstrava. Compreende-se que o abrigo é uma medida protetiva para a criança,

contudo, tal ambiente não fornece meios para uma socialização que as prepare para as relações futuras externas ao abrigo. Dessa forma, a intenção aqui foi a de verificar essa condição.

Nosso primeiro encontro se estabeleceu por intermédio da direção do abrigo, que permitiu a pesquisa e apresentou Maria à pesquisadora. No nosso primeiro encontro, fomos a um restaurante almoçar. Ao chegar ao restaurante, a primeira observação ressaltada não é a de Maria, mas a dos clientes e funcionários do restaurante que passam a observar nossos gestos atentamente. Em um primeiro momento, soou visivelmente à pesquisadora que as pessoas sorriam em sua direção como quem admira um gesto tão caridoso como aquele de trazer para o almoço uma criança negra que ainda se trajava com um aspecto bastante simples.

Maria, a todo tempo, pareceu bastante desconfortável com os olhares, mas como ainda é criança e, portanto, inexperiente, deliciou-se com o alimento. O prato foi todo servido pela própria pesquisadora, pois Maria, apesar de ter altura para alcançar o alimento, sentiu-se pouco à vontade para fazê-lo.

Após alguns minutos no recinto, observamos a entrada de uma jovem família negra composta por um casal e seu filho. Maria não conseguia mais alimentar-se, ao ver aquela família, ela cessou a alimentação e passou apenas a observar o casal com um olhar de encantamento. Durante longos minutos ela olhava, pensava, refletia e voltou a se alimentar, contudo muito pausadamente como quem deseja que o tempo não passe. Era visível em seu olhar a admiração para com a mãe da criança e o desejo de participar daquela família.

Posteriormente, nos dirigimos a um *Shopping Center* da cidade. Maria deslumbrou-se com tudo, principalmente com os brinquedos da área de lazer. Vale ressaltar que nos brinquedos só havia crianças muito menores que ela, mas ainda assim ela quis brincar e o fez sozinha, divertindo-se sempre com um olhar muito atento a minha distância em relação a ela. Conversamos sobre o *shopping*, sobre os gostos dela, sobre as suas preferências e ela disse que adorava filmes. Fomos a uma loja de departamentos e ela foi presenteada com um filme, curiosamente ela escolheu um demasiado infantil e, além disso, o mais caro dentre os demais. É interessante observar a preferência dela sempre por objetos “caros”. Maria disse que gostava de estudar, mas que ainda não possuía material escolar, assim, foi-lhe permitido então a escolha de um caderno e ela, novamente, se decidiu pelo mais caro da loja.

Dentro dessa perspectiva, importa aqui destacar um fato comum observado nas instituições de acolhimento. No primeiro momento do contato com as crianças, elas se aproximam e conversam, sempre muito interessadas. Recorrentemente elas retornam e, em

um segundo contato, elas pedem dinheiro. O valor varia de dez ou cinquenta centavos a um real. O curioso é que esta é uma prática recorrente entre as crianças.

Maria, ao passear pelo *shopping*, assustou-se com a escada rolante, e, ao retornarmos ao abrigo, reclamou muito daquele local, dizendo que não gostaria de voltar para lá: “eu não gosto de morar lá, os meninos batem muito”; de fato, eles são bastante rixosos, mas não agem violentamente para com nela, até porque ela não o permitia, já que estava sempre disposta a chamar a diretora da instituição ou um educador responsável em casos de contendas.

Além disso, ela nos havia dito que a televisão da instituição era de péssima qualidade, mas que adorava o programa “Zorra Total” apresentado aos sábados na Rede Globo de televisão. Diante desses fatos, é possível notar que há em Maria uma dificuldade enorme em articular as frases ou mesmo em pronunciar corretamente as palavras. Constantemente, ela não se faz entender.

Na despedida, marcamos uma data para outro encontro, contudo, no dia anterior ao combinado, uma ligação, bem cedo pela manhã, alterou os projetos. A pedagoga do abrigo nos disse que Maria estava muito ansiosa e que caso não fossemos visitá-la, que, ao menos, conversássemos com a menina para que lhe acalmasse. Naquele mesmo dia, nos encontramos para, em seguida, nos dirigirmos ao *McDonald's* para lanche – e a mesma sensação da caridade percebida no ambiente de encontro anterior se fez constante durante nossa estadia.

Maria lanchou um *Mc lanche feliz* e recebeu o brinde que acompanhava o produto. Mas, segundo ela, o melhor mesmo teria sido brincar em um dos túneis do lugar oferecido como diversão para as crianças. Todavia, Maria era mais alta que a indicação prescrita pelos itens de segurança do brinquedo. Neste dia, ela estava muito agitada e nos disse que contou ansiosamente cada dia passado desde nosso o primeiro contato.

Disse-nos que assistiu muitas vezes ao filme que lhe fora presenteado e que não pôde usar o caderno que lhe foi oferecido, pois a “tia” do abrigo não permitiu. Maria reclamou muito daquele local e contou-me dos pequenos castigos que lá existiam. Explicitou-nos acerca da “cama do castigo” específica para uma criança com deficiência mental grave: “a Mariana não sabe subir na cama (beliche), aí eles colocam ela lá em cima quando faz muita bagunça que aí ela não sabe descer e fica lá”. Há o castigo da “mão”: “quando some alguma coisa de alguém chama a gente e fala: se não aparecer até de manhã a mão do que pegou vai cair. Deus vai cortar. Rapidinho aparece as coisas”. Falou também do menino que fica tão nervoso e chega a sujar as paredes da instituição de acolhimento com as próprias fezes: “não sei, ele é

meio estranho... fica nervoso e sai sujando a casa toda de *coco* (sic)... aí ele tem que limpar, mas tem uns dias que ele não faz isso”.

Acerca de suas vestimentas, ela disse que algumas meninas não respeitam suas posses e acabam por roubá-las. As roupas vão para a lavanderia e não retornam necessariamente para os donos de origem. Maria mostrou-se muito insatisfeita com a sua vida e pediu-me para que tornasse sua madrinha. Na instituição, é permitido que pessoas da comunidade externa tornem-se madrinhas das crianças internas. Para tal fim, instaura-se um processo em que o juizado autoriza este contato.

Diante da possibilidade do amadrinhamento, foi feita uma reunião com a presença da pedagoga e a psicóloga da instituição, uma vez que a diretora estava de férias. Contudo, ao compreenderem que se tratava de uma tese de doutorado, elas se assustaram. Descartaram qualquer possibilidade do amadrinhamento e nos disseram que “uma pesquisadora jamais pode se aproximar desta maneira”.

As responsáveis pela instituição informaram-nos do comportamento agressivo de Maria para com as outras crianças e o episódio do caderno: “aquele caderno que você deu a ela não pode ser usado. Na faixa etária dela só pode ser usado caderno brochurão, recolhemos e guardamos o caderno, mas Maria deu um show aqui e queria matar todo mundo e quebrar a casa. Ela não aceitava aquela situação e dizia que queria o caderno. Não adiantou guardamos o caderno e dissemos a ela que quando ela tiver idade terá o caderno de volta”.

O apelido de Maria também foi revelado: “a absoluta!” Ela é a absoluta do abrigo, pois possui uma postura muito afirmativa e também dissimulada. Disseram que ela estaria usando das nossas visitas e dos pequenos presentes oferecidos como objetos de exaltação perante as outras crianças e que isto estava prejudicando o funcionamento da instituição. Neste mesmo dia nos encontramos com Maria para almoçar. A criança se mostrava menos tímida e assustada, mas ainda era preciso servir a sua comida e acompanhá-la em cada movimento. Ao final do almoço já era hora de Maria ir para a escola e seu pedido foi que a levássemos na escola.

No caminho da escola, começamos a ouvir uma pessoa chamá-la – era a sua mãe. A senhora puxou a menina e começou a conversar quase sussurrando com Maria. Depois de alguns minutos, interrompemos a conversa e dissemos que precisávamos ir para não atrasá-la na escola. Sua mãe partiu e Maria contou-nos que ela dizia que seu casebre havia queimado e que ela estava sem um lugar para ficar. Conversamos e seguimos para a escola. Retornei na semana seguinte e levei Maria para lanchar em uma *pizzaria*. Seguimos para uma pracinha na

redondeza e ela foi brincar em um pula-pula. Divertiu-se muito, repetidas vezes foi ao brinquedo e se cansou, retornamos então à instituição de acolhimento.

No dia seguinte, a diretora do abrigo que havia retornado das férias nos ligou, proibindo de nos aproximarmos de Maria novamente. Disse-nos que os três encontros foram concluídos e que não voltássemos mais à instituição. Argumentamos, mas não houve alternativa, todavia, foi marcado um encontro com a direção da instituição. No encontro realizado em uma sala paroquial de uma igreja próxima à instituição de acolhimento, fomos oficialmente expulsos da instituição e proibidos de manter contato com Maria.

Semelhantemente a Foucault (1979), compreendemos que os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas as relações, são circularmente o efeito e a causa delas, mesmo que, é claro, entre estes diferentes mecanismos que podemos encontrar nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais, seja possível encontrar coordenações laterais, subordinações hierárquicas, isomorfismos, identidades ou analogias técnicas e efeitos encadeados. As instituições obtiveram para si uma espécie de poder, caracterizado pela manipulação que aliena um grupo de indivíduos às regras de uma instituição. Para controlar e para manter o saber-poder, existe todo um aparato tecnológico industrial e burocrático que viabiliza apenas os saberes antecipadamente analisados. O saber tornou-se fonte de uma disciplina altamente organizada e difundida.

A “subjetividade” humana compreende um processo de construção social, intimamente relacionado com as mudanças nos modos de organizar o território e atuar politicamente. Essa experiência é construída pela objetivação, pela ação humana na natureza (no “espaço”), no processo sócio-histórico – logo, dada pelo “trabalho” (em cada contexto específico de produção); a subjetividade é o processo de invenção de si, a força da invenção da vida, de experimentação e apreensão particular e única do mundo, através do modo como cada sujeito se produz como um indivíduo único, em transformação constante, na experimentação cotidiana. São os processos de subjetivação produzidos ao longo da vida de cada um de nós, no encontro com o outro, nas formas de apropriação simbólica das experiências vividas (no par material/imaterial, indissociável) e de invenção do mundo (FOUCAULT, 1979).

A constante produção e apropriação que o ser humano faz do espaço revela a importância deste elemento na constituição do humano: no espaço, homens e mulheres imprimem sua marca, desenvolvem relações de poder e de subsistência, afinal, o espaço toca as diversas esferas da vida cotidiana.

Quem sofre um processo como a estigmatização vê sua condição de sujeito “esvaziada”, enquanto é colado a um lugar desvalorizado, sofrendo, por mecanismos ideológicos vários, pela responsabilização exclusiva de sua condição, de forma que todo o processo social que engendra aquela determinada condição é desconhecido e/ou ignorado. Nossa leitura não desconsidera, naturalmente, as operações de resistência dos grupos desqualificados, mas não nos é possível, neste momento, nos ater a essa esfera. Ao localizarmos esse sujeito no jogo social ampliado, percebemos que, insistentemente, essa condição de desqualificação serve àqueles que, em posições favoráveis, aproveitam-na exatamente para o reforçamento de seus lugares sociais, valorizando sua identidade de pertencimento em contraponto àquela desqualificada. Deste modo, a relação de alteridade reforça unicamente uma identidade valorizada, ou seja, a norma. Constituída a partir da relação de desigualdade própria do mecanismo do modo de produção capitalista, agindo pela necessidade da exploração que gerará o lucro, bem como pela via simbólica, a partir do mecanismo de oposição e negação do outro, não apenas diferente como desigual.

Nota-se a cristalização e a precarização de determinados vínculos sociais vai servir à definição de outros. O sujeito ocupa um lugar social que o desqualifica, afinal sua função é permitir que outro sujeito ocupe outro lugar valorizado.

Esse jogo de poder e de subjetivação ficou evidenciado durante todo o processo com Maria, tanto em relação aos seus espaços de convivência quanto os externos. No abrigo, ela é mais uma criança sob a égide e direção do abrigo que a marcam com o signo da desqualificação e dos impedimentos institucionais. Fora do abrigo, ela também é a criança desqualificada que não sabe se portar – isto é, seu *habitus* precário – e que não tem o direito de acesso aos bens materiais e simbólicos que seu *habitus* não permite.

É importante ressaltar que a partir da expulsão da pesquisadora, abriu-se um processo judicial na Vara da Infância e Juventude e, atualmente, a pesquisadora e seu orientador possuem um Alvará Judicial que permite o acesso às quatro instituições de acolhimento do município.

Notam-se as alterações no processo de recepção da pesquisadora nas instituições. Afinal, se antes o tratamento dado à pesquisa dentro das instituições inibia os técnicos, após o Alvará esse o receio é ainda maior. Antes esta “má vontade” ou, como diria Bourdieu (1997), uma “má-fé” institucional, era percebida com violência e recusas. Para o autor, a má-fé relaciona-se à inoperância de políticas sociais, sob a égide do neoliberalismo, ou seja,

compreendem-se todas as práticas executadas pelas instituições do Estado que se recusam a estabelecer as medidas adotadas oficialmente sob sua responsabilidade.

Após o Alvará Judicial, percebe-se a violência no discurso, tal como no seguinte exemplo: “acho um absurdo você ter acesso aos documentos das crianças e ainda poder ficar vindo aqui, isso não deveria ser possível”, disse-nos uma das Assistentes Sociais. Contudo, a presença da pesquisadora impõe-se através daquilo que aqui estamos designando como a judicialização da vida.

Sobre a instituição em que Maria encontrava-se acolhida, percebemos características de uma instituição total; ao mesmo tempo, como nos informa Foucault (1979), há todo um poder que estrutura um saber-poder ainda presente nas instituições de acolhimento e atendimento às crianças e adolescentes. Assim, temos, por um lado, no sentido goffmaniano, as instituições totais. Estas se caracterizam por serem estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral. A instituição é um local de residência, trabalho, lazer em que atravessam atividades específicas – terapêuticas, correccionais, educativas. Normalmente, há uma equipe dirigente que exerce o gerenciamento administrativo da vida na instituição.

Ressalta-se que a principal justificativa para a expulsão da pesquisadora baseava-se no fato de termos apresentado Maria com um caderno. Afinal, as crianças não podem ser individualizadas, ter os seus objetos privados. Tudo é coletivizado, tal como Goffman observava nas instituições totais que pesquisava.

Por outro lado, Foucault (1999) demonstrou, em sua genealogia do poder, o momento histórico das disciplinas. Este é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que, no mesmo mecanismo, o torna tanto mais obediente quanto mais é útil, e inversamente. Toda técnica objetiva a disciplina dos corpos para fabricar corpos submissos, exercitados, fortes, aumentando assim sua aptidão e, ao mesmo tempo, sua dominação.

Nesse sentido, compreendemos que a observação de Maria tornara-se perigosa, por ser reveladora. Afinal, Maria seria a orquestradora de revelações acerca do cotidiano e do funcionamento das instituições, em suas práticas e em seus discursos. Perigoso é escancarar através da fala de um interno os gestos, as crenças, os ritos e as rotinas institucionais, principalmente se ela é criança. Ainda mais se considerarmos o período relativamente pequeno (pouco mais de duas décadas) de vigência do Estatuto da Criança e Adolescência, o

qual prevê a Doutrina de Proteção Integral. O abrigo é uma dessas medidas protetivas que não pode furtar das crianças e adolescentes o convívio com a comunidade.

Assim, nosso contato tornou-se perigoso, semelhante ao que Bourdieu (1998) nos relata acerca da exclusão no interior da instituição e também Agamben (2004), que denominou de “relação de exceção” uma forma extremada de incluir algo unicamente através de sua exclusão. Nesta instituição, se pode notar, por vezes, que, de fato, se cumpre a tarefa de excluir pela inclusão, bem como a produção de corpos disciplinados para atividades não qualificadas ao sistema capitalista – através da produção de sujeitos refugados detentores de uma especificidade de *habitus* – o *habitus* precário.

Meses depois, essa instituição foi desativada por problemas internos e as crianças foram redistribuídas às outras instituições de acolhimento do município. Aliás, esta é uma prática comum, uma vez que as instituições, frequentemente, sofrem alterações, sejam relacionadas às suas denominações, endereço, ao corpo de funcionários ou à própria direção da instituição. Contudo, os motivos nem sempre são esclarecidos para a comunidade, e, muitas vezes, nem mesmo aos próprios funcionários. Tal fato desencadeia o sentimento de instabilidade entre os trabalhadores das instituições de acolhimento, afinal, eles próprios não têm garantia de sua permanência nesses locais onde trabalham e, portanto, estão sempre receosos pela possibilidade de uma transferência, da ruptura do contrato e/ou da interdição da instituição.

Em relação à Maria, respeitamos a expulsão que nos fora imposta e não houve tempo hábil de retornar à instituição. O Alvará Judicial nos foi concedido e meses depois a instituição que acolhia Maria foi interditada.

QUARTO CAPÍTULO - A *illusio* familiar e os focos de resistência: a reprodução do modelo familiar em instituições de acolhimento

Bem no Fundo

No fundo, no fundo,
bem lá no fundo,
a gente gostaria
de ver nossos problemas
resolvidos por decreto

a partir desta data,
aquela mágoa sem remédio
é considerada nula
e sobre ela — silêncio perpétuo

extinto por lei todo o remorso,
maldito seja que olhas pra trás,
lá pra trás não há nada,
e nada mais

mas problemas não se resolvem,
problemas têm família grande,
e aos domingos
saem todos a passear
o problema, sua senhora
e outros pequenos probleminhas.

Paulo Leminski

4.1 *Illusio* e resistência: o modelo da família substituta institucional

No quarto capítulo, busca-se compreender o modelo de atendimento da família substituta institucional. Neste sistema, profissionais do gênero feminino atuam como mães sociais. Cabe aqui, na nossa investigação, observar as contradições de ser, simultaneamente, profissional e mãe daqueles que não são seus filhos. Ao mesmo tempo, apresenta-se, ainda neste capítulo, uma heroína chamada Bianca, acolhida em uma casa-lar e cuidada por uma mãe social. Nossa heroína é obstinada em construir sua própria trajetória. Sua resistência configura-se como uma expressão genuína de um modo de vida, e, não é por acaso que ela habita uma casa-lar, sendo cuidada por uma mãe social. Deste modo, este capítulo desenrola-se por contradições, primeiramente pelas mães-sociais, e, em um segundo momento, pela dura resistência daquela que em princípio deveria ter seu destino antecipadamente traçado.

Pautamos nossa análise na única instituição que reproduz o modelo familiar através da família substituta institucional no município de Juiz de Fora, Minas Gerais. Há a presença de mães cuidadoras atuando através da *illusio* da representação do modelo de família nuclear. Questiona-se em que medida este modelo irá diferenciá-lo de outras instituições que não buscam a representação do modelo familiar. E, ainda, investigam-se as similitudes e ou dissimetrias entre os modelos e as instituições, entre as práticas e os discursos, por conseguinte, se averigua se alteram as trajetórias de vida das crianças e adolescentes acolhidos.

Uma *illusio* pode ser definida como reconhecimento do jogo e de sua utilidade, a crença no seu valor e de sua aposta – elementos estes que fundam todas as atribuições de sentido e de valor particulares. Para Bourdieu (1996), o que é vivido como evidência na *illusio* parece ilusório para quem não participa dessa evidência, assim, cada campo produz sua forma específica de *illusio*. Dito de outra forma, a *illusio* é uma espécie de relação de “encantamento” com um jogo que é fruto da cumplicidade ontológica entre as estruturas subjetivas e as estruturas objetivas.

Ao mesmo tempo em que se busca compreender a *illusio*, busca-se investigar os focos de resistência que este tipo de instituição pode permitir. Segundo o pensamento de Foucault (1988), se o poder existe numa rede vasta e multiforme de relações, os pontos de resistência também se apresentam como multiplicidade ou como “focos”. Tais pontos são o outro termo das relações de poder, as resistências apresentam-se como pontos e nós irregulares que se distribuem com maior ou menor densidade no jogo relacional com o poder.

O poder não é nem substância, nem algo que se possa possuir. Antes, ele deve ser compreendido como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força, encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, a formulação da lei, nas hegemonias sociais.

Foucault (1988, p. 89) defende que “onde há poder, há resistência, sendo necessário reconhecer o caráter estritamente relacional das relações de poder”. Estas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência, que estão presentes em toda a rede de poder e representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permitem a apreensão.

As resistências existem, portanto, no plural, enquanto casos únicos; elas são “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício” e só podem existir “no campo estratégico das relações de poder”, inscrevendo-se nestas relações como “o interlocutor irredutível”. Os pontos, os nós, os focos de resistência distribuem-se no tempo e no espaço de modo irregular, de forma pulverizada, atravessam as estratificações sociais e as unidades individuais, podendo provocar o levante de grupos ou indivíduos. De acordo com Foucault (1988, p. 91), os pontos de resistência são, na maioria das vezes, móveis e transitórios, e introduzem na sociedade “clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis”.

Cabe ressaltar que a família aqui não só é entendida como laços de consanguinidade, composta por pais, mães e filhos biológicos, mas, sobretudo, por grupos que se unem por laços de afinidades e afetividades, sem necessariamente possuírem vínculos biológicos. São famílias que se formam através de uma convivência cotidiana por um dado período de tempo, designadas como “famílias substitutas” dentro de um contexto institucional específico.

As instituições intituladas como casas-lares aparecem como uma alternativa de modalidade de colocação em família substituta, em virtude de realizar um atendimento personalizado e em pequenos grupos, favorecendo a formação da identidade de crianças e adolescentes como previsto no Estatuto da Criança e da Adolescência (BRASIL, 1990).

Historicamente, aproximam-se o surgimento da primeira casa-lar e da denominação de Mãe Social que se baseiam em uma concepção de que a instituição poderia substituir a família. Desta forma, as crianças e adolescentes são agrupadas em casas sob a responsabilidade de uma mulher, designada por Mãe Social. A primeira destas instituições surgiu no contexto das “Aldeias SOS” fundadas na Áustria, em 1949, pelo estudante de medicina Hermann Gmeiner. Seu objetivo era oferecer às crianças abandonadas e órfãs da Segunda Guerra Mundial uma casa estável, com irmãos e uma mãe, bem como uma comunidade, daí a designação de “Aldeia”.

Depois das primeiras experiências com aldeias na Áustria, elas difundiram-se por todo o mundo e são coordenadas por um centro em Estrasburgo, que apoia a criação de associações de “Aldeias Infantis SOS” em todo o mundo. No Brasil¹⁰, as primeiras Aldeias datam do ano de 1967. A Aldeia Assistencial consiste num agrupamento de casas-lares, nos termos dispostos na Lei nº 7.644 de 1987 (BRASIL, 1987).

Tanto as crianças quanto os adolescentes que se encontram em instituições de acolhimento, seja aguardando a adoção ou retorno para suas famílias de origem, são provenientes de várias situações de vulnerabilidade. Quando se entra em contato com a dinâmica da instituição que as acolhe, compreende-se a importância de se discutir a função dessas instituições de abrigo, uma vez que se reconhecem as dificuldades implicadas na separação mãe-criança/adolescente e, conseqüentemente, as limitações dos cuidados oferecidos por pessoas com quem a criança e o adolescente não mantenha laços afetivos profundos.

Para Rizzini e Rizzini (2004), apesar de o atendimento institucional às crianças e adolescentes ter se modificado significativamente ao longo da história, muitas de suas características têm a marca de ideias e práticas do passado. As autoras denunciam que o modelo asilar de atendimento foi uma opção histórica da sociedade brasileira para prestar assistência à infância pobre, sendo assim, ao longo dos anos, várias crianças passaram sua infância e adolescência em grandes instituições fechadas.

A partir de 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a criança passou a ser vista como “sujeito de direitos”, levando ao esforço para substituir a

¹⁰ Em 1967 se iniciou no Brasil o trabalho das Aldeias Infantis SOS, em Porto Alegre, São Paulo e Brasília. Na década de 1970 foram inauguradas mais cinco aldeias: em 1971, em São Bernardo do Campo (SP), em 1977 em Goioerê (PR) em 1978 em Caicó (RN) e Santa Maria (RS). Em 1979, teve início a construção da Aldeia Infantil da Bahia (Aldeias Infantis, 2007).

antiga prática assistencialista por uma prática de caráter sócio-educativa na qual se procura garantir o desenvolvimento físico, emocional, social e educacional das crianças e adolescentes abrigados. Para tanto, o Estatuto estabeleceu alguns princípios que alteraram profundamente a face da maioria de nossos abrigos. Dentre esses princípios podemos citar: a preservação dos vínculos familiares; o atendimento personalizado em pequenos grupos; o não desmembramento de grupos de irmãos e a participação na vida comunitária local. Tais princípios trouxeram uma significativa melhoria das condições de abrigamento quando as comparamos com uma tradição de puro e simples confinamento das crianças em grandes pavilhões, em geral organizados por faixas etárias e sexo, o que impunha o afastamento entre irmãos. Considera-se, portanto, que a modalidade de organização em pequenos grupos, reunidos em uma casa, constitui inegável avanço em relação às condições anteriores de abrigamento, principalmente se pensarmos na formação de vínculos afetivos estabelecidos através da mãe social.

A atividade de mãe social foi regulamentada no Brasil pela lei nº 7.644 do ano de 1987 (BRASIL, 1987). Nesse documento há uma nítida preocupação em delimitar a assistência prestada em casas-lares destinadas às crianças, a fim de criar um ambiente que reproduzisse o familiar, diferentemente do que acontecia anteriormente. Com isso, a Mãe Social passou a ser aquela que residia juntamente com as crianças, e que devia propiciar o surgimento de condições próprias de família, orientando as crianças sob seus cuidados, além de administrar a casa-lar sob sua responsabilidade. Também passam a ser assegurados às Mães Sociais, direitos a anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social, garantia de que o salário não seja inferior ao salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, benefícios previdenciários e, principalmente apoio técnico, administrativo e financeiro no desempenho de suas funções.

A legislação também previu que para ser contratada a Mãe Social deveria passar por treinamento e estágio, que dariam embasamento teórico e prático para o exercício da função, o que denota preocupações com melhorias no atendimento de crianças e adolescentes.

A mãe social, portanto, é uma denominação de uma atividade profissional exercida por mulheres em casas de acolhimento¹¹ de menores, onde fazem o papel de “mãe” daqueles que ali são abrigados. A mãe social é uma figura atípica encontrada nas relações de emprego

¹¹ As "casas de acolhimento" diferenciam-se dos antigamente denominados "orfanatos" por força do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei 12.010/2009. A lei atual não permite mais os "orfanatos", os quais tinham um caráter permanente. Segundo a lei atual, os menores podem permanecer por um tempo máximo de 2 anos nas "casas de acolhimento", devendo ser encaminhados para adoção.

no Brasil: corresponde à prestação de serviços a uma instituição de assistência social, em que esta a admite e a coloca a mãe social em uma casa tipo lar, onde terá a incumbência de residir e cuidar de determinado número de menores, mediante remuneração reajustável – sendo lhe assegurada pelo menos a renda de um salário mínimo.

Reitera-se, portanto, que à mãe social¹² estão assegurados os seguintes direitos, além do salário mínimo: anotação na CTPS, repouso semanal remunerado, férias anuais, décimo terceiro salário, FGTS e previdência social, inclusive em caso de acidente de trabalho.

Sendo assim, as instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado¹³, e que funcionem pelo sistema de casas-lares, utilizarão mães sociais visando a propiciar ao menor as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social. Considera-se mãe social, de acordo com a legislação, aquela que, dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerça o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares. Entende-se como casa-lar a unidade residencial sob responsabilidade de mãe social, que abrigue até 10 (dez) menores. As casas-lares serão isoladas, formando, quando agrupadas, uma aldeia assistencial ou vila de menores. A instituição fixará os limites de idade em que os menores ficarão sujeitos às casas-lares. Para os efeitos dos benefícios previdenciários, os menores residentes nas casas-lares e nas Casas da Juventude são considerados dependentes da mãe social a que foram confiados pela instituição empregadora.

São atribuições da mãe social: **I** - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados; **II** - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes; **III** - dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à casa-lar que lhes forem confiados. A mãe social, enquanto no desempenho de suas atribuições, deverá residir juntamente com os menores que lhe forem confiados, na casa-lar que lhe for destinada.

O trabalho desenvolvido pela mãe social é de caráter intermitente, realizando-se pelo tempo necessário ao desempenho de suas tarefas. A candidata ao exercício da profissão de

¹² À mãe social ficam assegurados os seguintes direitos: **I** - anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social; **II** - remuneração, em valor não inferior ao salário mínimo; **III** - repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas; **IV** - apoio técnico, administrativo e financeiro no desempenho de suas funções; **V** - 30 (trinta) dias de férias anuais remuneradas nos termos do que dispõe o capítulo IV, da Consolidação das Leis do Trabalho; **VI** - benefícios e serviços previdenciários, inclusive, em caso de acidente do trabalho, na qualidade de segurada obrigatória; **VII** - gratificação de Natal (13º salário); **VIII** - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou indenização, nos termos da legislação pertinente.

¹³ De acordo com a lei n.º 7.644 entende-se por menor abandonado o "menor em situação irregular" pela morte ou abandono dos pais, ou, ainda, pela incapacidade destes.

mãe social deverá submeter-se a seleção e treinamento específicos, a cujo término será verificada sua habilitação.

Para Winnicott (1999), em um contexto institucional, as pessoas que logo deixam de exercer o trabalho junto às crianças, mesmo que sejam indivíduos moralmente excelentes, são consideradas, eventualmente, como um mal. Afinal, "é a natureza permanente do lar que o torna valioso, mais do que o fato do trabalho ser realizado com inteligência" (WINNICOTT, 1999, p. 77). O autor afirma ainda que a inadequação da equipe de trabalho responsável pelas crianças pode acarretar problemas de saúde e colapso entre os próprios membros, afetando as relações, assim como a continuidade do trabalho, fator essencial nesse tipo de contato com crianças.

De acordo com a lei nº 7.644/87, o treinamento da mãe social deverá ser composto de um conteúdo teórico e de uma aplicação prática sob forma de estágio. O treinamento e estágio não excederão o período de sessenta dias, nem criarão vínculo empregatício de qualquer natureza. A estagiária deverá estar segurada contra acidentes pessoais e receberá alimentação, habitação e bolsa de ajuda para vestuário e despesas pessoais.

O Ministério da Previdência e Assistência Social assegurará assistência médica e hospitalar à estagiária. Cabe ressaltar que, de acordo com a lei nº 7.644/87, são condições para admissão como mãe social: **a)** idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos; **b)** boa sanidade física e mental; **c)** curso de primeiro grau, ou equivalente; **d)** ter sido aprovada em treinamento e estágio exigidos por esta Lei; **e)** boa conduta social; **f)** aprovação em teste psicológico específico. A instituição manterá mães sociais para substituir as efetivas durante seus períodos de afastamento do serviço. A mãe social substituta, quando não estiver em efetivo serviço de substituição, deverá residir na aldeia assistencial e cumprir tarefas determinadas pelo empregador. Sendo assim, quando no exercício da substituição, ela terá direito à retribuição percebida pela titular e ficará sujeita ao mesmo horário de trabalho.

É importante destacar que, caso seja extinto o contrato de trabalho, a mãe social deverá retirar-se da casa-lar que ocupava, cabendo à entidade empregadora providenciar a imediata substituição. As mães sociais ficam sujeitas às seguintes penalidades aplicáveis pela entidade empregadora: **I** - advertência; **II** - suspensão; **III** - demissão. E caso ocorra uma demissão sem justa causa, a mãe social será indenizada, na forma da legislação vigente, ou levantará os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com os acréscimos previstos em lei.

De acordo com a lei nº 7.644/87, as casas-lares e as aldeias assistenciais serão mantidas exclusivamente com rendas próprias, doações, legados, contribuições e subvenções de entidades públicas ou privadas, vedada a aplicação em outras atividades que não sejam de seus objetivos.

Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC¹⁴ (BRASIL, 2006, p. 130), “o acolhimento institucional para crianças e adolescentes pode ser oferecido em diferentes modalidades: Abrigo Institucional para pequenos grupos, Casa-Lar e Casa de Passagem”.

O PNCFC representa um “marco nas políticas públicas no Brasil, ao romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes” (BRASIL, 2006, p. 14), a fim de orientar a formulação e a implementação de políticas públicas que visem à plena garantia dos direitos das crianças e adolescentes no século XXI. Em dezembro de 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovaram o PNCFC.

No PNCFC (BRASIL, 2006), a criança e o adolescente são reconhecidos como sujeito de direitos e o ato de protegê-los deixa de ser pensado como generosidade, beneficência, caridade ou piedade e passa a ser visto como cumprimento de deveres e exercício da responsabilidade das instâncias do Estado. Sobre a palavra sujeito, o PNCFC (BRASIL, 2006, p.26) esclareceu que remete à visão de crianças como: indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento.

Para o PNCFC (BRASIL, 2006), o desenvolvimento é um processo mergulhado num contexto que exerce um papel essencial em sua constituição. A família e a comunidade em que a criança está inserida são importantes mediadores das relações estabelecidas e contribuem para a constituição de suas identidades individuais e coletivas. A família é concebida como uma rede de vínculos, reconhecidos legalmente, e, ainda numa visão mais ampla:

¹⁴ Ao visar o fortalecimento do paradigma de proteção integral e preservação dos vínculos familiares e comunitário, com a proposta de reordenamento, foi estruturado em 2006, na vigência do Governo de Luis Inácio Lula da Silva, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) (BRASIL, 2006) publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

a família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o status da pessoa dentro do sistema de relações familiares (BRASIL, 2006, p. 25).

A concepção de família ressaltada no PNCFC (BRASIL, 2006) traz contribuições que evidenciam claramente rupturas com as concepções do passado. Antes, os saberes especializados confirmavam a incapacidade das famílias, principalmente das mais pobres, em cuidar e educar os filhos. Já na atualidade, compreende-se que cada família é, ainda, dotada de autonomia, competências e geradora de potencialidades: novas possibilidades, recursos e habilidades são desenvolvidos frente aos desafios que se interpõem em cada etapa de seu ciclo de desenvolvimento (BRASIL, 2006, p. 30). A organização familiar não é concebida como estática, mas em constante transformação nas relações dialéticas que estabelecem com o contexto. Dessa forma, constatamos uma preocupação: a de reconhecimento de diferentes arranjos familiares, marcados por diversidades culturais. O PNCFC (BRASIL, 2006) cogitou que não há como naturalizar o conceito de família e/ou prever uma estruturação ideal para que a família cumpra sua função de cuidado e socialização.

Ao lado do “Acolhimento Institucional”, a “Família Acolhedora” constitui um dos serviços que pode ser oferecido às crianças afastadas do convívio de suas famílias. Este termo foi adotado para designar os programas de abrigo em entidade, que podem ser oferecidos na forma de Abrigo Institucional para pequenos grupos, isto é, a casa-lar que reproduz o modelo de família substituta institucional.

Uma das diretrizes que fundamentam a mudança de paradigma do atendimento da criança e do adolescente apresentada no PNCFC (BRASIL, 2006) é o reordenamento dos programas de acolhimento institucional. Isto é, reorientar as redes que praticam o regime de abrigamento, para que se adequem à mudança de paradigma proposto.

A partir daí, propõe-se que a criança e o adolescente não sejam mais concebidos como isolados de seus contextos, e, sendo assim, a família é a unidade de ação social. Para atender às famílias é preciso articulação com a rede de serviços e a permanente capacitação dos funcionários para realizar o trabalho social, atuando, sistematicamente, no fortalecimento dos vínculos familiares, no sentido de priorizar o investimento na família de origem e na defesa do direito à convivência familiar e comunitária das crianças que vivem nestas instituições.

Neste sentido, e de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006), compreende que os serviços que atendem às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade devem oferecer condições para um desenvolvimento saudável e visar sempre, em primeiro lugar, a reintegração familiar, a partir de uma concepção que leve em conta a singularidade e a capacidade de encontrar, de maneira criativa, soluções para seus problemas, a fim de proporcionar a reintegração familiar original ou o encaminhamento das crianças para famílias substitutas.

A política nacional estabelece que crianças e adolescentes tenham o direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado. Nas situações de risco e enfraquecimento desses vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão esgotar as possibilidades de preservação dos mesmos, aliando o apoio socioeconômico à elaboração de novas formas de interação e referências afetivas no grupo familiar (BRASIL, 2006, p.15). No caso de ruptura desses vínculos, o Estado é o responsável pela proteção das crianças e dos adolescentes, incluindo o desenvolvimento de programas, projetos e estratégias que possam levar à constituição de novos vínculos familiares e comunitários, mas sempre priorizando o resgate dos vínculos originais ou, em caso de sua impossibilidade, propiciando as políticas públicas necessárias para a formação de novos vínculos que garantam o direito à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2006, p.16).

4.2 A mãe social e a infância e adolescência em Instituições de Acolhimento

Para aquelas crianças e adolescentes que estão enfrentando uma situação de risco e que estão sob a medida protetiva de abrigo o papel da mãe social é extremamente relevante.

Cabe ressaltar que a expressão “mãe social” é a junção de dois termos que operam em registros diferentes, um de âmbito privado, referente a uma relação única (*mãe*), e o outro, que aponta na direção do coletivo (*social*), conduz, necessariamente, à ambiguidade que perpassa a identidade desta profissional. Sendo uma profissão, seria natural considerar que para seu exercício fossem requeridas algumas competências ou conhecimento. Contudo, o que se espera de uma mãe social? Cremos que se espera, basicamente, que ela “goste de criança”. Assim entendido, *mãe social* deixa de ser uma profissão para ser um exercício de dedicação e amor.

Diante das contradições que a expressão apresenta, consideramos conveniente a reflexão e os questionamentos sobre se a cuidadora é a mãe e se pode esperar ou exigir que aja dessa forma para com as crianças sob sua responsabilidade. Ressaltam-se algumas disparidades: a relação da mãe com seu filho é permanente, não transitória. A mãe, em geral, tem tempo para se dedicar a cada um de seus bebês em diferentes momentos da vida. A posição da criança na relação com seus pais é decorrente de uma complexa rede de fantasias e de desejos conscientes e inconscientes. A cada criança que chega, uma nova exigência afetivo-emocional lhe é feita. Com a chegada de um novo bebê, esta profissional vê-se confrontada com a necessidade de cuidar o melhor possível, fato que implica um envolvimento afetivo com a criança. Mas, ao mesmo tempo, a cada vez, a cuidadora revive o drama de saber que terá que se separar da criança e que sequer terá notícias dela após sua partida.

Uma vez que se reconhece que a instituição de abrigo tem caráter temporário, deve-se levar em consideração o fato de que as crianças que lá se encontram, mais cedo ou mais tarde, retornarão às famílias de origem ou serão adotadas. Neste sentido, devemos lembrar que a função da instituição e, mais precisamente, da cuidadora deve ser a de ajudar a criança a se preparar para o momento da partida. Entretanto, se a cuidadora se considera e se coloca no lugar de mãe, como será possível que ajude a criança a se adaptar em sua nova família e, em última instância, como poderá permitir a sua partida, sem que isso se torne um episódio de sofrimento para ambas?

Não que essa separação possa se fazer sem dor em qualquer caso, mas a possibilidade de elaboração dessa dor é muito diferente se não se cria a ilusão de que aquele vínculo é indissolúvel, como acontece nas relações mãe-filho. Afinal, se cuidadora e criança não se preparam e se não compreendem as razões da separação, esta poderá se constituir como uma situação traumática para ambas.

A criança, marcada por sua história de abandono, passa a exigir da mãe-social, ao mesmo tempo, que ela lhe reassegure sua identidade como ser merecedor de amor e que reafirme o abandono a qualquer momento. Tal obrigação impõe um movimento de demanda crescente que, por sua própria estrutura, torna-se impraticável. O resultado é que a criança confirma-se como pouco merecedora, justificando-se, dessa maneira, um novo abandono. Por sua vez, a cuidadora, impossibilitada de atender às demandas, vê-se culpabilizada, com um sentimento de fracasso e costuma reagir a tudo isso defensivamente, com sentimentos agressivos em relação a esta criança que lhe faz uma demanda acima de suas forças. É contra

esse tipo de fracasso que a cuidadora, muitas vezes, elabora atitudes de distanciamento que a protegem de todo engajamento afetivo em relação à criança.

Assim, observado, é indispensável reconhecer essa relação como profissional e não como uma relação maternal. Isso não significa manter com a criança uma relação fria, distante e destituída de calor humano. Ao contrário, significa reconhecer uma realidade para, diante dela, propiciar o melhor cuidado possível para a criança. Significa admitir que se aquela relação única entre a mãe e seu filho é impossível de ser reproduzida no abrigo. Contudo, ainda assim devem-se criar as condições necessárias à instalação de uma “função materna”.

De acordo com Winnicott (1999), é impossível oferecer à criança e, acrescentamos aqui, aos adolescentes, algo tão bom quanto o contato familiar, neste sentido, pode-se somente oferecer-lhe um lar substituto. Assim, há de nos interrogarmos acerca das possibilidades de formação e de constituição psíquicas e sociais das crianças e adolescentes abrigadas. Busca-se, portanto, investigar as alternativas e, por conseguinte, o papel da instituição de abrigo em relação às crianças e adolescentes que já sofreram, muitas vezes, logo no início da vida, rompimentos afetivos bastante significativos. Por um lado, a função da pessoa que cuida da criança pode ser decisiva, no sentido de contribuir para que ela possa se adaptar e continuar a se desenvolver de forma saudável, ainda que se encontre separada da família. Por outro, um cuidado desqualificado corre o risco de desumanizar a criança, contribuindo para que a sua adaptação fique extremamente prejudicada. As possibilidades de reparação e reestruturação estão diretamente ligadas ao trabalho desenvolvido pelas mães sociais, uma vez que são essas profissionais que passam a maior parte do tempo com as crianças e adolescentes, sendo responsáveis pelo seu dia-a-dia, por sua rotina, acompanhando-as diretamente em seu desenvolvimento, brincadeiras, interações. São elas que observam e estão em contato direto com as reações, comportamentos, demonstrações de angústia, ansiedade, alegria e dificuldades das crianças.

As instituições de acolhimento são instituições nas quais, normalmente, em que o cuidado e a atenção individuais ficam extremamente limitados em função do número de crianças que precisam ser atendidas em todas as suas necessidades básicas por, geralmente, um número restrito de profissionais. É inevitável que se observe a complexidade e a dificuldade de se suprirem as necessidades afetivas de crianças que, logo cedo, já passaram por alguma situação de trauma e rompimento em suas vidas.

René Spitz (2000) discute as questões da carência afetiva centrando-se nas consequências da experiência institucional, especificamente, nos casos em que a criança se

encontra imersa em um meio alienante, (alienação esta causada principalmente pela falta de um substituto maternal, ou melhor, pela falta de uma relação afetiva estável e de qualidade que poderia substituir a relação maternal) – fato que se configuraria como a causa do surgimento da carência afetiva. Para o autor, essas crianças recebem "um décimo da quantidade normal de afeto propiciado no relacionamento comum entre mãe e filho" (SPITZ, 2000, p. 283). Ao constatarmos que a relação maternal não pode ser substituída, devemos nos ater ao que pode ser oferecido como alternativa às crianças que se encontram em situação de acolhimento. Para tanto, o ambiente que recebe essas crianças deveria ser cuidadosamente pensado e estruturado. Para que isso seja possível, nada pode ser deixado ao acaso ou à mercê da improvisação das mães sociais, nem determinado pela comodidade ou necessidades administrativas. Para que se possa compreender melhor o contexto estudado, deve-se observar o fato de que a realidade das instituições de abrigamento no Brasil tem relação direta com a situação social e econômica de nosso país, a qual se caracteriza pela má distribuição de renda, pelo desemprego, miséria, falta de moradia, migração excessiva para as grandes cidades e, conseqüentemente, por problemas como alcoolismo, uso abusivo de drogas, distúrbios psiquiátricos, entre outros.

Como consequência, observa-se um alto índice de famílias vivendo às margens da sociedade, nas ruas das grandes cidades. Dito de outro modo, quando se pensa em crianças em situação de acolhimento institucional, deve-se lembrar de que são crianças e adolescentes, em sua grande maioria, provenientes de famílias vítimas de uma realidade social que espelha a situação econômica e os problemas enfrentados pelas classes sociais mais baixas. Assim, considera-se que essas crianças e adolescentes já passaram logo no início da vida, por algum tipo de situação de violência, de privação, e, deste modo, sofrem um rompimento significativo.

4.3 Vivendo a aldeia para crianças e adolescentes

Acompanhar, observar e relatar os acontecimentos de uma aldeia assistencial para crianças e adolescentes vítimas de direitos violados que se propõem a reproduzir o modelo familiar na instituição nos faz refletir ainda mais sobre as condições das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. A proposição do modelo de reprodução familiar se estabelece a partir da implantação da mãe social, esta seria aquela responsável pela família.

Apesar das dificuldades, que, em seguida, iremos apresentar, observam-se as dissemétrias institucionais e de comportamento das crianças e adolescentes.

A partir das conversas com uma das mães sociais, recém-ingressa, ainda em período de treinamento, ela disse-nos: “aqui é muito diferente”. Essa mãe social é natural de uma cidade pequena próxima de Juiz de Fora. Neste município, ela trabalhava em um abrigo, o qual, segundo ela, é uma instituição particular somente para meninos. O que difere a Aldeia dos demais abrigos seria o fato de as crianças serem muito inteligentes e conscientes dos seus direitos. Ela também ressaltou a disciplina, a ordem e a segregação por cronologia que vigoravam no outro município, onde residia anteriormente. Cada grupo de crianças tinha suas atividades organizadas por grupos de idade. Ressaltou ainda que o gestor do abrigo onde trabalha elaborava por si mesmo as regras da instituição – constituindo, em última instância, ele próprio a regra –, decidindo, portanto, sobre todos os aspectos e regras daquela instituição – suas normas e as premiações.

Vale lembrar que o que nos importa aqui é observar as percepções de uma mãe social que acaba de chegar à instituição. Perguntamos à Tânia se estaria assustada por estar ali naquela casa-lar, pois a única expressão que se observava em seu rosto era a de assombro. Ela confirmou e disse: “ainda estou em treinamento, por isso tenho o apoio das outras mães. Estou assustada, mas também receosa, pois não sei como irei fazer para ficar sozinha com eles em casa. Para me sentir mais segura precisava do histórico de cada uma. Caso elas tenham uma crise, um surto ou fiquem nervosos não saberei como lidar com eles. Não conheço a história de cada um e por isso não sei lidar com eles”. Questionamos quando ela entraria em uma das casas sozinha e ela nos disse: “Estou assustada, mas mais que isso preocupada, eu entrarei nas casas sozinha daqui a quinze dias, pois vou cobrir as folgas das outras mães”. Interrogamos sobre aonde ela dormia, Tânia respondeu: “temos uma casa, das tias, aquela ali no meio das outras, a casa é como as outras, mas é só para as tias, estou dormindo lá, enquanto estou em treinamento”.

Sobre a dinâmica da casa das “tias”, ela nos explicou que “quando uma tia está de folga, mas não vai viajar, não tem para aonde ir, então a tia fica lá descansando na casa, vê televisão e fica lá”.

Conversamos longamente e a questionamos se a casa das “tias” era um ambiente dentro da instituição para descansar e ela nos confirmou que “sim, um lugar para descansar a cabeça”. Ao mesmo tempo em que conversávamos com uma mãe recém-ingressa, começamos a conversar com uma das mães mais antigas e em processo de desligamento. Ela dizia: “vou

sair, não aguento mais, não temos vida social, o perfil das crianças começou a mudar muito. Antes recebíamos crianças mais tranquilas, hoje o perfil mudou”.

É importante esclarecer e relatar que o nosso primeiro contato como pesquisadora com as mães sociais se deu em função da própria gestão da instituição. Antes de obtermos o Alvará Judicial, tentamos ingressar com a pesquisa na instituição e, em conversa com o antigo gestor, ele nos vetou a possibilidade de estudos acerca das crianças e adolescentes nesta instituição. No segundo momento de aproximação, e em outro contexto da pesquisa, munidos do Alvará Judicial a gestão e o novo gestor receberam a pesquisa de modo gentil.

Apresentamo-nos ao gestor da instituição e lhe entregamos o Alvará Judicial, ele nos recebeu e nos solicitou o projeto de doutorado. Informamos que considerávamos mais apropriado pesquisar a partir da permissão dada pelo Alvará Judicial. Ele requisitou, portanto, uma carta apresentando os objetivos da pesquisa, e foi assim que entramos em comum acordo, entregando-lhe a carta, posteriormente.

O gestor nos apresentou a instituição, visitamos a área coletiva, a quadra de esportes e os arredores das casas. Não considerou conveniente entrarmos em uma das casas justamente para não causar o constrangimento de parecer uma invasão a uma das casas, invadindo a intimidade das famílias. Concordamos e garantimos que faríamos as observações na área coletiva, em um primeiro momento, e, posteriormente, caso fossemos convidados, entraríamos nas casas.

Na segunda visita à instituição, chegamos com a carta e estivemos na instituição por dias alternados, sem aviso prévio, e ao encontrarmos o gestor, ele nos disse: “teremos reunião com as tias hoje e gostaria de te apresentar”. Pedimos a ele que, caso fosse possível, gostaríamos de assistir a toda a reunião e ele, respondeu: “hoje é dia de lavar roupa suja e roupa suja a gente só lava com os de casa”. Concordamos, e enquanto a reunião se iniciava, fomos dar uma volta pela instituição para retornarmos à sede administrativa no horário marcado com o gestor da instituição para a reunião.

É importante destacar a beleza do lugar, de espaço amplo, cercado por uma mata, uma área coletiva com uma quadra ao centro e as casas ao redor. É um ambiente bucólico, ao som dos passarinhos e, em tempos de verão, há áreas com sombras frescas.

Ao adentrar a área coletiva, imediatamente dois adolescentes nos chamaram para conversar com eles. Conversamos sobre tecnologia e um deles nos informou do seu desejo de ser Engenheiro Mecatrônico. O outro adolescente, por sua vez, disse ter preferência pelo Direito. Impressionou-nos a desenvoltura dos adolescentes, conversamos sobre filmes e nos

explicaram as “negociações” que ocorriam no abrigo para que pudessem assistir aos filmes. Como em um ambiente familiar, as discussões se dão com as tias (as Mães Sociais raramente são assim designadas, tanto pela gestão ou as próprias mães quanto pelas crianças e adolescentes, comumente são chamadas de Tias).

As negociações estabelecem-se nos horários, quando as crianças pequenas estão dormindo. Deste modo, os mais velhos podem assistir aos filmes em um volume mais baixo; segundo os adolescentes, eles próprios preferem assim, pois há mais silêncio na casa. Conforme dito anteriormente, conversamos sobre filmes, desde os mais recentes aos mais antigos, e também sobre mitologia grega. Ao indagarmos o motivo de estarem naquele local especificamente, ele nos disseram que estudavam para a prova de Ciências e nos contaram:

Agora estou no nono ano. Tava fazendo muita bagunça e fiquei parado na quinta série, mas há um tempo resolvi estudar, levar mais a sério, agora gosto dos professores, converso com eles e tiro boas notas. Essa semana vou começar a trabalhar no *Burguer King* como atendente. Mas o que eu quero mesmo é construir robôs. Imagina, tia, a gente sentado aqui em casa e um robô trazendo as coisas para a gente, cuidar do jardim. Mas também penso que se tivermos robôs para fazer tudo algumas pessoas vão ficar sem trabalho (ADOLESCENTE ACOLHIDO EM UMA CASA-LAR).

Interrogado se o trabalho dele não iria prejudicar na escola garantiu: “não, trabalharei de 08h às 15h de segunda a sexta e até às 13h nos sábados e domingos, chego em casa, descanso e vou para a escola”. Neste momento, um dos adolescentes saiu, e aquele que nos havia dito que desejava ser engenheiro continuou: “somos muito amigos, gosto muito dele e ano que vem ele sai daqui da casa, já estou preocupado, pois não iremos nos ver mais tanto, minha amizade vai fazer muita falta, conversamos todos os dias quase toda hora, mas vai ser bom também”.

Em seguida nos despedimos para a apresentação na reunião com as mães sociais. Fomos convidados a participar de toda a reunião, na qual foram realizadas duas dinâmicas das quais participamos como integrante.

Durante a reunião, o que mais se evidenciou foi a participação democrática das mães sociais, garantidas por espaços de falas para todas. A reunião foi pautada em algumas implicações importantes para a vida na instituição. Uma delas foi a decisão de quem trabalharia nas casas durante as festas de Natal e Ano Novo. Cada mãe se posicionou e escolheu sua folga. O gestor ressaltou que elas poderiam pedir as folgas desejadas e posteriormente as decisões seriam tomadas pela gestão.

Outro ponto de pauta foi uma viagem dos internos, um passeio ao Rio de Janeiro, com os escoteiros. A gestão afirmou que esta seria uma visita cara para os padrões da instituição e que todas as crianças que quisessem poderiam ir, mas em regime de mérito. Somente para as crianças e adolescentes que, de fato, merecessem. As mães ponderaram acerca desse parâmetro de escolha, dizendo que posteriormente iriam repensar, caso a caso, os que realmente mereciam.

É interessante observar que, durante a reunião, o gestor afirmou que uma mãe social estava folgando durante os finais de semana, e que, conseqüentemente, o retorno estava atrapalhando o tempo da folga. Dessa forma, demonstrou sua reprovação, insistindo que não gostaria que tal comportamento permanecesse. Disse ainda que muitas mães saíam sem deixar dinheiro, mantimentos ou medicamentos para aquela que cobriria a folga. Durante a reunião, há a presença das mães sociais, do gestor, de duas assistentes sociais e de uma psicóloga. A psicóloga atualiza as atividades que as crianças e adolescentes realizam, bem como as agendas das crianças e adolescentes. E é conveniente observar que quando é pronunciado o nome de uma das crianças e adolescentes, a tia logo se adianta e responde: “esse é meu ou essa é minha”. Observamos, portanto, que há uma sensação de pertencimento tanto das mães quanto das crianças. Notamos esse pertencimento, ora menor ora mais expressivo, dependendo da mãe social. Não há entre elas um sistema de competição, ao contrário, há uma rede de colaboração e solidariedade. E, curiosamente, a mãe social que relatou a sua saída da instituição é a mesma que folga nos finais de semana e demonstra maior distanciamento em relação à instituição.

A mãe social, Mara, que está se organizando para deixar a instituição, passa atualmente por um processo de adoção de duas meninas que moravam com ela na casa que é de sua responsabilidade. Segundo relato de Tânia, elas tinham muitas afinidades, principalmente Mara e a menina mais nova, Mariana, mas como esta tinha uma irmã que não fora adotada, Mara, por fim, adotou as duas. De acordo com Tânia, a menina adotada por Mara já o havia sido anteriormente, mas se recusava a ficar nas casas dos pais adotivos, preferindo sempre voltar à instituição para a companhia de sua “mãe social”.

As mães sociais, ao final da reunião e ao longo das visitas ao campo, já nos reconheciam como alguém que elas podiam conversar. Uma delas nos disse o seguinte: “todas as estagiárias ficam lá dentro, no administrativo, por que você está aqui conosco?”. Dissemos a ela que nosso trabalho naquela instituição era especificamente com elas, as crianças, com o intuito de ouvi-las. Começamos a conversar e ela nos convidou a ir até sua casa. Dora nos

disse que já tinha sido uma mãe social por oito anos, mas atualmente é uma “tia” que cobre as folgas das mães. Ao longo do diálogo, ela nos contou que, atualmente, a vida da instituição está muito diferente. Para ela, que já vivera por ali durante oito anos, e que agora, após quatro anos fora da instituição, finalmente retornava, as principais diferenças e problemas eram devidos, primeiramente, ao uso de entorpecentes.

Segundo Dora, a grande maioria das crianças e adolescentes ou a quase totalidade deles estavam ali pelo uso de drogas por seus pais. Se antes, o que prevalecia era a pobreza, atualmente, as drogas se tornaram a principal causa da estada na instituição. Dora também fez observações sobre a economia da instituição, explicando que, em outros tempos, a instituição era financiada por recursos estrangeiros, fato que lhe fazia sentir uma maior valorização, afinal, ela recebia em dólar. Nos dias atuais, a maioria das demandas é atendida pela prefeitura municipal; assim, segundo ela: “houve tempos de vaca gorda, mas agora, não há mais”. Por fim, ela nos relatou sobre sua saída da instituição, e, ao perguntamos a razão, ela confessou: “não temos vida, passamos a viver pelas crianças, e eu não sou mãe, nossas folgas são poucas e tem que dormir aqui. Essa é a parte mais difícil, ter que dormir aqui”. Questionamos sobre a saída, arguindo sobre como foi esse processo: “tive que fazer terapia para me desligar deles, é difícil, temos que cuidar de tudo, por isso quando voltei agora não quis mais ser tia, preferi cobrir as folgas. A vida aqui te toma muito, tenho um namorado, uma casa e penso em ir embora, por isso vou juntar o dinheiro aqui”.

Neste dia, Dora estava cobrindo a folga de uma das mães e estava em uma das casas, em nossa conversa ela nos contou muito sobre a dificuldade da convivência, sobre as dificuldades de lidar com as crianças e adolescentes. De uma maneira geral, as mães sociais têm dificuldades de disciplinar, de dialogar com as crianças e adolescentes, pois eles, por vezes, são rebeldes.

Contudo, o que se observa, diferentemente das outras instituições de acolhimento no município de Juiz de Fora, é exatamente a alegria daqueles que foram ali acolhidos. Curiosamente, encontramos com algumas crianças que estavam abrigadas em outra instituição que fora visitada anteriormente, e que, atualmente, se encontram na casa-lar. Carolina é uma delas, tem dez anos de idade, é negra e muito esperta. Havia relatos sobre ela e de outras crianças e adolescentes de outra instituição de acolhimento (o abrigo anterior), sobretudo a respeito de seu comportamento inapropriado.

No relato, compreendia-se que Carolina comportava-se de maneira tal que expressava sua sexualidade precocemente exacerbada. No momento em que nos vimos, fomos

chamá-la, ao que ela indagou: “vai trabalhar aqui agora?”. Em seguida, nos informou que havia sido acolhida juntamente com seus irmãos. Por uma medida judicial, a Juíza da Vara da Infância e da Juventude considerou que deveria aproximar toda a família; sendo assim, seus membros estão reunidos na Aldeia. Ouvimos relatos de algumas tias que a casa que recebeu as crianças e adolescentes do outro abrigo está muito agitada, por que as regras são diferentes. Segundo Dora, “aqui as crianças e adolescentes colaboram, nos abrigos, elas não fazem nada, então temos que ensinar, pois elas não entendem que podem nos ajudar”. Há um processo de adaptação as regras da instituição. Mas consideramos que a principal diferença é a de tranquilidade das crianças e adolescentes.

Há um tempo, na antiga instituição, Carolina ficava correndo agitada, cobrando sua atenção através do dinheiro. Diferentemente do que ocorre agora, pois, ao nos encontrarmos nesta instituição, ela não dá mais atenção, pois está ocupada em suas tarefas, e, por isso mesmo, não pede dinheiro. Ela tem as irmãs, as outras meninas da casa, e é com elas que se encontra, para conversar com ela, tem que chamar e quem vêm conversar é a irmã mais velha dela, pois Carolina, praticamente não se aproxima mais. Ela tem um irmão de sete anos de idade que, na instituição anterior, ficava sempre por perto; nesta instituição, contudo, ele está sempre correndo com os outros meninos da sua idade. As crianças brincaram o tempo todo em que estivemos por lá, uma brincadeira saudável, uma vez que estão sempre “territorializadas”, seja perto das casas seja perto das suas próprias “tias”. A mudança notável é a referência que elas passam a ter, sendo notória a sensação de pertencimento.

Dora nos disse que muitos deles sabem onde estão os pais, que alguns fogem para visitá-los, que outros, por sua vez, passam a vida ali, dizendo que os pais irão buscá-los e há ainda aqueles que recebem telefonemas dos pais com certa regularidade. Para a pesquisadora, a principal diferença desta instituição estabelece-se na alegria que as crianças e adolescentes têm, mesmo nos momentos de extrema bagunça, para quem olhar – eles sabem a que buscar como referência: sua “tia”, sua mãe social; e, caso ela não esteja lá, as outras mães sociais colaboram e auxiliam as crianças. Além disso, a rede de irmãos que se reestabelece é muito importante para se criar esses pontos de apoio.

Nesta instituição, percebemos que não há o sentimento de que a vida ali seja provisória, ao contrário, desenvolvem-se comportamentos e perspectivas que os atrelam a instituição.

Eles se constituem como pequenos grupos e têm suas referências entre si, isto é, entre irmãos. Constantemente, escutamos: “ela é minha irmã” ou “ele é meu irmão”. Com isso

vemos que as redes estão muito mais solidificadas e a territorialidade dos corpos se espacializa naquele ambiente. A desterritorialização é inseparável das reterritorializações correlativas. É que a desterritorialização nunca é simples, mas sempre múltipla e composta: não apenas porque participa a um só tempo por formas diversas, mas porque faz convergirem velocidades e movimentos distintos, segundo aos quais se assinala a tal ou qual momento um “desterritorializado” e um “desterritorializante” (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p.224).

Esses espaços implicam uma mobilidade que provocam a “perda do território” gerando decisões relativas ao deslocamento, às situações de “deslocalização”, que implicam perdas de amigos, de relações, de “lugares” etc. Por outro lado, quando eles se compreendem como pertencentes daquele novo lugar ocorre o processo de re-territorialização, no “território da chegada”, “da morada nova”, das novas relações, do encontro e do desencontro. Ao mesmo tempo em que se manifesta como um dos elementos centrais do processo desterritorializador, é no campo simbólico ou das representações que o migrante (no nosso caso a criança ou o adolescente interno da instituição de acolhimento) pode melhor se “segurar” a fim de manter um mínimo da territorialidade perdida no decorrer do seu deslocamento espacial. Sobram sempre “geografias imaginárias” que, juntamente com outros elementos constituidores de sua cultura, podem ser revividos/rememorados, reconstituindo assim a identidade do migrante enquanto grupo (HAESBAERT, 2005, p. 40).

A re-territorialização do indivíduo e/ou grupo social se vincula ao sentimento de pertencimento (identidade territorial) a uma coletividade e/ou grupos (e estes a um espaço de referência), e de mediação das relações sociais. No processo de reterritorialização, as redes sociais desempenham importante papel no momento em que ocorre a sua reconstituição (re-significação de outro espaço), a fim de marcar uma “territorialidade” (mesmo que funcional), ou até mesmo, em certos casos, da (re)criação de uma identidade territorial (HAESBAERT, 2005).

Podemos compreender em processo a presença de uma des-territorialização como o movimento pelo qual se abandona o território ou se é extirpado da família sanguínea. Deste modo, há “a operação da linha de fuga”, e a re-territorialização se estabelece como um movimento de construção do território dentro da instituição de acolhimento, com um sentimento de pertencimento, mesmo que provisório na expectativa do retorno familiar. Para Haesbaert, “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas” (2006, p.138). Nesse sentido,

o território – e por ligação a desterritorialização – estaria impregnado, mais do que nunca, de diversas formas de mobilidade, sendo construídos, abandonados e destruídos pela e na mobilidade.

Desterritorializadas de seus ambientes familiares às crianças e adolescentes fragilizam-se nas instituições de acolhimento, sentem-se sozinhas, abandonadas e muitas vezes, a violência é a primeira manifestação da comunicação. Mas mesmo diante de processos muito dolorosos elas se reterritorializam-se nas instituições de acolhimento.

No caso específico das aldeias o processo de reterritorialização se estabelece nos laços de confiança que a instituição passa a perdurar. Baseados na observação, na confiança, as crianças e adolescentes que ali estão passam a compreender as regras da instituição e se tornam mais seguras, se permitem, inclusive, viverem a sua idade cronológica, isto é, observei crianças muito “adultizadas” ou mesmo muito erotizadas, retornarem a sua condição infantil. O caso de Caroline é muito expressivo e merece ser elucidado. Durante alguns meses a observamos em outra instituição de acolhimento e ela nos confessou uma pretensa vida sexual em sua breve existência de dez anos de idade. As crianças próximas confirmaram e quando ela chegou à aldeia ouvi reclamações das mães sociais do comportamento das meninas novatas. Meses depois Carolina está vivendo sua infância na instituição que atualmente reside e não há este tipo de diálogo com ela, um diálogo que nos confessasse suas travessuras sexuais.

Cabe ressaltar que ingressa na instituição para a pesquisa houve a necessidade de nos ausentarmos por um período e nosso contato com a instituição foi retomado alguns meses depois. Este processo contribuiu para que pudéssemos observar em médio prazo quais mudanças ocorreram na instituição. Carolina foi um desses momentos expressivos do retorno. Meses após sua chegada ela está adaptada, perto de seus irmãos e se divertindo com a segurança que a instituição lhe oferece. Não há como sugerir aqui a não ocorrência de conflitos, seria leviano, o que observamos, contudo, é uma adaptação e um sentimento de pertencimento do lugar.

Há que se ressaltar também a experiência de Tânia que após três meses e após seu treinamento a reencontramos muito segura na instituição. Conversamos e ela nos confidenciou que está feliz com seu trabalho e com a instituição e garantiu-nos que os motivos de sua segurança é que agora estava tranquila e considerava que nesta instituição as crianças e adolescentes são conhecedores de seus direitos e ela também. Que agora ela compreende as histórias dos que estão ali e pode ajudar. Ela ainda é folguista, mas não tem

problemas com ninguém da instituição, nem mesmo com as crianças e adolescentes. Disse-nos que está gostando muito do trabalho que realiza, então a interrogamos sobre as razões por escolher trabalhar ali e ela informou que não houve momento em sua vida em que não estivesse ajudando alguém, por isso trabalhava ali.

Morava em outra cidade e trabalhava em uma instituição de acolhimento de lá, mas sua irmã precisou de sua ajuda com os cuidados com seus filhos e ela a ajudou. Demitiu-se de onde trabalhava e foi morar com a irmã e ajudá-la na criação dos seus filhos, no entanto conforme as crianças cresciam sua irmã não precisava mais dela e ficaria muito caro sua permanência na casa. Em negociação as duas compreenderam que o melhor seria que ela retornasse ao trabalho, foi quando uma amiga indicou a instituição aqui em Juiz de Fora, ela deixou o currículo e a sua amiga a indicou para o cargo. Ela iniciou o processo de treinamento e atualmente é funcionária da instituição. Ela relatou-nos ainda que não tinha conseguido estabelecer uma relação com um homem com quem pudesse ter um filho, impedindo-a de realizar a maternidade, por isso, ela se realizava como mãe ali, na instituição, mãe daquelas crianças e adolescentes que precisavam dela.

O perfil das mães sociais em geral, tem a ver com mulheres que abdicam de suas vidas pessoais para se dedicarem a uma maternidade institucionalizada. Observa-se que a qualidade da prática profissional em acolhimento institucional depende do apoio recebido e pode refletir-se sobre as experiências no cotidiano de trabalho, e elaborar cognitiva e afetivamente a própria prática.

Para Roseli A. Cação Fontana (2003), a constituição do “ser profissional” se dá continuamente, num jogo marcado por crises e contradições ao longo do tempo, da trajetória da vida. O *drama* de tornar-se profissional implica em experiências vivenciadas ao longo de todo desenvolvimento das Mães Sociais, embora se efetive nas e pelas relações estabelecidas, ao adentrar o universo do Acolhimento Institucional. A identidade profissional é um importante componente da identidade ligada ao vínculo e ao sentimento de pertença de um indivíduo a uma determinada categoria ou grupo social.

Para Peter Berger e Thomas Luckmann (1985), a identidade se configura como um elemento chave da subjetividade e está em relação dialética com a sociedade. Ao ser formada por processos sociais, esta se constitui através dos processos e das relações sociais. As identidades são singulares ao sujeito e produzidas a partir de interações do indivíduo, da consciência e da estrutura social na qual este está inserido. Os autores afirmam que é a “identidade um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade” (1985, p.

230). A constituição da identidade coincide com o processo de socialização, da qual se encarregam as pessoas mais próximas, na estrutura social objetiva em que nos encontramos. Dubar (1997) analisou que o termo “socialização” define-se como a imersão na realidade cotidiana, que se trata, ao mesmo tempo, de um universo simbólico cultural e um saber sobre este mundo.

Berger e Luckmann (1985) esclareceram que, na infância, os outros significados medeiam as relações entre pessoa e mundo, ao atribuírem sentido às situações, apresentando-as como realidades objetivas. A mediação, entretanto, não é um processo linear e mecanicista, pois o mediador modifica o mundo, ao selecionar os aspectos deste, e é modificado por ele, no que é influenciado por suas características idiossincrásicas e de classe social, que se organizam na história de cada um.

As crianças interiorizam, no sentido de apreender como dotados de sentido, os significados atribuídos a elas e ao mundo que as rodeia, pelos outros significativos e a partir daí os apropriam, e tornam-nos seus.

O conceito de outros significativos foi utilizado a partir da obra de George Herbert Mead (1934), através do termo “outro generalizado” para explicar a formação da identidade social (*self*) na pessoa. O *self*, por sua vez, é uma construção dos processos de interação e comunicação social com os outros. Explicando que a criança adota os papéis de pessoas significativas e ajusta desta maneira todas as atitudes em uma atitude única, que se organiza num complexo outro que se estabelece na consciência do indivíduo. Neste momento, completa-se a socialização primária. Por sua vez, Berger e Luckmann, segundo Claude Dubar (1997, p. 94), “retomam e aprofundam as análises de Mead (1934), introduzindo uma distinção interessante entre socialização primária e socialização secundária”. Os autores refletiram que a interiorização da identidade não é finalizada na socialização primária. Isto se deve ao fato de vivermos em uma sociedade organizada de maneira complexa, marcada pela divisão social do trabalho e pela distribuição social do conhecimento.

A socialização secundária é um processo que tem início quando a pessoa entra em contato com outras pessoas e com outras realidades ulteriores à família, denominados submundos institucionais. Neste momento, tornam-se necessárias novas interiorizações, nas e pelas relações com os outros que, no entanto, são menos emocionais que na socialização primária. Para fazerem parte de uma instituição, as pessoas devem passar a utilizar uma linguagem específica. Ao recriá-la ou criá-la há possibilidade, tanto de comunicação com os

demais membros, quanto à apropriação de habilidades exigidas, e a compreensão das normas adequadas para a execução da função.

A socialização secundária permite a vivência de uma história compartilhada por diferentes pessoas, através da vivência de atividades semelhantes, e esta história é que se constituiu no gérmen da tipificação das ações, e, por conseguinte, gera o estabelecimento de novos papéis sociais. A socialização secundária pode representar tanto uma continuidade com a socialização primária, quanto uma experiência de ruptura, embora a relação entre elas não seja mecânica.

Berger e Luckmann (1985, p. 185) definem socialização secundária como “a aquisição do conhecimento de funções específicas, funções direta ou indiretamente, com raízes na divisão do trabalho”. Neste processo de construção de conhecimento, há introjeção de novos papéis sociais, dentre os quais o papel profissional, que envolve, desde rituais, até componentes normativos, cognitivos e afetivos, ligados ao seu desempenho. Ou seja, a aprendizagem de um papel não passa apenas pela aquisição de rotinas necessárias para o seu desempenho exterior, mas implica numa distribuição social do conhecimento. Importante ressaltar que, para estes autores, a identidade é vista em permanente metamorfose (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 196). Em sua concepção, a identidade, aquilo que define o ser, é vista como um processo temporal, a partir da articulação entre subjetividade e objetividade, de tal maneira que homem não é apenas desejo, mas é também trabalho. A identidade só pode ser compreendida como mergulhada num contexto histórico e cultural e constituída nas relações, por intermédio da atividade desempenhada, ao se representar papéis assumidos ou negados ao longo da vida. Por sua vez, Lev Vigotski (2000, p. 4), concebe a pessoa como “um agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo”, o que significa que não é possível compreender o psicológico, se analisarmos, por um lado, aspectos individuais, e por outro, aspectos sociais. É preciso partir da visão de que individual e social são duas dimensões integradas e geneticamente relacionadas.

Assim, consideramos que as significações são importantes circunscritores de desenvolvimento, na medida em que, ao nos relacionarmos com os outros, significações do outro, do mundo e de nós mesmos (si mesmo) são disponibilizadas nas situações e se tornam mediadoras de possibilidades de ações concretas das pessoas inseridas no contexto. Neste sentido, podemos afirmar que, para compreender a constituição da identidade profissional no Acolhimento Institucional, devemos conhecer como as Mães Sociais significam o cotidiano neste contexto do Acolhimento Institucional. Por serem múltiplas as significações das

relações estabelecidas ao longo do ciclo de vida, supomos que também são múltiplas as pessoas, sendo assim, no processo dialético de internalização, sem se pensar em identidade de um modo estanque, mas em processo de constituição contínua. Suas configurações se organizam por contínuas mudanças e transformações nos processos das relações vividas por todos os atores, que compartilham não só o espaço físico e institucional, mas, sobretudo a relação contextual, isto é, Mães Sociais, crianças, famílias das crianças, gestores e administrativo, assistentes sociais, pedagogas, entre outros atores dos sistemas de garantias de direitos.

Neste sentido, compreende-se que não só a constituição da identidade do profissional que exerce a atividade de mãe-social é um processo contínuo, subjetivo, o qual obedece às trajetórias individuais e históricas e tem como possibilidade a construção/desconstrução/reconstrução do contexto em que estão mergulhadas, mas que o mesmo se dá nos casos das crianças e adolescentes que com elas convivem. As Mães Sociais exercem um papel essencial à constituição da subjetividade das crianças e adolescentes que ali residem, para tanto, há que se ter uma política que garanta a formação, as condições infraestruturais e emocionais para que esta mãe social possa exercer tal papel na rede imbricada de relações que compõe as instituições de acolhimento institucional.

4.4 Bianca e sua obstinação em resistir: resistência e segregação em um campo de lutas simbólicas

Trata-se aqui de delinear ao mesmo tempo, a relevância das mães sociais e a possibilidade de resistir. Não por acaso, na instituição em que se apresenta a mãe social como uma metodologia de socialização para crianças e adolescentes em situação de direitos violados observa-se Bianca. Menina que se constitui como foco de resistência em uma sociedade marcadamente desigual que segrega tanto pela economia, mas principalmente pelo simbólico, no que tange ao posicionamento de bens culturais, educacionais e no montante de oportunidades que se apresentam. Bianca ao se compreender como um indivíduo que busca a consciência da sua própria vida resiste ao que se lhe impõe.

Bianca é negra, adolescente com quinze anos, estudiosa, em suma, uma líder. Desde a primeira vez que a vimos, percebemos seu diferencial. Nos diálogos, ela se mostra muito articulada, possui domínio dos assuntos e se coloca como sujeito de direitos, compreendendo o que tal condição implica. Ela participa conjuntamente com outros adolescentes em situação

de acolhimento institucional de uma rede que debate as condições dos abrigos; segundo ela, já participou inclusive de uma conferência sobre direitos dos adolescentes em situação de direitos violados como representante da região, fato do qual se orgulha. Na primeira vez que conversamos, ela esperava o ônibus. Ela nos interrogou sobre o nosso trabalho na instituição e a informamos que estávamos realizando uma pesquisa nas instituições de acolhimento do município. Naquele momento, ela nos explicou que se dialogava através da internet com outros adolescentes com o intuito de debaterem seus direitos.

Por meio de nosso diálogo, percebemos sua real convicção no que tange aos seus posicionamentos, sendo também bastante articulada em suas colocações. Contou-nos que cursava um curso preparatório para a seleção do Colégio Militar da cidade, considerado um dos melhores do município de Juiz de Fora. Explicou-nos que os gestores da aldeia pagam tudo, desde a mensalidade até a passagem, custeando, assim, seus estudos. Disse ainda que gosta muito de morar na instituição e dispõe de todas as oportunidades.

Bianca garantiu-nos que aqueles que querem se aproveitar da instituição, no sentido de buscar as oportunidades, conseguem se cercar de muitas oportunidades. Segundo ela, se quiser estudar ou precisar de qualquer material é só conversar que a instituição garante não só a ela como a qualquer uma das crianças e adolescentes acolhidos pela instituição.

Em um segundo encontro, Bianca nos convidou a ir visitá-la em sua casa. Chegando lá, ela nos apresentou a outra adolescente chamada Jéssica que acabara de chegar com um pequeno bebê recém-nascido. Conversamos sobre o bebê, conversamos com Jéssica que estava muito assustada com a nova moradia, bem como com o bebê recém-nascido. Bianca durante este tempo ficou assistindo seus filmes e *DVDs*. Neste dia conversamos pouco, afinal, Jéssica precisava naquele momento de uma maior atenção e Bianca não se importou.

Em um encontro posterior ao adentrar a instituição havia uma confusão sendo insuflada por algumas adolescentes. Um grupo de crianças e adolescentes se comunicavam em um tom muito altivo, aproximamos-nos deles e perguntamos o que acontecia, ninguém nos respondeu, continuamos por perto até compreendermos o que havia acontecido. Uma das meninas de uma das casas bateu em outra muito menor que ela, com uma violência extremada, com um ferimento que atingia todo o rosto da adolescente. Na verdade, foi uma pequena confusão que resultou em um ato de extrema violência. Ficamos ali por perto, sem saber o que fazer, já que o grupo se organizava para contra-atacar a agressora. Neste momento, todas as mães sociais e funcionários estavam em reunião, chamamos Bianca e fomos todos para a parte administrativa. Voltando do setor administrativo vieram conosco

algumas mães sociais, a assistente social, a pedagoga da instituição e o gestor. Eles se encaminharam por chamar a polícia e foi feito um boletim de ocorrência.

Sutilmente foi pedido naquele momento que nos retirássemos da instituição e foi o que fizemos, sendo assim não vimos os policiais chegarem à instituição. No dia seguinte estivemos na instituição para conversar com Tânia e ao adentrar a instituição já notamos as dissemetrias, havia um segurança no portão de entrada. Até aquele dia o portão sempre esteve aberto e as crianças e adolescentes sempre tiveram um ir e vir facilitado, daquele dia em diante, ao contrário, surgiram regras que passaram a nortear a saída da instituição. Uma das adolescentes, Camila, reclamou muito, pois queria sair, passear, neste momento, o gestor da instituição surgiu e conversamos.

O gestor da Aldeia nos explicou que não era comum esse tipo de violência dentro da instituição e por isso estava preocupado, a tentativa de cercear a saída deles constituía-se como esforço para coibir tal violência. O gestor compreende que há uma aproximação entre dois abrigos da cidade que pode ser considerada negativa. Muito perto dali há outra instituição que atende majoritariamente aos adolescentes do município, contudo, a partir da tomada de decisões da Juíza da Vara da Infância e Juventude de aproximar os irmãos isso tem gerado uma aproximação dos adolescentes das duas instituições, que segundo o gestor facilitariam a promoção da violência.

Estivemos ainda em outro momento com Bianca e ela narrou sua festa de quinze anos. Ela tem uma madrinha que a acompanha desde pequena. Bianca é interna desde pequena, já esteve em outras instituições, mas atualmente é uma liderança dentre as crianças e adolescentes daquela instituição, compreendendo-se como um sujeito de direitos. Quando se fala de “sujeito” deve-se “falar de ‘modos de subjetivação’” (FISCHER, 1999, p. 41). O termo “sujeito” não foi utilizado por Foucault (1988) com referência a “pessoa ou forma de identidade”. Os termos “subjetivação” e “si” foram utilizados, respectivamente, no sentido de “processo” e de “relação a si”. A relação de força consigo se constitui em ações sobre ações. Trata-se de dobrar a “linha de força”, ou melhor, da invenção de outros e novos modos de existência “capazes de resistir ao poder bem como se furtar ao saber, mesmo se o saber tenta penetrá-lo e o poder apropriar-se deles”. Esses “modos de existência ou possibilidades de vida não cessam de se recriar, e surgem novos” (DELEUZE, 1992, p.116). Para Foucault (1988), a ideia de resistência está conectada ao ideal nietzschiano da autocriação, isto é, a prática de uma “estética do eu”, segundo a qual os indivíduos são produzidos e produzem a si mesmos enquanto sujeitos.

A localização dos pontos de resistência na não-aceitação dos modos de subjetividade impostos nos oferece a possibilidade de mudar as práticas tidas como “intoleráveis”. A ideia de que a vida de alguém pode ser criada como uma “obra de arte” abre possibilidades de escolha de novas formas de experienciar-se a si mesmo. Remete-nos às múltiplas formas de resistir, pois existe uma escolha “ético-política” a ser feita. As relações de força se exercem sobre uma linha de vida e de morte que não cessa de dobrar e se desdobrar, traçando assim o próprio limite do pensamento. Cabe aqui compreender que a noção de liberdade não está relacionada com a capacidade de nos opor ou nos esconder de forma a não permanecer em uma dada relação por nos abstermos de autonomia ou abdicarmos de uma ação. A liberdade envolve insatisfação na relação. Dizer que as relações de poder pressupõem a liberdade dos indivíduos não é dizer que a liberdade corresponde à autonomia como uma propriedade dos sujeitos. O exercício do poder pressupõe a liberdade no sentido de que a própria relação é esculpida por um movimento constante de antecipações recíprocas, e intervenções de modo que cada ator é dependente da autonomia do outro.

Se a resistência é um combate, então “é um combate particular”. Por isso, ela “luta com a adversidade, da qual o adversário é somente um substituto para enfraquecê-la e tornar fraco seu suporte”. A resistência “não busca a vitória, não se empenha em batalhas, ainda menos na guerra”. Mas, “através de uma dupla e lateral estratégia, desarma o inimigo com as próprias armas do inimigo”. Desregulando “as regras da guerra que ela impôs”, a resistência restringe, limita seus alvos, “para deslocar seu domínio e método de se desempenhar” (PROUST, 2000, p. 21). A resistência é uma “experiência de subjetivação” e uma “experimentação da liberdade”. Liberdade “não é um requisito inerente a uma explicação de por que alguns resistem e não outros”. A liberdade “exige coragem para tirar da nossa própria raiva, em relação ao inaceitável a fim de reunir a energia necessária para combatê-lo”. Ela requer coragem para “redirecionar o poder de existir que é liberado pela própria indignação combativa de alguém para cultivar e multiplicar poderes dignos de existência. Tudo isso requer um sentido de risco e perseverança. E a resistência, como a ética, não é nada além da coragem de liberdade” (PROUST, 2000, p. 21).

Desta forma, especificamente a resistência não se refere a um indivíduo, ou a um ato coletivo, ou a um combate, elas são “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício” e só podem existir “no campo estratégico das relações de poder”, inscrevendo-se nestas relações como “o interlocutor irreduzível”. Os

pontos, os nós, os focos de resistência distribuem-se no tempo e no espaço de modo irregular, de forma pulverizada, atravessam as estratificações sociais e as unidades individuais, podendo provocar o levante de grupos ou indivíduos.

Na concepção de Foucault (1988), os pontos de resistência são, na maioria das vezes, móveis e transitórios, e introduzem na sociedade “clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis” (FOUCAULT, 1988, p. 91).

“Para resistir”, afirma Foucault (1988), “é preciso que a resistência seja como o poder”, “tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele”, e “que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente”. Segundo o filósofo (1988), jamais somos aprisionados pelo poder, sendo sempre possível modificar a dominação que a relação de poder tenta exercer em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa. Além disso, Foucault (1988) enfatiza que, “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência”:

a resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder, assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação em toda parte (REVEL, 2005, p.74).

Para Foucault (1988), as lutas da atualidade, as resistências têm uma especificidade: distinguem-se, portanto, das lutas “tradicionais” em torno de fatores econômicos e de fatores políticos no sentido estrito. Ele diferencia três tipos de lutas sociais: as que fazem frente às formas de dominação (étnica, social e religiosa); as que contestam as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; e as lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão, que enfrentam tudo aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros. Para o filósofo francês, a luta contra a sujeição, contra a submissão da subjetividade, estaria se tornando cada vez mais importante, a despeito das lutas contra as formas de dominação e exploração não terem desaparecido. Foucault (1995, p.234) afirma que tais lutas:

Criticam-se as instâncias de poder que lhes são mais próximas, aquelas que exercem sua ação sobre indivíduos. Elas não objetivam o “inimigo mor”, mas o inimigo imediato. Nem esperam encontrar uma solução para seus problemas no futuro (isto é, liberações, revoluções, fim da luta de classes). Em relação a uma escala teórica de explicação ou uma ordem revolucionária que polariza o historiador, são lutas anárquicas.

O autor observa que é uma recusa à violência exercida pelo Estado econômico e ideológico que ignora quem nós somos individualmente, o objetivo destas lutas não é propriamente atacar instituições ou grupos determinados, mas opor-se a uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos, nos dois significados que esta palavra comporta: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si.

As lutas estudadas pelo autor questionam, portanto, uma forma de poder que subjuga ou que torna sujeito a. Defendendo que é preciso “imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno”. O governo dos outros pelos múltiplos governantes possíveis deve articular-se, portanto, com o governo de si por si mesmo. Promover novas formas de subjetivação através do governo de si por si mesmo é o caminho de resistência foucaultiana.

Este também é o caminho escolhido por Bianca, não se sabe ao certo como ela traça suas próprias estratégias, nem com que intensidade esta resistência lhe identifica, observa-se apenas ser esta sua expressão, seu modo de vida. O que se destaca em Bianca, é que a resistência se apresenta como característica majoritária, como seu modo de existir, incorporada em seu corpo, no seu comportamento, na sua maneira de falar, em sua luta pela garantia do ensino, no seu engajamento político e no expressivo exercício de sua liderança entre seus pares.

Ressalta-se ainda que Bianca prestou o concurso para ingresso em um dos melhores colégios do município, mas não foi aprovada. Contudo, isto não se desdobrou em drama para ela, que segue resistindo à trajetória que lhe fora imposta.

**QUINTO CAPÍTULO – Sexualidade, Reprodução Social e Adolescência: meninas mãe
em abrigos**

O Capitão Jonathan,
Com a idade de dezoito anos,
Captura, um dia, um pelicano
Em uma ilha do Extremo Oriente.
O pelicano de Jonathan,
Na manhã, põe um ovo totalmente branco
E desse ovo sai um pelicano
Que se parece espantosamente com o primeiro pelicano.
E o segundo pelicano
Põe, por sua vez, um ovo também branco
De onde sai, inevitavelmente,
Um outro do mesmo jeito.
Isto pode durar muito tempo
Se, antes, não for feita uma omelete.

Robert Desnos

5.1 Gravidez e sexualidade na infância e adolescência

Neste capítulo busca-se compreender aquilo que se repete nas instituições de acolhimento como medida protetiva para crianças, adolescentes e jovens vítimas de direitos violados. Ressalta-se aqui algo comum, que se repete, se replica nas instituições, isto é, a gravidez. De tal forma, este capítulo apresenta o esforço de compreensão dos processos pelos quais persiste a presença de adolescentes grávidas nas instituições de acolhimento.

Há aqui a apreensão de uma perpetuação da perversidade social. Observa-se que as adolescentes grávidas têm poucas opções, destacamos entre elas quatro opções, sem pretensão alguma de hierarquizar, julgar ou mesmo valorar os posicionamentos de cada uma das adolescentes que vivenciam a maternidade. Nosso esforço perpassa o simples relato daquilo que se observou ao longo da pesquisa. Primeiramente, elas podem entregar a criança para a adoção e neste caso abrir mão de exercer a maternidade para esta criança. De outro modo, podem também encontrar um ente da família, um vizinho ou mesmo uma pessoa próxima de algum modo da família desta adolescente e ser adotada por esta pessoa, que posteriormente auxiliará ou adotará a criança recém-nascida também. Podem ainda tentar permanecer na instituição com o seu filho, contando com o apoio da instituição, destaca-se, sobretudo que em casos muito específicos isso será possível, já que a legislação não prevê a possibilidade de acolhimento familiar, afinal, passaria a existir uma família dentro da instituição. Observamos a concretização desta possibilidade apenas nas Aldeias SOS, instituição que acolheu uma mãe e seu filho recém-nascido durante o período desta pesquisa. Em último caso, as adolescentes podem sair da instituição com a criança por nascer e enfrentar a nova realidade de constituição familiar, já que se tornam as responsáveis por essa nova família, sem suportes institucionais do Estado.

De todo modo, pela observação das dificuldades que se apresentam adverte-se que há uma continuidade nesta trajetória, isto é, são filhas de mães que não puderam ou encontraram dificuldades no cuidado dos seus filhos e em continuidade não se pode, muitas vezes, cuidar dos filhos que estão por vir. Não há dúvidas da demonstração, nestes casos, da reprodução das trajetórias que demarcam a perpetuação da própria constituição daquilo que aqui designamos como a metáfora do “lixo social”. Na verdade, busca-se mapear o que seriam ou quais seriam as características que apresentam uma singularidade de indivíduos dispostos como refugio.

Impregna-se aqui uma relação de exceção, isto é, uma forma extremada de incluir algo unicamente através de sua exclusão. Não há possibilidades legais previstas para a

gravidez na adolescência em instituições de acolhimento. Assim, diante de um excesso, o sistema interioriza através de uma interdição aquilo que o excede e, deste modo, designa-se como exterior a si mesmo. O estado de exceção representa a inclusão e a captura de um espaço que não está fora nem dentro, numa relação de dentro/fora, de inclusão/exclusão, de anomia/nomos (AGAMBEN, 2003). Não há lugar para essa singularidade de indivíduos. Promove-se uma inclusão daquilo que é, simultaneamente, expulso, logo, não apenas relegado ao internamento ou através de uma interdição, mas suspendendo a validade deste ordenamento. Há aqui o argumento da inclusão para posterior exclusão. Elas estão entregues ao Estado, que terá o papel de proteger/acolher, contudo, serão expurgadas, porque não se prevê instrumentos que permitam a vivência da maternidade institucionalizada.

A maternidade gestada durante a gravidez na adolescência é considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como aquela que ocorre entre os 10 e 19 anos, a qual tem sido tradicionalmente caracterizada, no campo da saúde pública, como um “problema” ou como de “risco” para a adolescente e seu filho. No entanto, encontramos controvérsias nestas concepções, principalmente, em relação aos processos de significação destas experiências pelos sujeitos que as vivenciam institucionalmente.

No que se refere aos significados atribuídos à gravidez, assim como para o grupo de adolescentes em geral, constata-se a impossibilidade de homogeneização em relação à maternidade, sendo estas permeadas por sentimentos contraditórios, nos quais as percepções de perdas, dúvidas, medos e aumento da responsabilidade se mesclam com percepções relacionadas ao estabelecimento de vínculos de afeto, maior reconhecimento social e possibilidade de mudanças na trajetória de vida. Neste sentido, para estas mães, os filhos podem assumir caráter de centralidade na vida destas, sendo propulsores de mudanças positivas e fonte de estabelecimento de relações de afeto genuínas.

Compreende-se que gravidez na adolescência possa ser tomada como um fato social revelador dos paradoxos e tensões inerentes à socialização adolescente, na qual se forja um delicado e tênue equilíbrio entre a aquisição gradativa da autonomia juvenil e a afirmação da heteronomia consoante à função parental. Observa-se que nas últimas décadas, o percurso entre a infância e a idade adulta foi profundamente alterado nas sociedades ocidentais modernas.

As adolescentes em situação de abrigo estão inseridas em contextos marcados pela pobreza, fragilidade de laços sociais, violência intrafamiliar e comunitária, falta de acesso aos serviços de saúde e educação. Para além de toda adversidade vivida, precisam

enfrentar a realidade da maternidade – momento ímpar, gerador de dúvidas, receios, mas também de fantasias e alegrias – sem condições de entendimento desse processo e suas repercussões os abrigos constituem cenários de referência para as adolescentes desafiadas.

A percepção da maternidade das adolescentes abrigadas é marcada pelas construções de gênero, uma vez que é valorizada como possibilidade de constituição de uma família vinculada à aquisição de uma identidade social, reproduzindo o papel que é esperado para a mulher – ser mãe. A maternidade é significada de forma ambivalente. Numa perspectiva positiva, representa uma transformação da realidade vivida, requerendo responsabilidade e novas prioridades – o filho. Entretanto, os limites decorrentes de sua condição social como adolescente configuram para as jovens a face negativa da maternidade na adolescência, a qual se intensifica diante da associação com a situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

No que se refere à descoberta e exercício da sexualidade, considera-se que estas experiências são permeadas pelo desconhecimento da dinâmica própria do corpo, aliado à inconstância ou ausência da utilização de métodos de sexo seguro. Caracteriza-se, por conseguinte, o grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social como um grupo particularmente susceptível à ocorrência da gravidez. A sexualidade é um dispositivo histórico e não um referente biológico. Na verdade, a sexualidade é um dos dispositivos que visam dominar o corpo e o desejo, um dispositivo datado do século XIX. No século XVIII, há outro dispositivo, o sexo, enquanto antes havia apenas a carne (FOUCAULT, 1988).

Para Foucault (1988), o sexo (século XVIII) está relacionado com a família, pois é nele que se realiza o dispositivo de aliança. Neste caso, o discurso está articulado às obrigações religiosas e legais do casamento. Dessa maneira, liga-se à transmissão da riqueza, da propriedade e do poder. Já a sexualidade (século XIX) é outra forma histórica de discurso relativo ao sexo; nasce de uma separação entre o sexo e o dispositivo de aliança. O sexo torna-se, durante o século XVIII, um objeto de investigação científica, de controle administrativo e de preocupação social.

A atividade sexual passa por uma classificação mais geral que a coloca no contexto dos cuidados com a vida. Inicialmente, essas classificações se misturam ao discurso religioso (carne, moral cristã, pecado). Porém, gradativamente o sexo torna-se tema de demografia e de políticas de administração pública. Torna-se, portanto, cada vez mais um assunto de interesse do Estado. A sexualidade, por sua vez, torna-se um elemento articulado ao polo do biopoder engajado na administração da espécie humana, no qual os indivíduos eram organizados em

populações sobre as quais se exercia um gerenciamento sobre a vida, a morte e a saúde (biopolítica). No outro polo do biopoder, o pólo do corpo e do indivíduo, com suas funções específicas voltadas para a moldagem de uma multiplicidade de indivíduos pouco numerosos em um espaço restrito, a sexualidade está relacionada à disciplina (FOUCAULT, 1988).

Para Foucault (1988), temos, de um lado, instituições como a escola, a prisão, o hospital, que disciplinam e regulam os corpos, sujeitando-os às normas e, de outro lado, uma preocupação com a natalidade, imigração, saúde pública. Mas não há barreiras intransponíveis que separam os dois lados. Ao contrário, disciplinarização e biopolítica confluem em muitos pontos comuns, em outras palavras, os fenômenos populacionais também são ajustados segundo um controle rígido dos corpos nos aparelhos produtivos.

A individuação gerada a partir de uma posse sobre o corpo esculpido pelas mãos vorazes dos processos disciplinares caminha lado a lado com a totalização gerada pela biopolítica das massas. A função reguladora e normativa das leis integradas às instâncias médicas, jurídicas e administrativas é ressaltada.

Uma sociedade normalizadora, diz Foucault (1988), é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. Nesse sentido, a sexualidade, o adestramento e os micropoderes que incidem sobre os corpos têm um papel preponderante nesta regulação, pois o sexo faz a comunicação entre o corpo e a população, tecnologia política da vida e gestão do corpo social. Uma série de processos reguladores e técnicas disciplinares vêm corroborar esta estreita ligação: a pedagogização do sexo da criança em nome de uma política de saúde da raça e contra a sexualidade precoce; a histerização da mulher e uma análise minuciosa do seu corpo, do seu sexo, dos seus desejos, legitimada em nome da estabilidade da instituição familiar, de sua responsabilidade com os filhos e, por extensão, com a própria sociedade; o controle da natalidade; a psiquiatrização das perversões, dos extravagantes, dos vícios e das transgressões aos “bons costumes”, que clamavam por um cuidado próximo e urgente, por disciplina e adestramento dosados individualmente.

Trata-se do advento da sociedade da sexualidade, como diz Foucault (1988), sociedade cuja atenção e mecanismos de poder são voltados ao corpo, à vida, ao seu vigor, à sua utilidade e capacidade de dominar. Longe de reprimir, suscita, difunde e expõe constantemente a sexualidade através dos discursos, da mídia, da insaciável vontade de saber.

O que se observa é que a experiência da sexualidade, que representa iniciação, socialização e função sociais, está fortemente orientada pela coletividade, de tal forma que são instituídos sistemas de controle da sexualidade dos indivíduos. Este controle estreito acontece

em razão de que a sexualidade é uma instituição que busca não apenas a satisfação de necessidades humanas, como diria Malinowski (1985), mas envolve a reprodução do grupo. A conservação e perpetuação do grupo dependem das relações sexuais entre indivíduos vinculadas a esta instituição, mesmo que cercada de regras. A sexualidade é abordada pela sociedade, através de instituições que orientam os indivíduos e garantem uma experiência controlada, de modo que a subjetividade tenha poucas iniciativas perante as imposições coletivas.

Marcel Mauss (2003) demonstra a experiência coletiva de intervenção sobre o corpo a partir da sua experiência na prática desportiva. Os limites de sua aprendizagem das inovações nos exercícios da natação desenvolvidas no início do século XX forneceram a inspiração para que o autor pudesse abordar “as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo” (2003, p. 401). A análise de Mauss (2003) se insere no projeto coletivo do pensamento antropológico francês, de orientação durkheimiana, procurando demonstrar a validade das assertivas coletivas sobre práticas pessoais que dão uma impressão demarcada pela subjetividade.

Desvela, em razão da análise que realiza sobre a disposição corporal, que, aparentemente, sugeria um fenômeno da ordem exclusiva da subjetividade e individualidade. O que Mauss (2003) nos apresenta é a concepção de que a expressão corporal traz as marcas do contexto cultural ao qual o indivíduo pertence. Tal disposição corporal expõe a identidade cultural do indivíduo, através da distinção entre maneiras de expressão físico-psicológica. Esse princípio se estende à expressão dos sentimentos, como observado em situações ritualísticas quando as atitudes exigidas devem corresponder ao contexto da situação e ocasiões, tais como: festas, velórios, templos, rituais, e assim por diante.

A reflexão de Mauss (2003) é de que o primeiro instrumento do homem – o corpo – sofre a ação da coletividade e se constitui em modalidade de expressão dos valores da sociedade no qual se insere. “O corpo expressa as técnicas e os habitus da razão prática (coletiva e individual), entendidos no sentido amplo de faculdade adquirida, que varia com sociedades, épocas, posições sociais” (MAUSS, 2003, p. 404).

A impressão coletiva sobre o corpo é explorada, também, na noção de *habitus*, elaborada por Norbert Elias (1994) e Pierre Bourdieu (1980). Elias (1994) destaca a reflexividade social do indivíduo, incluindo a auto-imagem, na construção da visão e práticas no mundo. Bourdieu explora, por sua vez, “as disposições duráveis, geradores e organizadores das práticas e representações” (1980, p. 88). Estas abordagens expressam a problemática da

relação entre indivíduo e sociedade, pensada a partir da reflexão acerca da expressão corporal e das relações sociais. Enquanto manifestação dos fenômenos sociais, o corpo demarca, ao mesmo tempo, a dimensão mais propriamente coletiva e individualizada da vida em sociedade. Compreende-se o corpo humano é socialmente concebido e a análise das representações sociais do corpo oferece uma das numerosas vias de acesso à estrutura de uma sociedade. A sociedade elege certa constelação de atributos que designa como as características físicas do indivíduo de sua sociedade. A fixação de tais atributos permite a identificação dos indivíduos entre si e possibilita a comunicação entre eles, mobilizando normas e regras aprendidas socialmente.

Foucault (1999b) mostra que o corpo serve como um elemento de apoio e articulação para os mais diversos projetos políticos, dotado, assim, de grande instrumentalidade nas relações de poder. Foucault (1999b) caracteriza a modernidade¹⁵ como o momento em que a preocupação com o corpo dos indivíduos e da população se dá de forma privilegiada. O corpo, a existência de um organismo (individual) insuflado de vida, produziu uma novidade que, impôs um conjunto de saberes e de discursos, configurando diferentes instituições que tomam os corpos (a vida) como matéria de educação. Emerge assim, a ideia da vida corporal impondo-se como objeto propício de interrogação e de educação. De modo que a população, a materialidade dos corpos, é tomada por uma atuação positiva, “positiva, aqui, não quer dizer menos dolorosa, mas que em vez de anular o corpo, colocou-se sob exposição de condições que potencializariam suas forças em termos tanto econômico quanto político” (GHIRALDELLI, 2007, p.99).

Dessa forma, são objetos de regulação e de controle do Estado as condições de vida, a saúde, o vigor dos corpos, o imperativo da reprodução saudável da espécie e seu próprio “melhoramento”, os estados de saúde, longevidade da vida, a fecundidade, a natalidade, a expansão das políticas de regulação da natalidade e da diminuição dos índices de mortalidade – sobretudo da mortalidade infantil. Passa constituir-se a partir daí, principalmente, em “políticas sobre o corpo”, ou ainda em “políticas de saúde”, expressões pensadas por Foucault (1979) e presentes na contemporaneidade, tal a propriedade dos seus significados.

Nessa direção organizam-se as “políticas de saúde” através das quais as populações podem ser conhecidas, vigiadas e cuidadas. A partir dessa organização a saúde das populações

¹⁵ A sociedade moderna, segundo Foucault (1999) compreende o período entre o início do século XVIII e o final do XIX, é por ele também demarcada por um conjunto de procedimentos discursivos e institucionais sobre o investimento educativo nos corpos.

firmar-se-ia como um elemento definidor de potencialidades concretas de riqueza dos Estados-Nação, de modo que os corpos assumiram uma significação diferente; não mais supliciados, mas passam a ser (re)formados, corrigidos, aqueles que receberiam aptidões, um certo número de qualidades.

Neste sentido, gerir a população significa gerir a população em profundidade, minuciosamente, no detalhe. É evidente que o pressuposto de que a riqueza dos Estados-Nação se mede pela saúde dos corpos de seus habitantes afetaram de alguma forma, quase todos os corpos, inclusive, afeta de modo particular, os corpos das mulheres, em razão de sua capacidade de gerar a vida. Assim, houve um investimento no corpo das mulheres e das crianças como instrumento de forças produtivas, como certa garantia de prosperidade nacional. Esse investimento foi, gradativamente, incorporado, no imaginário cultural feminino já que permitia as mulheres alcançar um status social valorizado: tornavam-se necessárias à sociedade, através de seus corpos e do trabalho reprodutivo, com conseqüente valorização da posição de “ser uma boa mãe, uma mãe cuidadosa, como condição para ser uma mulher feliz e respeitada” (BADINTER, 1985, p.147).

5.2 A maternidade e o mito do amor materno

A maternidade, categoria sempre presente nas discussões acerca do “ser feminino”, é compreendida aqui como uma construção social. Como tal, está diretamente associada às modificações pela qual a família tem passado a partir de transformações que permitiram, entre outras questões, a organização dos Estados modernos e a instalação da ordem econômica, principalmente do século XVII em diante, em um movimento de constituição das chamadas sociedades disciplinares.

Nas sociedades ocidentais a maternidade parece permanecer como um valor, sendo função social da mulher atributo pré-social da condição feminina ao papel reprodutivo. As raízes das ações que são explicadas como “instintivas” ou “naturais” para algumas correntes do pensamento, podem ser localizadas no repertório das práticas que as mulheres acumulam desde a tenra infância e são eivados de valores muito específicos, de cada agrupamento culturalmente estabelecido.

De acordo com Badinter (1985), o amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Sendo assim, toda mulher, ao se

tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se fosse uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal.

Para Badinter (1985), a procriação não teria sentido se a mãe não completasse sua obra assegurando, até o fim, a sobrevivência do feto e a transformação do embrião num indivíduo acabado. Essa convicção é corroborada pelo uso ambíguo do conceito de maternidade que remete ao mesmo tempo a um estado fisiológico momentâneo, a gravidez, e a uma ação em longo prazo: a maternagem e a educação. A função materna, levada ao seu limite extremo, só terminaria quando a mãe tivesse, finalmente, dado à luz um adulto. Desse ponto de vista, é difícil explicar as falhas do amor materno, como essa frieza e essa tendência ao abandono que surgem na França urbana do século XVII e se generalizam no século seguinte. Para esse fenômeno, devidamente constatado pelos historiadores, encontraram-se várias justificativas econômicas e demográficas. “O que equivale a dizer que o instinto da vida suplanta o instinto materno. Reconheceu-se, no máximo, que ele é flexível e talvez sujeito a eclipses e essa concessão suscite várias questões” (BADINTER, 1985, p.12).

Fato é que é em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho. Para Badinter (1985), nesse contexto reorganiza-se uma “economia da vida”, uma gestão técnico-administrativa da vida, por meio de políticas sobre os corpos (ventres), efetivadas de muitas formas, na literatura e na arte, nos tratados médicos, nas imagens anatômicas e nos discursos das diferentes áreas da saúde, da Medicina à Educação Física.

Tais discursos nos remetam à “invenção do corpo grávido” e associam os corpos grávidos a uma rede de práticas e de saberes, tais como: cuidados pré-natais, cursos especializados, consultas médicas, academias, alimentos diferenciados. A esse movimento chamamos de politização da maternidade e do corpo grávido, “não no sentido de inovadora, mas no sentido de uma atualização, exacerbção, complexificação e multiplicação de investimentos educativo-assistenciais” (MEYER, 2006, p.47) que objetivam maximizar, através da saúde materna, a saúde do feto.

Esses discursos de ser uma mãe cuidadosa são cada vez mais complexos e amplamente produzidos e divulgados em diversos artefatos da cultura como, por exemplo, poemas, canções, romances literários, filmes, novelas, documentários e, também, pelas diferentes ciências, mídias e propagandas que produziram algo novo: saberes que passam a

ditar prescrições e normas sobre os modos de cuidar dos corpos femininos, cujo ponto de partida foi a formulação de regras e técnicas para gerir e produzir corpos os mais saudáveis possíveis. O binômio saber-poder entendido também como técnicas de procedimentos prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la graças ao conhecimento de si por si.

Para Foucault (1999), esses saberes, com suas prescrições, não educam apenas os corpos, mas produzem subjetividades principalmente, pelo incitamento e encadeamento de posições e identidades. Por isso, para o autor, não existe um sujeito universal; ao contrário, o sujeito é produzido historicamente pelos diferentes modos de subjetivação, sendo que esses modos variam em conformidade aos diferentes momentos históricos e sociais da sociedade. Subjetivação, assim, entendida por Foucault (1999), como processo de constituição dos sujeitos.

A genealogia da subjetivação, de acordo com Foucault (1999), procura mostrar as condições de possibilidade da emergência daquilo que denominamos “eu”, a partir de uma série de práticas e processos contingentes. Assim, o foco dessa genealogia são as relações que os seres humanos têm estabelecido consigo mesmos como eus.

Através da norma biopolítica é retirada do grupo e retranscrita a ele, ou seja, as campanhas de vacinação, por exemplo, são realizadas para combater uma regularidade de doenças que afligem aquela população específica. Dentro de espectros possíveis da curva de normalidade, os mecanismos de seguridade irão atuar sobre os menos normais, a fim de os tornarem mais normais, processo denominado de normalização. A norma biopolítica é central para as ações e para os procedimentos do Estado relativos à população, como as políticas públicas de saúde e de educação. Essa norma tem em vista o conjunto da população e atuará sobre aqueles indivíduos que estão mais expostos a determinadas doenças, a acidentes, a contaminações, dentre outros.

E será a sexualidade que articulará o corpo individual ao corpo da população e será a norma que articulará a disciplina e a regulação da vida na constituição de um novo poder: o biopoder (FOUCAULT, 1999). O sexo e, portanto, a própria vida se tornaram alvos privilegiados da atuação de um poder disciplinar que não tratava simplesmente de reger comportamentos individuais ou individualizados, mas que pretendia normalizar a própria conduta da espécie. Foucault (1988) nos chama atenção, no primeiro volume de História da Sexualidade, para a emergência de novos mecanismos de poder ao longo do século XVIII e XIX que visavam o controle das populações, através da gestão da vida biológica (estratégias

biopolíticas) e do controle dos corpos individuais (técnicas disciplinares). Nesse sentido, o biopoder atua em dois níveis: do corpo individual e do corpo populacional; disciplina e biopolítica, se apoiam e se complementam nas diferentes instituições em que o sujeito se encontra, através de operações individualizantes sobre o corpo e daquelas que visam aos fenômenos relativos à população.

Ao contrário do poder de soberania (anterior ao século XVIII) que fazia morrer e deixava viver, o biopoder fará viver e deixará morrer quando não houver mais possibilidades de recuperação. No mesmo sentido, enquanto o poder de soberania era exercido através da lei, na era do biopoder, a norma assume a centralidade. Assim, nas sociedades no qual o biopoder atua, a lei e os sistemas jurídicos não serão eliminados, mas passarão a ser guiados pela norma. Nas sociedades de normalização, norma e lei não estarão em polos opostos e a lei não terá como características reprimir e matar, mas qualificar, medir e hierarquizar (Foucault, 1988).

Ana Paula Martins (2004) disserta sobre como a mulher também foi objeto de uma vasta produção discursiva entre os séculos XVIII e, principalmente, XIX, prescrevendo-lhe condutas higiênicas e regulando seus comportamentos. A partir desse período histórico, um grupo de médicos olhará para o corpo feminino, percebendo-o como “naturalmente” diferente do masculino. Assim, as especificidades do corpo da mulher foram objeto de intensa produção discursiva. Vários autores explicam as especificidades do corpo feminino relacionando-as com a maternidade, o que viria a colocá-la como responsável pelo cuidado e educação das crianças e da família. Para tanto, investia-se muito na educação dessas futuras mães, pois de uma “educação correta e bem orientada da menina, visando à boa formação moral e à contenção do corpo, iria resultar uma mulher saudável, de caráter dócil e submissa ao esposo” (MARTINS, 2004, p.42). Esses estudos sobre as especificidades femininas também justificavam a impossibilidade de a mulher trabalhar, pois seu corpo não resistiria aos esforços físicos, sendo o único trabalho aceito o doméstico, realizado na sua própria casa. Para isso muitos médicos apoiaram as representações que vinculam a mulher-mãe com anjos, santas e a própria Virgem Maria.

Assim, as mulheres passam a ser objeto de análise dos médicos. O aparelho reprodutivo feminino torna-se imperativo para explicar a natureza feminina: por um lado, explica a função essencial da mulher - ser esposa e mãe; e por outro, explica seu caráter doente e imoral (MARTINS, 2004). Já o interesse sobre o corpo masculino só se dará quando

este for marcado por “excessos”, como, por exemplo, a masturbação, a libertinagem e a homossexualidade.

Como a criança, a mulher também será tutelada pelos especialistas e serão estes que dirão o que é melhor para ela: qual o marido ideal, qual a melhor idade de casar, ter filhos, como cuidar deles, etc., não podendo ela representar a si mesma (principalmente, no dizer da época, por não ter capacidade racional e moral para isso). Os médicos, nesse contexto, exercem relações de poder/saber sobre as famílias ao defenderem assuntos próprios à esfera privada familiar. Assim, nas palavras de Martins, “a mulher, esta categoria universal [...] não nasceu da costela de Adão, mas do discurso médico-científico produzido nos séculos XVIII e XIX” (MARTINS, 2004, p.169).

O século XX, como observa Aminatta Forna (1999), inaugura a era da “mãe científica”, período no qual as mulheres, principalmente das classes média e alta, não deixarão de ler manuais ao engravidarem, pois “poucas se atrevem a encarar a maternidade sozinhas” (1999, p. 63).

Para Neil Postman (1999), a prensa tipográfica seria uma das responsáveis pela invenção da infância, pois a leitura e a escrita separaram o mundo adulto do infantil. Nesse sentido, a capacidade de leitura e, em consequência, o acesso a segredos – conhecimento – passou a ser a linha divisória entre a infância e a adultez. A aquisição de tal capacidade criou a necessidade de escolas e, a partir dessa, institucionalizou-se o controle adulto sobre o conhecimento infantil. Segundo o autor a partir da invenção do telégrafo, que eliminou o tempo e o espaço como dimensões da comunicação humana e possibilitou a simultaneidade e a instantaneidade da mesma, o controle sobre a informação tornou-se gradativamente impossível. Dessa forma, principalmente a partir do advento da televisão, as crianças passaram a ter acesso a um grande contingente de informações sobre o mundo adulto, o que estaria produzindo o desaparecimento da infância e, em consequência, de um mundo adulto à parte.

De acordo com Postman (1999, p.94), principalmente a televisão, mas todos os meios de informação eletrônica em geral, estariam destruindo a linha divisória entre adultos e crianças “primeiro, porque não requer treinamento para aprender sua forma; segundo, porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro, porque não segrega seu público”. Como o próprio afirma, “sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como infância” (1999, p.94). Esse processo de desaparecimento da infância e do mundo adulto criou, segundo Postman (1999, p.112-113), o adulto-criança:

como a mídia eletrônica afasta a alfabetização para a periferia da cultura e toma seu lugar no centro, outras atitudes e outros traços de caráter passam a serem valorizados e começa a surgir uma nova e atenuada definição de idade adulta. É uma definição que não exclui as crianças e, portanto, o que resulta daí é uma nova configuração das etapas da vida. Na era da televisão existem três. Num extremo, os recém-nascidos; no outro os senis. No meio, o que podemos chamar de adulto-criança.

Esse processo de reconfiguração da infância também se articula a uma conformação da maternidade e paternidade. Conforme aponta Eric Hobsbawn (1995), o século XX assistiu à entrada em massa de mulheres casadas no mercado de trabalho, assim como o acesso das mulheres ao ensino superior possibilitou vigor ao movimento feminista a partir da década de 1960. Para ele “o que mudou na revolução social não foi apenas a natureza das atividades da mulher na sociedade, mas também os papéis desempenhados por elas ou as expectativas convencionais do que devem ser esses papéis, e em particular as suposições sobre os papéis públicos das mulheres, e sua proeminência pública” (1995, p. 306-307). Além disso, o autor descreve ainda que em grande parte dos países europeus (mas também em outros países com Estados Unidos e América Latina) o índice bruto de divórcios chegou mesmo a triplicar entre 1970 e 1985. Além dos divórcios outro índice que disparou foi o número de pessoas vivendo sozinhas, em muitos países ocidentais atinge aproximadamente 25% da população, bem como o número de famílias chefiadas por mulheres sozinhas, filhos de mães solteiras e mães adolescentes. Somados todos esses dados apontam para as diferentes configurações sociais e de família produzidas na contemporaneidade.

De todo modo, ressalta-se, na perspectiva de Elisabeth Badinter (1985), o amor materno não é “dado”, mas sim “conquistado” e, acrescentamos construído. Porém, existe uma crença cultural de que esse amor seja algo natural, que nasce com as mulheres como uma verdadeira característica feminina. Essa convicção se dá basicamente por duas razões: a primeira, devido à imposição feita pela cultura, responsável pelo desenvolvimento do modelo de amor materno conhecido atualmente e com o qual temos convivido desde o século XIX; a segunda, como idealização entre a relação mãe-filho que direciona ao desejo de união perfeita, fantasia de completude que protege o indivíduo das ansiedades e medos de separação e perda.

Todavia, ainda segundo Badinter (1985) a construção do afeto precisa de proximidade física e emocional deve ser conquistado com e na convivência. É na intimidade das relações construídas no cotidiano que o afeto germina, cresce e frutifica. E é nessa intimidade que as relações podem estremecer, tornarem-se espinhosas. O amor materno não

foge a essa regra, uma vez que ele não é decorrente como se crê, da ação de algum instinto. É afeição que, como qualquer outra, necessita de reciprocidade desenvolvida em um relacionamento estreito e contínuo que assegure confiança e familiaridade aos que dele se nutrem, ou seja, é uma construção.

Para Beatriz Gang Mizrahi (2004), pode-se entender a falta de amor por trás de uma dedicação artificial à criança. “Não amar os filhos tornou-se um crime sem perdão. A boa mãe é terna, ou não é uma boa mãe. Ela não suporta mais o rigor e a inflexibilidade demonstrados antigamente para com a criança” (BADINTER, 1985, p.210). A boa mãe ama ou não é boa mãe. Ela agora é responsável pela casa, pelos bens e suas almas, a mãe é sagrada. Essa nova carreira materna que aparece para a mulher trás inúmeras vantagens, tanto que muitas mulheres apressam-se em abraçar esta carreira. Graças à responsabilidade crescente da mãe, a esposa pode impor-se mais ao marido e ter muitas vezes, enquanto mãe, a última palavra. Essa nova condição da mulher como mãe apresenta-se lentamente do final do século XVIII em diante. Porém, não há uma unificação nos comportamentos maternos e ainda existem muitas diferenças nas atitudes das mães que reagem de maneiras distintas, por conta de sua história pessoal, sentimentos e classe social.

Alguma coisa, portanto, muda profundamente: as mulheres se sentiam cada vez mais responsáveis pelos filhos. Assim, quando não podiam assumir os seus deveres ou mesmo amar como era esperado, viam-se culpadas. De todo modo, independentemente das variações temporais, sabe-se hoje, que o amor materno, portanto, trata-se de uma construção social e não de um pré-requisito feminino, de acordo com Badinter (1985, p.366) “Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escape ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É ‘adicional’”.

5.3 Sexualidade e adolescência

Socialmente, compreende-se a modernidade como um estilo, de acordo com Anthony Giddens (1991) um costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Três elementos identificam as descontinuidades que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais. O primeiro é o ritmo dinâmico e acelerado das mudanças da era da modernidade. O segundo é o escopo da mudança, ou seja, ela atinge toda a superfície

da Terra. O terceiro é a natureza intrínseca das instituições modernas não existentes em períodos históricos precedentes, como, por exemplo, sistema político do Estado-Nação.

Giddens (1991) destaca que a dinamicidade da sociedade moderna acontece devido a três fontes: a primeira fala da separação entre espaço e tempo; a segunda refere-se ao desenvolvimento de mecanismo de desencaixe que descontextualiza a atividade social e reorganiza as relações sociais no tempo e no espaço; e a terceira diz respeito à apropriação reflexiva do conhecimento. Há uma conexão entre esses aspectos da modernidade e a transformação da intimidade na vida cotidiana porque:

[...] a transformação da intimidade envolve o seguinte: Uma relação intrínseca entre as tendências globalizantes da modernidade e eventos localizados na vida cotidiana – uma conexão dialética, complicada entre o “extensional” e o “intencional”. A construção do eu como um projeto reflexivo, uma parte elementar da reflexividade da modernidade; um indivíduo deve achar sua identidade entre as estratégias e opções fornecidas pelos sistemas abstratos. Um impulso para a autorrealização, fundamentado na confiança básica, que em contextos personalizados só pode ser estabelecida por uma ‘abertura’ do eu para o outro. A formação de laços pessoais e eróticos como ‘relacionamentos’, orientados pela mutualidade de autorrevelação: Uma preocupação com a autossatisfação, que não é apenas uma defesa narcisista contra um mundo externo ameaçador, sobre os quais os indivíduos têm pouco controle, mas também em parte uma apropriação positiva de circunstâncias nas quais as influências globalizadas invadem a vida cotidiana (GIDDENS, 1991, p. 126).

Ao analisar as transformações da intimidade na contemporaneidade, Giddens (1993) destaca que as mulheres exerceram papel fundamental nesse processo, viabilizaram a possibilidade da democratização da esfera pessoal compatível com a democracia na esfera pública, ou seja, homens e mulheres têm a mesma participação nas novas formas de vida em família, baseadas em princípios igualitários e democráticos (respeito mútuo, comunicação, tolerância etc.). As mudanças na vida privada ganharam espaço na vida pública, alterando as relações entre os gêneros. Para demonstrar o comportamento das mulheres nesse processo, apresenta as transformações que sofreu desde o século XVIII até o momento atual.

Segundo Giddens (1993), a origem do amor romântico está associada ao lugar social ocupado pela mulher, bem como à imagem criada de uma mulher pura, de uma mulher esposa/mãe, que impregnou os ideais de amor romântico, "reforçando um modelo de 'dois sexos' das atividades e dos sentimentos" (GIDDENS, 1993, p.53). Maternidade e feminilidade foram integradas e passaram a fazer parte da personalidade da mulher. "O amor romântico era essencialmente um amor feminilizado" (1993, p.54) e sustentava-se por meio de um compromisso mútuo firmado entre marido e esposa. O marido podia extravasar seu amor/paixão no leito de amantes e prostitutas, mas, para a esposa, não era permitido proceder

dessa mesma forma. A realidade de uma vida cotidiana domesticada, a frustração com o casamento, o envolvimento emocional prolongado, estável e de futuro previsível e uma vida social sem grandes emoções são fatores que contribuíram para acentuar nas mulheres o domínio da intimidade e da autoidentidade. Portanto, o amor romântico é reflexivo e pode proporcionar as transformações da intimidade nas sociedades modernas. Nesse sentido, tem um caráter intrinsecamente subversivo.

Giddens (1993) observa que o amor romântico desliga o indivíduo de situações sociais mais amplas, proporciona uma trajetória de vida prolongada e cria uma história compartilhada que ajuda a separar o relacionamento conjugal de outros aspectos da organização familiar. Esses aspectos do amor romântico – casamento – estão sendo substituídos pela ideia de relacionamentos puros e amor confluyente.

A negociação da sexualidade nos relacionamentos implica dizer que as mulheres também desejam o sexo e, por isso, também podem sofrer do vício por essa atividade como componente básico de suas vidas e relacionamentos. A identidade sexual feminina constitui parte central da narrativa do *self* para adquirir sua autonomia e realização. Esta disponibilidade para a atividade sexual permite presumir certa igualdade em relação ao homem e, ao mesmo tempo, uma perda de sentido de ser dos sedutores masculinos, porque a integridade que buscavam romper ou manter sob o seu poder deixou de existir. Assim, a compulsividade sexual masculina resultará da ansiedade provocada pela insegurança perante a igualdade sexual feminina e pela diluição das seguintes formas sociais: domínio dos homens na esfera pública; a vida dupla; a divisão das mulheres em puras (casáveis) e impuras (prostitutas, concubinas, sedutoras); compreensão da diferença sexual como sendo divino, natural ou biológico; irracionalização das mulheres ao executar seus desejos e ações; divisão sexual do trabalho.

Uma característica importante da modernidade, ainda de acordo com Giddens (1993), é a relação entre mães e filhos. O domínio da mãe afeta psicológica (a construção da identidade) e sociologicamente (a construção da intimidade) ambos os sexos. No âmbito psicológico masculino, esse domínio gera um sentimento de insegurança e de dor no momento de compor sua autoidentidade porque deve romper com o amor materno – libertar-se da influência da mãe – para construir sua identidade masculina. Essa dor pode levar o homem a recusar essa construção ou manifestar uma raiva aberta ou violência contra o sexo feminino. No âmbito psicológico feminino, esse domínio dificulta sua relação com o poder do

homem porque, na construção de sua identidade, atribui um sentido mais fraco à sua autonomia e à sua individualidade.

No aspecto sociológico, a invenção da maternidade como resultado da separação entre a casa e o trabalho e da emergência do amor romântico, que associa a mulher-esposa à mulher-mãe, cria a figura da mãe todo-poderosa. Essa figura afeta as mulheres e os homens. No processo de construção da própria identidade, os homens perdem a capacidade de autonomia emocional necessária à construção da intimidade. Para as mulheres, a construção da identidade gera um ganho de autonomia emocional, elemento essencial à capacidade de intimidade, mas resulta numa perda de autonomia social. Conquistas e liberdades foram obtidas pelas mulheres na vida pessoal, familiar, profissional, educacional, política etc e contribuíram para gerar mudanças sociais, de comportamento e de mentalidade e, ao mesmo tempo, transformaram a intimidade que, apesar de ser opressiva, pode surgir como uma negociação transacional de vínculos pessoais, estabelecida por iguais. Um elemento básico para essa transformação é a reivindicação pelo prazer sexual.

A capacidade do corpo humano de mostrar uma resposta sexual está presente desde o nascimento. O desenvolvimento da sexualidade inicia-se na infância, quando a criança toma contato com o ambiente que a rodeia, através da alimentação, do carinho da mãe, das sensações de prazer e desprazer, enfim, das experiências basicamente táteis.

No que concerne ao desenvolvimento da sexualidade infantil, Freud (1997) adverte que faz parte da opinião popular sobre a pulsão (instinto) sexual que ela só desperta no período da vida descrito como puberdade, estando ausente na infância. No entanto, este psicanalista assegura que tal pensamento não é apenas um mero erro, mas um “equivoco de graves consequências”, pois é principalmente a esta ideia que debitamos nossa atual ignorância sobre as condições fundamentais da vida sexual.

Ao longo do desenvolvimento da criança, algumas áreas do corpo lhe darão um tipo especial de prazer, algo próximo do que nós adultos conhecemos como prazer sexual. Da percepção mais integral do corpo nasce uma pergunta: o que é esse corpo? Assim, instaura-se aos poucos a noção do eu. Através da procura de satisfação por parte da criança e das manipulações a que está sujeita que ela, passando pelas áreas de prazer mais relacionadas à digestão e à excreção, sobremaneira descobrirá seus órgãos genitais. A partir daí buscará prazer na sua manipulação. Na sua análise sobre a organização pré-genital, cuja importância nos faz ver:

Chamaremos pré-genitais às organizações da vida sexual em que as zonas genitais ainda não assumiram seu papel preponderante. A primeira dessas organizações sexuais pré-genitais é a oral, ou, se preferirmos, canibalesca. Nela, a atividade sexual ainda não se separou da nutrição, nem tampouco se diferenciaram correntes opostas em seu interior. Uma segunda fase pré-genital é a da organização sádico-anal. Nela, a divisão em opostos que perpassa a vida sexual já se constituiu, mas eles ainda não podem ser chamados de masculino e feminino, e sim ativo e passivo. A atividade é produzida pela pulsão de dominação através da musculatura do corpo, e como órgão do alvo sexual passivo o que se faz valer é, antes de mais nada, a mucosa erógena do intestino (FREUD, 1997, p. 75-76).

No entanto, a criança só estará hábil, em termos físicos e psíquicos, para a realização plena de sua sexualidade genital, após a puberdade, quando se constitui, socialmente, a aceitação da livre escolha de um parceiro.

É na adolescência que a descoberta da sexualidade assume sua maior potência, despertando-lhe grande interesse. Nesta etapa da vida, além de teoria, os adolescentes interessam-se pelo saber acerca das questões práticas, coisas que começam a fazer parte do seu cotidiano. Anseiam por informações precisas a respeito de namoro, masturbação, relacionamento sexual, gravidez, métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis e outras. Deste modo, preocupam-se, basicamente, em esclarecer dúvidas geralmente respondidas de forma confusa e incompleta, o que dá margem a todo tipo de preconceitos e ideias errôneas sobre sexo. Há a concretização do desejo por parcerias em que se descobre a diferença do outro nas relações, o que suscitaria uma forma extremada de prazer. Para Roland Barthes (1998, p.96-97), as descobertas inerentes aos adolescentes, apropriadamente se expressa com o uso metafórico de vasculhar, isto é, “vasculho o corpo do outro, como se quisesse ver o que tem dentro, como se a causa mecânica do meu desejo estivesse no corpo adverso (me pareço com esses garotos que desmontam um despertador para saber o que é o tempo)”.

Na perspectiva da psicanálise, a expressão adolescência teria sido introduzida por Jones (1923), que define a adolescência como um período construído sobre o modelo dos estágios da primeira infância e cujo final feliz é marcado pelo estabelecimento de uma harmonia definitiva advinda da fusão dos diferentes objetivos pulsionais em direção à genitalização. Atualmente, a adolescência é reconhecida pelo senso comum como um período de grandes transformações e descobertas. Ela inicia-se na puberdade, que se caracteriza por mudanças biológicas no indivíduo, tornando-o apto à procriação.

A puberdade, portanto, é uma etapa fisiológica caracterizada pela aparição das primeiras menstruações da jovem e das primeiras emissões espermáticas do rapaz, além de outras características ditas sexuais secundárias, tais como o crescimento acelerado do corpo,

surgimento dos pelos, das mamas e das alterações na genitália. O conjunto dessas características coloca em evidência a aptidão dos jovens a assumir a reprodução da espécie.

A adolescência, portanto, é um fenômeno psíquico e social construído socialmente. A adolescência define-se como uma etapa que conduz o indivíduo da maturação da puberdade à sua inserção social e profissional na sociedade, e é, ao mesmo tempo, compreendida como fenômeno social. Sendo assim, é um período marcado pela busca de uma identidade própria, revezando momentos de maturidade e convicção com momentos de infantilidade e incerteza, sendo, portando, evidentes os estados de ambivalência e instabilidade típicos do comportamento nesta fase, ou seja, “estas flutuações seriam anormais em qualquer época da vida, mas são normais na adolescência” (SUPLICY, 1993, p.57).

5.4 A gravidez e o exercício do “poder feminino”

Considerando a realidade das instituições que abrigam crianças e adolescentes, observa-se que há um efeito de um poder, ou a emergência de um dito “poder feminino” através da gravidez nas adolescentes internas das instituições. Observou-se que a maternidade na adolescência pode ser desejada, sendo um projeto para inserção na vida adulta viável e valorizado em um contexto socioeconômico desfavorecido, no qual outros projetos educacionais e profissionais não se encontram assegurados. Segundo Rangel e Queiroz (2008), enquanto para meninas de estratos socioeconômico mais favorecidos da população a gravidez representava a destruição de planos futuros, para as adolescentes dos estratos menos favorecidos ela pode representar uma benção, parte do “poder feminino” da mulher.

A gravidez pode, de fato, gerar a constituição de um novo núcleo familiar, associando-se a ideias de maior autonomia emocional. Contudo, há situações em que a gestação pode gerar mais dependência dos adolescentes em relação a um núcleo familiar de apoio, especialmente quando dificuldades financeiras se encontram presentes. De modo geral, observa-se que a gravidez/maternidade pode envolver dimensões complexas, o que remete tanto à mudança de *status* quanto à reafirmação de projetos de mobilidade social. Neste contexto, a gravidez pode ser compreendida como parte de um projeto de vida, uma espécie de “passaporte” para entrar na vida “adulta”.

A gravidez na adolescência não pode, portanto, ser considerada uma experiência homogênea. Nesse sentido, há que se ter cuidado para não incorrer em generalizações, pois,

ao se conceituar a adolescência enquanto uma fase – que também é social/cultural e por isso mesmo repleta de singularidades – na história de vida do ser humano, é fundamental levarmos em consideração que não existe uma única adolescência, mas sim adolescências, em função do político, do social, do momento e do contexto em que está inserido o adolescente. Sendo assim, o tempo é marcado de forma desigual nas sociedades de classe e, em decorrência dessa desigualdade, tanto a infância quanto a adolescência passam a ser pensadas e vividas de maneiras distintas.

Assim, as adolescentes podem utilizar a gravidez como estratégia de luta para melhorar sua posição em seu campo social, pois, através do poder simbólico exercido pelos que estavam em vantagem social, compreende-se a gravidez como um ganho, como um exercício de poder. Neste caso, o que se observa é que as adolescentes a utilizaram como um meio de tentar resolver suas adversidades. Nos espaços sociais hierarquizados, os agentes travam lutas simbólicas para melhorar suas posições e para impor sua visão de mundo, através do exercício do poder simbólico.

Uma vez que as circunstâncias vividas pela adolescente em seu espaço familiar favoreceram a formação do *habitus* materno, a gravidez, ao materializar a disposição adquirida de exercer o papel de mãe, tornou-se uma estratégia eficiente porque, segundo elas, melhoraria sua posição dentro do espaço social, bem como do institucional. As adolescentes utilizam a gravidez, portanto, como estratégia de luta para a resolução de suas adversidades.

Nesses espaços, elas lutam para adquirir poder através da incorporação de capitais eficientes, pois assim melhoram de posição. Em seu campo de microrrelações, o papel materno é considerado um capital precioso, tanto que é estimulado por vias indiretas. Desse modo, em contato com essas estruturas sociais de seu campo, elas adquirem o *habitus* materno ao incorporar o papel social da mãe. Contudo, somente a disposição para serem mães não lhes confere lucros reais. Para tal, necessitam inscrever, em seus corpos, a ordem social de seu campo. Por conseguinte, mudam de posição e adquirem lucros somente quando materializam o novo *habitus* pela gravidez.

Podemos, então, considerar a gravidez como uma estratégia de luta da adolescente para exercer alguma forma de poder, justamente porque mostra ao seu meio social que ela realizou justamente o que se esperava dela naquele campo. Novamente deve-se ressaltar aqui que o poder não é uma coisa, algo que se toma ou se dá, se ganha ou se perde. É uma relação de forças. Circula em rede e perpassa todos os indivíduos. Nesse sentido, o contrapoder dessas “meninas” está também na oposição ao modelo estabelecido pela sociedade contemporânea,

que desconsidera a maternidade nesta idade e o impõe como problema de saúde pública. Os micropoderes exercem sua força quando uma adolescente decide engravidar. No processo cultural e de aprendizado do ser mulher legitima-se a aquisição de um filho e de uma família, que resolveria o dilema do abandono, já que elas se tornariam as responsáveis por esta nova família que será constituída. Estabelece-se um jogo, uma *illusio*, em que as novas mães seriam capazes de promover uma organização familiar diferente daquela que as gestou.

Uma *illusio* foi observada nas instituições de acolhimento, quando a pesquisadora, visitando duas instituições, percebeu um número expressivo de adolescentes grávidas. Durante a observação participante em uma das instituições abrangidas nesta pesquisa, notamos que havia, pelo menos duas, adolescentes grávidas, duas outras com bebês recém-nascidos e ainda um bebê que aguardava pela adoção. Relata-se aqui, de forma breve, aquilo que se observou nas instituições e as histórias de meninas grávidas ou meninas mãe.

Antes de relatarmos aqui a gravidez na adolescência, é importante aludirmos à sexualidade que observamos nas instituições, a qual, em certos momentos, era tão explicitada que imediatamente, percebemos que se tratava, de fato, de uma afirmação da sexualidade. Era como se as crianças e adolescentes quisessem explicitar algo e desse modo procediam, trazendo à tona o discurso sobre o exercício de suas respectivas sexualidades, que se davam, muitas vezes dentro, da própria instituição. Efetivamente, configurava-se como um processo de erotização exercido dentro das instituições.

Sabe-se, e ao mesmo tempo considera-se relevante ressaltar, que na atualidade, a mídia em geral e os programas televisivos são propagados sem qualquer preocupação com o receptor. Dessa forma, a programação é para todos, sejam adultos, crianças ou adolescentes. Vive-se em uma sociedade do consumo, em que o “bem estar” está em saciar desejos. Essa constante de desejos insaciados recebe grande influência da mídia, seja por meio de outdoors, placas e jornais, seja pela televisão, que aparentemente figura como a principal disseminadora dos bens de consumo. A televisão, por não segregar seu público, e pela qualidade dos programas que transmite, contribui diretamente para a alteração da concepção de infância e adolescência.

A televisão não exige esforço de raciocínio do espectador e sua agilidade na transmissão de novos conteúdos não permite ao espectador analisar ou pensar profundamente sobre a necessidade em adquirir produtos ou sobre a viabilidade de assistir determinados programas. Postman (1999, p.94) garante-nos que a televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras, todas relacionadas com sua acessibilidade

indiferenciada: primeiro, porque não requer treinamento para aprender sua forma; segundo porque não faz exigências complexas à mente nem ao comportamento; e terceiro porque não segrega seu público.

Desta forma, a erotização se apresenta precocemente, já que as crianças anseiam, cada vez mais, parecer com os adultos e acabam por se tornar mini-adultos. Talvez acreditem que com esse comportamento reduzam a distância criada entre esses dois mundos. A criança é induzida a projetar os desejos adultos como se fossem seus, apropriando-se de algo que ainda não é totalmente seu, que é fabricado. Estimular a criação de desejos nos sujeitos é uma técnica de poder. Sem perceber, se apropria de algo que desconhecia e o toma por vontade própria, isto é, constitui-se um mecanismo de sujeição. Compreende-se aqui que a sexualidade é parte do ser humano, todavia, a constante estimulação e chamadas subliminares ao sexo precisam de cautela, pois os olhares mudam de lugar e significados. Os códigos relacionados ao ato sexual são banalizados no cotidiano, principalmente através da mídia.

Nos abrigos, contudo, estas estimulações midiáticas que erotizam precocemente as crianças e adolescentes são recebidas por eles e, aderem-se ao cotidiano sem muita reflexão. Em algumas instituições que pesquisamos, observamos comportamentos altamente erotizados, que para nós não se figuravam como “anormais”, mas exacerbados, como crianças de oito anos de idade dando indícios em suas falas que sugeria uma vida sexual ativa e estabelecida com seus pares dentro da instituição. O comportamento, os gestos e a própria vivência apresentam-se de forma erotizada. No que se refere às adolescentes, constatamos a presença de adolescentes grávidas, o que concretiza a vivência sexual dessas acolhidas em medida de proteção judicial.

A primeira delas aqui ressaltada é Raquel, interna da instituição, contudo, já de saída, com uma filha recém-nascida nos braços. Raquel ficou grávida ainda na casa de sua família e, por conta dos conflitos familiares frequentes com a mãe, já que estas possuíam dificuldades de dialogar, problemas econômicos e vivenciavam uma relação violenta, foi encaminhada a instituição de acolhimento, na qual permaneceu durante todo o período de sua gravidez. Destaca-se aqui que, coincidentemente, uma vez que ocorreram casos de gravidez ou de recepção de meninas grávidas na instituição, permitiu-se que o corpo de funcionários recebesse e colaborasse com essas adolescentes por algum tempo. Raquel foi uma destas adolescentes que recebeu durante sua gravidez todo o cuidado e carinho dos funcionários, que tinham afeição por ela e se organizaram para colaborar no enxoval da criança que estava por vir.

Estivemos presentes na chegada de Ana na casa, onde foi recebida com muito afeto, tornando-se o centro das atenções de todos. Todavia, não foram muitos dias, pois Raquel tinha receio de Ana ficar por muito tempo na instituição e correr o risco de ser adotada. Raquel recebeu roupinhas, fraldas, o carrinho e o berço. Quando sua filha Ana nasceu, já tinha tudo preparado para recebê-la, inclusive um novo lar. Raquel foi adotada por uma vizinha de sua família, a partir do pedido da coordenadora da instituição, e Ana a acompanhou nesta nova família. Sabe-se que a instituição não tem como receber uma adolescente e seu filho, e que no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) não está previsto nenhuma medida protetiva desta relação entre mãe e filho. Sabe-se também que as chances de um bebê ser adotado são muito maiores que a de uma criança ou adolescente, por isso o receio da adoção. Partiram as duas, Raquel e Ana, com o compromisso de sempre retornarem com notícias.

É importante ressaltar que a simples presença de Raquel na instituição, estando grávida ou já com Ana nos braços, trazia a tona a importância daquele momento e fomentava nas outras crianças e adolescentes dois posicionamentos expressivos: por um lado, crianças e adolescentes que se infantilizavam na presença das duas e clamavam por suas famílias, principalmente através da figura materna; por outro lado, a sensação de ser cuidada por todos gerava uma legitimação da gravidez. Parecia que era interessante estar grávida, afinal, além de ser um momento muito especial para a mãe, a adolescente ainda se tornaria relevante dentro daquela instituição. De um modo bastante sutil, a vivência da maternidade por uma das adolescentes incentivava a gravidez como uma prática bastante interessante e, ao mesmo tempo, possível.

Interessante por romper com a barreira do abandono e com a dor que tal sentimento representa e, ao mesmo tempo, ressignificaria a vida das meninas mãe, que passariam a exercer um novo e importante papel: o da maternidade. Não por acaso, durante o período de despedidas da Ana, outra adolescente engravidou: Flávia tornar-se-ia mãe, aproximadamente nove meses depois.

A segunda história é a de Lúcia, uma jovem adolescente de quinze anos que há pouco concebera sua segunda filha: Beatriz. A linda Beatriz de olhos azuis passava as tardes na instituição e à noite ia para a casa do pai, Jorge, que namorou Lúcia por um tempo e sempre soubera que se tratava de uma “menina de abrigo”, “sem família”, que já tinha dado à luz uma criança que fora dado para a adoção, logo nos primeiros meses de vida. Após certo tempo de relacionamento, Lúcia engravidou. Jorge assumiu tanto a criança quanto a mãe.

Ficou com a guarda das duas, alugou um cômodo, mobiliou como uma casa e cuidava de ambas, até o dia em que iniciou outro relacionamento. A partir daí, começou a espancar Lúcia, deixá-la sozinha e não prover com a alimentação da criança. Lúcia ainda ficou com ele por seis meses até que, finalmente, após ser agredida, decidiu que era hora de retornar a instituição de acolhimento.

Todos os cenários desse drama familiar se encontravam geograficamente próximos: a casa em que a família de Jorge morava, o cômodo alugado por ele para os três morarem, a instituição de acolhimento e a casa da nova namorada. Tudo isso começou a gerar muitos conflitos. Lúcia preferiu voltar para o abrigo. Jorge levava Beatriz pela manhã e retornava para buscá-la à noite conforme combinado com a Juíza da Vara da Infância e Juventude. Contudo, passado alguns meses, ele esquecia-se de buscar Beatriz, que passou a dormir na instituição com a mãe.

Apesar da alegria de Lúcia com a criança, ela não era a mãe mais dedicada, julgando a vida de adolescente mais interessante que a de mãe. Ela se interessava pelos meninos do abrigo e começou a “ficar” com um deles – por exemplo, Douglas, que, por sua vez, namorava Flávia, outra adolescente acolhida na instituição, que acabou por engravidar deste relacionamento.

Com o tempo, Beatriz foi entregue aos cuidados da família de Jorge e Lúcia evadiu da instituição de acolhimento, e, assim, perdemos o seu contato. Sabe-se apenas, pela convivência próxima que tivemos, que se tratava de uma adolescente com uma vida sexual ativa e que, por vezes, envolvia-se, ocasionalmente, com o uso de narcóticos, segundo seu próprio relato, apenas para se enturmar com novas amizades.

Neste mesmo período, vivia na instituição Lucas, um bebê com idade aproximada de um ano e meio que aguardava pela adoção. Adorado, todos cuidavam dele na instituição, desde as crianças às funcionárias. Depois de mais ou menos três meses de convívio com ele, não entendíamos a razão pela qual não havia sido adotado ainda, já acompanhávamos o receio de outras mães de que seus bebês o fossem. Foi quando a coordenadora explicou-nos que Lucas era soro positivo, portador do vírus HIV, filho de moradores de rua, usuários de crack. Aquela criança sofria desde muito pequena com o preconceito daqueles que, porventura, se propusessem a adotá-lo. Em comparação com as outras crianças, podia-se dizer que seu desenvolvimento fosse mais lento, não tendo as mesmas habilidades de uma criança da sua idade. Não pronunciava nenhuma palavra e não dava sinais de que começaria a andar. Ele tomava medicamentos diariamente na instituição e todos tinham a esperança que seu sangue

seria “limpo”, ou que a AIDS não se manifestasse mais no organismo de Lucas. Ele ficou durante um tempo considerável como interno na instituição, mas com aproximadamente dois anos ele, foi finalmente adotado.

É lícito apontar que uma das observações mais comuns nas instituições de acolhimento é a de que não se trata de um lugar adequado para o crescimento de uma criança. É comum ouvir do corpo de funcionários que tal ambiente é desprovido de tudo, não fornecendo, portanto, os meios materiais apropriados para a formação de crianças e adolescentes. Todavia, para os bebês, de um modo geral, o processo é muito ágil, pois rapidamente eles se despedem das instituições, ao contrário das crianças e adolescentes, que não têm perspectivas de adoção.

Em outra instituição, conhecemos Jéssica, que estava acolhida em uma instituição que se propõe reproduzir o modelo familiar no acolhimento institucional, no qual há uma mãe social para cuidar de um pequeno número de crianças e adolescentes em uma casa. Ela chegou à instituição com Laura nos braços. Antes disso, havia conhecido um menino da sua idade, começaram a “ficar” juntos e, depois de algum tempo, ele lhe pediu uma prova de amor para que pudessem dar início ao namoro dos dois. Ela teve com ele a sua primeira e única relação sexual até então, e dessa relação nasceu Laura.

Ela contou-nos que se apaixonou pelo rapaz, no entanto, o relacionamento não foi adiante, pois ele não apareceu mais e ela não teve mais notícias a seu respeito. Meses depois começou a passar mal, a sentir enjoos, a ganhar peso e, quando se deu conta, estava grávida. Não teve, em momento algum, o apoio de sua mãe ou de sua família. Vivia em uma casa muito simples, frequentemente desorganizada. Além disso, convivia com uma mãe extremamente violenta, agressiva e instável, que lhe difamava constantemente, a qual, quando soube da gravidez da filha, chamou-a de “burra”, asseverando que não saberia cuidar do bebê. Conforme a barriga começava a crescer, Jéssica ficava cada dia mais preocupada. Quando conversava com os vizinhos, eles lhe aconselhavam o abrigo, no entanto, Jéssica relatava tudo à mãe. Beth, sua mãe, dizia sempre que, se considerava sua situação naquela casa como algo ruim, no abrigo seria muito pior, pois iriam espancá-la-iam, maltratariam sua criança, ultrajando ambas. Desta forma, Jéssica se recusava a sequer pensar em ser acolhida. Todavia, com o nascimento de Laura, a adolescente foi imediatamente para a instituição de acolhimento como medida protetiva de sua vulnerabilidade social.

A surpresa de Jéssica, a nós relatada, foi a de constatar, a cada dia, que aquela instituição era o melhor lugar para estar com sua filha, Laura. Elas receberam atenção, carinho, cuidado e todo o suporte necessário para atender a uma criança.

Aos poucos, Jéssica foi sentindo-se mais segura para cuidar não só de Laura, mas de também de si própria. Jéssica foi aprendendo a viver com dignidade. O seu olhar trazia o encantamento de quem reconhece uma oportunidade, disse-nos: “minha mãe me xingava muito, não tínhamos nada em nossa casa, mas ela me xingava muito. Aqui eu cuido da Laura, ela é tão boazinha, tem vezes que eu canso, é cansativo, mas é mais tranquilo. Vou voltar a estudar, ela tem as coisinhas dela e eu tenho as minhas, é bom!”.

Aos poucos, foi compreendendo que poderia, inclusive, retomar seus estudos, pois naquela instituição haveria ajuda com Laura a qualquer momento que precisasse. Há que se ressaltar que a instituição aqui relatada é um organização não-governamental, no qual o aparato de atendimento é extremamente diverso das outras instituições públicas municipais. Certamente, nesta instituição, existem dificuldades extremas e variadas, mas no que diz respeito ao cuidado e à sensação de proteção e segurança que as crianças e adolescentes sentem, a instituição, indubitavelmente, se configura como um espaço de conforto para os que ali se encontram.

Nesta instituição, há a tranquilidade tanto para as crianças e adolescentes e a sensação de segurança se expressa na maneira como se comportam. Especificamente, observamos, nesse ambiente, crianças e adolescentes tranquilos e cientes de que estão envolvidas por pessoas que se responsabilizam por eles. Tal sensação lhes traz tranquilidade.

Obviamente, este modelo institucional não escapa a formas variadas de conflito, seja entre eles, os pares, seja em outros momentos. Contudo, o impacto desta instituição pareceu-nos mais integrado à vida e às necessidades das crianças e adolescentes.

De todo modo, independente das variações institucionais e das possibilidades que cada instituição pode oferecer, o que se observou é que, em uma existência que se constitui pela ausência, a gravidez produz sentido. As meninas mães sentem-se extraordinárias por tornarem-se portadoras de uma nova vida.

5.5 Flávia e a reprodução – Jovens grávidas, sem perspectivas

Flávia tem quatro irmãos menores de idade. Há quatro anos, eles foram encaminhados para uma das instituições de acolhimento da cidade e desde então vivem em abrigos. A mãe, consumidora dos mais variados tipos de drogas, inclusive o crack, não pode cuidar de seus filhos, segundo nos relatou Flávia. Enquanto sua mãe faz uso de várias substâncias entorpecentes, Flávia somente fuma maconha, esporadicamente. Hugo, um dos irmãos de Flávia, é um garoto quieto, comportado, estudioso e todos na instituição gostam bastante dele.

Flávia completou dezoito anos recentemente, todavia a conhecemos aos dezessete, fato que garantia sua permanência na instituição. No entanto, ela e todo o corpo de funcionários da instituição já se preparavam emocionalmente para sua saída; de fato, estes últimos fizeram o possível para ajudá-la nesta fase transição e na sua partida da instituição.

Dentro daquele ambiente, Flávia conheceu Douglas, recém-ingresso no abrigo. Douglas é vaidoso, veste-se bem, tem sempre o cabelo bem aparado, apresentando um corte típico dos adolescentes da sua faixa etária. Ele é educado e bem aberto ao diálogo. Segundo seu relato, o adolescente se dirigiu para o abrigo devido à impossibilidade de sua mãe em mantê-lo em casa, bem como em custeá-lo. Acrescido a isso, havia ainda o fato do local de sua moradia, que poderia conduzi-lo ao envolvimento com o tráfico. Douglas foi morar com um tio, e, depois de uma discussão seguida de agressões físicas, foi encaminhado para o abrigo em medida protetiva de acolhimento institucional.

Ali, Douglas conheceu Flávia e logo começaram a namorar. Todavia, Douglas também se interessou por Lúcia e, às vezes, eles “ficavam”. Quando Flávia descobriu fez um verdadeiro escândalo na instituição, chegando a fugir e passar dois meses na casa da mãe. Neste período, descobriu que estava grávida. Douglas começou a procurá-la e pedir que retomassem seu relacionamento. Eventualmente, reataram, e Flávia se encarregou de “dar uma lição” em Lúcia, agredindo-a fisicamente.

Quando Douglas soube da gravidez, ficou simultaneamente feliz e assustado, da mesma maneira Flávia. E a partir daí, aos poucos começaram a se organizar para a despedida desta da instituição. Por um esforço conjunto de todos da instituição e da AMAC, logo antes de o bebê de Flávia nascer, a instituição se encarregou de alugar um imóvel de um cômodo para Flávia e seu filho. Assim que chegou a sua nova casa, Douglas fugiu da instituição. Ele tem apenas dezesseis anos de idade, e, segundo a lei, poderia permanecer sobre abrigo até os

dezessete anos e onze meses. Contudo, o adolescente evadiu e mora com Flávia no cômodo alugado pela AMAC, para atender a ela e ao bebê.

O imóvel onde moram é bem pequeno, com um quarto grande, uma sala pequena que é ao mesmo tempo: sala, copa e cozinha. Nas férias escolares, eles recebem os irmãos de Flávia que passam um tempo com ela; atualmente, eles estão acolhendo Hugo, irmão de Flávia. A maior preocupação do casal é a alimentação, pois, afinal, agora eles têm onde residir, o que inclusive permite, conforme visto, o encontro entre irmãos. Entretanto, não há renda na nova casa e a qualquer momento eles podem ficar sem ter com que se alimentar.

Flávia nos contou sobre sua rotina de assistir televisão, um presente de sua sogra, fazer as refeições com alimentos doados por entidades filantrópicas da cidade, enquanto aguarda o nascimento de seu filho. Ela tem feito todo o pré-natal, mas ainda não sabe o sexo do bebê, o que lhe impede de escolher o nome da criança. É interessante ressaltar que, ao encontrarmos Flávia, o assunto principal não era seu filho, mas suas preocupações. Segundo seu relato, possuía um aluguel por apenas seis meses, mas havia pactuado com o responsável pelo aluguel social que se se comportasse bem na nova residência, a AMAC se responsabilizaria por mais seis meses de aluguel. Então, segundo ela, mantinha a vida com Douglas e a visita dos irmãos com um rígido controle: do silêncio e das bagunças, esperançosa do seu aluguel perdurar por um ano.

Relatou-nos ainda sua preocupação com a alimentação, garantiu-nos que teria comida por apenas mais uma semana. Ela se tornara especialista em aproveitar a comida que recebia de instituições filantrópicas. Contou-nos que as pessoas diziam a ela onde buscar, quando buscar, mas tudo era difícil, inclusive o deslocamento.

Uma vida de incertezas e de ausências, uma menina mãe, sem saber ao certo o que isso representava, nem como seria cuidar da nova vida que estava por chegar. Ao mesmo tempo em que as ausências (dinheiro, família, fraudas, comida, móveis, etc.) apresentavam-se em seu discurso, não se observava arrependimentos em sua fala, isto é, a criança que ela gerava era muito desejada e não se constituía em um problema, apesar da preocupação, mas representava uma nova responsabilidade a ser vivida. Disse-nos que voltaria a estudar e a trabalhar como manicure, assim que houvesse condições para o trabalho, após o nascimento do bebê.

Contou-nos que sua mãe poderia contribuir em muito pouco e que sua sogra tentava ajudar, mas as duas moravam longe e não tinham como se deslocar até onde ela estava, por isso as visitas eram esparsas. A sogra sempre enviava presentes a eles, como uma

televisão e um *vídeo game*, mas precisavam de muito mais. Sobre as visitas dos irmãos, ela adorava, mas a angustiava muito, afinal, segundo ela: “eles vem nos visitar, mas eles vêm pensando que vão poder comer o que quiserem e não é assim, eu não tenho como oferecer nada a eles. Nos últimos dias estamos fazendo tudo o que tenho, mas estou muito preocupada, pois a comida vai acabar. Somos três aqui hoje, não terei comida na semana que vem e não tenho dinheiro para dar a ele, quando ele me pede”.

Questionada sobre o que sentia falta no abrigo, ela nos confidenciou que a alimentação na instituição é muito regrada. Durante todo o dia são organizadas as refeições: “lá tem fruta, tem café, tem lanche, tem comida, tem faxina, as coisas não faltam”. Ao mesmo tempo, reconheceu as faltas que a instituição proporcionava: “todos mexem em tudo, minhas coisas ficavam mexidas por todos, minhas roupas, tinha que brigar o tempo inteiro, tudo some”. Reclamou de uma das meninas: “Lembra da Lúcia, ela ficou com o Douglas, nem fiz nada, sumi de lá por uns dois meses, fui para a casa da minha mãe, ele é que veio me procurar, ficou pedindo pra voltar. Vi que tava grávida, comecei a passar mal, voltei pra ele, dei uma surra nela, mas não quero nem saber, ele é quem me procura”.

Douglas por sua vez, durante todo o tempo em que convivemos ele no abrigo, estava sempre muito bem apresentado. Na nova situação, contudo, morando com Flávia, estava sempre sem camisa pela rua onde moravam. Em vários momentos, o vimos descendo o morro perto de sua casa com uma turma de outros jovens da sua idade. Disse-nos que “fazia bicos e que estava sempre correndo atrás”. Parecia preferir a vida como estava, apesar de nos parecer mais preocupado. Em nenhum momento expressou descontentamento em sua nova condição, a de pai.

Em meio às muitas ausências, esses dois jovens tentam reorganizar juntos uma nova vida, uma nova dinâmica familiar. Lutam contra o imediato, vivem o imediato: a comida, o aluguel, a nova vida, o bebê que está por vir, sem uma estrutura ou uma perspectiva de emprego para nenhum dos dois, iniciam o projeto de sobreviver o máximo de tempo possível juntos, com um bebê recém-nascido prestes a chegar.

Na perspectiva foucaultiana, a vida através da biopolítica torna-se uma questão para se otimizar, ou seja, um poder destinado a produzir forças para fazer crescer e organizar. A vida se torna uma realidade que tem de ser trabalhada de forma positiva: administrá-la, otimizá-la, classificando-a. Foucault apresenta a biopolítica como um tipo particular de gestão da população. Nesta perspectiva, a posição de um cidadão que vivência apenas o imediato,

numa vida que se estabelece pela ausência, a sua situação em relação ao Estado estabelece-se a partir da sua inclusão, que o exclui.

Segundo Agamben (2003), o homem atual vive sob o estado de exceção. Para ele, a violência originária não se cessou com a lei, mas, ao contrário, continua com ela, toda a lei é expressão de uma violência que a instituiu.

A vida no estado de exceção não está mais sob a jurisdição normal do Estado, ela foi retirada e exposta fora da vigência dos direitos. É nesse estado de abandono da ordem jurídica que transparece mais claramente a prerrogativa soberana de fazer qualquer coisa em relação a qualquer um. É nesse estado que a vida de qualquer pessoa pode ser disposta, marcada, supliciada, violentada, até mesmo morta, por um poder que a captura e que a inclui em seus mecanismos após tê-la abandonado, usufruindo dela na forma em que determinar e em seu próprio benefício.

O importante é destacar que vivemos numa época em que as noções de contrato social, de estabilidade das leis, de justiça e de equidade passam a ser meros referenciais sem vigência concreta. Todas essas noções são substituídas por outras de pragmatismo, de eficiência, de qualidade e de emergência. Essas últimas categorias transparecem nos discursos que procuram em diferentes áreas capturar, após um estado primordial de abandono do espaço público, as vidas dos cidadãos.

Douglas e Flávia esforçam-se para sobreviver sem perspectivas de estudo e emprego, que lhes garantiria a subsistência. Para Douglas, o tráfico parece-lhe a melhor opção e Flávia contará com o auxílio de instituições filantrópicas e ou de conhecidos para a manutenção desta família. O sofrimento é recorrente, a preocupação e a ausência de uma rede de apoio instauram ali uma luta contra o tempo, contra a vontade de desistir e abandonar a criança. Eles travam uma luta contra a repetição da trajetória de suas próprias famílias.

Esses jovens vivenciam o limite, sem perspectivas de inclusão ou de uma colocação no mercado de trabalho, vivenciam o dia-a-dia sem certezas. Desvalorizados pela sociedade e discriminados por sua condição econômica, constroem sua cultura e organizam o seu ritmo de vida mergulhados na incerteza, a realidade, contudo, pressiona e angustia o jovem que se sente limitado frente à impossibilidade de adquirir aquilo que deseja. Esse desejo pode ser traduzido em bens de consumo, ou no caso de Douglas e Flávia, na manutenção da família que obstinam em iniciar.

SEXTO CAPÍTULO – Violência, Drogas e Desesperança: meninos de abrigos

Sofro aceleradíssimas pancadas
No coração. Ataca-me a existência
A mortificadora coalescência
Das desgraças humanas congregadas!
Em alucinatórias cavalgadas,
Eu sinto, então, sondando-me a consciência,
A ultra-inquisitorial clarividência
De todas as neuronas acordadas!
Quanto me dói no cérebro esta sonda!
Ah! Certamente, eu sou a mais hedionda
Generalização do Desconforto...
Eu sou aquele que ficou sozinho
Cantando sobre os ossos do caminho
A poesia de tudo quanto é morto!

Augusto dos Anjos

6.1 Drogas e violência entre crianças e adolescentes em instituições de acolhimento

Neste capítulo, discute-se a violência e o uso de drogas por meninos internos das instituições de acolhimento de Juiz de Fora, Minas Gerais. Ressalta-se que, assim como nos capítulos anteriores desta tese, e de acordo com a metodologia aqui empreendida, não houve em momento algum uma predeterminação do que se estudar em cada instituição de acolhimento pesquisada. Assim como nas instituições anteriormente analisadas, houve uma imersão no campo, o qual nos apresentou a história daquela instituição.

O campo, o lugar da imersão e nosso lugar de pesquisa, sempre nos pareceu muito rico, com muitas histórias, conflitos e temas oportunos para a compreensão das instituições. Acreditamos que há aqui uma compreensão tanto das dificuldades vivenciadas institucionalmente quanto das potencialidades para a formulação de políticas públicas. Houve, contudo, divergências em relação à história deste capítulo que consideramos relevante explicitar. Nos dedicaremos ao relato das vidas de três indivíduos – uma criança de onze anos de idade e dois adolescentes de quinze e dezesseis anos de idade. Este capítulo será protagonizado por Joaquim; diferente do que ocorreu nas instituições pesquisadas e analisadas nos capítulos anteriores, Joaquim decidiu se o estudaríamos.

Em um dia de visita ao campo, ao chegar à instituição, vimos Joaquim fumando maconha na rua ao lado da entrada da instituição. Já nos conhecíamos e conversávamos há aproximadamente três meses devido às nossas visitas semanais. Ele rapidamente veio conversar e perguntou-nos o motivo de nossa visita ao abrigo e também a nossa profissão. Respondi que sou professora de Sociologia e estudante do Doutorado em Ciências Sociais e que pesquisava a vida deles nas instituições de acolhimento da cidade. Conversamos e indagamos se poderíamos descrever sobre sua história de vida nos nossos estudos. Prontamente ele respondeu: “Pode sim, pode contar, sim. O que quer saber?”. Assim, Joaquim permitiu-nos e mais que isso, definiu o tema deste capítulo. Investigamos o que ele estava fumando, ele sorriu dizendo: “nada, né?”. Questionado sobre onde e como conseguia o dinheiro, o adolescente iniciou a história aqui narrada.

Joaquim nos disse que é usuário de maconha e que conseguia o dinheiro com uma pessoa que gostava muito dele, era, segundo seu relato, como uma mãe para ele. Conheceu tal pessoa quando cumpriu, durante três meses, uma medida socioeducativa com o seu filho, protegendo-o dos demais adolescentes; daí, ambos, a mãe e Joaquim, se afeioaram, fato que fez com que ela lhe desse uma “graninha” toda semana. Joaquim será, neste capítulo, nosso

guia por uma realidade sobre a qual sabemos, mas muitas vezes não gostamos de enxergar, pode-se dizer, portanto, que ele nos guiará por um universo incômodo, um mundo de violência, dor e abandono, muitas vezes sem perspectivas e que se forjará dentro das instituições de acolhimento.

Neste capítulo, estudaremos a violência e o uso de drogas dentro das instituições de acolhimento por crianças e adolescentes em Juiz de Fora. Houve, de nossa parte, uma preocupação em não apenas reafirmar estigmas e estereótipos em relação àqueles que são as vítimas de um processo de cronificação da desigualdade social.

Para Goffman (1980), o estigma representa um atributo depreciativo, oferecido àquelas pessoas que se afastam dos padrões normativos determinados socialmente como “normais”. O atributo de determinado indivíduo se caracteriza como um estigma quando seu efeito é o descrédito social que faz com que, a partir do que é ajuizado como uma propriedade negativa, outros elementos negativos sejam adicionados. Geralmente, os estigmatizados tendem a se reunir em pequenos grupos sociais como forma de se fortalecerem diante das exclusões e discriminações às quais e estão sujeitos. Os processos de construção do estigma estão associados às formas como alguns atributos dos indivíduos passam a ser considerados socialmente pejorativos. Para o autor, estes atributos não são, intrinsecamente, positivos ou negativos, mas emergem do contexto social; são, portanto, definidos culturalmente, em resumo, nascem das interações sociais. Todos podem ser, em certa medida, “desviantes normais”, já que nem sempre é possível corresponder a todas as normas sociais (Goffman, 1980).

Tivemos ainda a preocupação em não reafirmar o espectro da violência relacionado ao uso de drogas em um contexto de vulnerabilidade social. Essa noção depreciativa em torno da juventude está presente em toda sociedade e também na Criminologia, que tem apontado para alguns atributos e características de adolescentes como determinantes para o “surgimento” de potenciais criminosos. Essas concepções, conseqüentemente, determinam, em grande parte, o tipo de intervenção do Estado e a reação social referente a tais fatos. Muitas dessas percepções difundidas socialmente alimentam visões negativas em torno da juventude e aumentam ainda mais o medo e pânico social com relação a essa categoria.

Chegou-se mesmo a ponderar acerca do veto ou não desta história que passa a ser narrada. Contudo, decidimos por Joaquim. Ele terá a autonomia de nos contar os conflitos, os dilemas e os meandros de ser um adolescente negro, interno de uma instituição de

acolhimento desde criança e de ter cumprido medida socioeducativa por tentativa de assassinato.

Ressalta-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) constituiu-se pela diferenciação das legislações tradicionais para a infância, baseadas na doutrina da situação irregular, que colocava uma divisão entre as crianças e os “menores”, ou seja, os meninos e meninas de lares “desestruturados”, os abandonados e/ou “perigosos”. A legislação anterior ao Estatuto enfatizava a responsabilidade individual sobre a pública, deslocando a um plano secundário a necessidade de implantar as políticas sociais que garantissem a universalidade dos serviços e os direitos básicos. O Estatuto, por sua vez, baseado na doutrina da proteção integral, assegura às crianças e adolescentes tais direitos. No caso de cometimento de ato infracional, estão destinadas medidas de caráter socioeducativo e também protetivas, sem deixar de responsabilizar os adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) busca romper com a mentalidade menorista, que dirigia a tutela do Estado às crianças pobres e que estivessem em “situação irregular”, termo que abrangia abandono, maus tratos e a prática de delitos. A atual legislação brasileira, seguindo os principais tratados internacionais, adota o paradigma da proteção integral e reafirma que toda e qualquer criança e adolescente é sujeito de direitos e deve ser respeitado em sua condição de pessoa em desenvolvimento. O Estatuto assegura direitos inclusive ao adolescente autor de ato infracional, para quem são destinadas medidas de caráter socioeducativo, também podendo ser aplicadas as medidas protetivas. Além disso, as atividades pedagógicas são sempre obrigatórias nesses casos.

Segundo os artigos 2.º e 103.º do Estatuto, é considerada adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade, e define-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. A Constituição Federal de 1988, no art. 228, estabelece que a pessoa até 18 anos de idade é considerada inimputável e, assim, não está sujeita aos preceitos do Código Penal, mas, sim, a uma série de prerrogativas elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). O critério utilizado para fazer essa diferenciação se baseou unicamente na faixa etária, não sendo considerada a questão psicológica e social (LIBERATI, 1991). Nota-se, portanto, que mesmo estando excluído da esfera penal, o adolescente é responsabilizado pelo seu ato em âmbito estatutário. Enquanto a responsabilidade penal preocupa-se primeiramente com a repressão e a punição, a responsabilidade estatutária tem como principal objetivo a educação do adolescente, visto que é determinada de acordo com as

necessidades pedagógicas, priorizando aquelas que visam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Ao adolescente autor de ato infracional, considerado inimputável, são aplicadas medidas socioeducativas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) elenca as seguintes medidas socioeducativas no Capítulo IV: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Para a aplicação destes dispositivos, o Estatuto determina que seja observada a capacidade do adolescente para cumprir a medida, as circunstâncias e a gravidade da infração. Entretanto, a questão do jovem em conflito com a lei e do sistema socioeducativo é o *locus* do conflito entre a doutrina de proteção integral atual e nossa histórica doutrina de situação irregular, herdada dos antigos paradigmas dos códigos de menores (ZAMORA, 2004).

6.2 Legislação, infração e delinquência entre crianças e adolescentes

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), ao propor a defesa dos direitos de todas as crianças e adolescentes, supõe que o Estado será capaz de realizar justiça social e atender ao que reza a legislação especial desses sujeitos em desenvolvimento.

Ressalta-se que somente os adolescentes são passíveis de cometerem o ato infracional, entendido como a transgressão das normas estabelecidas, mas em face das peculiaridades que os cercam, não se podem caracterizar como crime. Logo, ainda que os adolescentes se encontrem sujeitos a todas as consequências dos seus atos infracionais, não são passíveis de responsabilização penal. Cabe-lhes, nesses casos, medidas socioeducativas, cujo objetivo é menos a punição e mais a tentativa de reinserção social, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Do ponto de vista do tratamento conferido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a questão do adolescente em conflito com a lei enquanto sanção, a medida tomada não se configura como pena, diferindo em aspectos essenciais. Primeiro, se a aplicação da pena, do castigo, busca estabelecer uma relação entre o ato cometido e o rigor da punição, a aplicação da medida deve buscar uma maior individualização, no sentido da sua adequação à história de cada adolescente em particular, ao invés de adequar-se apenas à infração cometida. Em segundo lugar, de caráter essencial é a diferença que remete à finalidade imediata de uma e de outra. Com a pena, busca-se causar sofrimento ao

transgressor, puni-lo por meio da privação de direitos. Distintamente, a medida socioeducativa deverá ser uma ação pedagógica sistematizada, mesmo quando se trata de medida de privação de liberdade.

A medida é o eixo principal contido nas regras, nas normas e nas leis. Assim, todo o adolescente que não tenha atingido a maioridade penal, dezoito anos, e que vier a cometer um ato infracional, será responsabilizado de acordo com o Estatuto.

Fica-se sob o alcance da legislação especial sujeito à execução de algumas das medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, regime de semiliberdade e privação de liberdade. A obrigação de reparar o dano é adotada nos casos de infrações com reflexos patrimoniais (homicídio culposo, dano, furto, roubo, delitos de trânsito, apropriação indébita).

No procedimento, o Juiz da Infância e da Juventude designará audiência para composição do dano, que reduzida a termo e homologada, ganha condição de título executivo. Como modalidade da reparação do dano, está a restituição da coisa, o ressarcimento em dinheiro e a alternativa compensatória da prestação de serviço, devendo essa última ser consentida. A prestação de serviços à comunidade consiste no cumprimento de tarefas gratuitas em hospitais, escolas, entidades assistenciais, etc. Ao estabelecer seu cumprimento, deverão ser consideradas as aptidões do adolescente. Com “habilidade” ou “sem habilidade”, enquanto seres sociais, todos os cidadãos, especialmente os adolescentes infratores, são chamados a exercer os seus papéis de cidadãos. Tal medida deverá ser produto final de ação valorativa em sociedade e não enfatizar o caráter punitivo presente no parágrafo único do mencionado artigo.

A prestação de serviço à comunidade e a liberdade assistida são consideradas medidas socioeducativas de cumprimento em meio aberto. O Regime de Semiliberdade é uma medida privativa de liberdade a ser cumprida em estabelecimento destinado a adolescentes, que mantenha um determinado programa, que possa ocupar o adolescente em atividades educativas de profissionalização e lazer durante o período diurno e compatível com as aptidões do mesmo, de maneira que tenha o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar.

O adolescente deverá ter acesso à escolarização e profissionalização, quando do cumprimento da medida e as atividades externas poderão ser cumpridas sem autorização judicial.

A internação consiste em uma medida privativa de liberdade, que está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade, considerando sempre a condição do adolescente

como pessoa em desenvolvimento. Essa medida de regime fechado deverá ser aplicada em última instância, ou seja, quando esgotadas todas as possibilidades que possam responsabilizar o adolescente, sem cercear sua liberdade, pois o caráter da medida não é exclusivamente ser sancionatória, mas pedagógica. A internação se constitui em uma medida extrema, ou seja, tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, não devendo o prazo de internação ser superior a três meses.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente que cometa ato infracional, foi concebido para constituir parâmetros e procedimentos objetivos para evitar as graves violações de direitos humanos, amplamente denunciadas nas unidades fechadas, ditas socioeducativas. De acordo com o documento, tanto a família do adolescente em conflito com a lei quanto sua comunidade devem participar ativamente da experiência socioeducativa, o que é considerado fundamental para a consecução dos objetivos da medida. A ênfase recai sobre o fato de assegurar um direito não raro violado, em especial no cumprimento de medida fechada, já que o tempo, a distância e o ambiente (ainda) prisional da maioria dos estabelecimentos – dentre outras dificuldades podem fragilizar o vínculo familiar dos jovens.

Cabe advertir que a sociedade brasileira sempre lidou com a questão dos jovens infratores de forma preconceituosa e discriminatória. Historicamente, esses jovens percorreram uma trajetória marcada por denominações estigmatizantes, tais como: desvalidos, vadios, vagabundos, menores delinquentes, marginais, bandidos, pivetes, trombadinhas, carentes, meninos de rua, entre outros. São rótulos originários de ideias estereotipadas, mas também introduzidas formalmente por agentes das políticas públicas, e órgãos do Judiciário.

O Código de Menores de 1929, no tratamento da questão do menor, focalizava a questão dentro de uma ótica de individualização do problema e estabelecia um enfoque fortemente corretivo: “educar e disciplinar física, moral e civicamente o menor, visto como produto de pais vadios, pobres, irresponsáveis, ou resultante da orfandade”.

A partir do golpe militar de 1964, com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), identificou-se um processo de ampliação da presença estatal na formação da política social que caracterizou o período autoritário pós-1964, quando os interesses das comunidades foram excluídos dos processos decisórios e submetidos ao controle sistemático, inspirado nos princípios da doutrina de segurança nacional.

Os aspectos ideológicos presentes na ação estatal brasileira, voltadas para o chamado problema do menor, evidenciam-se nos modelos de atendimento utilizados ao longo do mencionado processo da institucionalização da nova política nacional do bem-estar do menor. Nos primeiros anos dessa política, deu-se prioridade aos internatos, quando a FUNABEM desenvolveu uma linguagem própria e um sistema de classificação de sua clientela, de acordo com as peculiaridades de cada caso. Assim, os meninos passaram a ser classificados como “carentes, abandonados e infratores”. Deve-se notar que esta cronologia em nível dos modelos aplicados na execução da Política Nacional do Bem-Estar do Menor não corresponde à eliminação das práticas tradicionais (atendimentos indiscriminados de crianças e adolescentes em regime fechado, internatos para menores carentes, e diversos outros métodos repressivos/correcionais), cujos fundamentos estão hoje superados, sobretudo após a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

A partir da década de 90 do século XX, com a implantação do Estatuto, esses rótulos foram teoricamente abolidos, embora persistam no imaginário social e nas práticas institucionais.

O Estatuto marca um avanço significativo ao propor uma forma de gestão democrática, através de diferentes conselhos, ao incluir novos atores nos cuidados e proteção dos adolescentes e ao regular sobre medidas socioeducativas, em contraposição às práticas repressivas do passado. A mudança de paradigma e a implantação do Estatuto ampliaram a responsabilidade do Estado e da sociedade por soluções eficazes e capazes de assegurar aos adolescentes, particularmente os que cometeram atos infracionais, oportunidade de desenvolvimento e reconstrução de seus projetos de vida.

6.3 Violência, crime, desvio e institucionalização de crianças e adolescentes

A violência se apresenta com significados que são, histórica e culturalmente, construídos. Dependendo do momento histórico ou contexto social, diferentes conceituações lhe são atribuídas. O mesmo termo pode ser referido a situações diversificadas, cada uma respondendo a determinações legais, explicações e efeitos diferentes. Um ponto comum na construção contemporânea sobre o significado de “violência” – e, portanto, sobre qual será o objeto prioritário das políticas públicas – é a associação quase exclusiva da violência com a criminalidade urbana.

No final do século XIX, o crime é um dos principais temas, objeto de análise de várias áreas, o qual ocupava um lugar de destaque no debate daquela época, ao lado do suicídio, da loucura, da histeria, do direito, da punição, da moral e da sexualidade. A compreensão desse elemento era de interesse para a estruturação do modo de governo, dito de outra forma, a análise desse tema levantava a questão: como governar e ou como construir a coesão social? Há uma provocante análise sobre a função social do crime na produção do homem médio, do trabalhador disciplinado, sua importância na gestão e organização das multiplicidades que povoam a cidade moderna. Trata-se de organizar o novo mundo, a nova ordem, de maneira que exista um lugar para cada coisa e que cada coisa tenha seu lugar.

A função do crime, para Émile Durkheim (1999), é permitir ao grupo reforçar os seus sentimentos coletivos, avivar as suas percepções relativas aos imperativos morais, uni-lo contra o transgressor, em suma, manter a coesão social. Constituindo um atentado aos estados fortes e definidos da consciência coletiva, o crime obriga a comunidade a reagir e a defender-se através dos mecanismos de controle que sancionam o comportamento transgressor. Se não o fizer, o aumento do crime (e do desvio), para além de certo limite, poderá implicar a redução da capacidade de resposta do grupo e colocar em risco a coesão social (DURKHEIM, 1999). Contudo, se a reação da comunidade for excessiva, poderá ocorrer uma situação perigosa para a sociedade. As forças de controle social, quando se tornam demasiado poderosas, acabam por bloquear e esmagar a liberdade e a iniciativa dos indivíduos e colocar a sociedade na via da estagnação e da degenerescência. A mudança social seria então inconcebível. Ora, para que a mudança seja possível, para que não haja estagnação social, é necessário garantir expressões moderadas dos sentimentos coletivos e condições para que a originalidade individual possa manifestar-se.

Há divergências variadas, algumas das quais são socialmente aceitas, como acontece em relação a muitas das diferenças individuais, enquanto outras poderão passar por expressões que ferem os sentimentos coletivos. São estas últimas divergências que integram a categoria do desvio. O desvio não pode ser definido em relação a qualquer tipo de dissidência, pois umas assumem carácter criminal, outras, por sua vez, são objetos de pressão de grupo ou de censura social e, por fim, outras são tidas como perfeitamente inócuas. Durkheim (1999) distingue, dessa forma, diferenças de grau entre as divergências, discriminando significativamente entre crime, censura e diferença.

As diferenças que o autor estabelece sublinham claramente que a divergência nem sempre será considerada como desvio. As diferenças culturais podem passar por fatos, mas

não lança no corpo social uma repulsa imediata e generalizada. A divergência normativa transforma-se em desvio quando, em virtude das ofensas aos sentimentos coletivos, a sociedade reage, seja através de recriminações e de censuras sociais ou da condenação e da repressão legal. O principal problema, para Durkheim (1999), existe no momento em que a sociedade deixa de poder regular o desvio. O crescimento excessivo e a diminuição drástica de infrações constituem um sinal de que algo está mal na sociedade. Na medida em que a infração é, em determinadas condições, disfuncional, pode-se designar a abordagem que sempre privilegiou a explicação da violação das normas sociais por representação do desvio como sintoma.

A concepção da anomia encontra-se delineada em termos estruturais, isto é, como uma consequência da diferenciação crescente da divisão social do trabalho (DURKHEIM, 1999). Com efeito, durante a passagem da fase mecânica para a fase orgânica, o crescimento econômico não é acompanhado por um crescimento paralelo das forças reguladoras. As regras morais que especificam os deveres e as obrigações dos indivíduos numa dada ocupação em relação aos das outras deixam de corresponder às novas exigências econômicas. Enquanto não emergirem instituições (governo, religião, grupos ocupacionais) capazes de garantirem a coesão social num mundo moralmente diversificado, a anomia permanecerá como uma característica latente. A ausência ou a influência fraca dessas instituições sobre a economia são responsáveis pelo aparecimento de aspirações que não podem ser contidas, refreadas ou neutralizadas pelas forças de controlo social.

Durkheim (2000) esboça ainda a anomia como uma variável de natureza psicossocial capaz de caracterizar uma das formas de suicídio que decorrem da fraca subordinação do indivíduo ao grupo. O suicídio anômico reside na hipótese de que as crises econômicas geram distúrbios sobre os aspectos reguladores da vida social. Durante essas crises, um estado de desorientação apodera-se das pessoas, que se veem, momentaneamente, fora dos constrangimentos que as obrigavam a conter as suas aspirações dentro de determinados limites.

Diferentemente de Durkheim (1999), Howard Becker (2008) considera que o desvio é sempre o produto de um “empreendimento”, dirigido por dois tipos de “empreendedores de moral”: os que criam as normas e os que as fazem aplicar. Os primeiros empreendem uma “cruzada” para a reforma de costumes. Os segundos são os agentes institucionais encarregados de fazer respeitar as novas leis estabelecidas por essa “cruzada”. As reflexões de Becker (2008) propõem uma mudança de perspectiva. O autor abandona o “tratamento” das

formas de desvio que visam a procura da origem dos atos na psicologia individual dos desviantes ou em seu ambiente sociocultural. Seu interesse principal é o papel dos agentes que contribuem para a definição desse desvio. Para o autor, julgar que uma categoria de pessoas é exterior à coletividade implica certo poder, legitimado pela organização política e econômica. Segundo ele, é de forma seletiva que os representantes da lei, respondendo às pressões da própria situação de trabalho, aplicam a lei e criam as categorias de pessoas estranhas à coletividade. Para o autor:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamentos a ela apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial. Alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Esta pessoa é encarada como um outsider (BECKER, 2008, p.15).

O mundo social, ou mais exatamente, os mundos sociais concebidos por Becker (2008) são compostos por pessoas que, agindo juntas, com diferentes graus de comprometimento, produzem realidades que também as definem. Regras, desvios e rótulos são sempre construídos em processos políticos, nos quais alguns grupos conseguem impor seus pontos de vista como mais legítimos que outros. O desvio não é inerente aos atos ou aos indivíduos que os praticam, ele é definido ao longo de processos de julgamentos que envolvem disputas em torno de objetivos de grupos específicos. Dessa forma, “desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele” (BECKER, 2008, p.27). Como as sociedades complexas são sempre compostas por diversos grupos, imposições de regras e rotulações de atos e pessoas, elas envolvem também conflitos e divergências acerca de definições:

Mas a pessoa assim rotulada pode ter uma opinião diferente sobre a questão. Pode não aceitar a regra pela qual está sendo julgada e podem não encarar aqueles que a julgam competentes ou legitimamente autorizados a fazê-lo. Por conseguinte, emerge um segundo significado do termo: aquele que infringi e regra pode pensar que seus juízes são outsiders (BECKER, 2008, p.15).

As sociedades, no entanto, têm grupos dominantes e grupos desviantes, assim como tipos diferentes de desvio, “o comportamento normal das pessoas em nossa sociedade (e provavelmente em qualquer sociedade) pode ser visto como uma série de compromissos progressivamente crescentes, com normas e instituições convencionais” (BECKER, 2008, p

38). Para Becker (2008), “rotular” ou identificar uma ação ou ato como desvio social dependerá do grupo social ao que os atores sociais estão ligados: classe social, político, cultural, religioso, sendo assim, a noção de desvio é uma caracterização social de qualquer comportamento fora do padrão em diferentes contextos, isto é, “se um ato é ou não desviante, portanto, depende de como outras pessoas reagem a ele” (2008, p.24).

Desse modo, para o autor, o desvio é criado pela sociedade – os grupos sociais criam o desvio ao criarem as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicar estas regras a pessoas particulares e a rotulá-las como outsiders. Sendo assim, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros das regras e sanções a um infrator. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso, afinal, o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.

Becker (2008) ainda nos ressalta que, se tomarmos como objeto de nossa atenção o comportamento que vem a ser tomado por desviante, deve-se reconhecer que não podemos saber se um dado ato será categorizado como desviante até que a reação dos outros tenha ocorrido porque o desvio não reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete o ato e aquelas que reagem a ele.

Além de reconhecer que o desvio é criado pelas reações de pessoas a tipos particulares de comportamento, pela rotulação desse comportamento como desviante, devemos também ter em mente que as regras criadas e mantidas por essa rotulação não são universalmente aceitas. Ao contrário, constituem objeto de conflito e divergência, parte do processo político da sociedade (BECKER, 2008, p.30).

O autor nos indica a pesquisa de campo e o estudo aprofundado dos grupos, sejam eles os desviantes ou os empreendedores morais, argumentando que os estudos sobre desvio apresentam muito mais teorias do que fatos. Interessante notar que nos sugere a necessidade de se conhecerem as práticas desviantes e os pontos de vista de seus praticantes. Quanto ao comportamento desviante em si, cumpre vê-lo como um tipo de comportamento que alguns reprovam e outros valorizam, estudando os processos pelos quais cada uma das perspectivas é construída e conservada. E para o autor, talvez a melhor garantia contra qualquer dos dois extremos seja o contato estreito com as pessoas que estudamos (BECKER, 2008, p.178).

Segundo o pensamento desse sociólogo, há, portanto, a necessidade de relativizar os julgamentos morais. Além disso, ele reforça a perspectiva de que o estudo do empreendedorismo moral é também uma maneira de estudar as formas de poder na sociedade. Criticando a denominação de sua proposta de “teoria da rotulação”, recoloca sua perspectiva

como “uma teoria interacionista do desvio” (BECKER, 2008, p.182) e insiste em que os julgamentos éticos não devam ser protegidos de testes empíricos.

Hannah Arendt (1995, p. 15) define a atividade da ação como atividade política por excelência, pelo fato de ser a “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade”. O homem político, segundo Arendt, é aquele que, na busca do consenso, recorre à persuasão e as palavras, e não à força e à violência. Em sua compreensão sobre a violência e o poder, resgata a ideia de espaço comum, bem como faz referência à importância da faculdade de agir e de julgar através da atividade de pensamento. Assim, Arendt (1995, p.52) faz a seguinte reflexão:

Nem a violência nem o poder são fenômenos naturais, isto é, uma manifestação de processo vital; eles pertencem ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo. Mais uma vez, não sabemos aonde estes desenvolvimentos podem nos conduzir, mas sabemos, ou devemos saber, que cada diminuição no poder é um convite à violência – quando menos já simplesmente porque aqueles que detêm o poder e o sentem escapar de suas mãos, sejam eles os governantes ou os governados, têm sempre achado difícil resistir à tentação de substituí-lo pela violência.

Em suas reflexões sobre o fenômeno totalitário a autora define a banalidade do mal como a incapacidade dos seres humanos de pensar a noção de responsabilidade sobre os atos cometidos. A autora considera que a responsabilidade, ao contrário da culpa, que é sempre pessoal, refere-se ao engajamento a um grupo, e, portanto, não pode dissolver-se sem que a dimensão pública sofra sérias consequências. Arendt (2004, p.226) observou que o mal “não era estupidez, mas uma curiosa e totalmente autêntica incapacidade de pensar”. A violência, para a autora, distingue-se por seu caráter instrumental.

Do ponto de vista fenomenológico, está ela próxima do vigor, uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais, são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor natural até que, no último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo (ARENDDT, 1994, p.37).

Para a autora, poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente apresentam-se juntos. Onde quer que se combinem, o poder é o fator fundamental e predominante. Para Arendt (2004) politicamente falando, é insuficiente apenas dizer que o poder e a violência não são à mesma coisa. O poder e a violência se opõem: na esfera na qual um domina de forma absoluta, o outro está ausente. “A forma extrema do poder resume-se em

Todos contra Um, e a extrema forma de violência é Um contra Todos. E esta última jamais é possível sem instrumentos” (ARENDDT, 1994, p.35).

A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder. Tal coisa significa que não é correto pensar na não-violência como o oposto da violência. Em outras palavras, falar do poder não-violento é realmente uma redundância. A violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo. O poder assenta no número, ao passo que a violência é frequentemente a única maneira que qualquer entidade encontra para se sobrepor ao poder de muitos. O poder tem uma essência própria enquanto a violência necessita de emprego ou de instrumentalização para poder inscrever-se em qualquer fim, assim, a violência sempre precisa de justificação quando, paradoxalmente, não tem qualquer justificação. Não cabe à violência justificar-se porque perde sentido no próprio instante em que ocorre a sua inscrição – e porque, sendo muda, jamais poderá discursar em sua própria defesa. A violência ocorre por falência/interrupção do discurso e silenciamento do diálogo. Para Arendt (1994), a violência é um péssimo interlocutor porque nada tem para dizer.

Dessa forma, dizer que a violência origina-se do ódio é usar um lugar-comum (ARENDDT, 1994), pois o ódio pode certamente ser irracional e patológico, do mesmo modo que o podem todas as demais paixões humanas. É possível, indubitavelmente, criar condições que desumanizam o homem – tais como os campos de concentração, a tortura, a fome – porém, isto não significa que se tornem semelhantes aos animais; e, nestas condições, não é o ódio ou a violência, mas a sua ausência conspícua que constitui o mais claro sinal de desumanização.

Neste sentido, o ódio não é de forma alguma uma reação automática à miséria e ao sofrimento como tais; ninguém reage com o sentimento de ódio a uma doença incurável ou a um terremoto ou a condições sociais que parecem imutáveis. O ódio somente surge onde há razão para suspeitar que as condições podem ser mudadas e não o são. Para Arendt (1994), somente onde o nosso senso de justiça for ofendido é que reagiremos com ódio, e essa reação não refletirá de maneira alguma um dano pessoal, conforme demonstra toda a história da revolução, na qual, invariavelmente, os membros das classes altas deflagravam e, em seguida, lideravam as rebeliões dos oprimidos e tiranizados. A violência é um recurso enormemente tentador quando se enfrenta acontecimentos ou condições ultrajantes, em razão de sua proximidade e rapidez.

A violência, diz a autora, sendo instrumental por natureza, é racional até o ponto de ser eficaz em alcançar a finalidade que deve justificá-la. E, já que quando agimos, jamais saberemos com certeza quais serão as eventuais consequências, a violência só pode manter-se racional se buscar objetivos em curto prazo. “A violência não promove causas, nem a história nem a revolução, nem o progresso, nem a reação, mas pode servir para dramatizar reclamações trazendo-as à atenção do público” (ARENDRT, 1994, p.50).

Assim, para Arendt (1994), toda diminuição de poder é um convite à violência – quando pouco porque aqueles que detêm o poder e o sentem esvaír por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontraram sempre dificuldade em resistir à tentação de substituí-lo pela violência. Esta, por sua vez, é ameaça, ela não constitui a política, ao contrário, ela é o fim da política.

Portanto, para Foucault (1999), houve uma transformação das ilegalidades populares – com seus crimes específicos e seus criminosos peculiares – em um novo tipo de criminalidade fechada: a delinquência. Este estabelecimento de uma nova economia das ilegalidades ocorreria na segunda metade do século XVIII, tendo como causas as novas formas de acumulação das riquezas (capital), as novas relações de produção e de estatuto jurídico da propriedade, e o crescimento demográfico. A economia das ilegalidades se reestruturaria com o desenvolvimento da sociedade capitalista, com a ilegalidade dos bens sendo separada da ilegalidade dos direitos. Divisão que corresponderia a uma oposição de classes, pois, de um lado a ilegalidade mais acessível às classes populares será, a partir de então, a dos bens – transferência violenta da propriedade –, enquanto que, de outro lado, a burguesia.

Para Foucault (1999), a utilidade da criminalidade aparece principalmente por ser um instrumento eficaz na gestão das ilegalidades difusas e perigosas, que poderiam confundir-se com os anseios das populações. A delinquência seria uma ilegalidade concentrada e diretamente útil. Apresenta vantagens sobre as ilegalidades difusas: é passível de controle, pois é possível prever quem serão os sujeitos destinados a esta carreira; é possível orientá-la para uma criminalidade concentrada e sem atração para a população em geral; é, por fim, “colonizável”. O criminoso/delinquente, além de seu valor específico para o lucro, de seu valor para a diferenciação social, aparece como um agente regulador da vida social, pois sua presença justifica a vigilância constante. Afinal, de que outra forma nos submeteríamos ao registro constante, ao interrogatório, ao controle sobre nossos corpos? O novo sistema penal,

segundo Foucault (1999), gerenciará esta nova economia das ilegalidades diferenciadas por classe social.

Para o autor, o que se busca são as formas pelas quais se obtém a sujeição e a domesticação dos outros, o direito de punir, e não a segurança do corpo social nem mesmo a garantia dos direitos. A questão se enfrenta é o problema das práticas jurídicas e das práticas punitivas com a constituição de corpos dóceis. Foucault (1995) relaciona a questão da violência em relação à análise do poder, torna explícito que tipo de poder está em questão na análise genealógica e esclarece que não se trata de pensar o poder como capacidade ou aptidão inscrita no corpo nem se compreender o poder como algo que pudesse ser concentrado, acumulado ou distribuído. Novamente, nada de um poder substantivo, uma vez que tal elemento é pensado como relação:

O poder não é da ordem do consentimento; ele não é, em si mesmo, renúncia a uma liberdade, transferência de direito, poder de todos e de cada um delegado a alguns (o que não impede que o consentimento possa ser uma condição para que a relação de poder exista e se mantenha); a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Sua análise está centrada na relação, e isto nos diz que a relação não é uma substância. Contudo, também não se trata de analisar a relação entre entidades substantivas. Nada precede a relação de poder, não há sujeito prévio como não há poder anterior à relação.

O funcionamento das relações de poder, evidentemente, não é uma exclusividade do uso da violência mais do que da aquisição dos consentimentos; nenhum exercício de poder pode, sem dúvida, dispensar um ou outro e frequentemente os dois ao mesmo tempo. Porém, se eles são seus instrumentos ou efeitos, não constituem, contudo, seu princípio ou sua natureza. O exercício do poder pode perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira: pode acumular as mortes e abrigar-se sob todas as ameaças que ele possa imaginar. Ele não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade no qual se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos.

O poder incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir.

Será que isto quer dizer que é necessário buscar o caráter próprio às relações de poder do lado de uma violência que seria sua forma primitiva, o segredo permanente e o último recurso – aquilo que aparece em última instância como sua verdade, quando coagido. tirar a máscara e a se mostrar tal qual é? De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação (FOUCAULT, 1995, p.243).

Assim, uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, submete, quebra e destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro polo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la.

De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age imediatamente sobre os outros, mas, sim, sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: “que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Foucault (1995) entende a violência como uma ação mecânica e não como uma relação de poder, já que há apenas um polo ativo e o outro resta passivo. Fazer da violência a forma fundante do poder iria remeter à análise mais uma vez, a uma compreensão substantiva dele, já que a vítima da violência, como polo passivo, é reduzida a um corpo mecânico e a ação do polo ativo é também uma ação mecânica.

O autor tangencia a violência e permanece exterior a ela, em uma forma de exterioridade do pensamento no qual não há nenhuma conquista laboriosa de uma unidade, mas uma erosão do exterior. Para ele, numa sociedade como a nossa, a verdadeira tarefa política é a de criticar o jogo das instituições aparentemente neutras e independentes; a de criticá-las e a de atacá-las de tal maneira que a violência política que se exercia obscuramente nelas seja desmascarada e que se possa lutar contra elas. Ao fazê-lo, acaba-se por se desmascarar a violência obscura, que permanece protegida da suspeita pela própria racionalidade que a governa, pois a razão, para a modernidade, é incompatível com a violência.

Para Foucault (1995), quando se define o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as caracterizamos pelo "governo" dos homens, uns pelos outros – no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre "sujeitos livres", enquanto "livres" – entendendo-se por isso

sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade no qual diversas condutas, diversas reações e diversos modos de saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) –, mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar.

Não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (ao mesmo tempo sua pré-condição, uma vez que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que se ela se abstraísse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso mesmo desapareceria, e deveria buscar um substituto na coerção pura e simples da violência); porém, ela aparece também como aquilo que só poderá se opor a um exercício de poder que tende, enfim, a determiná-la inteiramente (FOUCAULT, 1995, p.244).

Neste sentido, segundo a concepção de Foucault (1995), a ideia de violência, estritamente falando, é atribuída ao uso da força bruta direcionada à eliminação ou subjugação total do outro. Violência, diz o autor, não é um conceito que possa explicar o funcionamento da vida, mas é o resultado visível da ação de destruição do outro.

Nessa definição foucaultiana, a ideia de violência seria reservada à situação de exceção, de ruptura com toda e qualquer regulação da vida social que leve em consideração a simples existência do outro, do diferente, do desigual ao si mesmo. Violência mantém o sentido negativo e moral de total negação do outro, seja ela exercida em nível macro ou microsocial. Contrariamente, Foucault (1998) nos relata que o poder é antes de tudo produtivo: produz valores, sustenta saberes e, principalmente, produz modos de sermos sujeitos e relacionarmos-nos com outros sujeitos.

Agamben (2004), por sua vez, assegura que a inauguração do estado moderno teve início na subversão à ordem estabelecida, portanto, através de um ato de resistência e de violência contra a lei soberana. O estado moderno é, nesse sentido, a um só tempo, constituinte e constituído, fundador de sua própria lógica jurídica e por ela mesma fundamentado. Segundo ele, é por essa razão que o estado moderno vive à sombra do estado soberano. O estado moderno vive sob a constante ameaça de um ato extrajurídico, capaz de depô-lo de seu pedestal. Tal ameaça não é prescrita pelo direito nem poderia ser. Ela vige tão somente da crença arbitrária e da boa fé sem uma necessidade qualquer que a justifique, quer no sentido de uma suspensão temporária do direito vigente com vistas à sua preservação, quer no sentido de sua completa supressão para a criação do outro. É aqui, de acordo com

Agamben (2004), que está colocada a fratura entre resistência/exceção, direito/norma, poder/vida nua, na qual ambas são solidárias no excluir a existência de uma esfera da ação humana que escape totalmente o direito.

Na modernidade, após o fracasso da promessa iluminista que pretendia abolir por completo a violência, este conceito está intimamente relacionado ao conceito-limite de “vida nua”. A vida nua é uma zona de indiferenciação, onde a vida se tornou descartável e eliminável.

No estado moderno, ela está constantemente à mercê da vontade do soberano. Esse conceito de vida desqualificada e indigna de ser vivida, ocultada e recalcada ao longo do processo civilizador e humanizador da história, está presente na biopolítica. É essa “vida nua” (a *zoe politikon*) que ganha cada vez mais força nas políticas públicas dos estados modernos, ocultando, em seu interior, a própria humanidade (a *bios politikon*). A biopolítica, enquanto dimensão constitutiva de práticas políticas e normalizadoras da vida é o grande acontecimento da política moderna. Por fim, é possível reafirmar que a vida excluída, reprimida e suprimida do sistema político moderno é a própria condição fundante do sistema político atual. Esse é o paradoxo das democracias atuais, que Agamben (2002), inspirado por Benjamin, pode definir através de sua inversão, ou seja, através da inclusão exclusiva. Esse é o paradoxo que une e funda a violência exterminadora dos campos de concentração, o estado de exceção e o poder soberano.

Bourdieu (2001), através do uso da noção de violência simbólica, busca desvendar o mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como natural tanto as representações quanto as ideias sociais dominantes. A violência simbólica parte do princípio de que a cultura simbólica ou sistema simbólico é arbitrário, uma vez que não assenta numa realidade dada como natural, o sistema simbólico de uma determinada cultura é uma concessão social, e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através de interiorização da cultura por todos os membros da mesma.

A violência simbólica é desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que as animam e sobre a qual se apoia o exercício da autoridade. A transmissão pela escola da cultura escolar (conteúdos, programas, métodos de trabalho e de avaliação, relações pedagógicas, práticas linguísticas), própria à classe dominante, revela uma violência simbólica exercida sobre os alunos de classes populares. O termo violência simbólica aparece como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das

regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas linguísticas e outras.

Sobre os dominados, Bourdieu (2001) aponta que estes contribuem com frequência à sua revelia, outras vezes contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente, como que por antecipação, os limites impostos:

Tal reconhecimento prático assume, muitas vezes, a forma da emoção corporal (vergonha, timidez, ansiedade, culpabilidade), em geral associada à impressão de uma regressão a relações arcaicas, aquelas características da infância e do universo familiar. Tal emoção se revela por manifestações visíveis, como enrubescer, o embaraço verbal, o desajeitamento, o tremor, diversas maneiras de se submeter, mesmo contra a vontade e a contragosto, ao juízo dominante, ou de sentir, por vezes em pleno conflito interior e na “fratura do eu”, a cumplicidade subterrânea mantida entre um corpo capaz de desguiar das diretrizes da consciência e da vontade e a violência das censuras inerentes às estruturas sociais (BOURDIEU, 2001, p. 205).

A violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe apenas para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou mais exatamente, para pensar sua relação com ele, dos instrumentos de conhecimento partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, “pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação” (BOURDIEU, 2001, p. 206). Assim,

A forma por excelência da violência simbólica é o poder (para além da oposição ritual entre Habermas e Foucault) exercido pelas vias da comunicação racional, ou seja, com a adesão (extorquida) dos que, sendo os produtos dominados de uma ordem dominada por forças enfeitadas pela razão (como aquelas que agem por meio de sanções da instituição escolar ou mediante as sentenças dos peritos econômicos), estão forçados a conceder sua aquiescência ao arbitrário da força racionalizada (BOURDIEU, 2001, p.101).

Dito em outros termos, quando os esquemas são empregados no intuito de se perceber e de se apreciar, ou para perceber e apreciar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), constituem o produto da incorporação das classificações assim naturalizadas, cujo produto é seu ser social.

Para Elias (1994), é essencial compreender conceitos ou situações considerando-se o processo histórico, o que nos permite inclusive compreender as mudanças sofridas nos nossos parâmetros. Ao inter-relacionar civilização e violência em um processo de longa duração, entende que as funções corporais e o controle de pulsões e emoções ajudam a entender a pacificação dos costumes em determinado período da história do ocidente. Aquilo que Elias

(1994) denominou de “processo civilizador” constitui-se de um brutal abrandamento das pulsões e das maneiras dos indivíduos. Os costumes tornaram-se mais polidos, a cultura foi se tornando mais “sábua” e refinada, e o homem menos brutal. Esse processo teria como resultado primordial, a progressiva pacificação do espaço social e desta forma, um também progressivo aumento na percepção daquilo que é sentido como violento. Essa crescente e gradativa pacificação só foi possível porque houve um aumento muitíssimo expressivo do autocontrole e uma mudança na expressão da agressividade humana.

Segundo Elias (1994), a agressividade foi transformada, refinada, civilizada como todas as outras formas de prazer, e sua violência imediata e descontrolada aparece apenas em sonhos ou em explosões isoladas que explicamos como patológicas.

Certas emoções como nojo, pudor e vergonha estavam articuladas aos processos civilizadores e isto conduziu ao controle da violência, a diminuição do desejo de agressão. Estas mudanças estão articuladas com os processos de formação e a existência do monopólio do uso legítimo da violência física por parte dos Estados. A violência foi confinada aos quartéis e aos membros das forças armadas, a polícia e, em casos mais específicos, permitida entre competidores esportivos. Assim, a formação da pessoa civilizada dependerá do estágio no processo civilizador em que se encontrar sua sociedade. Esse estágio é identificado, dentre outras formas, pela eficácia das estratégias não violentas de resolução dos conflitos, além, evidentemente, pelo acesso da maior parte da população às condições mínimas de cidadania (saúde, educação, lazer, trabalho, moradia etc.).

Sendo assim, nota-se que a violência é algo complexo e polissêmico, isto é, apresenta diferentes sentidos, e o seu significado se define a partir do seu contexto formador social, econômico e cultural, de acordo com o sistema de valores adotados por cada sociedade e levando em considerações os seus níveis de tolerância para com a violência.

Se a agressividade é uma potencialidade irreduzível da condição humana, a violência é aprendida, resulta do crivo cultural, que atribui valor positivo ou negativo ao uso de força, de acordo com os termos do contrato social. Desse modo, a violência pode ser transformada, sublimada em fins aceitáveis e até funcionais.

6.4 Alternância: A instabilidade dos funcionários das instituições de acolhimento

Ingressamos na última instituição a ser pesquisada em Juiz de Fora. De acordo com os procedimentos desta pesquisa, nos apresentamos na instituição a ser observada.

Infelizmente no dia escolhido para isso, a coordenadora não estava presente na instituição, por isso elucidamos a pesquisa a outra funcionária que estava presente na instituição e a entregamos o Alvará Judicial que nos foi concedido pela Vara da Infância e da Juventude de Juiz de Fora. Ligamos para a Coordenadora no dia seguinte, a qual, por seu turno, estava preocupada com a nossa entrada na instituição. Gentilmente nos explicou pelo telefone que a instituição estava em processo de mudança, conjuntamente com outra instituição do município e que, naquele momento, não considerava pertinente nossa entrada na instituição.

Ela também nos informou que os funcionários estavam confusos com as mudanças institucionais e que, portanto, não seria este um bom momento. Explicitamos nossa posição em relação ao nosso tempo de estudos e ao longo da conversa ao telefone algumas indicações foram elaboradas, tais como o fato de os funcionários precisarem de um curso ou uma preparação antes da nossa entrada na instituição e que deveríamos apresentar nossos relatórios das outras instituições para que todos soubessem o que deveriam fazer para nos receberem na instituição.

Expusemos nossa pesquisa e nossa pretensão de investigar diretamente as práticas dos funcionários da instituição, dissemos também que não entrevistariamos nenhum deles, ao contrário, iríamos nos concentrar especificamente nas crianças e adolescentes da instituição. A partir desta informação, a coordenadora consentiu com a nossa entrada no local, a partir daquele momento dado em que concluímos a negociação, que vinha se processando por aproximadamente três semanas.

Primeiramente, ressaltamos aqui a angústia dos funcionários que trabalham nestas instituições. Acreditamos que não há uma preparação ou um acompanhamento necessário aos profissionais e às suas práticas nas instituições observadas. E observamos que estes profissionais aperfeiçoam-se a partir de suas práticas no cotidiano institucional através da experiência que adquirem no dia a dia. Contudo, há uma negligência da instituição provedora, ao não garantir a estabilidade dos profissionais que exercem o seu ofício nas instituições de acolhimento do município.

Em Juiz de Fora, a Associação Municipal de Apoio Comunitário administra a contratação dos funcionários e eles vivem a instabilidade em relação as suas condições de trabalho. Segundo muitos dos funcionários das instituições pesquisadas, eles nunca sabem se seus contratos serão renovados ou não. Não sabem onde irão trabalhar, em que tipo de instituição e o tipo de trabalho a ser realizado. Não há uma segurança em relação à

estabilidade de suas condições de trabalho, fato que influencia diretamente na vida cotidiana das crianças e adolescentes acolhidos.

Preferencialmente, observa-se, deveria haver certa estabilidade, inclusive em relação à rotina dentro das instituições. Para que o atendimento em serviços de abrigo institucional possibilite à criança e ao adolescente uma constância e estabilidade na prestação dos cuidados, uma vinculação com o educador/cuidador de referência e previsibilidade da organização da rotina diária, os educadores/cuidadores deveriam trabalhar, preferencialmente, em turnos fixos diários, de modo a que o mesmo educador/cuidador desenvolva sempre determinado tipo de tarefas da rotina diária (preparar café da manhã, almoço, jantar, banho, preparar para a escola, apoiar as tarefas escolares, colocar para dormir, etc.). Considera-se, portanto, desaconselhável uma grande alternância na prestação de tais cuidados. Todavia, a alternância é a regra destas instituições. Para Rizzini e Rizzini (2004), os abrigos podem representar um risco para o desenvolvimento, principalmente em situações em que há uma alta rotatividade dos abrigados e/ou funcionários e descontinuidade no atendimento.

Um ambiente de vulnerabilidade e caracterizado pela ausência a estabilidade dos funcionários pode ser um fator extremamente relevante. Há a presença constante da ausência, seja de afeto, de amor, de cuidado, de vínculos, de educação, de segurança, de tranquilidade, da família e do Estado. Não é uma falta de alimentação ou de abrigo, apesar de muitos deles terem convivido com ambas as ausências. Eles sentem a falta de cuidado, de amor, de segurança, de estabilidade e vínculos emocionais para se sentirem respaldados. Deste modo, compreendemos que se torna crucial investir em interações mais estáveis e afetuosas no ambiente institucional, tanto as relações dos funcionários com os internos quanto às relações entre pares.

É perceptível o apego e a transferência em relação ao amor que se estabelece com os funcionários. É inegável que as instituições de acolhimento do município oferecem todo o suporte infraestrutural às crianças e adolescentes. De acordo com as próprias crianças e adolescentes, eles recebem comida e roupa, mas não é o suficiente. Os funcionários transformam-se em referência na vida dos abrigados, desempenhando, assim, um papel imprescindível nas instituições. Deste modo, faz-se necessário o cuidado em relação à contratação, a qualificação, a remuneração e a estabilidade dos funcionários das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes como medida protetiva de acolhimento institucional.

O cotidiano institucional é extremamente complexo e exige que a organização invista no processo de capacitação contínua, de valorização e supervisão de todos os funcionários. A complexidade das atribuições, de emoções e de sentimentos imbuídos no cotidiano do abrigo acaba desencadeando comportamentos hostis ou de desânimo nos educadores/cuidadores. Marin (1999, p.25) “destaca a síndrome do não tem jeito que os educadores acabam cruzando os braços e vivem na expectativa do ‘se Deus quiser’. Todavia, as crianças e os adolescentes institucionalizados precisam interagir efetivamente com pessoas, objetos, símbolos e com um mundo externo acolhedor”. Assim, o abrigo precisa fazer parte da rede de apoio social e afetivo, fornecendo recursos para o enfrentamento de eventos negativos advindos tanto de suas famílias quanto do mundo externo, oportunizando modelos de identificação positivos, segurança e proteção. Somente assim oferecerá um ambiente propício para o pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças e adolescentes inseridos neste contexto. Neste sentido, é urgente a necessidade de políticas públicas de intervenção direcionadas às instituições de abrigo, considerando o grande número de crianças e adolescentes abrigados, de forma que se favoreça uma melhoria das condições de atendimento a esta população.

De acordo com Debora Fonseca Seger e Debora Dalbosco Dell’Aglia (2003), para meninas que cumpriam medida de proteção em abrigos governamentais os monitores, funcionários e técnicos dessas instituições foram considerados importantes fontes de apoio, especialmente para as adolescentes abrigadas. O apoio emocional é descrito como o apoio mais efetivo para reduzir os efeitos negativos de uma situação adversa vivenciada, sendo essencial para os adolescentes que podem perceber que poucas pessoas compreendem seus sentimentos.

6.5 Entre violências e desamparo institucional

Nesta instituição aqui narrada, assim como nas demais há marcas em territórios hierarquizados funcionalmente. Há um espaço dentro do território institucional que segrega o funcionamento administrativo. Isto é, os funcionários que se responsabilizam tanto pela parte administrativa quanto a parte normativa da instituição ficam apartados das interações e do cotidiano das crianças e adolescentes.

Os funcionários mais qualificados da instituição, ou seja, o corpo técnico especializado que inclui a coordenadora, a assistente social e a pedagoga ao adentrar a

instituição cumprimenta as crianças e adolescentes, abraçam, mas encaminham-se ao seu local de trabalho que é um anexo institucional, ou seja, um prédio específico em que não há comunicação imediata. Há não ser que as crianças e adolescentes sejam chamados para receber alguma notícia, atividade, regulamento ou informação acerca de algum tipo de atendimento específico para elas.

Na nossa chegada, a coordenadora da instituição nos apresentou a cada uma das crianças e adolescentes presentes naquele momento e, a partir deste contato, não houve de nossa parte qualquer outra comunicação com os funcionários mais especializados da instituição.

Há uma especificidade neste abrigo, pois ele comporta um número expressivo de adolescentes. Nosso ingresso coincidiu com o período de férias escolares em que muitos deles retornam para as suas casas para passarem uns dias. Por conseguinte, naquele dia especificamente, a instituição estava com uma população um pouco menor, aproximadamente doze internos, em sua maioria adolescentes. Desde o primeiro contato, muitos deles se aproximaram para contar suas histórias, e, logo percebemos a rapidez de sua interação, por meio de perguntas e averiguações.

Neste primeiro dia os meninos estavam na sala assistindo um filme no aparelho de *DVD*, como eles mesmos costumam dizer, enquanto as meninas se encontravam no quarto escovando o cabelo. Uma curiosidade deste primeiro dia, digna de ser mencionada, foi o fato de que um grupo de meninos, entre eles crianças e adolescentes, estavam tomando banho e era possível vê-los nus. Não havia um cuidado nesta instituição com as maçanetas das portas. Outra característica expressiva foi o forte odor dos banheiros, demonstrando a precariedade desta instituição.

Mais tarde, nos foi explicitado que estes eram os últimos dias naquela casa, pois já havia sido encaminhado pela Vara da Infância e da Juventude do município para um rearranjo institucional que reordenaria não somente as casas que acomodam as crianças e adolescentes, mas também a forma em que estavam distribuídos. Três novas casas foram alugadas no município e a população de dois abrigos foi redistribuída para cada uma delas. Reordenando-os entre crianças e adolescentes, ou seja, uma instituição específica para crianças e as outras duas para a população adolescente.

Talvez por isso o clima fosse mesmo de despedida daquela casa que se encontrava em estado precário, necessitando urgentemente de reformas. Neste mesmo dia conversamos com as meninas que estavam escovando o cabelo, mencionadas anteriormente. Uma delas

estava penteando o cabelo das outras e consideramos que ela deveria se profissionalizar dada a sua habilidade. Elas, por sua vez, contaram-nos que se preparavam para passar uns dias em suas casas e, por isso, estavam de mochilas prontas, faltando apenas escovar o cabelo. Isadora, a menina com talentos para cuidar dos cabelos, sabia de sua condição e por isso esnobava qualquer imposição de escovar o cabelo de alguma delas, a menos que tivesse vontade.

Observamos que qualquer habilidade pode provocar o fortalecimento da autoestima das crianças e dos adolescentes, e, segundo nossa visão, isso deveria ser fomentado nas instituições. Consideramos que esta segurança, exercida pela confiança em si próprio, não incita a competição, mas, pelo contrário, dá a eles uma consciência e um pensamento mais prospectivo em relação ao trabalho e ao próprio futuro. Todavia, não há nenhuma política de incentivo aos interesses ou habilidades apresentados pelos próprios adolescentes.

Outra característica observada neste primeiro momento, foi que, apesar de ser um período de férias escolares e todos estarem felizes por isso, poucos frequentam a escola. Muitos deles disseram-nos que não estão matriculados em nenhuma escola e os que estão não gostam da escola, muito menos de estudar. A partir de uma conversa com Cristiane, uma das adolescentes da instituição, percebeu-se que elas não estão na faixa cronológica das séries de estudo. Sendo mais velhos, constroem-se ao estudarem com crianças muito menores e simplesmente não frequentam a sala de aula. Aliás, a escola não faz o menor sentido pra eles.

Não compreendem nenhum processo de sentido na escolaridade, apenas em um sentido negativo. Afinal, as punições se apresentam para aqueles que não frequentam a escola.

Durante a convivência podemos observar três ou quatro adolescentes sendo punidos por não estudarem. Houve um passeio envolvendo todas as crianças e adolescentes em um dia à tarde para um sítio, onde eles poderiam nadar, brincar e se divertirem. No entanto, uma das mais empolgadas não pôde ir, pois não estava frequentando a escola e tinha queimado seus cadernos. Ela respondeu com um silêncio, mas, ao mesmo tempo, com muita violência. Quieta em seu canto, com um olhar de ódio que era reafirmado por Carolina, sua amiga. Carolina chamava aos funcionários da instituição de vagabundos, que nada faziam, a não ser esperar o tempo passar. No entanto, Carolina foi ao passeio, e Cristiane, por sua vez, ficou em um silêncio enfurecido.

Neste dia, a punição se apresentou pelos estudos ou a ausência deles. Configura-se como negativo, dolorido, constrangedor e desestimulante frequentar a escola. Raquel, de onze anos, disse-nos que ia à escola, mas não importava o que ela fizesse a professora a odiava: “ela me odeia, toda hora me chama atenção, fala mal de mim, das minhas coisas e eu a odeio

também, se pudesse eu batia nela. Eu enfrento, mando tomar no cu (*sic*), brigo com as meninas, mas eu estudo”.

Coincidentemente, em um relato ocasional, um ex-professor da escola em que as meninas frequentam disse-nos: “Eles sofrem muito, sofrem preconceito. Todos sabem que eles não têm família, são tratados diferentes, são marcados. Os professores não tem a menor paciência com as crianças do abrigo e de fato, elas são mais difíceis. A verdade é que ninguém as quer por lá”.

Outro contato foi Denise, a menina cujos cabelos eram escovados por Isadora, no momento da entrevista. Denise sofre de deficiência mental e de dificuldades motoras. No momento em que tratava de seu cabelo, as outras meninas debochavam dela, do seu cabelo, do seu jeito, de sua lentidão, mesmo havendo no local uma funcionária de prontidão observando a escova ser feita. Há na instituição, três ou quatro crianças que apresentam sintomas de deficiência. Mas, evidentemente, não apenas nesta instituição – é um fato muito comum encontrarmos crianças portadoras de necessidades especiais habitando em instituições de acolhimento. Não são maioria, na verdade sempre estão em um número quantitativo reduzido, no entanto, há uma assimetria no cuidado. Afinal, nestas instituições, não se sabe o que fazer para estimular o desenvolvimento sensório-motor das crianças e adolescentes.

Neste dia, estávamos conversando e elas escovando o cabelo quando a “Tempestade”, como ela é chamada, entrou discutindo e “quebrando tudo”. Ela chegou gritando, brigando, batendo a porta e quando nos viu, conversamos até se acalmar. A partir daquele momento nos aproximamos a tal ponto de, todas as vezes que estivemos com Tempestade, ela pedia-nos carinho e ficava sempre ao nosso lado, abraçada. O que nos chamou atenção é que, quando ela abraçava, ela também chupava o dedo, semelhante a uma criança, e assim se infantilizava.

“Tempestade” é uma adolescente de treze anos de idade, muito altiva e agressiva. Assistimos a três episódios de sua fúria, que é sempre acompanhada de violência e ameaças de “mandar matar”. Segundo ela, “tenho uns amigos do ‘Santa Rita’ e eu vou falar que ele me bateu, vocês vão ver o que vão fazer com ele”, referindo-se a Paulo. Este adolescente, por sua vez, normalmente é o alvo das ameaças de Tempestade, ambos vivem em guerra. Quando os outros meninos batem em Gabriel, irmão mais novo de Tempestade, ele recorre a ela, que, por seu turno, fica furiosa, desencadeando novos acessos de ira. Todos ficam paralisados diante da violência e da força de Tempestade.

Frequentemente sentem-se presos, uma prisão de portas abertas. Não há nenhum tipo de programação ou de atividades que possam realizar. Em uma das tardes em que estivemos na instituição, propusemos às crianças e adolescentes que jogássemos “queimada” – uma brincadeira em que se arremessa uma bola contra o time adversário até ocorrer à eliminação de todos os integrantes de um dos times. Foi interessante observar que conseguimos reunir um grupo de meninos e meninas, crianças e adolescentes, aproximadamente nove pessoas, e nenhuma delas teve coragem de “queimar” a pesquisadora. Toda aquela violência não nos foi endereçada, observamos que a violência que eles sentem é de uma dor refletida pela ausência e que toda essa violência surge em momentos de pequenos conflitos. Ao mesmo tempo, não há nenhum tipo de atividade ou prática reflexiva que os acalme ou diminua a tensão ali existente.

Esta instituição apresenta uma especificidade: nela concentra-se demasiada violência, seja os diálogos, nas brigas, nas ameaças, nos movimentos e também nas repostas dos funcionários. Há, de fato, um perigo real para aqueles que se encontram nesta instituição, para aqueles que ali trabalham. Nos momentos em que estivemos dentro desta instituição, houve dois episódios de extrema violência, nos quais a ameaça pôs em risco a vida de todos os que se encontram na instituição.

Houve inclusive, um relato de uma das funcionárias, que nos disse com clareza: “Estamos saindo desta casa, pois os donos dela, o pessoal da Aldeia SOS pediu a casa”. Coincidentemente, nos últimos dias de pesquisa na Aldeia SOS, instituição que acolhe crianças e adolescentes em medida de proteção, após um incidente de extremada violência seu gestor nos disse: “Formou-se aqui uma rede muito perigosa, associou-se os meninos daqui com os da instituição ao lado e os marginais do bairro, por isso, estamos nos assegurando e trancamos a porta da nossa instituição. Para sair ou entrar aqui, será preciso pedir autorização, colocaremos seguranças na porta de entrada”. Dias antes, estivemos lá e uma das crianças da instituição estava muito machucada, com extrema violência, uma das meninas havia esfolado todo o lado direito do seu rosto e pescoço.

Sabe-se apenas que a Vara da Infância e da Juventude reordenou as instituições, alugando novos imóveis, cujas instalações estão em melhores condições que as que visitamos ao longo desta pesquisa de doutorado.

6.6 Joaquim, Marcos e Paulo: amizade e violência nos abrigos

As histórias de Joaquim, Marcos e Paulo nos proporcionam um relato da violência em que se podem observar as minúcias de um comportamento socialmente estabelecido como desviante. Meninos que nos apresentaram suas vidas e permitiram o relato fidedigno daquilo que vivenciam. Durante o processo de investigação e de imersão no campo, em uma das tardes no abrigo, estávamos conversando na sala e os meninos assistindo um filme na sala de televisão quando Joaquim disse-nos: “Esse aí, o Marcos, ele usa drogas a noite toda, e depois vem pra cá e fica enlouquecido”, nos assustamos e pedimos para que nos explicasse que melhor aquela situação; assim, ele nos relatou o seguinte: “esse aí, usa todo tipo de droga, se ele chegar aos quinze anos será muito”. Interrogamos como ele consegue o dinheiro para usar drogas: “ele rouba, vai pra praça e rouba celular, carteira, o que ele conseguir, vende e compra tudo em droga, é um viciado”:

Isso mesmo, ele foge daqui, rouba, usa drogas a noite toda e volta para dormir. Usa de tudo, crack, pó, maconha, bebe, ele usa tudo o que consegue. Chega aqui depois de dias e fica dormindo, passando mal, sei não se vive muito tempo. Daqui a pouco quando fizer doze anos vai parar lá no Cerespinho, eu já fui lá pra ele, da próxima eu não vou, não (JOAQUIM, dezesseis anos).

Neste momento, Paulo interveio e contou-nos que havia uma menina na casa que trazia droga para todo mundo e que eles não estavam gostando daquilo. Decidiram então agredi-la, a fim de lhe ensinarem uma lição:

Ela fumava crack, não dava, ela trazia para as meninas, trazia para todo mundo, um dia decidimos bater nela. Mas o Joaquim, maluco, bateu tanto, tanto, que ia matar a menina. Ele é doido, não pode ficar nervoso, bateu na menina, ficou no Cerespinho e apanhou muito lá, apanhou muito, apanhou demais (PAULO, quinze anos).

Explicaram-nos que a menina não estava mais na instituição, pois já havia ido embora depois daquela confusão. Cabe ressaltar que uma das cuidadoras relatou-nos que Mônica usava todo tipo de droga e que um dia ela chegou à instituição toda ensanguentada e machucada. Segundo uma das cuidadoras, “haviam-na estuprado de todas as formas, violentaram-na e ela permaneceu com os traficantes da região pelo tempo que pode, quando não aguentou voltou para o abrigo, demos um banho nela, mas ela não ficou aqui, não sei onde está”.

Durante as imersões no campo (na instituição), nosso papel foi sempre a dialogar com os adolescentes, de forma que sempre conversávamos informalmente, ao mesmo tempo

em que realizávamos as entrevistas. Em uma tarde, numa dessas conversas, um dos funcionários se aproximou e nos relatou o que havia acontecido ali naquela manhã. Marcos havia chegado da rua e não conseguiram dar o remédio que ele toma todos os dias, que o acalmava, não houve meios de medicá-lo, foi quando ele viu a coordenadora da instituição. Saiu de onde estava, andou, pegou uma pedra e arremessou na coordenadora, acertando-a violentamente, machucando-lhe a testa.

Neste dia, houve um momento em que Marcos preparou-se para nos acertar com uma bola de futebol, quando dissemos: “vai nos machucar muito, não faz isso”, ele afastou-se e não chutou a bola como estava preparado para fazer. Em seguida, ele foi denunciado aos funcionários por uma das meninas e ele retrucou: “Vou te matar agora”. Saiu correndo e pegou uma pedra para acertá-la. Foram aproximadamente quatro horas de pavor, ninguém sabia o que fazer. Marcos estava enfurecido prometendo matar uma das meninas. As cuidadoras esconderam a menina e um dos cuidadores o pegou pelos braços e o segurou durante aproximadamente quatro horas, até que, por fim, Marcos se acalmou e foi se alimentar. Neste momento, os cuidadores o medicaram.

Durante este período, todos ficaram à mercê da violência, daquilo que poderia acontecer e daquilo que nós não podíamos fazer. Uma criança de onze anos de idade tornou-se uma ameaça para a vida de todos aqueles que estavam na instituição. Ele faz uso abusivo de drogas e não tem controle de suas atividades. Desde que ingressou para a instituição, onde evidentemente é proibido o uso de drogas, ele tem crises de abstinência e representa um risco para todos os que ali estão.

Com o rearranjo institucional promovido nas instituições, Marcos, devido a sua idade, encaminhou-se para a instituição específica para crianças, enquanto nossa pesquisa permaneceu investigando a instituição para a qual os adolescentes se encaminharam.

A partir deste rearranjo institucional, nossa pesquisa manteve-se mais próxima dos adolescentes, centrando-se na instituição que lhes acolhe. Em um dos dias no campo, ao adentrar a instituição, Joaquim consumia maconha na rua ao lado ao abrigo. Foi possível vê-lo ao entrar na instituição. Imediatamente, ele veio ao nosso encontro. Falamos com ele através de uma entrevista-conversa por horas e solicitamos que ele nos relatasse sua história de vida. Ele não apenas permitiu como nos afirmou que gostaria de participar da pesquisa. Neste dia, ele nos relatou os processos de violência pelos quais enfrentou no “Cerespinho”.

Trata-se, na verdade, do Centro Socioeducativo de Juiz de Fora, conhecido popularmente como “Cerespinho”. O CERESP, por sua vez, é o Centro de Remanejamento do

Sistema Prisional para adultos em Juiz de Fora. Portanto, quando popularmente se refere ao Centro Socioeducativo como “Cerespinho” marca-se uma similaridade entre as instituições. Tal fato pode indicar uma falha na sistematização de um projeto pedagógico que dê conta de quebrar alguns paradigmas em relação à criança e ao adolescente durante o processo de internação. Revelando a prevalência, dentro da própria sociedade, dos antigos moldes de tratamento à criança e ao adolescente em conflito com a lei.

Joaquim é negro, tem dezesseis anos e vive há cinco anos acolhido institucionalmente, como medida protetiva. De acordo com uma das cuidadoras da instituição, “entre idas e vindas eu o conheço desde pequeno, mas há cinco anos ele mora aqui”.

O adolescente nunca se entendeu com a sua família, agredia sua mãe e irmãs desde muito pequeno e nunca pretendeu morar com elas, por isso, sempre estava ingressando em instituições de acolhimento. Todavia, há cinco anos ele assistiu a morte de sua mãe e desde então vive abrigado.

Em uma família desprovida de recursos, com dificuldades financeiras associadas ao uso abusivo de drogas, a mãe de Joaquim suicidou-se por envenenamento. Suas filhas e o filho, Joaquim, foram então transferidos para o abrigo. O adolescente gosta de conversar, mas caso fique nervoso, passa a agir de maneira violenta. De acordo com ele, havia na casa um adolescente chamado Victor, que discutia muito com as funcionárias, durante algum tempo Joaquim suportou aquela situação, mas em um dia que estava tranquilo resolveu “dar uma lição em Victor”. Neste dia, Victor foi agredido até perder um dos dentes incisivos. Ela relatou-nos a tentativa de assassinato sobre a qual cumpriu medida socioeducativa:

Ela não nos respeitava, trazia droga aqui pra dentro, ela fuma crack, tava passando para as meninas, tava fazendo muita coisa errada, um dia resolvemos dar uma lição nela. E quase que a menina morreu, não fui só eu, mas eu assumi, fui eu e o Marcos, mas assumi, eu passei três meses no Cerespinho, apanhei muito lá, mas conheci meu amigo lá e a mãe dele me disse que quando eu fizer dezoito anos posso morar com eles. Toda semana ela me dá uma graninha e eu compro as minhas coisas e compro a maconha que eu gosto de fumar, isso mesmo, fumo, mas não arrumo confusão com ninguém, só me respeitar. Ah, e teve o Victor, ele não respeitava nois (*sic*), nem as tias, não respeita ninguém. Tive que dar meu jeito, ele ficou sem o dente da frente. Pra arrumar emprego fica mais difícil. Às vezes ele vem aí, nem vejo (JOAQUIM, dezesseis anos).

De acordo com as funcionárias da instituição, Joaquim é um adolescente tranquilo, é consumidor de maconha, mas não causa transtorno na instituição. Garantiu-nos ainda que Victor “merecia” a lição que recebeu. No entanto, agora maior de idade e à procura de emprego, seu dente faz muita falta.

De fato, é lícito dizer que há um processo de banalização da violência, mas, segundo nosso ver, não há uma relação intrínseca entre adolescência/juventude e violência/criminalidade. É necessário termos clareza de que estamos falando de violência dentro de uma sociedade específica. Certos de que a sociedade onde construímos nossa crítica têm a criminalidade e a violência como expressão da questão social que decorre do processo de cronificação das desigualdades sociais.

A banalização da violência é entendida como aquela que aniquila os corpos e arruína as mentes dos indivíduos (ZALUAR; LEAL, 2001). Em um sentido amplo, violência pode ser caracterizada pelo não reconhecimento do outro. Dito de outro modo, a pessoa que pratica um ato violento não reconhece a vítima como um sujeito – o outro não é reconhecido como alguém. A violência, nessa concepção, relaciona-se com o desaparecimento do sujeito da argumentação ou da demanda, estando preso e esmagado pela força (física ou moral) de seu oponente que lhe nega diálogo (ZALUAR; LEAL, 2001). A violência emudece as pessoas, quebra o discurso. Se a comunicação, o diálogo, são expressões características dos seres humanos, a violência é capaz de tirar alguns sujeitos da posição de humanidade e alocá-los na condição de objeto.

Diante da ausência e da violência a que estas crianças e adolescentes estão expostos, a violência física lhes parece à única comunicação possível. A violência sofrida se dá de diversas formas, seja pela ausência de políticas públicas ou pela presença violenta e repressiva do Estado. Eles resistem aos processos pelos quais vivenciam através da violência.

Esses adolescentes resistem à violência com violência. Eles intuitivamente percebem que estão desqualificados, à margem, que não lhes restará um lugar a ocupar socialmente, e a tudo isso respondem com violência.

Para Bauman (2005), o mundo está passando por transformações muito rápidas e com isso produz uma série de elementos indesejáveis para uma sociedade que preza por modismos e constantes renovações. Como não há espaço para todos na linha de produção e de consumo, há a necessidade de tentar reutilizar os produtos humanos que ainda possam ser aproveitados para a produção de novos bens de consumo – pessoas redundantes – e de excluir o excedente improdutivo, o chamado refugio humano, sendo que o destino de ambas as categorias “é o depósito de dejetos, o monte de lixo” (BAUMAN, 2005, p. 20).

Bauman (2005, p.37) esclarece que o refugio humano, que “pode ser descrito como simultaneamente o problema mais angustiante e o segredo mais bem guardado de nossos dias”. Em outras palavras, na categoria de refugio humano estão inseridas as pessoas excluídas

pela sociedade, indivíduos que não contam realmente na elaboração das políticas sociais; são abandonadas à própria sorte.

Esses dejetos humanos precisam ser despejados em algum lugar, de preferência bem longe dos centros consumidores, para que não atrapalhem as relações comerciais nem incomodem os detentores do poder econômico em suas atividades. Então para onde levar os seres redundantes? Onde pôr o refugio humano que se multiplica dia após dia? Todo refugio, incluindo as pessoas refugadas, tende a ser empilhado de maneira indiscriminada nos mesmos depósitos. “O ato de destinar ao lixo põe fim às diferenças, individualidades, idiossincrasias. O refugio não precisa de distinções requintadas e matizes sutis, a menos que seja marcado para reciclagem” (BAUMAN, 2005, p.98). Quanto ao refugado, resta-lhe a certeza de “o destino do refugio é o depósito de dejetos, o monte de lixo” (BAUMAN, 2005, p. 20).

Para Agamben (2004), a vida nua é a vida “matável e insacrificável do *homo sacer*”, vida que se pode deixar morrer. Colocada fora da jurisdição humana, seu exemplo supremo é a vida no campo de concentração. Estando fora da jurisdição, a “vida nua” é a vida que pode ser exterminada sem que se cometa qualquer crime ou sacrifício. Agamben (2004, p. 91) buscou o conceito de *homo sacer* – pessoa que foi posta para fora da jurisdição humana sem, entretanto, ultrapassar para a esfera divina. Alguém que foi privado dos direitos mais básicos, compondo uma sobra. Sobra humana ou, ainda, um alimento simbólico para a manutenção de uma estrutura de poder. A vida nua do *homo sacer* é sacrificada na estrutura biopolítica. O *homo sacer* não faz parte da vida a ser preservada, mas sim da vida descartável, compondo a estrutura de exceção contemporânea.

Joaquim, Marcos e Paulo são internos que convivem com lembranças e têm uma intuição, ou mesmo uma convicção, da certeza da ausência de uma vida que não lhes favorece a expectativa de alguma conquista, vivendo, então, “numa situação em que é impossível ganhar” (BAUMAN, 2005, p. 55).

Joaquim, ao sair da instituição, será apenas mais um jovem passível de ser executado, diante a violência, que foi produzida e que ele próprio emana. Neste sentido, o que Joaquim poderá esperar de sua própria existência?

Na instituição, ele não está sendo preparado para o mercado de trabalho, tampouco para constituir-se como um sujeito que se reorganiza socialmente. Sem formação, sem escolaridade, agressivo, usuário de entorpecentes, sem perspectivas, Joaquim constitui-se como um desviante, um *homo sacer*, como uma vida matável e insacrificável. Fundamentalmente marcado pela precarização e legitimado pelo Estado.

Joaquim tem sua “vida nua” representada na ausência de concretização de seus direitos, apesar de um ordenamento normativo que o compreende como sujeito de direitos, na realidade tal situação existe apenas no “papel”, na figura da lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: o uso metafórico do lixo social e a cultura da inutilidade**É INÚTIL TUDO**

Chega através do dia de névoa alguma coisa do esquecimento,
Vem brandamente com a tarde a oportunidade da perda.
Adormeço sem dormir, ao relento da vida.

É inútil dizer-me que as ações têm consequências.
É inútil eu saber que as ações usam consequências.
É inútil tudo, é inútil tudo, é inútil tudo.

Através do dia de névoa não chega coisa nenhuma.

Tinha agora vontade
De ir esperar ao comboio da Europa o viajante anunciado,
De ir ao cais ver entrar o navio e ter pena de tudo.

Não vem com a tarde oportunidade nenhuma.

Álvaro de Campos,
Heterônimo de Fernando Pessoa

Gostaríamos de delinear estas considerações finais relatando um pouco mais do processo de realização desta tese de doutorado, dos enfrentamentos que ela representou e das percepções acumuladas durante o decorrer da própria pesquisa. Primeiramente, cabe ressaltar que nunca se quis, em absoluto, confirmar estritamente a expressão e a perspectiva do “lixo social”. No entanto, ao longo dos quatro anos de pesquisa a metáfora não apenas fez sentido como se confirmou. Falar de uma população que está desprovida do *poder familiar* é falar de pessoas que se ampararam naquilo que, em última instância, o Estado deveria suprir.

As instituições de acolhimento para crianças e adolescente em si mesmas não são aquilo que definirá a trajetória daquele que se transforma em alguém “*fora de lugar*” dentro da sociedade. O que impedirá os jovens de uma perspectiva que os inclua socialmente é o fato de as políticas públicas em relação às crianças e adolescentes não se integrarem diretamente às suas necessidades. Há, nas instituições, a ausência de tudo, mas principalmente de uma política eficaz em relação à educação e a inclusão social. Os internos estão acolhidos porque suas famílias não puderam provê-los de educação e cuidado, portanto, o Estado deveria assumir esta responsabilidade.

A população que está inserida nos abrigos é resultado da reprodução da desigualdade social. São filhos e filhas de pais e mães com pouca ou quase nenhuma oportunidade que lhes garantisse a manutenção de suas famílias. Em Juiz de Fora, a população que está inserida nos abrigos é majoritariamente filha de pais sem condições de subsistência de seus filhos, perpetuando a pobreza em seus descendentes. E se o que as leva ao acolhimento institucional não é a pobreza será o uso abusivo de entorpecentes pelos pais associado à pobreza. O uso de entorpecentes leva ao abandono, ao descuido dos filhos, a denúncia ao Conselho Tutelar, à retirada do *poder familiar* pela Vara da Infância e Juventude e por fim, a institucionalização.

Sabe-se que Juiz de Fora vem sendo assolada pelo uso de crack, assim como o restante do país. As coordenadoras dos abrigos comumente os intitulam como “o abrigo dos filhos do crack”. Uma população que se encontra já marginalizada e perpetua em seus filhos as mazelas da exclusão social.

Observamos crianças e adolescentes reféns da sua minoridade. Depositadas em instituições, rotineiramente não frequentam a escola, apesar de ser obrigatório. E se frequentam a escola, serão devastadas pelo preconceito e pela falta de aceitação de toda a comunidade escolar, incluindo-se aí docentes e discentes das instituições de ensino, os quais as estigmatiza, marcando a discriminação social. Os acolhidos das instituições de medida protetiva em abrigos não são preparados para o ingresso no mercado de trabalho. Não fazem

um curso profissionalizante, não se preparam academicamente e não são estimuladas em suas habilidades. Deste modo, aquilo que não trouxeram do universo familiar, também não emergirá do modelo institucional de acolhimento.

Crianças e adolescentes que vivem durante anos, ou mesmo durante toda a sua menoridade abrigados, são vítimas em potencial da inutilidade. Elas saem das instituições próximas de completarem a maioridade, porque são obrigadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e são vitimadas pela ausência de políticas públicas que possam garantir uma formação escolar e a inclusão deste jovem no mercado de trabalho. Dando-lhes assim uma possibilidade de um futuro promissor.

Jovens assombrados pela inutilidade, como nos diz Sennet (2006), o fantasma material da inutilidade revela a dificuldade de tornar-se importante e útil aos olhos dos outros. Sentir-se útil significa, nos diz o autor, contribuir com algo de importância para os outros. À medida que o espectro da inutilidade foi se ampliando na economia política, poderia parecer que as pessoas estariam compensando através das relações mais informais da sociedade civil. Ao prospectar mais o crescimento potencial que as realizações passadas, a busca do talento adapta-se perfeitamente às condições peculiares das organizações flexíveis. Tais organizações usam os mesmos instrumentos para uma finalidade mais ampla: não só promover, mas também eliminar os indivíduos. Nessa seleção de talentos, são deixados no limbo os considerados carentes de recursos internos e já não podem ser considerados úteis ou valiosos.

Assim a inutilidade e a marginalidade, para Sennet (2006), têm muitas nuances de cinza. Ao eliminá-las, o Estado se esquiva à problemática questão do apoio aos relativamente necessitados, aos de alguma forma dependentes. “As políticas para enfrentar essas questões problemáticas teriam de ser muito mais sofisticadas e depuradas que atualmente” (SENNET, 2006. p. 97-98).

Ressalta-se que o drama vivido por crianças e adolescentes objetos desta pesquisa foi por nós escolhido por acreditarmos estar no cerne de uma questão social relativa à desigualdade social. Encontramos, contudo, uma caixa preta institucional lacrada às vistas dos pesquisadores. Apesar de se tratar de uma questão extremamente relevante com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), parece-nos socialmente que se tratava de algo aparentemente ajustado. Passados vinte e quatro anos de sua criação o Estatuto de fato instaura a Doutrina de Proteção Integral que representa avanços significativos na política não só do acolhimento, mas de proteção à infância e a adolescência. Todavia, nossa motivação foi trazer à cena o cotidiano institucional após a consolidação do Estatuto. E o que se observou é que, apesar dos avanços, o país precisa aumentar as políticas públicas para

garantir que todas as crianças, adolescentes e jovens tenham acesso aos direitos garantidos pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Neste sentido, esta pesquisa buscou retratar este cotidiano institucional. Aquilo que, em um primeiro momento, nos impressionou foi justamente a dificuldade de acesso a essas instituições. Apesar de a Constituição Federal de 1988 assegurar às crianças e aos adolescentes o direito à convivência comunitária, as instituições de acolhimento são lacradas aos pesquisadores. Compreendemos que se trata do cuidado de menores de idade e protegidos judicialmente. Da mesma forma, conhecemos as dificuldades em relação aos vínculos que se formam com as crianças e adolescentes e que um demasiado número de pesquisadores atuando nesses locais poderia impedir o bom funcionamento institucional. Porém, para que esta pesquisa pudesse ser realizada foi necessário recorrer ao Judiciário, no sentido de garantir à pesquisadora o acesso às instituições. Mesmo diante da autorização judicial, não tivemos acesso a todos os dados e documentos dos quais gostaríamos de verificar.

Tal fato nos pareceu mais que do que zelo com aqueles que são acolhidos pelas instituições, na verdade, há um despreparo em atendê-los e, por conseguinte, um pesquisador pode representar um risco aos métodos usuais de cuidado e proteção institucional, mantidos em segredo.

Não houve durante os quatro anos de pesquisa a menor facilidade em relação à observação participante. Primeiramente, observa-se que em todas as instituições pesquisadas fomos convidados a nos retirar. Houve ainda boicotes em relação à apresentação dos documentos, configurando nosso pequeno e pouco expressivo relato da documentação em relação às crianças e adolescentes. Por fim, observamos a aparente tranquilidade e disponibilidade dos responsáveis pela instituição quando verificavam que tal pesquisa não se tratava da observação daqueles que trabalham nas instituições. No entanto, apesar de não ser o cerne de nossa investigação, observamos o despreparo no trato das crianças e adolescentes. Agravados pela ausência de uma estabilidade que garanta a formação dos vínculos emocionais e de segurança entre as crianças e adolescentes e os seus cuidadores.

Os funcionários das instituições público-municipais não têm garantia da continuidade de suas tarefas e das instituições em que trabalham. Podem, a qualquer momento, mudar de instituição ou serem transferidos e ou demitidos. Não há garantias de seus empregos e dos seus cargos. Sendo assim, não só as crianças e adolescentes desconhecem se seus cuidadores terão continuidade em suas tarefas, mas, também, eles próprios não sabem se seus contratos serão renovados. Isso instaura uma dificuldade de confiar naqueles que ali estão e, ao mesmo

tempo, de transferirem o seu afeto. Sem dizer, que o trabalho nas instituições de acolhimento legitima-se, principalmente, pela experiência já que a formação profissional é precarizada entre os cuidadores. Neste sentido, o ambiente de acolhimento institucional, além de incerto em relação à trajetória dos que ali estão protegidos, conta ainda com a insegurança dos que trabalham neste mesmo ambiente, prejudicando, assim, a formação dos laços e do sentimento de segurança das crianças e adolescentes.

As instituições tornam-se, portanto, uma caixa preta em que se deposita uma geração de crianças e adolescentes entregues à proteção do Estado. Formadores de uma juventude descrente e que pressagia seu desajuste social e seu lugar fora da ordem. Constrói-se assim, um tipo de resíduo social. Contrários à pureza que representa um ideal da visão das coisas em seus lugares, os resíduos, por sua vez, são depositados em lugares *diferentes* do que elas ocupariam, ficam “fora do lugar” (BAUMAN, 1998, p.14). Não serão, portanto, as características intrínsecas das crianças e adolescentes que as transformam em “lixo”, mas, sobretudo, a sua inabilidade, a exclusão do mercado de trabalho e o seu aparente despreparo para viver em sociedade.

Durante a pesquisa, observamos crianças e adolescentes que não se expressavam com desenvoltura e não se comportavam com civilidade. Maria, apresentada no terceiro capítulo, é uma criança de onze anos que não ainda não foi alfabetizada, daí o diálogo com ela pode ser prejudicado, uma vez que ela possui dificuldade em se comunicar. Vimos também outra criança, que, ao sofrer aborrecimentos, sujava a parede da instituição de acolhimento com suas próprias fezes. Observamos ainda crianças e adolescentes portadoras de necessidades especiais sofrendo pequenos castigos, pois não conseguiam sozinhas descer de sua cama ou arrumar seu cabelo, ou ainda cuidar da sua higiene pessoal. Essas crianças e adolescentes são pouco estimuladas para o seu desenvolvimento cognitivo, sensorial e motor.

Neste sentido, as instituições produzem determinada subjetividade em seus vários atores, ou seja, considerando que os sujeitos são fundados no interior das práticas. Os sujeitos existem enquanto se produzem e são produzidos dentro de determinadas práticas institucionais. Nossa perspectiva é a de que a subjetividade é o processo de invenção de si, a força da invenção da vida, de experimentação e apreensão particular e única do mundo, através do modo como cada sujeito se produz como um indivíduo único, em transformação constante, na experimentação cotidiana.

E muitas destas crianças e adolescentes, quando sofrem um processo como a estigmatização, vê sua condição de sujeito “esvaziada”, enquanto é colado a um lugar

desvalorizado, sofrendo, por mecanismos ideológicos vários, pela responsabilização exclusiva de sua condição, de forma que todo o processo social que engendra aquela determinada condição é desconhecido e/ou ignorado. O sujeito ocupa um lugar social que o desqualifica, pois, afinal, sua “função” é justamente permitir que outro sujeito ocupe outro lugar valorizado.

Nossa leitura não desconsiderou as operações de resistência dos grupos desqualificados e também observamos a resistência nas instituições de acolhimento institucional. A resistência passa pela vida, isto é, a resistência se dá na vivência. Estes são pontos de resistência que estão presentes em toda a rede de poder e representam o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permitem a apreensão. Trata-se de dobrar a “linha de força”, ou melhor, da invenção de outros e novos modos de existência da autocriação, – a prática de uma “estética do eu” que se configuraria nas formas pelas quais os indivíduos são produzidos e se produzem enquanto sujeitos. A ideia de que a vida de alguém pode ser criada como uma “obra de arte” abre possibilidades de escolha de novas formas de experienciar-se a si mesmo.

A resistência é um combate particular, e luta com a adversidade, da qual o adversário é somente um substituto para enfraquecê-la e tornar fraco seu suporte. Ela não busca a vitória, mas desarma o inimigo com as suas próprias armas. A resistência é uma experimentação da liberdade. A liberdade exige coragem para tirar da nossa própria raiva, em relação ao inaceitável a fim de reunir a energia necessária para combatê-lo. Requer coragem para redirecionar o poder de existir pela indignação combativa de alguém para cultivar e multiplicar poderes dignos de existência, isto, é, a coragem de liberdade.

Há nas instituições de acolhimento pontos de resistência, nós, focos de resistência que se distribuem no tempo e no espaço de modo irregular, de forma pulverizada, atravessam as estratificações sociais e as unidades individuais. São “clivagens que se deslocam, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis” (FOUCAULT, 1988, p.91). No quarto capítulo da nossa pesquisa, destacamos Bianca, que resiste bravamente com coragem e renega o destino que lhe é traçado, suas armas são respectivamente a persistência e a liderança dos seus pares. Existem outras formas de resistir à subjetivação, afinal, percebe-se a resistência por toda parte. No interior no cotidiano institucional, observamos a resistência no subverter a ordem posta. Ela se firma ao se tornar o desejante daquilo que as crianças e adolescentes realmente querem.

Afeto, brincadeiras, fugas, roubos, estudo, amizades, alegrias, dá-se quando eles ressignificam a instituição.

Encontramos ainda outra forma de resistir, aquela que veio através de um “poder feminino”, por meio da gravidez nas adolescentes internas das instituições, apresentadas no quinto capítulo. As adolescentes grávidas utilizaram-na como estratégia de luta no sentido de tentar resolver suas adversidades através da gravidez. A gravidez, ao materializar a disposição adquirida de exercer o papel de mãe, tornou-se uma estratégia eficiente porque, para elas, melhora a sua posição dentro do espaço social, bem como institucional. Estabelece-se um jogo, uma *illusio*, em que as novas mães seriam capazes de promover uma organização familiar diferente daquela que as gestou.

Deste modo, as crianças e adolescentes travam suas batalhas contra o destino, contra si próprios e tentam se reinventar, ressignificando suas vidas e as instituições. Onde não se veem perspectivas, eles traçam rotas alternativas, linhas de fuga. Para Deleuze e Guattari (1995, p. 76), “os principais estratos que aprisionam o homem são o organismo, mas também a significância e a interpretação, a subjetivação e a sujeição”. São todos esses estratos em conjunto que nos separam do plano de consistência e da máquina abstrata, aí onde não existe mais regime de signos, mas onde a linha de fuga efetua sua própria positividade potencial, e a desterritorialização, sua potência absoluta.

O desejo, segundo Deleuze e Guattari (1995), quer mais conexões e produzir intensidades que preenchem o corpo sem órgãos. Portanto, o corpo sem órgãos não se opõe aos órgãos do corpo (porque é através dos órgãos que as intensidades são produzidas), mas, sim, ao organismo e às organizações de poder. Para as exigências da reprodução do capitalismo, é necessário que os corpos sejam reterritorializados, esmagando as linhas de fuga do desejo. O desejo é reprimido, então, quando os corpos são organizados através dos agenciamentos de poder, impedindo-os de experimentar – somente aí que o desejo, já separado do processo de produção do real, se confunde com a falta e passa a investir na sua própria repressão.

Porém, o liame do desejo com a falta é desfeito quando é devolvida a ele a produção do corpo sem órgãos. A retomada desse processo e sua efetuação geram uma alegria ativa que é imanente ao desejo, no caso das meninas mãe, a alegria vem de um poder feminino que lhes garante um poderio absoluto e uma alegria que lhes dá esperança e o desejo de uma vida nova.

De outro modo, os meninos consomem entorpecentes em uma modalidade de autoabandono, sob uma perspectiva de sair de si. Joaquim, retratado no sexto capítulo, nos diz que “curte o barato de usar a sua maconha e não amola ninguém”. Sem saber como se manter enclausurado em uma instituição de acolhimento, ele escapa através dos entorpecentes. Ele encontrou uma forma de se autoanestesiarse. Dessa maneira, ele não sente a pungência de seu próprio drama. Disse-nos: “antes, quando eu era menor, era do pequeno jardineiro, mas to crescendo, não sei o que vou fazer”. Nestes dispositivos e na violência, eles encontram o anestésico que os pouparia da sensação da inutilidade.

Contudo, o mais agravante é que Joaquim constitui-se como *homo sacer*, aquele que tem uma vida nua matável e insacrificável. O *homo sacer* não faz parte da vida a ser preservada, mas, sim, da vida descartável, compondo a estrutura de exceção contemporânea. Ocupando, se assim o Estado permitir, as paisagens indesejáveis da cidade, sem o direito de usufruí-la. Sujeitos invisíveis, sem direitos, que vivenciam cotidianamente situações de constrangimento, de distinção e desigualdade, com suas diferenças estigmatizadas, eles parecem não ter futuro.

Com Pedro, apresentado no segundo capítulo, vimos o lixo social representado em suas sutilezas. Ele está acolhido, mas foi adotado. Ressalta-se que as crianças e adolescentes só se tornam disponíveis para adoção quando se esgotam todas as possibilidades dos pais ou parentes darem os cuidados necessários a eles. Cumpridos os procedimentos, Pedro foi adotado, no entanto, insatisfeitos com seu comportamento inadequado e violento foi devolvido à instituição de acolhimento. Assim como um produto que não atende as demandas quando adquirido, Pedro foi devolvido e transformou-se em uma variedade de lixo social, similar aos que produzimos todos os dias, insatisfeitos com a perda das qualidades dos produtos que consumimos ou, saciados de nosso desejo, descartamos.

Neste sentido, acredita-se que se marca uma geração de jovens que ao saírem das instituições que os acolheram não estarão preparados para competir. Estão cientes de que não receberam o “bilhete premiado” ou a formação de um *habitus* pertencente às classes médias e altas, por isso não podem competir em igualdade de condições. Para eles a jornada tona-se ainda mais complexa, principalmente por sentirem a ausência de uma família para lhes apoiar. Assim, ficam excluídos da maioria das oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social.

Esta tese, portanto, buscou produzir um retrato sob uma perspectiva qualitativa das vidas em abrigo em Juiz de Fora, Minas Gerais. Nossa investigação ao associar a vida em

acolhimento institucional e o “lixo social” refletiu sobre as consequências de viver sob a tutela do Estado e verificou que isto, pode sim, provocar a constituição de uma variedade de “lixo social”, na medida em que a ausência do Estado atua na manutenção de uma inabilidade, formadora da perspectiva da inutilidade promovedoras da exclusão social.

As crianças, adolescentes e jovens lutam contra o tempo, apressadas, pois ao completarem dezessete anos e onze meses de idade não têm a quem recorrer, para onde ir, e, de semelhante modo, não foram preparadas para a competição via mercado de trabalho no mundo contemporâneo. Tornam-se desqualificados socialmente e seu destino está em ocupar paisagens indesejáveis da sociedade, formando uma variedade de refugio, fora da ordem.

Estudar o “lixo social” nos faz pensar que a ausência de políticas públicas que garantam o direito a vida e a qualidade desta, produz em última instância, vítimas da cronificação da desigualdade social.

Mas, sobretudo, esta pesquisa propõe-se ao serviço de alertar, não demarcamos aqui, posições inflexíveis ou deterministas para os sujeitos aqui representados, ao contrário, nossa intenção é que, diante da realidade que nos sobrepõem, outros meios possam se interpor e garantir a Maria, Joaquim, Pedro, Flávia, Bianca, Mariana, Jéssica e a todos os outros que, se o presente lhes parece obscuro, seu futuro possa ser, de fato, luminoso. É nesta perspectiva que o presente trabalho se ajusta, a partir da reivindicação de uma reordenação e da garantia que crianças, adolescentes e jovens possam se constituir enquanto sujeitos de direitos asseguradas às oportunidades, incentivos, afetos, segurança, tranquilidade e possibilidades de resistirem e capturarem para as suas histórias de vida aquilo que eles realmente desejam para experienciarem-se a si próprios.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- AZÔR, A. M. G.C.C.V. *Abrigar... Desabrigar: conhecendo o papel das famílias no processo de institucionalização/desinstitucionalização de abrigados*. 2005. 238f. *Dissertação* (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- BADINTER, E. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARTHES, R. *Fragments de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. *Geografia do poder em Goffman: vigilância e resistência, dominação e produção de subjetividade no hospital psiquiátrico*. *Estudos de Psicologia* (Campinas) v. 20, n. 2, Campinas Maio/Aug. 2003.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOWLBY, J. *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes: 1997.

_____. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Org.) *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, 217-227.

_____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL. *Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987*. Dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe Social e dá outras providências. Brasília: DF, 1987.

_____. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1990.

_____. *Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS*. Lei nº 8.745, de 07 de dezembro de 1993.

_____. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

_____. *Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas*. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

CASSAB, Clarice. *(Re)Construir utopias: jovem, cidade e política*. 2009. 228f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez;1995.

COSTA, A. C. G. *A especificação dos regimes de atendimento – perspectivas e desafios*. Lagoa Santa: Modus Faciendi, 2003

CORSARO, William A. *The Sociology of Childhood*. Londres: Pine Forge Press, 1997.

CYRULNIK, B. *O murmúrio dos fantasmas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

D'ALMEIDA, M. L. O; VILHENA, A. *Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado*. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.

DAYRELL, J. (2002). O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa* São Paulo, 28(1). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11660.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

DELEUZE, Gilles. Rachar as coisas, rachar as palavras. In: _____. *Conversações*, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 105-117.

_____. O que as crianças dizem? In: _____. *Crítica e clínica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. p. 73-79.

_____.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 4. Rio de Janeiro: 34, 1997.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 2. Rio de Janeiro: 34, 1995.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v.5. Rio de Janeiro: 34, 2002.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DUBAR, C. *A Socialização: Construção das Identidades Sociais Profissionais*. Porto Editora: Porto, 1997.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. v. I e II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EIGENHEER, E. M. *Raízes do desperdício*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

_____. *Lixo, vanitas e morte: considerações de um observador de resíduos*. Niterói: UDUFF, 2003.

_____.; FERREIRA, J. *Reciclagem: mito e realidade*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2005.

FISCHER, Rosa Maria. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. *Educação & Realidade*, v. 24, n. 1, 1999, p. 39-60.

FONTANA, R. A. C. *Como nos tornamos professoras?* Belo Horizonte: Autêntica: 2003.

FORNA, A. *A mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC/NAU, 1996

_____. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. *Em Defesa da Sociedade: Cursos do College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FREITAS, M. V. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Ação Educativa: São Paulo, 2005.

FREUD, S. *Sobre a Transitoriedade*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. *Obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GHIRALDELLI, P. *O Corpo*. São Paulo: Àtica, 2007.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *As transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

GIMÉNEZ, F.; TRAVERSO, G. Infância e pós-modernidade. In: KOHAN, W. O.; KENNEDY, D. (Org.) *Filosofia e infância: possibilidades de um encontro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.239-271.

GOFFMAN, E. *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GONÇALVES, R.B.M. *Tecnologia e organização social das práticas de saúde: características tecnológicas do processo de trabalho na rede estadual de centros saúde de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

HAESBAERT, R. Migração e Desterritorialização. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 35-46.

_____. *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. São Paulo: Record, 2001.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada*, 2003.

JONES, Ernest. *Einige probleme des jugendlichen alters*. Imago, 1923, nº 9.

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAPASSADE, G. L’Observation participante. *Revista Europeia de Etnografia de Educação*, 1, 9-26, 2001.

LANCETTI, A. Adoção e a cidade: os ensinamentos. In: FERREIRA, M. R. P.; CARVALHO, S. R. (Org.). *1º guia de adoção – novos caminhos, dificuldades e possíveis soluções*. São Paulo: Wenners, 2003. p. 108-111.

LEVY, A. L. Adoção: repercussões no imaginário dos pais. *Foco*, 1997, 18, 49, 76-78.

LEVY, L; PINHO, P. G. FARIA, M. M. Família é muito sofrimento: um estudo de casos de “devolução de crianças”. *PSICO*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 40, p. 58-63, jan./mar. 2009.

LIBERATI, W. *O Estatuto da Criança e do Adolescente – Comentários*. Brasília: IBPS, 1991

MACHADO, C; GONÇALVES, R. A. Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. *Violência e Vítimas de Crimes*. Vol.2 – Crianças, 2002.

- MALINOWSKI, B. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.) *Desvendando mascaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARCILIO, M. L. *A história social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In: FREITAS, M. C. (Org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p.51-76.
- MARIN, I. S. K. *Febem, família e identidade: o lugar do outro*. São Paulo: Editora Escuta, 1999.
- MARTINS, A. P. V. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 399-422.
- MEAD, G. H. *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago, 1934.
- MESGRAVIS, L. A assistência à infância desamparada e a Santa Casa de São Paulo: a roda dos expostos no século XIX. *Revista de História III* (103), 1976, 401-423.
- MEYER, Dagmar. A politização contemporânea da modernidade. *Gênero: núcleo transdisciplinar de estudos de gênero – NUTEG*, Niterói, v. 6, n. 1, 2006.
- MIZRAHI, B. G. *A relação pais e filhos hoje – A parentalidade e as transformações no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Loyola, 2004.
- MORIN E. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO G, CARVALHO EA, ALMEIDA MC. *Ensaio da complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MUNFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- PROUST, F. Introduction to "De la résistance". *Hypatia*, v. 15, n. 4, 2000, p.18-22.
- RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 19-54.

RANGEL, Débora; QUEIROZ, Ana Beatriz. A representação social das adolescentes sobre a gravidez nessa etapa da vida. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. v.12, n.4, p. 780-788, 2008.

RENZI, C. La Devolución. In: GIBERTI, E. *Adopción hoy*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZINI, I. *O século perdido*. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1997.

_____. *A criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)*. Brasília: UNICEF, 2002.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. RJ: Ed. Puc-Rio/ SP: Loyola, 2004.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Efeitos de Classe na Desigualdade Racial no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, 2005, p. 21-65.

SARAIVA, J. B. C. *Desconstituindo o mito da impunidade: um ensaio de Direito Penal Juvenil*. Santo Ângelo-RS: Ed. Cededica, 2002.

SARAMAGO, S. S. S. Metodologias de pesquisa empírica com crianças. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 35, 2001, p. 9-29. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65292001000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jan. 2011.

SEGER, D.; DELL'AGLIO, D. Redes de apoio social como fatores de proteção na adolescência. In: Associação Brasileira de Psicologia Social (Ed.), Resumos de comunicações científicas. *XII Encontro Nacional da ABRAPSO*. Porto Alegre, RS: ABRAPSO, 2003.

SENNET, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, maio/jun./jul./ago. 2002 n. 20. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

SILVA, E. R. A (Coord.). *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC)*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

_____. *O direito à convivência familiar comunitária: abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, R. *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ática, 1998.

SILVA SANTOS, E.P. (Des)construindo a “menoridade”: uma análise crítica sobre o papel da psicologia na produção da categoria “menor”. In: GONÇALVES, H. S; BRANDÃO, E. P. (Org.) *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2004, p.205-248.

SPITZ, R. *O primeiro ano de vida*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.

SPOSITO, M. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo, Ação Educativa, 2003.

SOUZA, J. *A construção social da cidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SUPLICY, M. *Conversando sobre sexo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

THEODORO, Mário (Org.). À guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. In: *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição*. Brasília : IPEA, 2008.

UNICEF. *Situação da Adolescência Brasileira*, 2002. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VERNANT, J-P. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. *Educação e Sociedade*. 21-44. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 13 mai. 2012.

WINNICOTT, D.W. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ZALUAR, A.; LEAL, M.C. Violência extra e intramuros. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 45, 2001.

ZAMORA, M. H. Outra América Latina para los niños y adolescentes. In: RIZZINI, I, ZAMORA, M. H; FLETES, R. (Org.). *Niños y adolescentes creciendo en contextos de pobreza, marginalidad y violencia en América Latina*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, CIESPI, Childwatch Internacional, 2004.